

Relatório & Contas 2022

Porto.
Águas
e Energia
do Porto

Porto.

CMPEAE – EMPRESA DE ÁGUAS E ENERGIA DO MUNICÍPIO DO PORTO, EM
(doravante **Águas e Energia do Porto, EM**, ou empresa)

Pessoa Coletiva: 507 718 666

Capital Social: 80 000 000 Euros

Matriculada na 1.^a Conservatória do Registo Comercial do Porto

Sede: Rua Barão de Nova Sintra, 285

4300-367 Porto

Tel.: 22 519 08 00

Fax: 22 519 08 28

geral@aguasdoporto.pt

www.aguasdoporto.pt

Índice

CAPÍTULO I – RELATÓRIO DE GESTÃO	5
01 Preâmbulo	6
02 Perfil da Empresa	7
03 Mensagem do Conselho de Administração	14
04 Principais Indicadores	17
05 Cronologia	20
06 Sumário do Exercício	23
07 Principais Acontecimentos	26
08 Gestão de Operações	35
8.1. Abastecimento de Água	35
8.2. Saneamento de Águas Residuais	40
8.3. Drenagem de Águas Pluviais	43
8.4. Gestão de Linhas de Água	44
8.5. Gestão da Frente Marítima	45
8.6. Licenciamento de Redes Hidráulicas Prediais	47
8.7. Gestão da Energia	48
8.8. Educação para a Sustentabilidade	51
09 Gestão de Clientes	53
9.1. Tipologia de Clientes	53
9.2. Contratação	54
9.3. Leitura	54
9.4. Faturação e Cobrança	55
9.5. Atendimento	56
9.6. Reclamações Escritas	57
9.7. Satisfação de Clientes	57
10 Gestão de Pessoas	58
10.1. Caracterização de Recursos Humanos	58
10.2. Taxa de Absentismo	58
10.3. Saúde e Segurança no Trabalho	59
10.4. Formação Profissional	60
10.5. Recrutamento e Seleção	60

11 Sistemas de Informação	61
11.1. Criação de Área de Transformação Digital	61
11.2. Projetos Tecnológicos	61
11.3. Soluções Inovadoras	62
12 Investimentos	64
12.1. Execução do Plano de Investimentos	64
12.2. Projetos de Investimento com Financiamento Comunitário e Nacional	64
12.3. Principais Obras	72
12.4. Principais Projetos	75
13 Perspetivas Futuras	87
CAPÍTULO II – GOVERNO DA SOCIEDADE	89
01 Constituição e Funcionamento	90
02 Transparência Organizacional	99
CAPÍTULO III – ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE	105
01 Enquadramento Macroeconómico	106
02 Enquadramento do Setor da Água	111
03 Enquadramento do Setor da Energia	115
CAPÍTULO IV – DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO	119
01 Análise Económica e Financeira	120
02 Viabilidade Económica e Financeira	124
CAPÍTULO V – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	129
CAPÍTULO VI – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	131
CAPÍTULO VII – EXECUÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL	162
CAPÍTULO VIII – RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO & CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	166

CAPÍTULO I

RELATÓRIO DE GESTÃO



01 | Preâmbulo

No cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, o Conselho de Administração da **Águas e Energia do Porto, EM**, apresenta o Relatório e Contas do exercício de 2022 e a proposta de aplicação de resultados, aprovados em reunião de 24 de março de 2023. O Relatório e Contas é acompanhado pela Certificação Legal das Contas e do Parecer do Fiscal Único, conforme estipula a alínea k) do artigo 19.º dos Estatutos da empresa.

Os documentos de prestação de contas, que agora se apresentam à Assembleia Geral, foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos da continuidade, da consistência, do custo histórico, da prudência, da substância sobre a forma, da materialidade e da especialização dos exercícios, segundo o qual os rendimentos e os gastos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento.

O Relatório e Contas de 2022 é composto por sete capítulos:

- **Capítulo I – Relatório de Gestão** – Apresenta os indicadores chave da empresa, enumera os principais acontecimentos do exercício, detalha as atividades das áreas de negócio (água e energia) e das áreas de suporte, analisa a execução do Plano de Investimentos e dos projetos estratégicos e enuncia as estratégias de gestão de clientes e de gestão de pessoas.
- **Capítulo II – Governo da Sociedade** – Considerando os deveres de informação e transparência previstos na legislação para o setor público empresarial, este capítulo comunica as matérias mais relevantes das práticas de governo, nomeadamente a missão, visão e valores prosseguidas pela empresa, o sistema de controlo de gestão estratégica, a estrutura de capital, os órgãos sociais, a organização interna, a informação mais relevante sobre transações e os regulamentos e códigos que regem a sua atividade.
- **Capítulo III – Enquadramento da Atividade** – Para uma melhor compreensão da atividade da empresa e dos resultados obtidos, faz-se uma análise macroeconómica em três planos (mundial, europeu e nacional) e uma caracterização dos setores da água e da energia e das suas orientações estratégicas à escala global, comunitária e nacional.
- **Capítulo IV – Desempenho Económico-Financeiro** – A análise económica e financeira apresentada neste capítulo procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial da empresa, sendo acompanhada pela prestação de informação relativamente à viabilidade e racionalidade económica e equilíbrio financeiro, de acordo com o estipulado na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais.
- **Capítulo V – Proposta de Aplicação de Resultados**
- **Capítulo VI – Demonstrações Financeiras** – Apresenta informação sobre a posição financeira, o desempenho e as respetivas alterações registadas no período em análise, o que inclui o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o respetivo anexo.
- **Capítulo VII – Execução Orçamental** – Analisa as estruturas de gastos e de proveitos, os desvios entre os valores executados e os valores orçamentados nos Instrumentos de Gestão Previsional e as respetivas taxas de execução.
- **Capítulo VIII – Relatório e Parecer do Fiscal Único e Certificação Legal das Contas**

02 | Perfil da Empresa



SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA



100%

Acessibilidade física do serviço



816 km

Extensão total da rede de condutas



6

Reservatórios ativos



125 450 m³

Capacidade máxima de reserva de água



1

Estação elevatória ativa



66 841

Ramais domiciliários



49 154 m³

Volume diário de água fornecida



13,43%

Índice de água não faturada



65,7

litros/ramal/dia
Perdas reais de água



2 045

Roturas e avarias registadas na rede pública



25/100 km

Ocorrência de roturas e avarias em condutas (não CAP)



61,9%

Roturas e avarias detetadas pelo controlo ativo de perdas (CAP)



85

Zonas de Medição e Controlo (ZMC)



346

Pontos de monitorização do sistema



13,9%

Taxa de substituição de contadores



4 anos e 8 meses

Idade média do parque de contadores



2 245

Ilícitos detetados e retirados



0,12/1000 ramais

Falhas no abastecimento de água



43 041

Análises à qualidade da água (redes pública e predial)



99,43%

Água segura

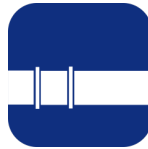


SISTEMA DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS



99,8%

Acessibilidade física do serviço



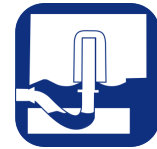
572 km

Extensão total da rede de coletores



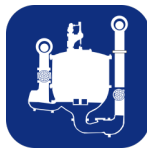
59 500

Ramais domiciliários



12

Tanques Shône



30

Ejetores Shône



21

Estações elevatórias



62/100 km

Obstruções nos coletores



347

Desobstruções de coletores públicos



2 562

Desobstruções nas redes prediais



0,79/1000 ramais

Ocorrência de inundações



0,89/100 km

Ocorrência de colapsos em coletores



155,6 km

Extensão de coletores sujeitos a limpeza preventiva



2

ETAR



57 563 m³

Volume diário de águas residuais tratadas



0,804 kWh/m³

Consumo específico de energia nas ETAR



1,51 kg/m³

Produção específica de lamas nas ETAR



100%

Encaminhamento adequado de lamas de tratamento



1 228

Análises aos afluentes e efluentes das ETAR

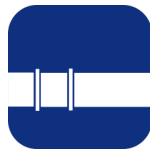


100%

Cumprimento dos parâmetros de descarga



SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS



642 km
Extensão total da rede de coletores



9
Estações elevatórias



2,9/100 km
Ocorrência de colapsos em coletores



27 485
Ações de limpeza preventiva de órgãos de recolha



LINHAS DE ÁGUA



85 km
Extensão total das linhas de água



15
Ribeiras



4
Rios



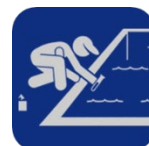
82%
Linhas de água entubadas



1 871
Ações de inspeção visual de troços a céu aberto



2,3 km
Extensão de infraestruturas entubadas inspecionadas



5 471
Análises de controlo da qualidade da água das ribeiras e rios



PRAIAS



3 km

Extensão total da orla costeira



10

Praias oficialmente designadas



4

Zonas balneares



2 322

Análises à qualidade das águas balneares



100%

Águas balneares com qualidade excelente



9

Praias com Bandeira Azul



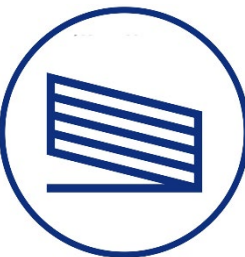
6

Praias com Qualidade de Ouro



2

Praias com galardão Praia Acessível



EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE



118

Iniciativas de educação para a sustentabilidade



24 889

Visitantes do Pavilhão da Água



3 718

Participantes no Programa H2Out



306

Participantes no projeto H2Online



12

Atividades de educação ambiental do Programa Bandeira Azul



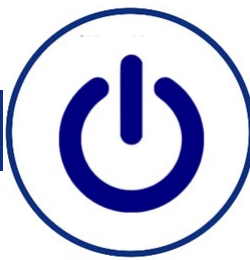
18 896

Participantes nas atividades do Programa Bandeira Azul



7

Edições do Jardim da Água



ENERGIA



5 681 kWh/hab.

Energia total consumida per capita no Porto



26,7%

Energia total consumida proveniente de fontes renováveis



14,7%

Iluminação pública com luminárias LED



1 479

Pedidos de serviço para operação e manutenção das infraestruturas de iluminação



93

Projetos de licenciamento de iluminação pública



14 dias

Tempo médio de emissão de parecer para projetos de iluminação pública



1 500

Pontos de entrega de energia elétrica sob gestão municipal



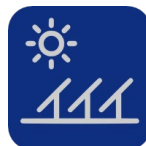
100%

Eletricidade de origem renovável nas instalações municipais



639,5 kWp

Potência solar fotovoltaica instalada no universo municipal



532 MWh

Produção de energia elétrica no parque solar fotovoltaico de Nova Sintra



13,8%

Aumento da utilização de energia elétrica nas instalações municipais



35,8%

Redução dos custos da fatura de energia elétrica nos edifícios municipais e iluminação pública



70%

Frota automóvel municipal eletrificada



194

Postos da rede municipal de carregamento de veículos elétricos



87%

Taxa de disponibilidade dos carregadores de veículos elétricos



CLIENTES



163 808

N.º total de clientes



195 litros/hab.

Consumo médio diário de água per capita



80,5%

Clientes domésticos



15,83 €

Fatura mensal de água e saneamento de uma família padrão



3,7 dias

Tempo médio entre a celebração de contrato e disponibilização do serviço



4 063 765

Faturas emitidas (AEeP + EMAP)



34,48%

Taxa de adesão à fatura eletrónica



98,2%

Taxa de cobrança



41,1%

Taxa de adesão ao débito direto



92,3%

Taxa de sucesso nas leituras reais



61,3%

Clientes com contadores de telemetria



380 722

Atendimentos realizados (telefone, presencial e digital)



57,9%

Peso relativo do atendimento telefónico



27,1%

Peso relativo do atendimento digital



15%

Peso relativo do atendimento presencial



78%

Nível de satisfação dos clientes



540

Reclamações escritas



4,6 dias úteis

Tempo médio de resposta a reclamações escritas



1 318

Projetos de licenciamento de redes hidráulicas prediais registados



24 dias

Tempo médio de apreciação de projetos de licenciamento de redes hidráulicas prediais



COLABORADORES



547

N.º total de colaboradores



362

N.º de homens



185

N.º de mulheres



49 anos

Idade média



19,2 anos

Nível médio de antiguidade



58,3%

Peso relativo dos operacionais e administrativos



32%

Colaboradores com formação superior



17 526

Horas de formação realizadas



108%

Taxa de participação em formação



10,27%

Taxa de absentismo



55,23/1 000 000 horas trabalhadas
Índice de frequência de acidentes de trabalho



569

Consultas de medicina do trabalho

03 | Mensagem do Conselho de Administração

No exercício de 2022, os avanços francamente positivos, registados no contexto global e nacional, no tocante à progressiva retoma da normalidade após a disrupção imposta pela pandemia de Covid-19, permitiram a recuperação do desempenho económico-financeiro da **Águas e Energia do Porto, EM**, tanto ao nível do volume de vendas e rentabilidade associada, como dos influxos de caixa. Deste modo, e pese embora o contexto macroeconómico desfavorável resultante da instabilidade geopolítica na Europa de Leste, que originou uma crise energética sem precedentes, a disrupção das cadeias de produção e de abastecimento e a escalada de preços de matérias-primas, o resultado líquido da empresa atingiu o melhor valor desde a sua constituição, sendo isso prova da resiliência do modelo de negócio existente.

Os bons resultados económico-financeiros são compatibilizados com uma política tarifária sustentável, acautelando as necessidades da população mais carenciada. Neste sentido, o Executivo Municipal aprovou, no início do ano, a redução de 2% no primeiro escalão da tarifa de abastecimento de água aplicada aos clientes domésticos. Esta medida teve como objetivo que os ganhos de eficiência obtidos pela empresa fossem repartidos equitativamente com todos os utilizadores dos serviços prestados, em especial os utilizadores domésticos economicamente mais débeis.

Sempre presente, a sustentabilidade ambiental e climática apresentou novos desafios ao longo de 2022, um ano particularmente devastador, em Portugal e no mundo, no que toca ao impacto dos fenómenos climáticos extremos. Um inverno invulgarmente seco e quente fez com que o País atravessasse a pior seca desde 1931. Em contraponto, os últimos três meses do ano registaram episódios de precipitação intensa, que colocaram à prova os sistemas, azuis e cinzentos, de drenagem urbana, relevando a importância do aumento da sua resiliência.

A **Águas e Energia do Porto, EM**, enquanto único **player** nacional que integra os setores da água e da energia, assumiu, de forma mais vinculada, um papel cimeiro no combate às alterações climáticas, seja na vertente da mitigação, seja na vertente da adaptação, atuando em conformidade com as determinações legais em matéria de sustentabilidade, circularidade e transição energética, e observando as políticas emanadas do seu acionista (Câmara Municipal do Porto).

De salientar, a este nível, que a empresa assinou, em 2022, o Pacto do Porto para o Clima, dinamizado pelo Município do Porto, e a Declaração de Compromisso para Adaptação e Mitigação das Alterações Climáticas nos Serviços de Águas, promovida pela Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas (APDA). Aderiu também ao act4nature Portugal, uma iniciativa do BCSD Portugal com a qual se procura promover e recuperar a biodiversidade.

Num contexto de **stress** hídrico, salientam-se as atividades da empresa conducentes à redução das perdas de água e à reutilização de águas residuais tratadas. Como tal, continuou em foco a implementação do Programa de Gestão e Redução de Água Não Faturada, em articulação com o Plano Diretor de Abastecimento de Água e o Plano de Segurança da Água, e o alargamento do projeto “**Porto 100% Telemetria**”, que, em conjunto, têm vindo a permitir bater recordes, ano após ano, no que respeita ao índice de água não faturada. No final de 2022, este índice melhorou em 1,3 pontos percentuais em relação ao período homólogo de 2021, atingindo os 13,43%.

Em paralelo, foi instalada, na ETAR do Freixo, uma unidade piloto de MBR para a produção de água para reutilização, numa perspetiva de aceleração da transição para a economia circular. Este é o pontapé de saída de um projeto mais ambicioso e abrangente para a transformação das duas estações de tratamento da cidade do Porto em fábricas de recursos.

Neste sentido, e em resposta à necessidade de controlar os impactos das inundações na cidade do Porto, provocadas por períodos de precipitação intensa e concentrada, a **Águas e Energia do Porto, EM**, definiu as iniciativas que vão concorrer para o aumento da resiliência dos sistemas de drenagem urbana, destacando-se, neste âmbito, a elaboração do Plano Diretor de Drenagem Urbana e do Plano Estratégico para a Valorização e Resiliência da Frente Marítima do Porto. Este último, que possui enquadramento nas competências delegadas na empresa, em 2022, através do Contrato-Programa relativo à gestão das áreas e águas balneares, dará seguimento ao estudo de requalificação urbana das praias do Porto, iniciado com o Plano de Estrutura da Frente Marítima do Porto.

Merece, igualmente, realce o projeto, em curso, referente ao Plano de Valorização e Reabilitação das Linhas de Água do Município do Porto, financiado pelo EEA Grants Portugal, cujo plano de ação está a ser desenhado em conjunto com os principais **stakeholders** da cidade, tendo por base um **bootcamp** de inovação para geração e exploração de ideais e propostas de valor. Nesta busca pela interconexão entre infraestruturas verdes e azuis, em articulação com as infraestruturas cinzentas, destacou-se, neste exercício, a inauguração do Parque Central da Asprela. Este conjunto de iniciativas possui como denominador comum a crescente adoção de práticas de desenho urbano sensível à água no planeamento da cidade, nomeadamente através da aplicação, sempre que possível, de soluções de base natural.

Já no que se refere à visão do Município do Porto em relação à descarbonização da economia, a tónica coloca-se na promoção de uma maior eficiência e autossuficiência energética nos equipamentos e infraestruturas municipais, matérias em relação às quais a **Águas e Energia do Porto, EM**, se encontra mandatada a atuar, desde 2021, ao abrigo do Contrato-Programa e do Contrato de Mandato da energia.

De sublinhar o início da execução do projeto estratégico IP Total, que prevê a substituição de aproximadamente 26 mil luminárias por tecnologia LED, permitindo uma poupança estimada superior a um milhão de euros por ano no consumo de energia elétrica. Também, neste exercício, a empresa procedeu à conceção e instalação de unidades fotovoltaicas no bairro de habitação social e na Escola Básica de Agra do Amial. Esta intervenção consubstanciará, em 2023, a primeira CER a criar no Porto.

É reconhecido que a empresa é hoje mais inovadora, com uma forte aposta no domínio dos sistemas de informação e da automatização de processos, bem como no desenvolvimento de projetos de inteligência artificial e **machine learning**, com carácter preditivo, para melhoria da eficiência operacional e da integração dos sistemas que suportam as diversas atividades e que ajudam a alimentar a plataforma da cidade. Como consequência desse percurso, o Estatuto Inovadora COTEC veio distinguir a empresa pelo facto de aliar elevados padrões de estabilidade financeira a uma eficiência operacional com potencial de inovação tecnológica, de modo a gerar crescimento robusto, rentável e recorrente.

Em 2022, os clientes e a comunidade voltaram a figurar entre as prioridades da **Águas e Energia do Porto, EM**, que tem vindo a mudar o paradigma na forma como se relaciona com os seus **stakeholders**, nomeadamente no sentido de prestar um serviço que se quer de excelência. Exemplo disso foi a reformulação operada na atividade de verificação da conformidade dos projetos e obras de infraestruturas hidráulicas (públicas e prediais), através da reorganização das equipas e da revisão dos procedimentos internos, de forma a privilegiar a qualidade do serviço prestado.

Paralelamente, está em curso o desenvolvimento de uma **interface** agregadora dos múltiplos canais de comunicação com o cliente, que permitirá otimizar os processos de pedidos de informação, pedidos de serviços, sugestões, reclamações e elogios, entre outros. Esta plataforma, designado como NORBI, permitirá que a empresa tenha uma visão 360º dos seus clientes, antecipando, assim, as suas necessidades e expetativas, aumentando a sua satisfação e melhorando a sua experiência.

Deste modo, fica patente que a **Águas e Energia do Porto, EM**, manteve, no presente exercício, o compromisso de se assumir como uma entidade de referência nos setores da água e da energia, cada vez mais orientada para os nossos clientes e para a comunidade, sempre com o intuito de prestar um serviço de excelência, isso somente sendo possível graças à incansável dedicação dos nossos colaboradores.

Terminamos com uma palavra de apreço ao nosso acionista, a Câmara Municipal do Porto, pela confiança que em nós continua a depositar.

Porto, 24 de março de 2023

O Conselho de Administração

(Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo, Presidente)

(Ana de Campos Cabral de Noronha Meneses, Administradora Executiva)

(Ruben Gabriel Teixeira Fernandes, Administrador Executivo)

04 | Principais Indicadores

Áreas	Unidade	2022	2021
Gestão de Clientes			
Clientes	N.º	163 808	160 476
Tempo médio de espera (Call Center)	Minutos	00:04:12	00:05:33
Tempo médio de disponibilização do serviço	Dias	3,7	3,5
Gestão Operacional			
Abastecimento de Água			
Acessibilidade física ao serviço	%	100	100
Adesão ao serviço	%	100	100
Ocorrência de falhas no abastecimento	N.º/1000 ramais	0,12	0,11
Ocorrência de avarias em condutas	N.º/100 km	24,6	28,9
Água segura	%	99,43	99,74
Água entrada no sistema	m ³	20 724 716	19 328 503
Água faturada	m ³	17 941 341	16 472 563
Água não faturada	m ³	2 783 374	2 855 940
Índice de água não faturada	%	13,43	14,78
Reabilitação de condutas	%	0,51	0,65
Saneamento de Águas Residuais			
Acessibilidade física ao serviço	%	99,80	99,80
Adesão ao serviço	%	98,96	98,70
Águas residuais tratadas	m ³	21 010 671	20 738 969
Cumprimento dos parâmetros de descarga	%	100	100
Ocorrência de inundações	N.º/1000 ramais	0,79	0,88
Ocorrência de colapsos em coletores	N.º/100 Km	0,89	1,79
Taxa de reabilitação de coletores	%	0,56	0,38
Drenagem de Águas Pluviais			
Ocorrência de colapsos em coletores	N.º/100 Km	2,87	2,60
Taxa de reabilitação de coletores	%	0,50	0,53
Gestão de Recursos Humanos			
Colaboradores	N.º	547	539
Taxa de absentismo	%	10,3	7,5
Índice de frequência de acidentes de trabalho	‰	55,23	40,00
Taxa de participação em formação	%	107,7	95,1
Investimento			
Investimento realizado no período	Euros	14 590 697,40	12 824 330,42
Investimento em curso	Euros	11 891 990,31	10 035 831,80
Economia e Finanças			
Volume de negócios	Euros	48 484 581,63	42 079 587,12
EBITDA	Euros	18 527 014,38	14 213 836,81
Resultado operacional (EBIT)	Euros	8 025 858,95	3 689 947,77
Resultado líquido	Euros	6 577 091,57	3 584 460,78
Cash-Flow (Fluxo das Atividades Operacionais)	Euros	17 067 962,71	10 403 593,63
Margem EBITDA ⁽¹⁾	%	38,21	33,78
Autonomia financeira ⁽²⁾	%	76,47	77,64
ROCE (Rentabilidade do capital investido) ⁽³⁾	%	5,02	2,37
ROE (Rentabilidade dos capitais próprios) ⁽⁴⁾	%	4,42	2,50
Prazo médio de pagamento	N.º de dias	69	62
Prazo médio de recebimento	N.º de dias	26	27

⁽¹⁾ EBITDA / Volume de Negócios | ⁽²⁾ Capital Próprio / Ativo Total Líquido | ⁽³⁾ (EBIT / Ativo Total Líquido – Passivo Corrente)

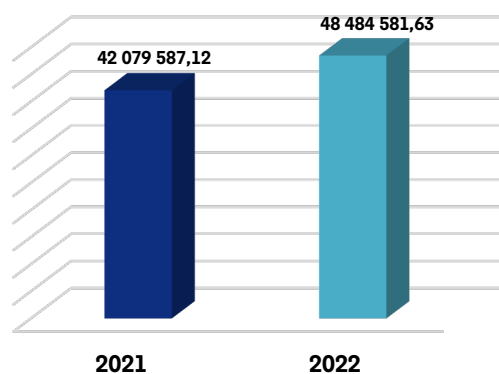
⁽⁴⁾ Resultado Líquido / Capitais Próprios

Visão Geral do Negócio

DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO

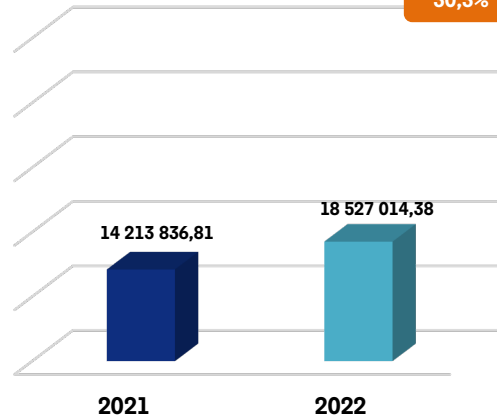
Volume de Negócios
(€)

15,2%



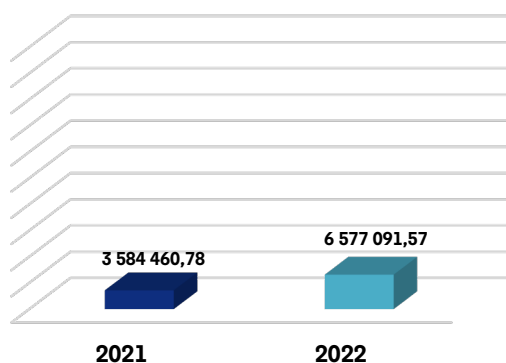
EBITDA
(€)

30,3%



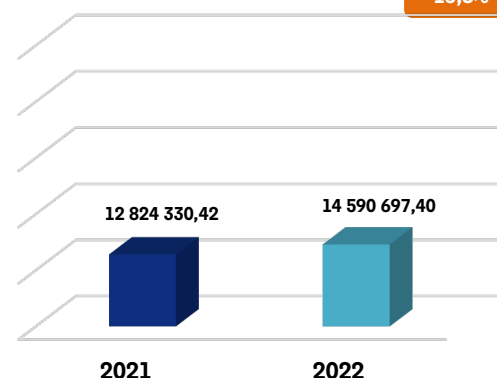
Resultado Líquido
(€)

83,5%



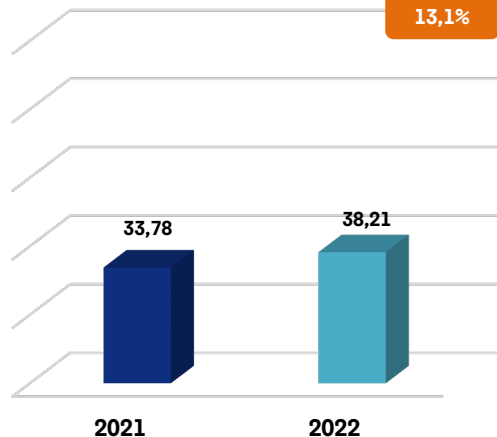
Investimento Realizado no Período
(€)

13,8%



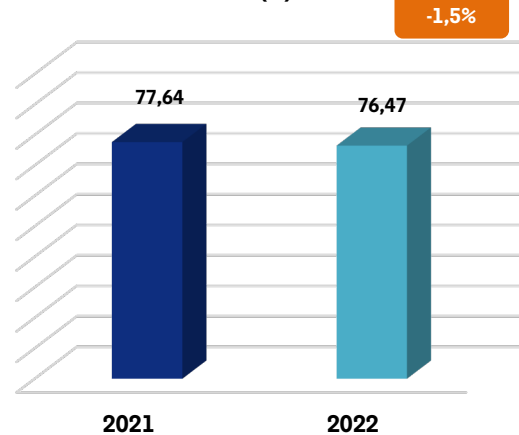
Margem EBITDA
(%)

13,1%



Autonomia Financeira
(%)

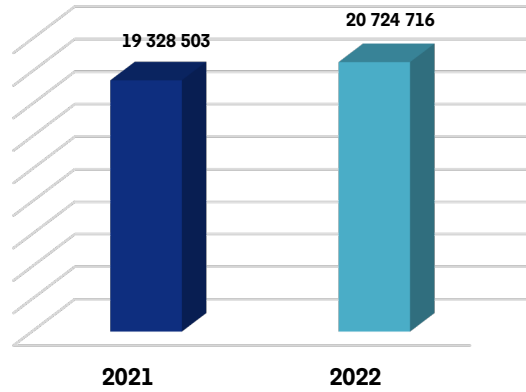
-1,5%



DESEMPENHO OPERACIONAL

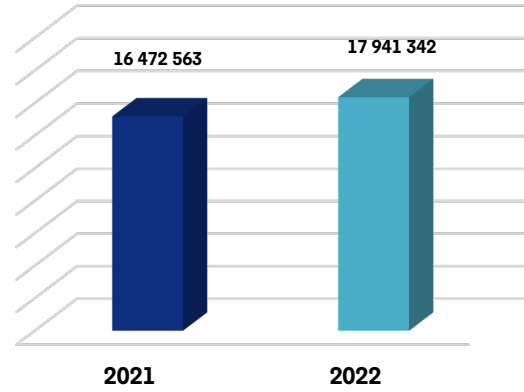
Água Entrada no Sistema
(m³)

7,2%



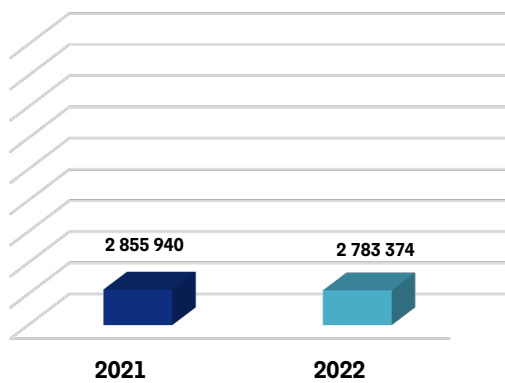
Água Faturada
(m³)

8,9%



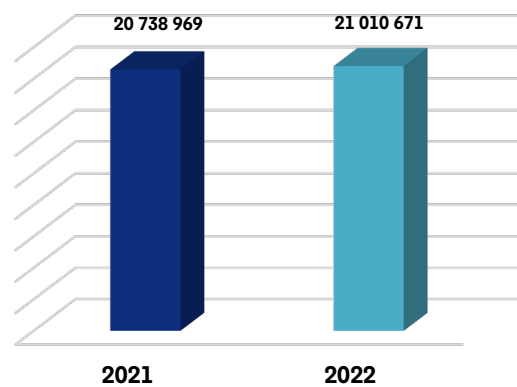
Água Não Faturada
(m³)

-2,5%



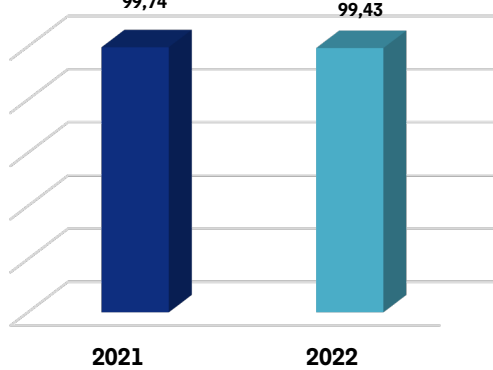
Águas residuais tratadas
(m³)

1,3%



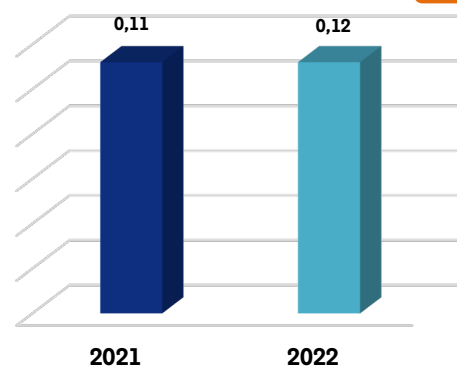
Água Segura
(%)

-0,3%



Falhas no Abastecimento
(N.º/1000 ramais)

9,1%



05 | Cronologia





Canal de Denúncias Online
 A Rede de Energia de Porto, S.A. disponibiliza um Canal de Denúncias para o cliente, com o objetivo de garantir a qualidade dos serviços prestados e a satisfação dos clientes. O Canal de Denúncias permite ao cliente reportar problemas, reclamações, sugestões e ideias de melhoria dos serviços prestados. O Canal de Denúncias encontra-se disponível no endereço <https://www.portoenergia.pt>.



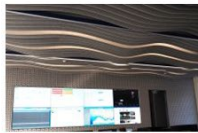
14 junho
 Cerimónia de hasteamento da Bandeira Azul nas praias do Porto

29 junho
 Aprovação da candidatura ibérica Aqualitrens II

Subscrição da "Declaração de Compromisso para Adaptação e Mitigação das Alterações Climáticas nos Serviços de Águas", da APDA
 13 junho

Disponibilização do Canal de Denúncias
 21 junho

Adenda ao Contrato de Mandato da Energia
 30 junho



22 julho
 Aprovação da candidatura europeia ASCEND

12 setembro
 Presença na IWA World Water Conference & Exhibition 2022 (Copenhaga, Dinamarca)

Estatuto inovadora COTEC
 12 julho

Criação e início da utilização da "Repair Leaks ASAP", no âmbito do novo Plano Diretor
 01 agosto

Disponibilização das senhas virtuais de atendimento
 13 outubro





06 | Sumário do Exercício

No presente exercício, a **Águas e Energia do Porto, EM**, apresenta uma situação económico-financeira equilibrada e sustentável, traduzida num volume de negócios de 48 484 581,63 € e num resultado líquido de 6 577 091,57 €. Prova disso são também os resultados dos principais indicadores económico-financeiros: a margem EBITDA situou-se em 38,21%, mais 4,43 pontos percentuais (p.p.) do que em 2021, e a autonomia financeira cifrou-se em 76,47%, em comparação com 77,64% no período homólogo.

As vendas e prestações de serviços subiram 15,2% relativamente ao ano transato, tendo ficado 7,1% acima do valor orçamentado nos [IGP 2022-2024](#). No mesmo sentido, o resultado líquido aumentou 83% em relação a 2021, sendo 251% superior ao montante previsto em sede de orçamento para 2022.

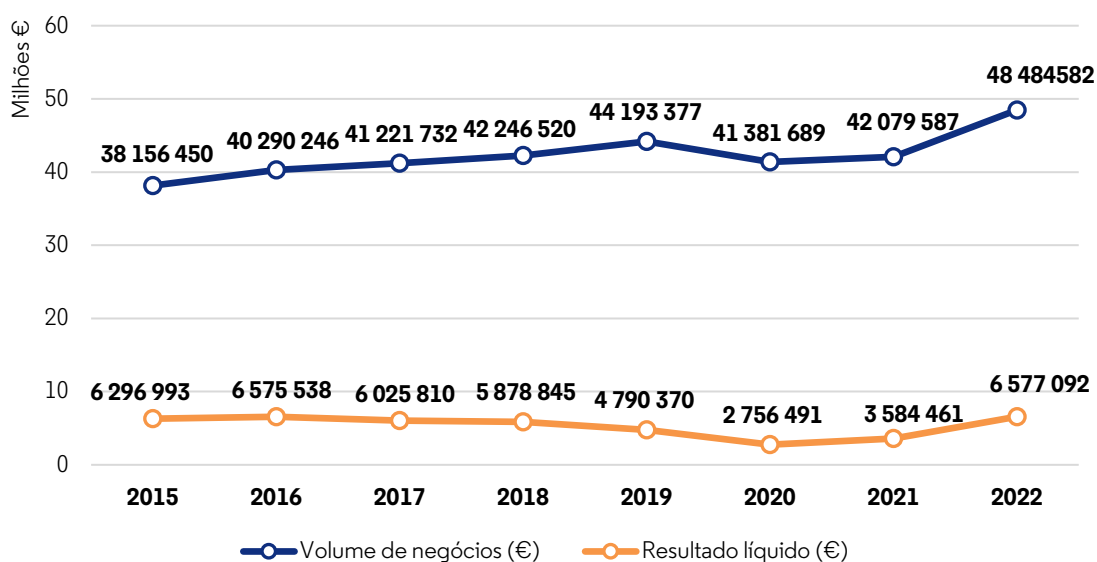


Figura 1 | Volume de negócios e resultado líquido (2015-2022)

No contexto da retoma económica depois do período pandémico de 2020 e 2021, assistiu-se, em 2022, a uma expansão do consumo dos clientes não domésticos, que se fez sentir de forma mais expressiva nos setores empresarial (35,8%) e social (16,6%). Por seu lado, o consumo doméstico manteve-se estável, com um aumento quase nulo (0,5%). Consequentemente, o volume total de água faturada aumentou 8,9%, tendo também o volume de água entrada no sistema sofrido um incremento de 7,2%.

Em 2022, o investimento global da **Águas e Energia do Porto, EM**, ascendeu a cerca de 14,6 milhões de euros, correspondendo a uma taxa de execução do Plano de Investimentos de 79,7%, de acordo com o valor orçamentado nos IGP 2022-2024. Em comparação com o exercício anterior, em que o investimento se cifrou em aproximadamente 12,8 milhões de euros, constata-se um aumento de 12,1% no investimento total executado, tal como fica patente na Figura 2.

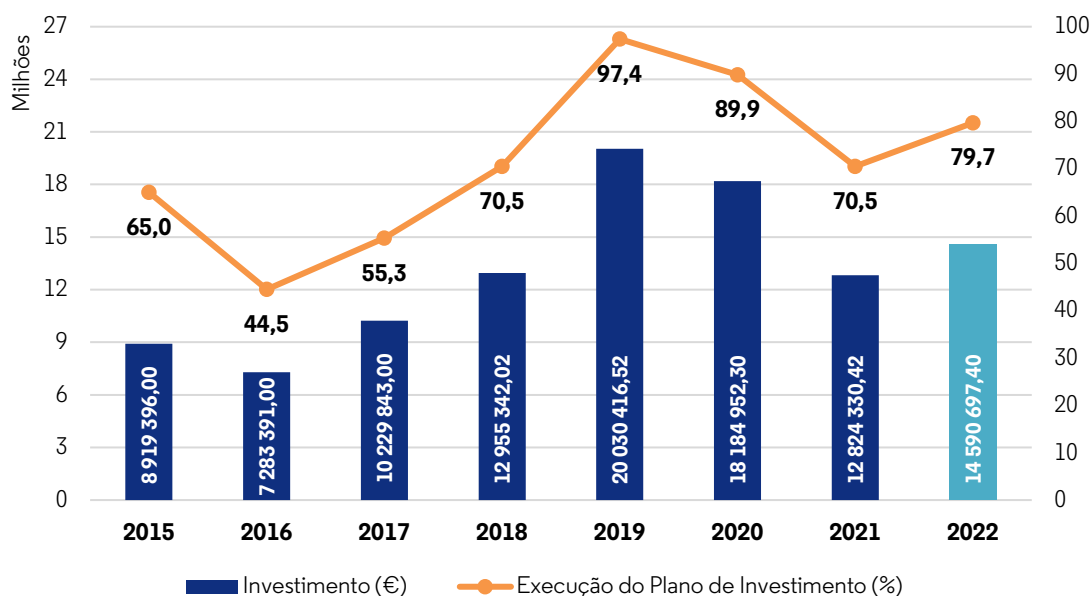


Figura 2 | Volume de investimento (2015-2022)

Neste capítulo, é, ainda, de realçar que a **Águas e Energia do Porto, EM**, compatibiliza a sua sólida situação económico-financeira com uma política tarifária sustentável. A fatura de água e saneamento de uma família padrão, constituída por três a quatro elementos, a residir na cidade do Porto, para um consumo mensal de 10 m³, aumentou ligeiramente em 2022, para o valor de 15,83 €. A evolução da fatura mensal entre 2014 e 2022 é apresentada na Figura 3.

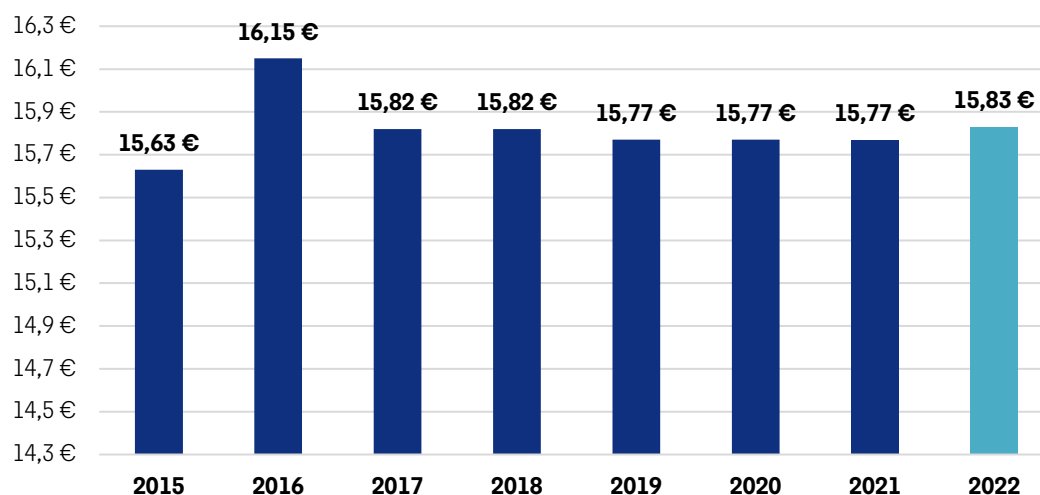


Figura 3 | Fatura mensal de água e saneamento de uma família padrão na cidade do Porto para um consumo de 10 m³ (2015-2022)

Tendo por base os dados recolhidos relativamente aos tarifários em vigor, o Município do Porto apresentou, no ano transato, a fatura de água e águas residuais mais baixa entre as autarquias que compõem a Área Metropolitana do Porto. No universo das capitais de distrito, a cidade do Porto integra também o lote dos municípios com as tarifas mais económicas, ocupando, por ordem decrescente, a 17.^a posição.

A **Águas e Energia do Porto, EM**, mantém um bom desempenho no que concerne ao indicador da acessibilidade económica dos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais. Este indicador da qualidade do serviço, definido pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), avalia o nível de adequação da interface com o utilizador em termos de acessibilidade do serviço, no que respeita à capacidade económica das famílias para suportarem o serviço prestado pelas entidades gestoras.

Segundo os dados mais recentes (2021) apurados pela entidade reguladora e publicados no [RASARP 2022 \(Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal\)](#), o encargo médio do serviço de abastecimento de água teve um peso de 0,24% no rendimento médio disponível por agregado familiar portuense, apresentando-se o serviço de saneamento de águas residuais com um peso inferior correspondente a 0,12%. Estes valores reportam-se a uma boa qualidade de serviço. De referir que, para os sistemas em baixa, considera-se uma acessibilidade económica boa quando o resultado do indicador fica situado no intervalo entre 0 e 0,5%.

No setor do abastecimento de água em baixa, a acessibilidade económica média em Portugal Continental situa-se em 0,35%, ascendendo a 0,27% no caso do saneamento de águas residuais. No conjunto das entidades gestoras integradas no cluster “Área predominantemente urbana”, no Norte e quanto aos sistemas de água e de saneamento em baixa, só uma entidade gestora tem um desempenho melhor do que a **Águas e Energia do Porto, EM**, em ambos os serviços.

07 | Principais Acontecimentos

7.1. Redução de 2% no primeiro escalão da tarifa da água para clientes domésticos

Em fevereiro de 2022, o Executivo Municipal aprovou a [proposta de estrutura tarifária](#) da **Águas e Energia do Porto, EM**, para o referido ano, que contempla uma redução de 2% no primeiro escalão da tarifa de abastecimento de água aplicada aos clientes domésticos. Esta medida pretende que os ganhos de eficiência obtidos pela empresa sejam repartidos equitativamente com todos os utilizadores dos serviços prestados, em especial com os utilizadores domésticos economicamente mais débeis.

As tarifas de fornecimento de água e de recolha e tratamento de águas residuais e os preços dos diversos serviços auxiliares conexos com aquelas atividades entraram em vigor no dia 1 de março de 2022. Continuam a ter como objetivos primordiais a equidade e a justiça, bem como a garantia da acessibilidade física e económica de ambos os serviços aos clientes. Em paralelo, os valores aprovados asseguram a sustentabilidade económico-financeira que tem vindo a caracterizar a empresa desde a sua constituição.

É, deste modo, de ressaltar que a **Águas e Energia do Porto, EM**, compatibiliza a sua sólida situação económico-financeira com uma política tarifária sustentável. A fatura mensal de água e saneamento de uma família padrão portuense (3-4 elementos), para um consumo de 10 m³, corresponde a 15,83 € em 2022. Trata-se do valor mais baixo entre as 16 autarquias que compõem a Área Metropolitana do Porto. No universo das 18 capitais de distrito de Portugal Continental, o Município do Porto integra também o lote dos concelhos com as tarifas de água e águas residuais mais económicas, ocupando, por ordem descendente, a 17.^a posição.

7.2. Início da segunda fase do projeto “Setorização Mais”

No período em análise, a **Águas e Energia do Porto, EM**, concretizou uma nova Zona de Medição e Controlo (ZMC) – VRP Barredo –, complementada com uma válvula redutora de pressão (VRP) para regulação da pressão na rede. Neste momento, o sistema de abastecimento de água é constituído por 85 ZMC, das quais 23 ZMC principais e 62 Sub-ZMC interiores, e 5 ZRP – Zonas de Redução de Pressão.

No contexto do Programa de Gestão e Redução da Água Não Faturada, a empresa avançou também com a segunda fase do projeto “Setorização Mais”, a ser implementada entre 2022 e 2024. Serão criadas 26 novas sub-ZMC interiores, com a instalação do mesmo número de caudalímetros, e cerca de 50 novos pontos de monitorização e controlo da pressão, através da colocação de **data loggers**, sendo a estratégia mais abrangente em comparação com primeira fase do projeto. As principais diferenças são as seguintes:

- Opção preferencial pela instalação de caudalímetros enterrados para monitorização dos caudais aduzidos às zonas, ao invés da construção de câmaras de manobras enterradas para albergar os equipamentos e respetivos circuitos hidráulicos;
- Inclusão da instalação de algumas VRP na entrada de determinadas sub-ZMC a criar para gerir melhor e reduzir as pressões excessivas e a sua flutuação ao longo do dia; e
- Implementação faseada, mas contínua, das soluções no terreno, por forma a otimizar e monitorizar os resultados que vão surgir.

Em paralelo, esta fase do projeto prevê também a instalação de seis novas VRP para regulação das pressões a jusante, tendo em vista a redução de zonas de abastecimento com pressão excessiva e o controlo da sua flutuação diária.

7.3. Lançamento de empreitada contínua para reabilitação de condutas

Importante para a diminuição da ANF é a componente infraestrutural. A **Águas e Energia do Porto, EM**, pôs em prática uma estratégia inovadora, que consiste numa [empreitada contínua e não programada para a reabilitação urgente e pontual de troços prioritários de condutas](#), que registam perdas de água e desempenho inferior às expectativas e necessidades. Este plano permitirá renovar cerca de três quilómetros de condutas por ano e garantirá um serviço de melhor qualidade aos clientes.

A empreitada em questão caracteriza-se pela agilidade e rapidez de execução, o que possibilita a obtenção de resultados imediatos. Assim, para além da eliminação das fugas e perdas de água existentes nestas condutas, bem como de falhas no fornecimento de água aos clientes, esta intervenção está a contribuir decisivamente para o reforço da segurança e resiliência de todo o sistema. Salientam-se também os seguintes benefícios: (i) eliminação de infraestruturas antigas, com materiais obsoletos, substituídas por condutas e ramais novos, com alto grau de desempenho e qualidade; (ii) melhoria das condições de caudal e pressão no serviço prestado diariamente aos clientes; e (iii) melhoria da qualidade da água distribuída.

Esta medida surge no âmbito do cumprimento dos planos de ação associados ao Plano de Segurança da Água (PSA) e ao Programa de Gestão e Redução da Água Não Faturada. Com recurso a um algoritmo preditivo desenvolvido internamente que analisa os dados históricos e atuais da rede de abastecimento de água, é possível a criação de zonas com maior suscetibilidade de ocorrência de fugas. Deste modo, quando ocorre uma nova perda de água ou se verifica a iminência de esta vir a ocorrer, a **Águas e Energia do Porto, EM**, intervém de forma a eliminar um local que apresenta problemas crónicos.

Prevê-se que estas ações cirúrgicas continuem a decorrer ao longo dos próximos anos por toda a cidade, com um impacto reduzido na via pública, mantendo as condições de excelência no fornecimento de água a todos os clientes.

7.4. Conclusão da primeira intervenção do Programa Rua Direita

No domínio infraestrutural, destaca-se, igualmente, o facto de a [primeira intervenção no âmbito do Programa Rua Direita ter sido finalizada em fevereiro de 2022](#), com a requalificação do troço nascente da Rua de Vila Nova. Realizada pela empresa municipal GO Porto – Gestão e Obras do Porto, em parceria com a **Águas e Energia do Porto, EM**, esta empreitada representou um investimento de 680 mil euros.

A intervenção visou a reestruturação dos passeios e da faixa de rodagem neste arruamento na zona de Aldoar, bem como a execução de nova pavimentação e a colocação de pequenas áreas ajardinadas. Os trabalhos incluíram ainda a substituição da rede de abastecimento de água, a criação de pontos de recolha de resíduos sólidos urbanos, a implantação da rede de tubagem de telecomunicações e a remodelação da rede de iluminação pública existente.

Também no contexto do Programa Rua Direita, já tinha sido iniciada a obra de requalificação da Rua do Encontro, da Travessa do Campo Lindo (parcial) e do troço do Largo do Campo Lindo, no valor de 389 mil euros, através da pavimentação dos arruamentos, da colocação de sinalização rodoviária vertical e horizontal e da melhoria da acessibilidade pedonal, por meio da adoção de troços de via partilhada. Serão reabilitadas as infraestruturas de abastecimento de

água, de saneamento de águas residuais e de drenagem de águas pluviais, da responsabilidade da **Águas e Energia do Porto, EM**, assim como de telecomunicações e de iluminação pública.

O Programa Rua Direita é uma iniciativa municipal estruturante destinada à reabilitação profunda da rede fina de espaços públicos da cidade do Porto, tendo por objetivo devolver condições de circulação e de fruição do espaço público de zonas que, durante décadas, não foram objeto de qualquer investimento. Com vista à reconversão de perto de uma centena de arruamentos, correspondentes a cerca de 15 quilómetros, este programa abrange todo o território da cidade, contemplando, além de espaços públicos, antigos caminhos rurais, áreas urbanas em transformação e ruas degradadas em tecido consolidado.

7.5. Instalação da primeira unidade de produção de ApR

Perante um cenário de escassez de água em relação às reais necessidades, a produção de Água para Reutilização (ApR) nas ETAR assume cada vez mais um papel determinante enquanto origem alternativa de água. Como tal, o Governo aprovou, em 2019, a necessidade de as 52 maiores ETAR do País (onde se incluem as estações do Porto) reutilizarem 10% dos efluentes tratados até 2025 e 20% até 2030.

Nesse sentido, foi publicado o Decreto-Lei n.º 119/2019, de 21 de agosto, que estabelece o regime jurídico de produção de ApR, o que impulsionou a **Águas e Energia do Porto, EM**, a arrancar com o projeto de transformação das suas ETAR (Sobreiras e Freixo) em fábricas de recursos. A empresa instalou uma unidade modular piloto de membranas planas na ETAR do Freixo, que irá produzir uma quantidade diária de água classe A, a reutilizar para usos não potáveis. Esta unidade está em funcionamento desde novembro.



Figura 4 | Instalação piloto de produção de água para reutilização na ETAR do Freixo

7.6. Inauguração do Parque Central da Asprela

Unindo o Campus Universitário da Asprela e o parque habitacional envolvente, o [novo pulmão verde da cidade do Porto foi inaugurado em março de 2022](#). São seis hectares de paisagem cuidadosamente arquitetada, com espelhos de água, 900 elementos arbóreos plantados, mais de 700 elementos arbóreos preservados, linhas de água a céu aberto e mais de dois quilómetros de percursos pedonais e cicláveis acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida.

Para o desenvolvimento deste projeto foi constituída uma equipa multidisciplinar entre vários parceiros, nomeadamente a **Águas e Energia do Porto, EM**, a Câmara Municipal do Porto, a Universidade do Porto e o Instituto Politécnico do Porto, almejando a concretização de soluções inovadoras e sustentáveis num espaço verde de uso público de referência. Este desígnio visa enriquecer e dinamizar a área urbana em questão, especialmente ocupada por equipamentos

de ensino e investigação, elevando a qualidade e a diversidade dos sistemas naturais na proximidade dos cidadãos, a vivência e a perceção do espaço exterior vivo, os níveis de saúde e bem-estar e a qualidade ambiental.

O Parque Central da Asprela abarca soluções inovadoras e sustentáveis de estabilização de margens com recurso a técnicas de bioengenharia em meio marcadamente urbano, tendo em vista a minimização e compensação de impactos em áreas de elevada densidade construtiva, muito vulneráveis relativamente a episódios de cheias e inundações, por via da valorização e funcionalidade dos sistemas naturais e da viabilidade da sua conectividade. Em resumo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos para o projeto:

- Favorecer a qualificação territorial e ambiental, através de ações de minimização de riscos de cheias e inundações, promovendo a segurança de pessoas e bens;
- Promover o enquadramento dos recursos hídricos num meio marcadamente urbano;
- Fomentar o acesso da população a espaços de contacto com a natureza em áreas de elevada densidade populacional;
- Contribuir para o cumprimento dos objetivos da Diretiva Quadro da Água, transposta para a legislação nacional através da Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro), designadamente a melhoria das condições hidrogeomorfológicas da ribeira.

A comunidade académica da Asprela, constituída por alunos, docentes, investigadores e outros colaboradores, é a principal beneficiária deste novo pulmão verde, abrangendo um total de 30 000 indivíduos. Acrescem os utentes do Centro Hospitalar de São João e do Instituto Português de Oncologia (IPO), os passageiros da Linha Amarela do Metro do Porto e a população residente na área envolvente.



Figura 5 | Parque Central da Asprela adota soluções baseadas na natureza para adaptação às alterações climáticas

Em termos práticos, o Parque Central da Asprela assume-se como fundamental para a valorização dos ecossistemas ribeirinhos, assim como para a mitigação de inundações, em alturas de maior precipitação, através de bacias de retenção, contribuindo, deste modo, para a proteção de pessoas e bens, num contexto de agravamento das alterações climáticas, mitigando impactos negativos nos gastos da empresa.

Como tal, este projeto foi objeto de uma candidatura a financiamento nacional no âmbito do Aviso n.º 8732/2018 – Adaptação às Alterações Climáticas – Recursos Hídricos, do Fundo Ambiental. A candidatura foi aprovada com um financiamento global de 1 000 000 € para um investimento total de 1,64 milhões de euros, dos quais 519 245,73 € a cargo da **Águas e Energia do Porto, EM**. No caso da empresa, a despesa elegível aprovada corresponde a 421 200 €, sendo a taxa de cofinanciamento de 75% (315 900 €).

7.7. Celebração do Contrato-Programa das Praias

Em abril de 2022, ocorreu a celebração do Contrato-Programa entre o Município do Porto e a **Águas e Energia do Porto, EM**, para a [delegação de algumas competências de gestão das praias na empresa](#). A experiência acumulada ao nível da gestão da frente marítima, bem como a forte presença nesta zona durante a época balnear, devido à implementação do Programa Bandeira Azul, confirma que a empresa dispõe de uma posição estratégica para assumir a agregação da gestão das praias e áreas adjacentes (à cota baixa).

Desta forma, a Câmara Municipal do Porto delegou na **Águas e Energia do Porto, EM**, um conjunto de competências, entre as quais se destacam:

- O licenciamento e autorização para o fornecimento de bens e serviços e a prática de atividades desportivas e recreativas à cota baixa (exclui-se a venda ambulante);
- O licenciamento e autorização de infraestruturas e equipamentos, apoios balneares e apoios de praia temporários (ocupações inferiores a um ano);
- A gestão do processo administrativo e pagamento de pedidos de indemnização (acidentes, litígios com concessionários, entre outros) à cota baixa;
- A liquidação e cobrança de todas as taxas e tarifas devidas pelo exercício das competências previstas anteriormente;
- A fiscalização dos equipamentos e infraestruturas da frente marítima e comunicação às autoridades competentes das situações que carecem de reparação e manutenção;
- A realização de intervenções de manutenção e reparação em equipamentos de apoio à circulação pedonal, incluindo passadiços/pavimentos existentes à cota baixa, bem como acessos à areia (exceto nas zonas que não constituam águas balneares designadas);
- A realização de intervenções de manutenção e reparação em muretes e túneis de acesso à praia, por forma a garantir a segurança dos utentes das praias (excluindo ações de estabilização e contenção dos fenómenos de erosão costeira ou de danos provocados pela ação mar/galgamento costeiro).

Com vista a uniformizar procedimentos, foi apresentado pela **Águas e Energia do Porto, EM**, um pedido de identificação da praia do Aquário como água balnear. A APA pronunciou-se favoravelmente à inclusão desta nova praia na água balnear do Homem do Leme, acrescentando que esta reunia condições para ser candidata ao Programa Bandeira Azul em 2022.

7.8. Memórias da água no Porto em exposição da UNESCO

No panorama internacional, a **Águas e Energia do Porto, EM**, [participou na organização da exposição mundial “I remember Water”](#), um projeto da Global Network of Water Museums (WAMU-NET) da UNESCO, rede da qual faz parte através do Parque Patrimonial das Águas. A empresa esteve também representada no júri desta iniciativa.

A exibição foi estruturada em seis secções diferentes por uma equipa de curadores: **Life, Play, Heritage, Spiritual, Belonging e Transformations**. Todas as imagens recolhidas exploram, de diferentes perspetivas, a diversidade e a impressionante afinidade da ligação da humanidade à água. Esta é uma mostra inédita de diferentes memórias aquáticas expostas por museus e instituições afiliadas da WAMU-NET, que estão na linha de frente para promover diariamente a educação para a água.

A exposição **online**, que foi inaugurada no Dia Internacional dos Museus, teve como objetivo ampliar o alcance deste dia histórico promovido pelo Conselho Internacional de Museus. A “I Remember Water” materializa-se num novo **website** com 462 imagens e documentos cedidos por 60 instituições, artistas e indivíduos que revelam o poder das memórias da água.

7.9. Progressos na criação da CER de Agra do Amial

No dia 3 de maio de 2022, a **Águas e Energia do Porto, EM**, assinalou um ano de integração da energia nas suas áreas de negócio, depois de ter alargado a sua esfera de atuação à gestão e monitorização das infraestruturas energéticas da cidade do Porto, transformando-se no primeiro **player** de **utilities** integrado de natureza municipal em Portugal.

Como resultado desta atividade, a empresa afirmou-se como um agente ativo na transição energética, desempenhando um papel crucial na criação do sistema energético do futuro. Os principais projetos referem-se à criação de Comunidades de Energia Renovável (CER), sobretudo em bairros de habitação social, à monitorização e gestão da utilização energética nas instalações municipais e nas infraestruturas de iluminação pública, arquitetónica e de espaços verdes e, ainda, à gestão e expansão da rede municipal de carregadores de veículos elétricos.

De salientar os trabalhos associados à empreitada de instalação de um conjunto de unidades de produção de energia elétrica a partir de painéis fotovoltaicos nas coberturas dos vários edifícios do Bairro de Agra do Amial e da Escola Básica de Agra do Amial, num total de 114 kWp, conducentes à constituição da CER.

Esta é uma das iniciativas mais importantes do projeto “**Asprela + Sustentável**”, enquanto investimento consignado no Contrato de Mandato estabelecido entre o Município do Porto e a **Águas e Energia do Porto, EM**, que visa incentivar a produção e o consumo de energia limpa, a promoção da mobilidade elétrica sustentável e a possibilidade de armazenamento de parte da energia produzida. No final do ano, o projeto encontrava-se concretizado em 82,6%, estando já a escola a produzir energia solar fotovoltaica, embora ainda e apenas para consumo próprio.

De assinalar, igualmente, a conclusão dos estudos de viabilidade necessários à instalação de unidades de produção para autoconsumo (UPAC) adicionais, em particular no Parque da Cidade (78 kWp), incluindo o Pavilhão da Água e o Edifício Administrativo, e na ETAR do Freixo (107 kWp). A preparação das peças procedimentais para as empreitadas de conceção, construção e manutenção dos respetivos locais está terminada, tendo os concursos sido abertos em janeiro de 2023.

Outro projeto âncora da **Águas e Energia do Porto, EM**, prende-se com a requalificação da iluminação pública da cidade, através da substituição de cerca de 26 000 luminárias por [tecnologia LED no âmbito do projeto IP Total](#). Consequentemente, prevê-se que o consumo de energia na via pública descerá para menos de metade, culminando numa redução de custos

anuais superior a um milhão de euros. A substituição da primeira luminária (lote 5) ocorreu no dia 4 de novembro, tendo sido, até ao final do ano, instaladas 787 novas luminárias.

7.10. Auditorias energéticas avançam em 28 edifícios municipais

Existem cerca de 1500 pontos de entrega (CPE) de energia elétrica sob titularidade do Município do Porto. O fornecedor atual disponibiliza uma plataforma informática para consulta de faturas (consumos e custos), sendo esta o principal suporte para a gestão destes contratos. Em 2022, o objetivo primordial da **Águas e Energia do Porto, EM**, passou por implementar um procedimento robusto de gestão da utilização e encargos com a energia, nomeadamente através de três atividades:

- Suporte à validação de faturas emitidas ao Município do Porto, tendo sido avaliadas 363 faturas, muitas delas agrupando vários CPE, num valor total de 1,9 milhões de euros;
- Recomendação de adaptação ciclos de faturação e/ou de ajuste de potências contratadas, tendo por base a análise do histórico de consumos e o conhecimento genérico das infraestruturas existentes;
- Monitorização de consumos de energia reativa, com o intuito de detetar aumentos significativos, uma vez que é uma obrigação do fornecedor de energia proceder à implementação e operação de medidas mitigadoras, o que, por norma, passa pela instalação de baterias de condensadores.

Está concluído o levantamento, junto do Município do Porto, de todos os edifícios municipais consumidores de energia elétrica, e que devem ser alvo de auditorias conducentes às respetivas certificações energéticas, num total de 195. Neste sentido, a **Águas e Energia do Porto, EM**, contratualizou a realização de auditorias energéticas em 28 destes edifícios, usando como critérios de priorização o consumo energético anual e a respetiva área bruta de utilização.

7.11. Reforço da mobilidade elétrica no ecossistema municipal

No que respeita à mobilidade elétrica, **Águas e Energia do Porto, EM**, é responsável pela operação e manutenção da rede municipal de carregadores de veículos elétricos, sendo esta abrangida por dois subcontratos de prestação de serviços: (i) manutenção dos postos de carregamento; e (ii) operação da plataforma de supervisão técnica. Em 2022, foram executadas 232 intervenções preventivas e 50 intervenções corretivas. Complementarmente às obrigações previstas no contrato, e de forma a não onerar desnecessariamente o mesmo, foram ainda concluídas 66 intervenções por equipas próprias.

O contrato de operação da plataforma de supervisão técnica, inicialmente sob controlo direto da Câmara Municipal do Porto, foi aditado no sentido de transferir a posição contratual para a **Águas e Energia do Porto, EM**. As reuniões de acompanhamento com o fornecedor incidiram essencialmente na monitorização de indicadores da rede e na validação e melhoria de algumas funcionalidades da plataforma.

Atualmente, a rede municipal de carregadores de veículos elétricos é constituída por 194 postos, tendo aumentado o número de postos onde está garantida a monitorização remota para 180 (91,2%). Assistiu-se também ao incremento da taxa de disponibilidade média anual de 79,9% para 87,2%. É, ainda, possível medir a percentagem de tempo em que cada posto esteve a ser utilizado, que subiu para 51,1%.

Está em curso o procedimento de contratação para a renovação da frota de veículos municipais, da responsabilidade da Câmara Municipal do Porto, com um aumento das componentes elétrica ou híbrida. Foi, assim, identificada a necessidade de 35 novos postos de carregamento, em 14

locais diferentes, associados a sete unidades orgânicas do Município do Porto e a duas empresas municipais. No seguimento, foi preparado o procedimento de concurso para o fornecimento e instalação destes novos postos, prevendo-se a sua concretização no início de 2023.

7.12. Adesão ao Pacto do Porto para o Clima

Vários representantes da **Águas e Energia do Porto, EM**, estiveram presentes em nove conferências internacionais (Londres, Grenoble, Madrid, Bruxelas, Washington, Praga, Copenhaga, Narvik e Valencia). A utilização eficiente dos recursos hídricos e energéticos foi um dos temas mais focados neste périplo além-fronteiras, tendo a empresa sido apresentada como um caso único no panorama nacional (e um dos poucos a nível internacional) que reúne os setores da água e energia, com benefícios claros para todos os **stakeholders**.

O foco foi colocado no projeto de transformação das ETAR do Freixo e de Sobreiras em fábricas de recursos, enquanto força motriz da transição para a economia circular na cidade do Porto e da mitigação das emissões de gases com efeito de estufa. No que concerne à adaptação às alterações climáticas, foi evidenciado o reforço das práticas do desenho urbano sensível à água (conceito da IWA denominado “**water wise cities**”), de modo que o Porto se transforme numa cidade esponja.

Estas são linhas orientadoras do [Pacto do Porto para o Clima](#), lançado pela Câmara Municipal do Porto e subscrito, em fevereiro de 2022, pela **Águas e Energia do Porto, EM**, com o intuito de aumentar a resiliência e a sustentabilidade da cidade. Trata-se de uma iniciativa que reconhece o papel fundamental da participação de todos os atores locais – cidadãos, entidades públicas e privadas – na implementação de medidas disruptivas e visionárias, transformadoras e ambiciosas, que minimizem drasticamente as emissões de gases com efeito de estufa e promovam a adaptação do território às alterações climáticas.

Pretende-se que o Porto, em conjunto com os seus cidadãos e organizações, seja a cidade líder, a nível nacional, na neutralidade carbónica e na ação climática. A ambição municipal traduz-se na diminuição das emissões de dióxido de carbono (CO₂) em 85% até 2030 em relação ao ano base de 2004. De referir que, até 2019, a cidade do Porto já atingiu uma redução de 48% das emissões de carbono.

Neste sentido, a empresa [assinou, no mês de junho, a “Declaração de Compromisso para Adaptação e Mitigação das Alterações Climáticas nos Serviços de Águas”](#), uma ação da APDA – Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas, em linha com os instrumentos europeus já implementados em Portugal, como o Acordo de Paris, o Pacto Ecológico Europeu e a Nova Estratégia da União Europeia para as Alterações Climáticas, onde se inclui a nova Lei Europeia do Clima.

7.13. Promoção da biodiversidade através da iniciativa act4nature

Em novembro de 2022, a **Águas e Energia do Porto, EM**, associou-se a um conjunto de atividades dinamizadas pelo BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável. Aderiu ao [act4nature Portugal](#), uma iniciativa que procura mobilizar as empresas para a proteção, promoção e restauração da biodiversidade. Presente em Portugal desde 2020, esta ação conta já com 42 empresas signatárias que pretendem contribuir para travar e reverter a perda de biodiversidade até 2030.

Cerca de 50 000 espécies de flora e fauna satisfazem as necessidades humanas em áreas como alimentação, medicamentos, cosméticos, decoração e recreação. No entanto, o mundo enfrenta uma perda massiva de biodiversidade que está a degradar os sistemas naturais que sustentam sociedades e economias, com aproximadamente um milhão de espécies animais e

vegetais em risco de extinção. Desta forma, as empresas podem e devem contribuir para o desenvolvimento de novas dinâmicas, não só pela sua responsabilidade social corporativa, mas também porque dependem de ecossistemas estáveis e resilientes.

Com o objetivo de mobilizar as empresas para essa necessidade, o act4nature Portugal surge no âmbito do act4nature International, lançado em França, em 2018, pela associação EpE – *Enterprises pour l'Environnement*. Na adesão a esta iniciativa, as empresas signatárias subscrevem dez compromissos comuns e reforçam o seu empenho através de um conjunto de compromissos individuais, definidos em alinhamento com a atividade que desenvolvem.

7.14. Obtenção do Estatuto Inovadora COTEC 2022

A **Águas e Energia do Porto, EM**, foi distinguida com o [Estatuto Inovadora COTEC 2022](#), uma iniciativa da COTEC Portugal e dos seus parceiros do setor bancário. É um selo de reputação e prestígio que visa a distinção e reconhecimento público das empresas que, pela qualidade da sua liderança, gestão e desempenho, constituem um exemplo para o País.

Entre as 830 empresas candidatas, esta empresa municipal foi uma das galardoadas pelo seu investimento em inovação, robustez financeira e prestação económica. A COTEC Portugal sublinhou o “**excepcional desempenho da empresa, da gestão do sistema e das suas equipas neste âmbito**”. Este prémio é atribuído anualmente em reconhecimento às empresas que aliam elevados padrões de estabilidade financeira e eficiência operacional com potencial de inovação tecnológica, de modo a gerar crescimento robusto, rentável e recorrente.

De sublinhar que a **Águas e Energia do Porto, EM**, tem vindo a apostar na melhoria contínua das suas redes e sistemas, através da conceção e desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras, desde a Plataforma Tecnológica de Gestão do Ciclo Urbano da Água (H2Porto), correspondente a um **digital twin**, até à plataforma preditiva H2Leaks, que, com base em algoritmos de inteligência artificial, antecipa a identificação de roturas e fugas de água e consequente intervenção nas condutas que requerem intervenção urgente.

Mas o investimento em inovação estende-se a outras áreas. Durante a pandemia de Covid-19, a empresa criou o projeto Virus4Health, em parceria com o CIIMAR – Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental, da Universidade do Porto, dedicado à monitorização regular do vírus SARS-CoV-2 nas águas residuais afluentes às duas ETAR do Porto (Sobreiras e Freixo), com o objetivo de permitir a deteção da sua circulação na comunidade e, deste modo, antecipar a ocorrência de surtos. A técnica utilizada poderá servir para prever surtos e doenças que possam surgir no futuro.

Na sequência deste projeto, a **Águas e Energia do Porto, EM**, integra agora um consórcio nacional multiparceiros para implementação da Recomendação (UE) 2021/472 da Comissão Europeia (CE), de 17 de março de 2021, para a vigilância do vírus SARS-CoV-2, com vista à criação de um sistema nacional de vigilância das águas residuais orientado para a recolha de dados relativos a este coronavírus e às suas variantes e, ainda, comunicação dos dados às autoridades nacionais de Saúde e do Ambiente e à CE.

08 | Gestão de Operações

8.1. Abastecimento de Água

8.1.1. Aquisição e Venda de Água

Em 2022, a **Águas e Energia do Porto, EM**, adquiriu um volume total de 20 724 716 m³ de água tratada à empresa multimunicipal Águas do Douro e Paiva, S.A., o que corresponde a uma média diária de 56 780 m³ e representa um incremento de 7,2% relativamente a 2021. Esta variação positiva reflete um aumento total de 1 396 212 m³, isto é, um incremento médio diário de 3 825 m³ comparando com 2021.

Com efeito, o ano de 2022 reflete uma total inversão da tendência descendente dos últimos dois anos no que diz respeito à aquisição de água, o que se resulta da recuperação socioeconómica da cidade do Porto, alavancada pelas atividades turísticas e comerciais. Ainda assim, os valores globais de água entrada no sistema (AES) foram inferiores aos registados em 2019, devido ao aumento da eficiência do serviço no que respeita ao controlo e redução das perdas de água.

No presente exercício, a empresa faturou 17 941 341 m³ aos seus clientes, correspondendo a uma média diária de 49 154 m³. Este valor espelha um aumento de 8,9% na água vendida em relação ao ano anterior, o que equivale a um acréscimo de 1 468 778 m³, ou seja, uma subida média diária de 4 024 m³.

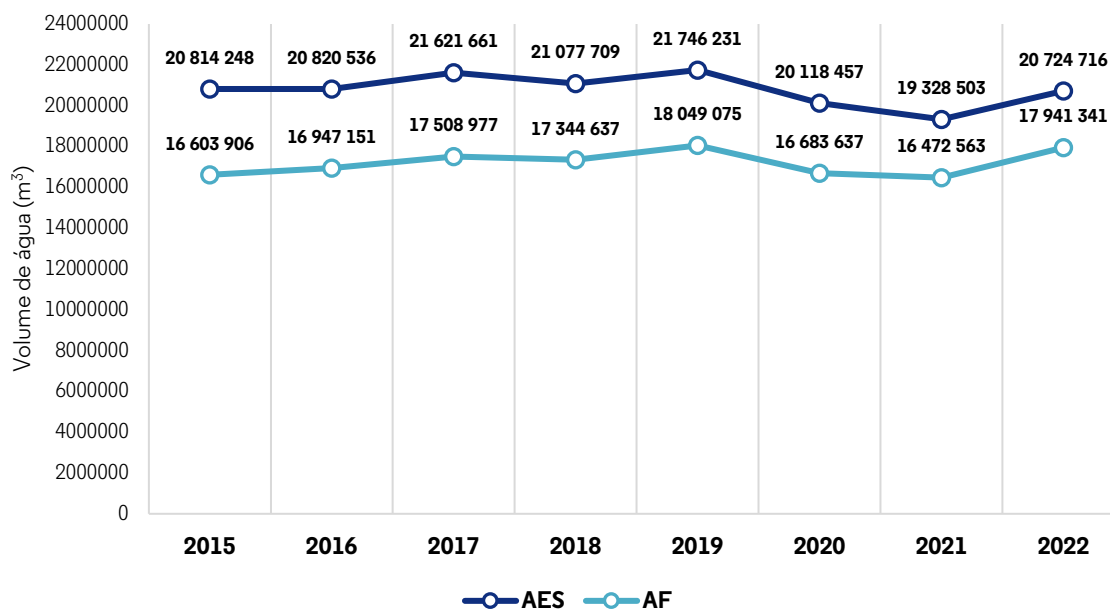


Figura 6 | Água entrada no sistema e água faturada (m³/ano) – (2015-2022)

De acordo com a Figura 6, fica evidente que, até 2019, se assistiu a uma tendência de expansão gradual do consumo de água na cidade do Porto, como consequência do crescimento do universo de clientes da **Águas e Energia do Porto, EM**, sendo de sublinhar os consumos associados ao setor turístico, designadamente hotelaria, alojamento local e restauração. Em 2018 ocorreu uma ligeira diminuição da água faturada, o que poderá ser explicado pelos efeitos das campanhas de sensibilização e informação desenvolvidas junto dos cidadãos sobre o uso

eficiente da água, especialmente após a seca severa e extrema registada em Portugal durante o ano hidrológico de 2017/2018.

Porém, houve um volte face em 2020, dado que, com a pandemia de Covid-19, foram adotadas, pelo Governo, medidas de contingência e de proteção da saúde pública, nomeadamente o confinamento geral e a paragem das atividades económicas. Este fenómeno gerou um decréscimo notório no volume de água faturada nesse ano e no ano seguinte. Observou-se, então, uma retração considerável do consumo dos clientes não domésticos, por via da paralisação e redução da atividade económica, não obstante se ter registado uma subida do consumo doméstico. Esta situação foi superada no presente exercício, com o maior volume de água vendida no período em análise.

A distribuição do consumo de água por tipologia de cliente é revelada na tabela seguinte. O consumo total dos clientes domésticos manteve-se estável, com uma variação de apenas 0,5%. O volume de água consumida pelos clientes dos setores social e empresarial teve um crescimento significativo (16,6% e 35,8%, respetivamente), reflexo da já mencionada retoma económica da cidade do Porto. Contrariando a tendência verificada nos restantes tipos de clientes, houve uma diminuição de água faturada, tanto nos consumos próprios como nos consumos autárquicos, situando-se 9,4% e 6,3% abaixo dos registados em 2021, respetivamente.

Tabela 1 | Água vendida por tipologia de cliente (m³) – (2021-2022)

Tipo de Cliente	2022		2021		Δ %
	Consumo (m ³)	Peso (%)	Consumo (m ³)	Peso (%)	
Doméstico	10 729 005	59,8	10 679 743	64,8	0,5
Social	951 404	5,3	816 095	5,0	16,6
Empresarial	4 953 818	27,61	3 647 293	22,1	35,8
Público	475 290	2,65	434 580	2,6	9,4
Autárquico	634 641	3,54	677 264	4,1	-6,3
Próprios	197 183	1,1	217 588	1,3	-9,4
Total	17 941 341	100	16 472 563	100	8,9

8.1.2. Água Não Faturada

Deste modo, no presente exercício, a **Águas e Energia do Porto, EM**, registou novamente uma [redução significativa do índice de ANF, cujo valor anual se cifrou em 13,43%](#), correspondendo a uma qualidade de serviço boa, de acordo com os intervalos de referência da ERSAR. Este indicador traduz-se, pela primeira vez, num valor abaixo da fasquia dos 14%, o que coloca a empresa no lote das 15 melhores entidades gestoras nacionais.

Este resultado representa um volume anual de 2 783 375 m³ de água, o que equivale a uma média diária de 7 626 m³. Está em causa uma queda de 2,5% em relação ao período homólogo, quando a ANF ascendeu a 2 855 940 m³ (7 824 m³/dia). Foram, deste modo, desperdiçados menos 72 566 m³, ou seja, uma média de menos 199 m³ diários.

O índice histórico de ANF atingido é especialmente relevante devido ao facto de o ano de 2022 ter sido marcado por um período alargado de seca severa e extrema em Portugal Continental, que obriga a utilização mais eficiente dos recursos hídricos por parte das entidades gestoras dos sistemas públicos de abastecimento de água. A Figura 7 ilustra a evolução do índice de ANF da **Águas e Energia do Porto, EM**, entre 2015 e 2022, em termos diários, comparando com a água adquirida e vendida.

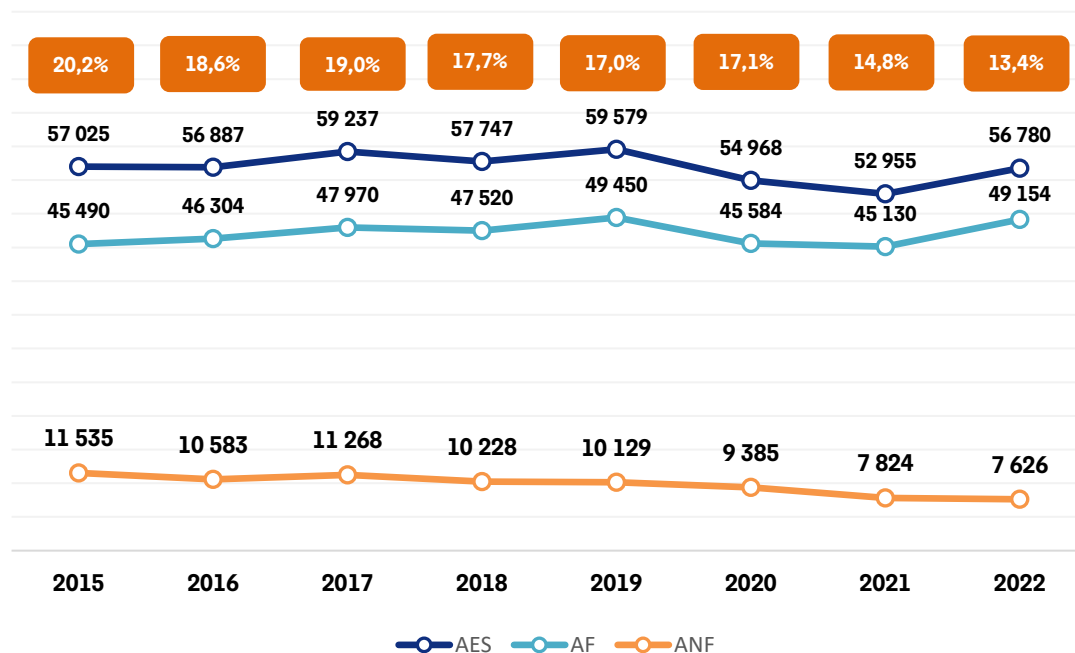


Figura 7 | Água entrada no sistema, água faturada e água não faturada (m³/dia) – (2015-2022)

8.1.3. Estratégia para as Perdas Reais e Aparentes

Em 2022, as perdas reais de água no Município do Porto situaram-se em 64,3 litros/ramal/dia, o que representa uma quebra de 6,8% comparativamente com 2021 (69 litros/ramal/dia). Foram registadas 2 045 roturas e avarias na rede pública de abastecimento de água (645 roturas de conduta, 884 roturas de ramal domiciliário e 516 avarias em acessórios), um aumento ligeiro de 3,1% relativamente ao ano transato, fruto da intensificação das atividades do controlo ativos de perdas (CAP). De facto, verifica-se que 61,9% destas ocorrências foram detetadas pelas equipas da empresa colocadas no terreno. Com um tempo médio de reparação de 2 horas e 24 minutos, foi possível garantir que 82,6% das roturas e avarias foram debeladas em menos de 24 horas.

O projeto “Setorização Mais” emergiu, igualmente, como um importante contribuidor para a diminuição das perdas reais, através da otimização do modelo de setorização da rede de abastecimento de água. Em 2022, arrancou a segunda fase deste projeto, que prevê a criação de 26 novas ZMC e a instalação de seis VRP. Em paralelo, foram instalados mais pontos de monitorização da pressão, que, em conjunto com os já existentes, perfazem 346 pontos.

Quanto às perdas aparentes, é de destacar a execução do Plano de Gestão e Renovação de Contadores e de Reforço da Telemetria em Clientes. Foram substituídos 22 350 contadores neste exercício, correspondendo a 13,9% do total de equipamentos existentes, dos quais 10 299 estavam munidos com sistema de telemetria. Fruto do projeto “Porto 100% Telemetria”, existiam 102 597 contadores desta tipologia (59,1%) em 2022, sendo que 99 844 se encontravam instalados em clientes com contrato ativo (61,3%). Como tal, a **Águas e Energia do Porto, EM**, possui um parque de contadores com uma idade média de quatro anos e oito meses.

Importante também foi a aposta no controlo dos contadores potencialmente parados. Ao longo de 2022, a empresa realizou 4 263 visitas técnicas a instalações cuja média anual de consumo era inferior a 1 m³, com o intuito de identificar situações anómalas. Nessas visitas, as equipas analisaram o funcionamento dos contadores, tendo sido desencadeadas as ações corretivas necessárias decorrentes dos resultados das inspeções realizadas, de modo a garantir a fiabilidade da faturação e a redução das perdas aparentes.

Por último, outro eixo de redução das perdas aparentes prende-se com a deteção de consumos de água não autorizados. Foram identificados e retirados 2 245 ilícitos, dos quais 61,8% foram participados pelas equipas técnicas e de operação e 38,2% pelos leitores. Após a deteção das situações de ilicitude, as equipas de operação avançam para a retirada dos mesmos e consequente restauração da integridade às instalações/locais de consumo, seguindo-se a fase de participação que culmina na instauração de contraordenações.

Foi, ainda, dada continuidade ao projeto “Ilhas”, que visa uma monitorização mais apertada dos locais mais problemáticos da cidade do Porto, através da instalação de contadores totalizadores que analisam os consumos de água, funcionando como pequenas ZMC. Em 2022, foram realizadas 18 visitas técnicas a novas ilhas para análise e decisão quanto à integração neste projeto. Com esta metodologia, torna-se possível detetar ligações indevidas e consumos ilícitos, bem como fugas nas canalizações e anomalias nos equipamentos de medição.

8.1.4. Qualidade da Água

No controlo analítico efetuado à água para consumo humano, assistiu-se, no período em análise, a um ligeiro decréscimo no indicador “Água Segura” relativo à qualidade da água na torneira dos consumidores. Ainda assim, a **Águas e Energia do Porto, EM**, manteve níveis de excelência, tanto na rede de distribuição predial como na rede de distribuição pública.

O Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) constitui um programa de controlo analítico, cujo objetivo é verificar o cumprimento dos valores paramétricos estabelecidos no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, e das alterações introduzidas no Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro, relativos à qualidade da água para consumo humano. Obedecendo a este plano aprovado pela ERSAR, o [Laboratório da empresa](#), acreditado segundo a Norma NP EN ISO/IEC 17025:2005, desde junho de 2000, realizou 7 734 análises em 2022, das quais 4 377 com valor paramétrico, correspondentes a 1 200 amostras colhidas nas torneiras dos consumidores.

Quanto ao cumprimento dos valores paramétricos, os dados apontam para 99,43% de análises realizadas em conformidade com os valores de referência fixados na legislação. Deste modo, a cidade do Porto continuou a registar um desempenho excelente quanto ao indicador “Água Segura”, definido como a percentagem de água controlada e de boa qualidade na rede predial. A evolução deste indicador, no período entre 2015 e 2021, fica patente na Figura 8.

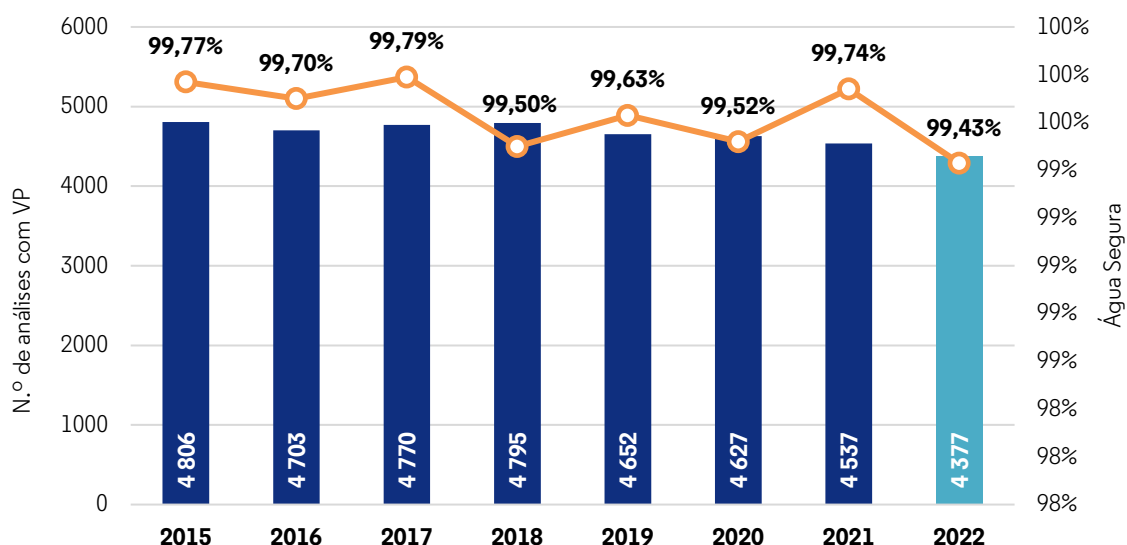


Figura 8 | “Água Segura” na torneira do consumidor (2015-2022)

Salienta-se que a empresa executou também o Plano de Controlo Operacional (PCO), que reforça o controlo da qualidade da água que é introduzida na rede de distribuição pública. Neste ano, o Laboratório colheu 2 796 amostras nas condutas adutoras, fontes, fontanários, fins de rede e condutas de ligação dos reservatórios à rede, tendo efetuado um total de 37 211 análises. Observou-se que 99,67% das análises efetuadas respeitavam os valores paramétricos legais, sendo este valor indicativo de um desempenho excelente no que respeita à qualidade da água distribuída.

Como corolário destes resultados, a **Águas e Energia do Porto, EM**, recebeu, novamente, das mãos da ERSAR, os “Selos de Qualidade Exemplar de Água para Consumo Humano” para o ano de 2021. A qualidade da água distribuída é, precisamente, um dos pilares do Programa de Alteração Comportamental para Incentivo ao Consumo de Água da Torneira, sob o mote “Beba Água do Porto”. A mensagem é simples: a água da torneira é segura, faz bem à saúde e é barata.

8.1.5. Controlo e Mitigação do Risco Operacional Relacionado com a Qualidade da Água

Um dos principais focos da atuação da **Águas e Energia do Porto, EM**, consiste em garantir permanentemente a segurança da água que distribui, quer em termos de qualidade, quer em termos de continuidade, bem como obter dos cidadãos o reconhecimento dos elevados padrões de qualidade da água que lhes é fornecida. Para tal, a empresa segue um rigoroso processo de controlo da qualidade da água para consumo humano, assegurando uma elevada segurança do produto com um excelente serviço associado.

Num mapa urbano composto por 816 km de condutas (adutoras e distribuidoras), 66 841 ramais domiciliários e seis reservatórios municipais com gamas etárias muito variáveis, o sistema de abastecimento de água do Porto está estruturado e organizado de forma a que a água seja distribuída com a máxima qualidade, desde o controlo analítico e organolético da água que é fornecida pelo sistema em alta, controlada inicialmente nos pontos de entrega do sistema, até ao controlo nos órgãos da rede pública (condutas, ramais e acessórios) e ao controlo individual da água que se encontra em reserva em cada célula dos reservatórios, passando pelo controlo nos pontos de água públicos (fontes, fontanários e bebedouros) e na torneira do consumidor. Para o efeito, são cumpridos meticolosamente dois planos já mencionados: o PCO, que abrange a rede pública e infraestruturas associadas, e o PCQA, que incide diretamente na torneira do consumidor e é reportado obrigatoriamente à ERSAR.

Com o propósito de acautelar os potenciais riscos que possam ocorrer em pontos mais sensíveis do sistema, a **Águas e Energia do Porto, EM**, possui um Plano de Descargas Controladas, que integra uma programação periódica e criteriosa de descargas realizadas, de forma controlada, em pontos estratégicos. Em paralelo, e de modo a garantir a excelência da qualidade da água, a empresa desenvolve um amplo conjunto de procedimentos internos, nomeadamente:

- Limpeza e desinfecção das novas infraestruturas instaladas e a entrar em serviço no sistema;
- Higienização e desinfecção interior anual (e extraordinária, quando se revelar necessário) de todas as células dos reservatórios municipais;
- Controlo da retoma em serviço das infraestruturas que sofrem anomalias (roturas e avarias), através da sua limpeza e descarga inicial de água;
- Controlo analítico da qualidade da água após os trabalhos de reparação;
- Higienização dos acessórios públicos com água potável disponível, tais como fontes, fontanários e bebedouros;

- Descargas de água programadas em determinados pontos da rede para controlo da qualidade em locais com menos solicitação;
- Instalação de filtros de partículas nas VRRP, nos caudalímetros da rede pública e nos contadores dos consumidores;
- Instalação de válvulas de retenção para prevenção;
- Manutenção das condições de escoamento na rede de distribuição para impedimento de precipitação de partículas e de destacamento de biofilme, bem como o desgaste das infraestruturas;
- Identificação e o planeamento de intervenções e empreitadas para renovação e substituição de infraestruturas problemáticas e com materiais obsoletos.

Importa, igualmente, referir que a **Águas e Energia do Porto, EM**, possui um PSA revisto e implementado, que constitui uma mudança de paradigma no controlo e segurança do sistema de abastecimento de água. Elaborado e implementado desde 2015, com revisão integral concluída em 2021, este plano estabelece um controlo de maior eficácia e eficiência do sistema, com um carácter preventivo em detrimento do controlo tradicional pós-fornecimento, englobando uma panóplia de eventos perigosos e respetivos perigos consequentes, que, combinados de acordo com a probabilidade e respetiva severidade das ocorrências, identificam um conjunto de pontos críticos do sistema para uma maior incidência da aplicação das medidas de controlo de carácter preventivo e corretivo.

Todos os pontos críticos do sistema de abastecimento de água são objeto de um estudo aprofundado para mitigar e reduzir o risco associado ao nível da segurança do serviço e do produto água, adotando-se medidas de controlo extra com eficácia redobrada e novos planos de melhoria. São exemplos destas medidas, entre outras: a identificação e priorização de intervenções na rede relacionadas com a reabilitação de condutas para garantia de alternativas e redundâncias do sistema; o reforço do controlo da qualidade da água em pontos críticos; a segurança nos reservatórios e estações elevatórias; a implementação de sistemas de monitorização e controlo em tempo real cada vez mais difundidos; e a avaliação das reservas de água estratégicas do sistema.

8.2. Saneamento de Águas Residuais

8.2.1. Acessibilidade Física e Adesão ao Serviço

A **Águas e Energia do Porto, EM**, deu continuidade ao projeto “Porto Saneamento 100% – Adesão a Rede”, iniciado em 2019. No final de 2022, a acessibilidade física do serviço de águas residuais situou-se em 99,8%, fixando-se a taxa de adesão ao serviço em 98,96%. O aumento verificado neste segundo indicador, em comparação com o ano anterior, resultou da notificação massiva de proprietários de prédios não ligados à rede pública, que foi complementada com visitas técnicas das equipas da empresa e consequente atualização da base de dados predial (H2Prédios). Paralelamente, foi estabelecida a limitação de contratos de fornecimento de água para os prédios enquadrados nessa situação ilegal, cujo abastecimento possa contribuir para um foco de poluição.

8.2.2. Operação e Manutenção da Rede de Drenagem de Águas Residuais

De modo a assegurar o correto funcionamento da rede pública de águas residuais, a **Águas e Energia do Porto, EM**, realiza diariamente não só intervenções corretivas, mas também diversas tarefas de manutenção preventiva em todas as suas infraestruturas. Exemplo paradigmático

disso é a limpeza preventiva de coletores públicos, através de camião hidrolimpador, reduzindo, assim, a ocorrência de avarias.

No presente exercício, a limpeza preventiva de coletores totalizou 155,6 km, ou seja, cerca de 28% da extensão total da rede. Este valor representa um decréscimo em relação a 2021 (224,1 km), que decorre essencialmente da necessidade de aumento da limpeza preventiva dos órgãos de recolha de águas pluviais devido às condições climatéricas observadas.

No que respeita às 30 instalações elevatórias de águas residuais, denominadas ejetores Shöne, que asseguram a recolha das águas residuais a uma cota baixa, remetendo o afluente sob pressão para os interceptores, houve uma reorganização das equipas, de modo a concretizar o plano de manutenção preventiva estabelecido para minimizar a ocorrência de falhas e/ou avarias, bem como a dar resposta às intervenções reativas. A instalação de um sistema de alarmes em todos os ejetores constitui uma importante ferramenta para a rápida identificação de uma anomalia em tempo real, permitindo também uma resposta mais célere para a sua resolução.

Um indicador relevante para a avaliação da sustentabilidade infraestrutural do sistema de drenagem de águas residuais relaciona-se com a ocorrência de colapsos estruturais em coletores. A empresa registou 0,89 colapsos/100 km de rede no ano em análise, o que corresponde a cinco ocorrências, ou seja, metade das ocorrências de 2021 (1,79 colapsos/100 km). Outro aspeto essencial para avaliar a qualidade do serviço prestado prende-se com o número de inundações na via pública e em propriedades com origem na rede pública de coletores. O indicador “Ocorrência de Inundações” no sistema de drenagem de águas residuais fixou-se, no período, em 0,79/1000 ramais, traduzindo-se em 48 anomalias, menos 10,2% do que em 2021 (0,88/1000 ramais).

8.2.3. Controlo de Afluências Indevidas e Infiltrações

As afluências indevidas às redes de drenagem assumem um peso importante no desempenho hidráulico, ambiental, económico e social. As elevadas contribuições de águas pluviais para a rede de águas residuais domésticas, as interligações de redes prediais e as ligações incorretas de redes prediais à rede pública são responsáveis pela introdução de várias ineficiências que afetam negativamente a atividade da **Águas e Energia do Porto, EM**.

Com vista a promover a redução das afluências indevidas e infiltrações nos sistemas de águas residuais domésticas e, deste modo, contribuir para a melhoria dos níveis de eficiência e de serviço da rede pública de drenagem e do sistema de tratamento, a empresa está a implementar o Programa de Controlo de Afluências Indevidas e Infiltrações e de Melhoria da Qualidade das Massas de Água. As equipas dedicadas a este programa executam sistematicamente diversas tarefas, das quais se destacam as seguintes:

- Monitorização de caudais com vista à setorização de bacias de saneamento;
- Ensaios de fumo;
- Inspeção visual de infraestruturas;
- Avaliação cadastral;
- Visitas técnicas às redes prediais;
- Inspeção vídeo aos coletores;
- Avaliação da condição infraestrutural;
- Identificação de anomalias do desempenho hidráulico, ambiental e operacional;
- Contributo para a definição de ações corretivas para a reabilitação das infraestruturas públicas e a instalação de soluções de controlo.

Em 2022, a pesquisa ativa e estruturada de anomalias que originam aflúências indevidas foi efetuada ao longo de 45,5 km da rede de coletores, na bacia hidrográfica da Asprela, dando continuidade aos trabalhos realizados em 2021 na bacia de Aldoar.

8.2.4. Tratamento de Águas Residuais

No período em análise, e tal como detalhado na Tabela 2, o volume de efluentes tratados nas ETAR totalizou 21 010 671 m³, representando um aumento de 1,3% relativamente a 2021. Este resultado confirma o regresso à normalidade após a pandemia de Covid-19.

Tabela 2 | Águas residuais tratadas nas ETAR (m³) – (2021-2022)

	2022	2021	Δ%
ETAR do Freixo	8 907 445	8 468 318	5,2
ETAR de Sobreiras	12 103 226	12 270 651	-1,4
Total	21 010 671	20 738 969	1,3

A ETAR de Sobreiras tratou 12 103 226 m³ de águas residuais em 2022, menos 1,4% do que em 2021, o que corresponde a 57,6% dos efluentes tratados nas duas ETAR da cidade do Porto. Por sua vez, o volume de águas residuais tratado na ETAR do Freixo fixou-se em 8 907 445 m³, assinalando uma variação positiva de 5,2% quando comparada com o ano anterior.

Quanto à qualidade do efluente final, constata-se que o cumprimento dos parâmetros de descarga, tal como em 2021, foi de 100%. Este indicador da ERSAR corresponde à percentagem do equivalente de população que é servido com estações de tratamento que asseguram o cumprimento das licenças de descarga.

O funcionamento das estações de tratamento implica um consumo intensivo de energia elétrica. As Tabelas 3 e 4 indicam os valores referentes ao consumo energético total (kWh) e ao consumo específico de energia (kWh/m³).

Tabela 3 | Consumo de energia nas ETAR (kWh) – (2021-2022)

	2022	2021	Δ%
ETAR do Freixo	4 549 191	4 424 860	2,8
ETAR de Sobreiras	12 342 545	12 475 486	-1,1
Total	16 891 736	16 900 346	-0,05

Na ETAR do Freixo, o consumo específico de energia cifrou-se em 0,511 kWh por m³ de água tratada, um valor inferior em 2,3% ao registado em 2021. Já na ETAR de Sobreiras esse indicador atingiu 1,020 kWh por m³ de água tratada, sendo este resultado similar ao verificado no ano precedente. Deste modo, em termos globais, é possível concluir que o consumo específico de energia nas duas instalações de tratamento revela um decréscimo de 1,3% nestes dois anos.

Tabela 4 | Consumo específico de energia nas ETAR (kWh/m³) – (2021-2022)

	2022	2021	Δ%
ETAR do Freixo	0,511	0,523	-2,3
ETAR de Sobreiras	1,020	1,017	0,3
Média ponderada	0,804	0,815	-1,3

De sublinhar que a **Águas e Energia do Porto, EM**, possui garantias de origem relativamente à energia elétrica, pelo que os seus consumos energéticos não geram emissões de CO₂, o que permite diminuir significativamente o impacto ambiental da atividade de tratamento de águas residuais.

Neste processo são produzidos vários subprodutos, tais como gradados, areias e lamas. Em 2022, segundo a Tabela 5, foram produzidas 31 906 toneladas de lamas, o que representa um acréscimo de 15,1% em comparação com 2021. Estes resíduos de processo foram enviados para destino final adequado através de operadores licenciados, nomeadamente para valorização agrícola, no cumprimento rigoroso da legislação vigente nesta matéria.

Tabela 5 | Produção de lamas nas ETAR (toneladas/ano) – (2021-2022)

	2022	2021	Δ%
ETAR do Freixo	7 383	6 412	15,1
ETAR de Sobreiras	24 523	21 301	15,1
Total	31 906	27 713	15,1

8.2.5. Risco Operacional Relacionado com Questões Ambientais

O correto funcionamento do sistema de drenagem e tratamento de águas residuais tem um impacto notório no meio envolvente. Qualquer falha/anomalia na rede terá consequências negativas em termos ambientais, como por exemplo a contaminação das linhas de água e das águas balneares. Por isso, e de modo a evitar ou minorar a ocorrência de descargas nos meios recetores, a **Águas e Energia do Porto, EM**, coloca no terreno diversas equipas com funções distintas, das quais se destacam as seguintes:

- Detecção e desativação das ligações prediais indevidas responsáveis pelo excesso de caudal e consequente descarga e poluição das linhas de água;
- Manutenção preventiva da rede de coletores de águas residuais através do cumprimento do plano de varejamento, reduzindo a ocorrência de obstruções;
- Constante manutenção dos ejetores Shöne, de modo a reduzir a probabilidade de paragem destes equipamentos;
- Instalação de sistemas de alarmes via GSM nas infraestruturas, permitindo monitorizar qualquer anomalia e dar uma eficiente resposta;
- Monitorização do estabelecido no Título de Utilização de Recursos Hídrico, para cada ETAR, através da realização, por entidade acreditada, do número, tipo e frequência das análises aí exigidas;
- Operação das ETAR, através de tarefas de controlo analítico das várias fases do processo de tratamento, com realização de amostragens diárias de 24 horas e respetiva análise crítica dos resultados, e manutenção dos equipamentos existentes garantindo a qualidade da água devolvida ao meio hídrico;
- Controlo dos serviços prestados por entidades externas, obrigando ao envio de comprovativo das guias de encaminhamento de resíduos produzidos.

8.3. Drenagem de Águas Pluviais

A rede de drenagem de águas pluviais da cidade do Porto apresenta uma extensão total de 642 km. Sendo um meio urbano densamente edificado, a impermeabilização dos solos existente é elevada, o que dificulta a absorção/infiltração das águas pluviais nos terrenos existentes e

conduz, naturalmente, ao surgimento de inundações e alagamentos indesejados. Este tipo de inundação, causada pelas alterações antrópicas a que a superfície da cidade se encontra sujeita, é agravada quando o sistema de águas pluviais não está dimensionado para fenómenos de precipitação anómala e intensa (**flash floods**), como a que ocorreu no quatro trimestre de 2022.

Para manter a eficiência e operacionalidade do sistema público de drenagem de águas pluviais, a **Águas e Energia do Porto, EM**, promoveu, em contínuo, a manutenção preventiva e regular das várias infraestruturas, de forma a identificar e antecipar o tratamento de potenciais problemas. Foram efetuadas intervenções de limpeza de diversas infraestruturas, com destaque para 27 485 ações de limpeza preventiva de órgãos de recolha, evitando a acumulação de sedimentos e detritos que pudessem vir a dificultar o escoamento deste tipo de águas.

Dado que a drenagem de águas pluviais não é uma atividade regulada pela ERSAR, é ainda pouco comum recorrer a indicadores de desempenho para avaliar a qualidade dos serviços prestados. Contudo, a empresa tem vindo a monitorizar várias métricas, como é o caso da ocorrência de colapsos estruturais em coletores, com o objetivo de analisar a sustentabilidade infraestrutural deste sistema público. Em 2022, este indicador cifrou-se em 2,9 colapsos/100 km, um valor tenuemente acima do que foi registado no ano anterior (2,6 colapsos/100 km).

8.4. Gestão de Linhas de Água

Os [rios e ribeiras do Porto](#) são um exemplo da gradual artificialização dos ecossistemas fluviais que atravessam uma área urbana de génese secular. Dos cerca de 85 km de linhas de água que cruzam a cidade, verifica-se que 82% encontram-se entubados. Reconhecendo a importância dos recursos hídricos como fator de desenvolvimento sustentável das cidades, contribuindo para a qualidade de vida urbana e para a valorização do património natural e paisagístico, a **Águas e Energia do Porto, EM**, promove a sua gestão sustentável e integrada assente em três eixos estratégicos (despoluir, desentubar e reabilitar), pretendendo estabelecer um compromisso entre o carácter fortemente urbano e os recursos hídricos da cidade.

São, deste modo, consideradas as três dimensões da sustentabilidade (ambiental, social e económica), com o intuito de valorizar as funções de proteção de recursos hídricos, de controlo de cheias e de prevenção de riscos ambientais, bem como promover a qualificação territorial e ambiental das zonas de intervenção em benefício da melhoria da qualidade de vida da população.

No ano de 2022, dando continuidade ao trabalho já desenvolvido anteriormente, a **Águas e Energia do Porto, EM**, promoveu a monitorização do estado das massas de água, através da realização de inspeções visuais e da limpeza e manutenção dos leitos e margens. Deu-se também continuidade aos projetos [“Plano de Valorização e Reabilitação das Linhas de Água do Município do Porto” \(PVRLA\)](#) e [“Asprela + Sustentável”](#), que se encontram devidamente fundamentados no ponto 12 do presente documento.

No contexto das atividades diárias, a empresa prosseguiu com as atividades de limpeza e manutenção de leitos e margens, de inspeção visual dos troços a céu aberto e entubados, de avaliação do estado de conservação das infraestruturas e, ainda, de identificação e eliminação de situações ilícitas.

8.4.1. Inspeções Visuais

A inspeção visual das linhas de água constitui a ferramenta mais eficaz para a promoção da melhoria da qualidade da água, a identificação de situações de risco no que diz respeito ao estado de conservação das infraestruturas e a deteção de aluimentos ou de obstáculos ao normal

escoamento das águas bem como validação/correção de cadastro. Podem ser realizadas em troços a céu aberto ou entubados, por operadores especializados ou equipamentos de vídeo.

Uma das vertentes deste trabalho corresponde à inspeção visual nos troços a céu aberto realizada por trabalhadores especializados conhecidos como [guarda-rios](#). Este tipo de abordagem tem permitido identificar, de forma mais célere, descargas prediais indevidas, de águas lodosas e com resíduos de obra. Estas últimas ocorrências têm sido cada vez mais frequentes e provocam a degradação da qualidade das massas de água, podendo, igualmente, comprometer o bom funcionamento das redes públicas de drenagem de águas pluviais.

Durante estas inspeções é, igualmente, promovida a remoção de resíduos e obstáculos ao escoamento das águas do leito e das margens. De salientar, ainda, que a proximidade dos guarda-rios com a população que vive junto das margens tem funcionado como uma importante via de sensibilização e educação ambiental. Neste exercício, foram realizadas 1 871 inspeções visuais, o que representa um aumento de 7% em comparação com o ano anterior.

Por seu lado, as inspeções visuais a troços entubados são realizadas quando a dimensão das infraestruturas permita a visita humana e, ao mesmo tempo, se verificam condições de segurança adequadas. Nos troços com dimensões reduzidas, é feita uma inspeção preliminar a todas as caixas de visita, o que permite identificar algumas anomalias e avaliar a viabilidade da realização de uma inspeção vídeo completa para um melhor diagnóstico do estado da infraestrutura. Estas inspeções são uma componente muito importante para a identificação de anomalias e fragilidades nas infraestruturas, obstáculos ao escoamento da água e focos de poluição, bem como para a validação e atualização de cadastro. No período em apreço, a empresa inspecionou 2,3 km de linhas de água, através de visitas às infraestruturas entubadas.

8.4.2. Manutenção de Leitos e Margens

Os leitos e margens das linhas de água necessitam de um conjunto de cuidados específicos, com a finalidade de garantir boas condições hidrológicas e ecológicas, evitando a erosão das margens e a obstrução das infraestruturas entubadas.

Neste sentido, a **Águas e Energia do Porto, EM**, a par das ações de limpeza promovidas por equipas internas, recorre a uma prestação de serviços especializada para a realização de trabalhos de limpeza e manutenção de vegetação e árvores, assim como de manutenção e desassoreamento dos leitos. Estas ações destinam-se a diminuir os custos associados à ocorrência de cheias e inundações.

Em 2022, merece destaque a [ação de limpeza realizada no Rio Tinto](#), no âmbito de uma atividade de sensibilização ambiental dinamizada pela **Águas e Energia do Porto, EM** e pela Divisão Municipal de Gestão Ambiental do Município do Porto.

8.5. Gestão da Frente Marítima

A **Águas e Energia do Porto, EM**, atua, igualmente, no sentido de promover a melhoria das áreas e águas balneares do Município do Porto, destacando-se, neste âmbito, a implementação do Programa Bandeira Azul. Este galardão atesta a qualidade das praias e distingue o esforço de diversas entidades em tornar possível a coexistência do desenvolvimento local a par do respeito pelo ambiente, elevando o grau de consciencialização da população para a necessidade de proteger o ambiente marinho, costeiro e lacustre.

Na época balnear de 2022, a [Bandeira Azul foi hasteada, pela primeira vez, na Praia do Aquário](#), distinguindo nove das dez praias oficialmente designadas na frente marítima do Porto, que viram comprovada a qualidade das suas águas balneares e dos seus areais, assim como dos equipamentos e serviços de apoio que possuem.

Os resultados alcançados são fruto da adoção de várias medidas de melhoria contínua dos padrões de qualidade necessários ao desenvolvimento da prática balnear, assegurando o cumprimento dos critérios necessários para a atribuição da Bandeira Azul, a saber: informação e educação ambiental, qualidade da água, gestão ambiental e equipamentos e segurança e serviços. As zonas balneares de Gondarém e do Homem do Leme foram também premiadas com o galardão **1ª Categoria** atribuído pela associação ambientalista Quercus, pela qualidade da água excelente nas últimas quatro épocas balneares.

O Porto manteve a **distinção 1ª Categoria** nas praias do Homem do Leme e do Carneiro, que foram adaptadas para pessoas com mobilidade reduzida e de acordo com os requisitos deste Programa. Entre os vários serviços e infraestruturas disponibilizados, salientam-se as instalações sanitárias adaptadas, os acessos com rampas e corrimãos, a existência de um equipamento anfíbio de apoio ao banho, um serviço de apoio à sua utilização prestado pelo Batalhão de Sapadores Bombeiros do Porto e lugares de estacionamento nas imediações das praias.

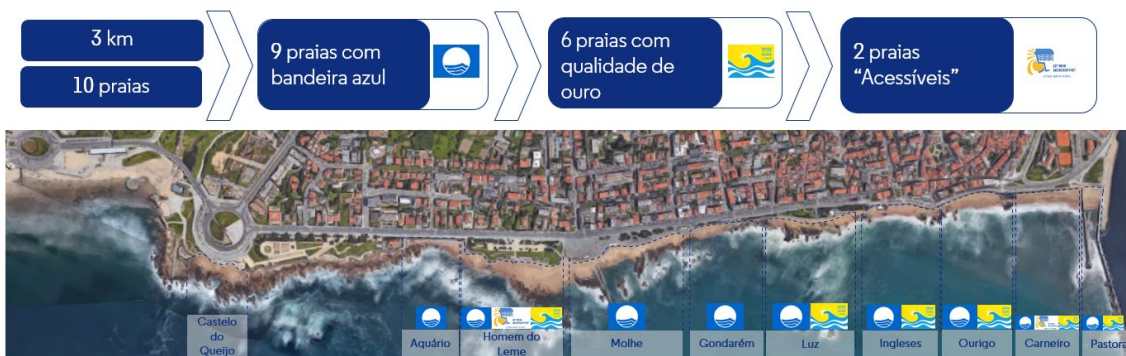


Figura 9 | Galardões atribuídos às praias do Porto por zona balnear em 2022

Em complemento às várias instalações sanitárias, as praias do Porto foram apetrechadas com um conjunto significativo de equipamentos de apoio aos banhistas, nomeadamente três postos de primeiros-socorros, 18 painéis informativos, dez bebedouros, 13 chuveiros, dez conjuntos de equipamentos de recolha seletiva de resíduos, um papa-chicletes e Internet sem fios gratuita, entre outros. Coube ao Pavilhão da Água, reconhecido pela ABAE como Centro Azul, desenvolver as **ações de educação ambiental**, adaptando, mais uma vez, as iniciativas ao tema de 2022 da Bandeira Azul: “Recuperação de ecossistemas”.

8.5.1. Execução do Contrato-Programa

Em abril de 2022, ocorreu a celebração do Contrato-Programa entre o Município do Porto e a **Águas e Energia do Porto, EM**, para a delegação de competências de gestão das praias na empresa. A experiência acumulada ao nível da gestão da frente marítima, bem como a forte presença nesta zona durante a época balnear, devido à implementação do Programa Bandeira Azul, permitiu confirmar que a empresa dispõe de uma posição estratégica para assumir a agregação da gestão das praias e áreas adjacentes (à cota baixa).

O desempenho organizacional nesta matéria é monitorizado através de um conjunto de indicadores, que permitem ao Município do Porto avaliar a qualidade do serviço prestado, o desempenho ambiental, a produtividade e a eficiência operacional e de gestão. Os resultados alcançados no exercício, ilustrados na Tabela 6, demonstram uma prestação muito eficaz nos quatro indicadores em questão, tendo por base as metas definidas no contrato.

Tabela 6 | Resultados e metas dos indicadores definidos no Contrato-Programa das Praias em 2022

Atividades	2022	Metas		
		Prestação Ineficaz	Prestação Eficaz	Prestação Muito Eficaz
N.º de ações de educação ambiental	12	≤ 5	6	≥ 7
N.º de praias com Bandeira Azul	9	≤ 4	[5;7]	≥ 8
N.º de ações realizadas nas praias	718	≤ 400	[401;599]	≥ 600
Tempo médio de resposta a reclamações e pedidos de informação dos utentes das praias (dias úteis)	4,4	≥ 15	[10,14]	≤ 9

8.6. Licenciamento de Redes Hidráulicas Prediais

A **Águas e Energia do Porto, EM**, recebeu, no presente exercício, 1 318 projetos de redes hidráulicas prediais para apreciação, o que representa um decréscimo de 24% em relação ao ano de 2021, como resultado do abrandamento da atividade na indústria da construção civil. Na Figura 10, é possível analisar a evolução dos processos de licenciamento que deram entrada na empresa e que foram apreciados pelos técnicos, no período compreendido entre 2015 e 2022.

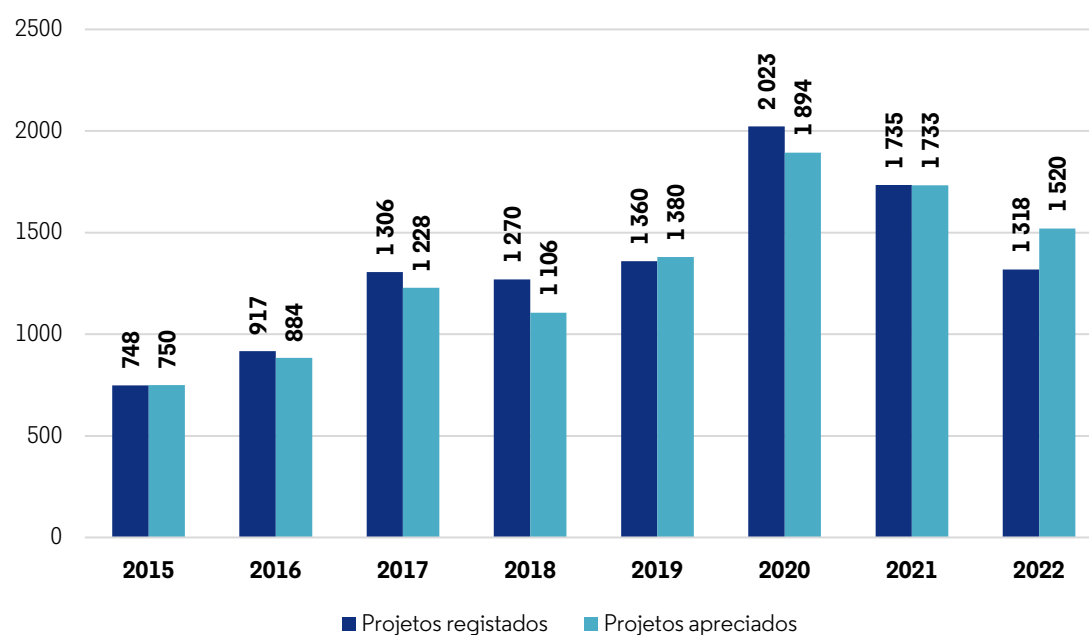


Figura 10 | Processos de licenciamento, entrados e apreciados, de redes prediais (2015-2022)

A utilização da Plataforma Eletrónica de Licenciamento (PEL) veio agilizar a interação entre os vários intervenientes no processo de licenciamento, permitindo, em articulação com outras plataformas digitais da empresa, o acesso, permanente e em tempo real, à informação e desenvolvimento do processo. Desde 2019, ano de introdução da Plataforma, o tempo médio de apreciação de projetos de licenciamento diminuiu 50,7%, de 74,19 dias para 36,56 dias.

Ao contrário da tendência decrescente observada no número de pedidos de apreciação de projetos de licenciamento de redes prediais, os pedidos de vistoria registaram um aumento de 16,5% em 2022, tendo sido contabilizados 629 pedidos em comparação com 540 em 2021. Este valor foi alavancado pela implementação de uma data de fim nos contratos de obra em vigor, o que obrigou à regularização dos prédios sem autorização de utilização de redes prediais até

então. De referir, ainda, que, no exercício em análise, a **Águas e Energia do Porto, EM**, elaborou um Manual de Redes Prediais Hidráulicas e respetivo Manual de Processos de Licenciamento.

8.7. Gestão da Energia

8.7.1. Exploração Energética

A **Águas e Energia do Porto, EM**, executa as tarefas inerentes à operação e manutenção das infraestruturas de iluminação da cidade, seja através de meios humanos e materiais próprios, seja através do contrato de concessão com a E-Redes. Em 2022, foram registados 1 479 pedidos de serviço, dos quais 69,9% referentes à iluminação pública, tendo estes originado um total de 2 480 intervenções no terreno, tal como detalhado na tabela seguinte.

Tabela 7 | Atividades de exploração energética (2022)

Atividades	Intervenções (n.º)	Tempo médio de resolução (dias)
Iluminação pública	1034	71,9
Iluminação cénica	287	16,2
Iluminação de espaços verdes	96	23,8
Apoios a eventos	38	-
Ramais e contadores	896	-
Desvios de infraestruturas	47	45,4
Projetos de iluminação pública	82	14,0
Total	2 480	-

No âmbito da gestão da rede de iluminação pública da cidade do Porto, e considerando o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão em vigor, compete à **Águas e Energia do Porto, EM**, acompanhar todas as atividades de operação e manutenção da E-Redes, incluindo o reporte de novas necessidades de intervenção e a monitorização de indicadores de desempenho.

Foram identificados 3 029 casos para realização ações corretivas em 2022, seja a pedido dos munícipes, seja como resultado de atividades de triagem própria, o que corresponde a uma média de 58 pedidos por semana registados na plataforma digital disponibilizada para o efeito. A taxa de resolução atingiu 129,1%, um valor que indica a recuperação do passivo acumulado. Do exposto na Figura 11, observa-se uma tendência significativa de redução da quantidade de casos em aberto, assim como da antiguidade dos mesmos.

As melhorias alcançadas resultaram da emissão semanal de relatórios e da realização de reuniões de trabalho quinzenais com o concessionário, onde foram analisados os casos mais críticos, definidas ações de desbloqueio e promovidas discussões sobre melhorias na plataforma. A par dos ajustes de horário associados à mudança de hora legal, foi, ainda, implementada, em outubro, em alinhamento com o [Plano de Poupança de Energia 2022-2023](#), uma redução adicional de 30 minutos do horário de funcionamento da iluminação pública, tendo em vista a redução de consumo energético de cerca de 1 000 MWh por ano.

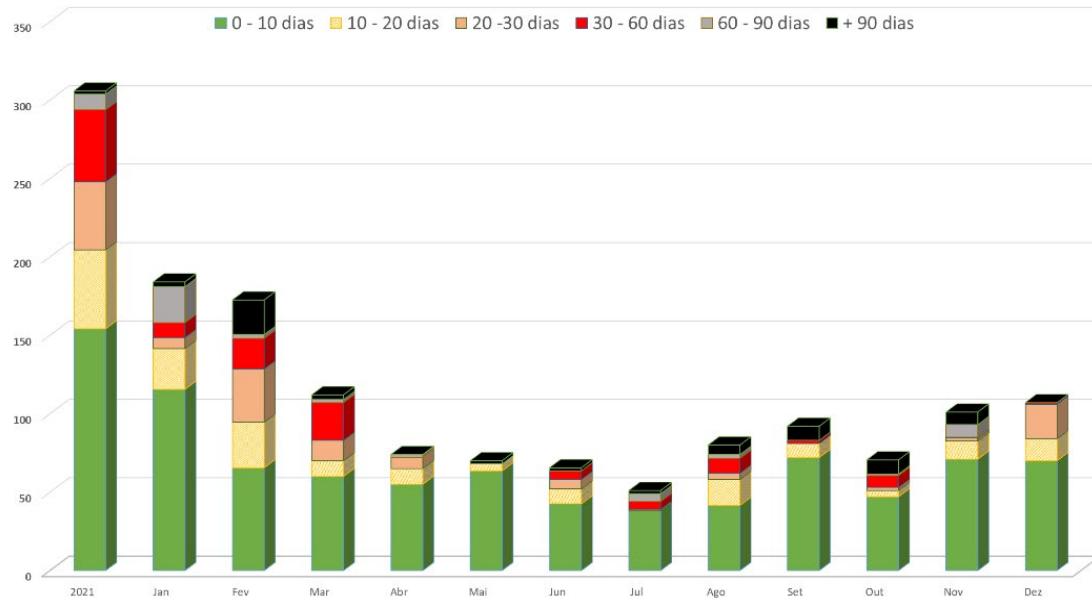
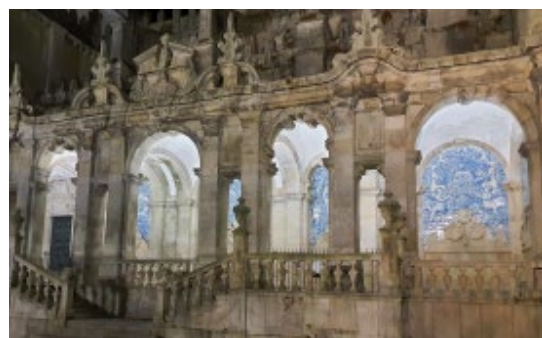


Figura 11 | Casos em tratamento na Plataforma das Autarquias do concessionário E-Redes (2021-2022)

As infraestruturas de iluminação cénica e de iluminação de espaços verdes não estão abrangidas pelo referido contrato de concessão com a E-Redes e, nestes casos, todas as atividades de operação e manutenção estão a ser asseguradas por meios próprios da **Águas e Energia do Porto, EM**. No âmbito da iluminação cénica, num total de 287 pedidos de serviço fechados, destaca-se um tempo médio de resolução de 16,2 dias. As intervenções mais relevantes ocorreram nos seguintes locais: Teatro Municipal do Porto – Rivoli, edifício dos Paços do Concelho, Ponte D. Maria, Hospital de Santo António, Fonte Monumental de Mouzinho da Silveira, Palácio da Bolsa, Claustros da Sé do Porto e Igreja/Torre dos Clérigos.



Hospital de Santo António



Claustros da Sé do Porto



Fonte Monumental de Mouzinho da Silveira



Ponte D. Maria Pia

Figura 12 | Intervenções de iluminação cénica

Quanto à iluminação de espaços verdes, foram concluídos 96 pedidos de serviço, com um tempo médio de resolução de 23,8 dias. Destacam-se as recuperações concluídas no Jardim de José Roquete, no Cemitério do Prado do Repouso, na Alameda das Antas, no Jardim de Montevideu, no passadiço da praia do Homem do Leme, no Parque da Pasteleira, no Campo dos Mártires da Pátria (Jardim da Cordoaria), no Parque Oriental e na Calçada das Virtudes.

8.7.2. Gestão de Contratos

Existem mais de 1 500 pontos de entrega de energia elétrica sob gestão municipal. O fornecedor atual (Endesa) disponibiliza uma plataforma **online** de consulta de faturas (consumos e custos) que é o principal suporte para esta atividade. O objetivo primordial é implementação de um procedimento robusto de gestão da utilização e encargos com a energia, nomeadamente através de medidas de suporte à validação de faturas emitidas ao Município do Porto, de recomendação de adaptação de ciclos de faturação e/ou de potências contratadas e de monitorização de consumos de energia reativa

No que respeita ao Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão com a E-Redes, e para além da já mencionada gestão operacional, a **Águas e Energia do Porto, EM**, fez a gestão contratual de todas as obrigações. Isto inclui não só a análise e a apresentação de propostas de melhoria na prestação do serviço de operação e manutenção da iluminação pública, mas também o acompanhamento dos planos de atividade do concessionário, das suas ações em matéria de investimentos e de aspetos referentes à exploração do serviço.

Por seu lado, a rede de carregadores de veículos elétricos municipais está sujeita a atividades de operação e manutenção previstas em dois contratos específicos: (1) manutenção preventiva e corretiva dos postos de carregamento; (2) implementação e operação de uma plataforma de gestão. O anterior contrato de serviços de manutenção terminou e foi necessário lançar um novo procedimento para a prestação deste serviço, tendo a contratualização ocorrido em julho de 2022. Foram executadas 232 intervenções de caráter preventivo e 50 intervenções corretivas. Complementarmente às obrigações previstas no contrato, foram, ainda, concluídas 66 intervenções realizadas por equipas próprias.

O contrato de operação da plataforma de supervisão técnica, inicialmente sob o controlo direto da Câmara Municipal do Porto, foi aditado de forma a transferir a posição contratual para a **Águas e Energia do Porto, EM**. As reuniões de acompanhamento com o fornecedor incidiram essencialmente na monitorização de indicadores da rede, bem como na validação e melhoria de funcionalidades na plataforma, entre as quais:

- Disponibilização de informação em tempo real de sobre estado de cada posto de carregamento e sobre potência de carregamento;
- Envio de notificações automáticas em caso de avarias em postos;
- Informação sobre operacionalidade da função de balanceamento de cargas;
- Disponibilização de indicadores de energia, tempos e taxas de ocupação e disponibilidade.

8.7.3. Planeamento Energético

Com a incumbência de definir e monitorizar a estratégia energética municipal, a Área de Planeamento Energético manteve o foco na identificação de oportunidades de implementação de projetos energéticos nas áreas da iluminação, da eficiência energética de edifícios e da rede de carregadores de veículos elétricos. As oportunidades que se confirmaram como relevantes e

viáveis passaram para uma fase de estudo e viabilidade, na qual se inclui a preparação de procedimentos de concurso.

Além dos projetos de realização de auditorias energéticas aos edifícios municipais, com vista à atribuição do certificado energético e de reforço da rede de carregadores de veículos elétricos, enunciados nos pontos 7.10 e 7.11, a **Águas e Energia do Porto, EM**, concluiu os estudos de viabilidade necessários à instalação de unidades de produção de energia renovável de origem fotovoltaica, em particular no Parque da Cidade (78 kWp), incluindo o Pavilhão da Água e o Edifício Administrativo, e na ETAR do Freixo (107 kWp).

8.7.4. Execução do Contrato-Programa

À semelhança do Contrato-Programa das Praias, são também definidos indicadores para a monitorização do desempenho organizacional no domínio da energia. Estes indicadores estruturam-se em seis eixos (eficiência energética, incremento da eficiência energética e redução de custos energéticos, produção renovável, carregadores de veículos elétricos, produtividade e, por fim, eficiência operacional e de gestão), sendo os resultados obtidos em 2022 apresentados na tabela abaixo.

Tabela 8 | Evolução dos indicadores definidos no Contrato-Programa da Energia (2021-2022)

Indicadores	2022	2021
Redução global da utilização de energia elétrica municipal (%)	-9,4	0,54
Redução de custos da fatura de energia elétrica (%)	37,8	8,72
Redução da energia excedente da produção injetada na RESP (%)	ND ⁽¹⁾	ND ⁽¹⁾
Disponibilidade dos carregadores de veículos elétricos (%)	87,20	81,5
Grau de execução do investimento (%)	16,1	0
Taxa de resolução de reclamações (%)	129,1	30,2

⁽¹⁾ Estão ainda em curso os projetos para a criação de instalações municipais de produção de energia

8.8. Educação para a Sustentabilidade

Apesar de o início de 2022 ter ainda refletido o impacto da disseminação do contágio do vírus SARS-CoV-2, o que necessariamente afetou as atividades de promoção da sustentabilidade, o levantamento progressivo das medidas restritivas levou à reativação do Programa de Educação Ambiental. No total, aliando as atividades de educação ambiental às ações de dinamização cultural e científica e de responsabilidade social em diferentes espaços da cidade, a **Águas e Energia do Porto, EM**, promoveu 118 iniciativas de educação para a sustentabilidade ao longo do ano em análise no presente relatório.

8.8.1. Plano de Atividades do Pavilhão da Água

Depois de dois anos de pandemia, marcados por dificuldades na disseminação das atividades de educação ambiental e pela consequente baixa adesão da comunidade às ações desenvolvidas, este exercício destacou-se pelo regresso à normalidade nas visitas ao [Pavilhão da Água](#), que aumentaram acentuadamente (325,7%), de 5 847 visitantes em 2021 para 24 889 em 2022.

A **Águas e Energia do Porto, EM**, desenvolveu, igualmente, os projetos [H2Out](#) e [H2Online](#), que chegaram a 4 024 participantes, menos 19,9% relativamente a 2021. Este decréscimo aconteceu sobretudo devido à quebra na procura do projeto H2Online, como consequência da retoma das atividades presenciais em detrimento das iniciativas digitais. No entanto, este projeto assume um

importante papel para agrupamentos escolares que se encontram geograficamente distantes do Pavilhão da Água.

No âmbito do Programa Bandeira Azul, o Pavilhão da Água promoveu um plano de atividades de sensibilização e publicação de informação com participação ativa e passiva do público e com efeito multiplicador, envolvendo 29 696 pessoas, através de iniciativas presenciais (13 668) e de publicações nas redes sociais e no [website](#) (16 028).

Além das iniciativas práticas realizadas nos areais das zonas balneares, a empresa procurou reforçar a importância da biodiversidade nas linhas de água, através de ações de [plantação de árvores autóctones nas margens da Ribeira da Granja](#), de exploração destes ecossistemas aquáticos e de identificação dos diferentes seres vivos e potenciais agressores aí existentes. Manteve, ainda, o objetivo de fomentar atividades promotoras da inclusão, através do desenho e da realização de conteúdos didáticos para diferentes públicos-alvo, com necessidades específicas, designadamente a população sénior, os cidadãos portadores de deficiência e com mobilizada reduzida e os daltónicos e surdos.

8.8.2. Jardim da Água

Desde 2019, a iniciativa gratuita Jardim da Água traz atividades lúdicas e culturais ao Parque das Águas, com o propósito de aproximar a população deste pulmão verde situado no interior da Quinta de Nova Sintra, em plena zona oriental da cidade do Porto. Em 2022, foram organizadas seis edições deste evento, que contaram.

Em 2022, foram organizadas seis edições que contaram com um mercado tradicional, ao longo da Rua das Fontes, no interior do Parque das Águas. Complementarmente, os visitantes tiveram oportunidade também de desfrutar de workshops, iniciativas de iniciação à prática de **yoga** e meditação, bem como das habituais visitas guiadas às fontes e fontanários antigos da cidade do Porto que se encontram espalhadas ao longo deste espaço.

8.8.3. Campanha “Beba Água do Porto”

O projeto [“Beba Água do Porto”](#) tem como objetivo primordial contribuir para que a água da torneira seja a bebida preferida dos cidadãos no seu dia-a-dia, destacando as suas qualidades intrínsecas, tais como sabor, saúde, confiança e qualidade, mas também a sua diferenciação no que respeita ao custo e ao impacto ambiental em comparação com as águas engarrafadas. Para cumprir este desiderato, e de forma a alcançar diversos públicos-alvo, a **Águas e Energia do Porto, EM**, realizou 62 ações em diferentes eventos, escolas e congressos.

09 | Gestão de Clientes

A **Águas e Energia do Porto, EM**, coloca a orientação para o cliente no topo das suas linhas estratégicas, com o intuito de prestar um serviço de excelência, garantindo a qualidade, a acessibilidade e a transparência dos produtos e serviços adquiridos. A atividade da empresa, na sua transversalidade, é orientada para atender às necessidades dos clientes e exceder, sempre que possível, as suas expectativas.

O cumprimento deste objetivo estratégico pressupõe a otimização de processos internos, através da revisão dos procedimentos existentes e da criação e implementação de novos procedimentos, tendo por base a adoção de novas ferramentas informáticas, com o propósito de melhorar a agilidade e a qualidade da interação e contacto com os clientes.

Com base neste princípio orientador, a Unidade de Gestão de Clientes assume a responsabilidade de realizar a interligação da empresa com todos os seus clientes, quer do negócio da água e do saneamento, quer dos diferentes serviços prestados, gerindo os diversos canais de comunicação, bem como os seus pedidos de informação e reclamações.

Também com forte relação com os clientes, a Unidade de Gestão de Operações é responsável pela coordenação da resposta operacional aos pedidos de serviço diários dos clientes e aos casos de emergência, procurando resolver os problemas técnicos num prazo máximo de 24 horas, nomeadamente roturas, falta de água, falta de pressão e obstrução de coletores.

9.1. Tipologia de Clientes

A Tabela 9 explana a estrutura de clientes da **Águas e Energia do Porto, EM**, evidenciando que o seu peso relativo se manteve sensivelmente constante entre 2021 e 2022. A tendência de crescimento dos clientes empresariais foi acelerada no período em análise (4,7%), retomando a trajetória que tinha sido observada nos anos que antecederam a pandemia Covid-19, o que é consistente com a retoma económica do País e do Município do Porto.

Tabela 9 | N.º de clientes por tipologia de consumo (2021-2022)

Tipo de Cliente	2022		2021		Δ %
	N.º	Peso (%)	N.º	Peso (%)	
Doméstico	131 901	80,5	129 920	81,0	1,5
Social	421	0,3	391	0,2	7,7
Empresarial	29 988	18,3	28 652	17,9	4,7
Público	296	0,2	333	0,2	-11,1
Autárquico	1 081	0,7	1 081	0,7	0,0
Próprios	121	0,1	99	0,1	22,2
Total	163 808	100	160 476	100	2,1

Os clientes domésticos cresceram a um ritmo semelhante ao do ano transato (1,5% em 2022 em comparação com 1,6% em 2021), como reflexo do movimento de recuperação de habitantes sentido na cidade do Porto nos últimos anos. À semelhança do ano transato, voltou a existir uma quebra dos contratos no setor público, ainda que mais acentuada neste ano (-11,1%).

Em suma, no final de 2022, o número total de clientes da empresa ascendia a 163 808, mantendo o crescimento observado nos últimos anos. Os consumidores domésticos representavam 81,0%

do universo total de clientes, seguidos dos consumidores do setor empresarial, com um peso de 17,9%.

9.2. Contratação

O número de novos contratos de fornecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais teve um ligeiro decréscimo de 1,5% neste exercício, depois da expansão de 40,3% do ano anterior. Em contraponto, as rescisões contratuais aumentaram 4,3% entre 2021 e 2022, tal como fica patente na tabela infra.

Tabela 10 | N.º de contratos celebrados e rescindidos (2021-2022)

Contratos	2022	2021	Δ %
Novos	19 029	19 320	-1,5%
Rescindidos	15 300	14 664	4,3%
Diferença	3 729	4 656	-19,9%

No total, a **Águas e Energia do Porto, EM**, tratou de 34 329 processos na área da contratação, mais 1% do que no ano precedente. Foram celebrados 19 029 novos contratos contra 15 300 contratos denunciados, o que perfaz, em termos absolutos, um saldo positivo de 3 729 relações contratuais, ligeiramente inferior ao valor de 2021 (4 656).

Durante o ano de 2022, o tempo médio de disponibilização do serviço aos clientes, medido desde a data de celebração do contrato até à data de colocação e/ou ligação dos contadores, cifrou-se em 3,7 dias, um valor superior ao registado no exercício anterior (3,49 dias).

9.3. Leitura

A taxa de sucesso na leitura de contadores, considerando os roteiros definidos para os leitores, subiu de 89,2% em 2021 para 92,3% em 2022, o melhor resultado desde 2014. Relativamente ao processo de faturação, e ao incremento da recolha de leituras reais, a Tabela 11 resume os dados gerais relativos ao ano de 2022, onde se evidencia um aumento de 13,5% no número de leituras faturadas (167 526) comparativamente com o ano anterior. Em consonância, verificou-se uma redução quase proporcional no número de clientes sem leitura real há mais de seis meses, de 4,5% em 2022 para 3,7% em 2021.

Tabela 11 | Leituras de contadores (n.º) – (2021-2022)

	2022	2021	Δ%
Clientes com leituras reais	1 411 490	1 243 964	13,5
Clientes sem leituras há mais de seis meses	6 326	7 299	-13,3
Leituras comunicadas pelos clientes	53 315	53 106	0,4

O incremento da instalação de contadores com telemetria tem resultado numa redução do número de leituras comunicadas pelo cliente e utilizadas no processo de faturação, o que se reflete necessariamente no aumento de leituras feitas pela empresa que prevalecem sobre as leituras comunicadas pelo cliente.

Pese embora os condicionamentos na expansão do parque de telemetria, a empresa manteve o objetivo contínuo de controlo e redução do número de anomalias geradas em prédios “mistos” com totalizador, ou seja, prédios em que coexistem contadores com e sem telemetria. Como

tal, a **Águas e Energia do Porto, EM**, deu seguimento ao plano de fecho destes prédios, através do planeamento da substituição de contadores e da colocação de módulos de comunicação de leituras por telemetria nos aparelhos que se encontravam ainda sem este sistema. Deste trabalho resultou uma redução de 2 p.p. no número de locais de consumo sem telemetria em prédios mistos, passando de 32% em 2021 para 30% em 2022.

De salientar que, no mês de maio, entrou em funcionamento a solução automatizada de movimentação de contadores entre rotas de leitura tradicionais e rotas de leitura por telemetria, com recurso a um RPA. Com esta solução, após a substituição dos contadores tradicionais por contadores com telemetria, é, desde logo, agilizada a transferência desses locais de consumo das rotas de leitura tradicionais para as rotas de leitura de telemetria, assim como a integração da informação recolhida pela telemetria no sistema de faturação.

A implementação deste RPA trouxe ganhos de eficiência no processo, uma vez que permitiu uma diminuição de 50% no tempo médio entre a colocação do contador com telemetria e a sua afetação à rota de leitura de telemetria, a par de uma minimização da ocorrência de erros.

9.4. Faturação e Cobrança

No total, a **Águas e Energia do Porto, EM**, emitiu 4 062 933 faturas durante 2022 (incluindo as da EMAP, empresa municipal responsável pela gestão de resíduos), mais 4,8% em comparação com o exercício anterior. A empresa tem à disposição dos clientes uma panóplia de meios de pagamento, embora o acento tónico seja colocado no débito direto e no multibanco. De acordo com a Tabela 12, estes métodos ocupam os dois lugares cimeiros das opções para o pagamento das faturas emitidas, perfazendo 79,5%.

Tabela 12 | N.º de faturas pagas por meio de pagamento (2021-2022)

Meios de Pagamento	2022		2021		Δ %
	N.º	Peso (%)	N.º	Peso (%)	
Balcões	120 614	3,0	98 902	2,6	22,0
Multibanco	1 701 833	41,9	1 628 958	42,0	4,5
Débito direto	1 528 058	37,6	1 422 409	36,7	7,4
CTT	19 223	0,5	20 986	0,5	-8,4
Payshop	298 068	7,3	314 965	8,1	-5,4
Pagaqui	1 776	0,0	3 299	0,1	-46,2
Outro	393 361	9,7	386 792	10,0	1,7
Total	4 062 933	100	3 876 311	100	4,8

No final de dezembro de 2022, existiam 67 285 clientes com débito direto, o que equivale a um crescimento de 5,4% comparando com 2021. Esta modalidade de pagamento é adotada por 41,1% do universo total de clientes. Apesar de menos representativa, o número de clientes com adesão à fatura eletrónica subiu 18,0% neste exercício, passando a representar 36,9% do total de clientes, o que equivale a um crescimento de 7,4 p.p. no peso deste meio de receção de faturas.

A taxa de cobrança anual situou-se em 98,3%, um valor superior ao registado em 2021 (97,1%), o que parece demonstrar a retoma gradual da condição socioeconómica das famílias e das empresas da cidade do Porto.

O projeto “TuPagas?”, abordado no ponto 12.4.1.15 deste documento, permitiu um aumento significativo da cobrança em pré-contencioso, o que impactou positivamente o resultado deste indicador, bem como da taxa de recuperação da dívida em cobrança coerciva, que se situou em 71,7%, uma vez que diminuiu de forma expressiva a dívida entrada em execução fiscal.

Também a reformulação de planos de pagamento, a comunicação diferenciada para a regularização de dívida e os incrementos da efetivação de penhoras de saldos bancários contribuíram para o resultado alcançado na taxa de recuperação da dívida em cobrança coerciva.

9.5. Atendimento

No exercício em análise, houve 380 722 clientes que entraram em contacto a **Águas e Energia do Porto, EM**, quer para apoio comercial (59,5%), quer para apoio geral e técnico (40,4%). Em termos médios, cada cliente contactou a empresa 2,3 vezes durante 2022, sendo este valor inferior ao que tinha sido registado nos anos de 2020 e 2021 (2,7). Esse decréscimo decorre essencialmente da queda de 10,8% do total de contactos feitos pelo cliente.

Tal como é possível visualizar na figura seguinte, a maioria dos contactos dos clientes continuou a ser feita por telefone (58%), na linha do que tem sucedido nos anos anteriores.

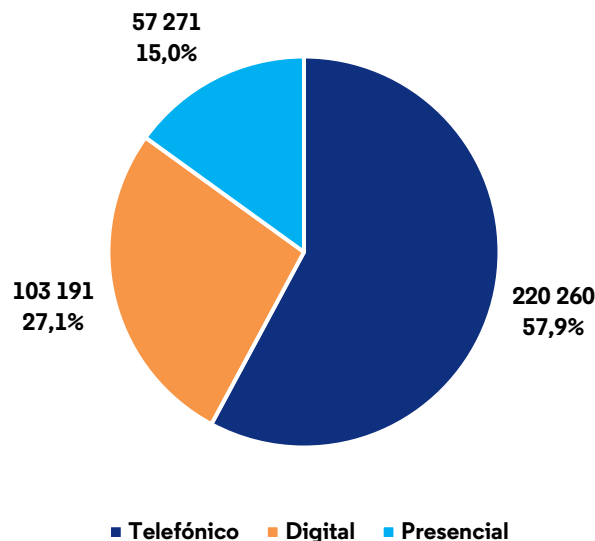


Figura 13 | Meios de contacto utilizados pelos clientes em 2022

O peso do atendimento presencial aumentou 4,6 p.p., tendo também registado um incremento em valor absoluto (28,1%), o que era expectável atendendo ao fim do período pandémico e das medidas restritivas a ele associados. Em sentido contrário, os meios de contacto digital (Balcão Digital, live chat e correio eletrónico) e telefónico tiveram uma contração de 16,2% e 14,9%, respetivamente.

Em 2022, a **Águas e Energia do Porto, EM**, deu continuidade à implementação da ferramenta SAT (Sistema de Atendimento Telefónico), alargando a sua utilização à Gestão de Operações, que realiza o atendimento geral (telefónico e eletrónico) e o atendimento técnico (recepção das chamadas telefónicas dos clientes, incluindo as questões de carácter técnico e solicitações de intervenções por via eletrónica). Esta ferramenta permitiu criar guiões de atendimento, interligados com o **software** de gestão de operações (H2Porto), e uniformizar o atendimento aos clientes, garantindo, assim, uma maior qualidade.

9.6. Reclamações Escritas

Na **Águas e Energia do Porto, EM**, as reclamações e sugestões apresentadas pelos clientes são encaradas como uma oportunidade de melhoria dos serviços prestados, de modo a prevenir as situações que lhes deram origem, e que traduzam as suas expectativas, preocupações e interesses. Nesta perspetiva, a análise de reclamações e a interligação com o cliente para a sua resolução e/ou elucidação é uma constante preocupação dos diferentes intervenientes internos.

Até 31 de dezembro de 2022, a empresa recebeu um total de 558 reclamações escritas, comparativamente com 769 registadas em 2021, o que representa uma descida de 27,4%. Consequentemente, o número de reclamações por 1000 clientes diminuiu de 4,89% para 3,47%. Deste universo, constata-se que 97% das manifestações de insatisfação dos clientes estão enquadradas nas tipologias da ERSAR, ou seja, referem-se aos setores regulados por esta entidade, designadamente ao abastecimento de água e ao saneamento de águas residuais.

Analisando estas últimas, com base nas tipologias adotadas pela entidade reguladora, verifica-se que a categoria “**Faturaçã o e Leitura**” representou 34,6% das reclamações escritas, seguida das categorias “**Qualidade do serviço**” (19,3%) e “**Atendimento**” (19,1%). A distribuição entre categorias manteve-se praticamente inalterada entre 2021 e 2022, com exceção da categoria “**Contra taçã o**”, que passou de um peso de 16,6% em 2021 para 9,3% em 2022.

Ao contrário do que tinha sido observado nos anos de pandemia, os meios presenciais foram os mais utilizados para a apresentação de reclamações escritas (54,5%), demonstrando que o cliente recorre cada vez mais ao Livro de Reclamações (45,2%) para fazer as suas exposições. O e-mail assumiu-se como o segundo meio com maior peso no envio de reclamações (24,0%), ao qual se seguiu o Livro de Reclamações em formato digital (17,2%).

De acordo com o Decreto-Lei n.º 74/2017, de 21 de junho, a **Águas e Energia do Porto, EM**, tem de responder aos reclamantes num prazo máximo de 15 dias úteis. O tempo médio de resposta situou-se em 4,6 dias úteis em 2022 contra 4,0 dias úteis em 2021.

9.7. Satisfação de Clientes

De acordo com o estudo de opinião de “**Avaliação da Qualidade Percecionada e da Satisfação do Cliente**”, realizado por uma empresa especializada, os índices de satisfação e de lealdade apresentam valorizações médias de 7,8 e 8,4 pontos, respetivamente. Em relação a 2019, a satisfação com a **Águas e Energia do Porto, EM**, não sofreu alterações, tendo a lealdade registado um ligeiro decréscimo de 0,1 pontos.

Relativamente aos setores de atividade comparados no Best European Customer Experience (BECX), a empresa ocupa o primeiro lugar quanto à satisfação e lealdade dos seus clientes. Centrando a análise apenas no setor da água, posiciona-se também no topo, com 0,9 pontos acima da média deste setor.

A maioria das perceções dos clientes relativamente aos parâmetros considerados no Índice Global de Satisfação é positiva ou muito positiva, variando entre 7,1 e 8,7 pontos. No top cinco surgem “**Água da torneira**” (8,7), “**Disponibilização do serviço**” (8,6), “**Qualidade a percebida – abastecimento de água**” (8,6) e “**Faturaçã o**” (8,6). Em contraponto, os parâmetros “**Licenciamento de redes prediais**” (5,9) e “**Reclamações**” (4,3) exibem os resultados mais baixos.

A população alvo deste estudo de opinião foi constituída por clientes domésticos e não domésticos distribuídos equitativamente pelas sete freguesias da cidade do Porto. A amostra abrangeu 912 clientes (779 domésticos e 133 não domésticos), aos quais foram realizadas entrevistas telefónicas entre os dias 17 de outubro e 8 de novembro de 2022, sendo a margem de erro global de 3,2% para um intervalo de confiança de 95%.

10 | Gestão de Pessoas

10.1. Caracterização de Recursos Humanos

No dia 31 de dezembro de 2021, o quadro de pessoal da **Águas e Energia do Porto, EM**, era constituído por 547 colaboradores, dos quais 362 eram do género masculino e 185 do género feminino. Houve uma preponderância de homens, que representaram 66,2% do total de efetivos, devido ao predomínio das equipas operacionais. Em comparação com o ano precedente, a estrutura de pessoal aumentou 1,9%.

A maioria dos trabalhadores apresentava habilitações literárias correspondentes aos níveis de qualificação iguais ou inferiores a V (68%), valor explicado pelo grande número de operacionais e administrativos em funções, ao passo que os efetivos com os níveis de qualificação VI a VII representavam 32%.

A idade média aumentou ligeiramente (49,2 anos), tendo o nível de antiguidade descido ligeiramente, à semelhança do que já tinha acontecido no ano anterior. Este valor diminuiu 1,5%, de 19,5 anos em 2021 para 19,2 anos em 2022, como reflexo de várias aposentações (15) e da admissão de novos colaboradores (62).

10.2. Taxa de Absentismo

As ausências dos trabalhadores da **Águas e Energia do Porto, EM**, até 31 de dezembro de 2022, fixaram-se em 92 937 horas, em função de 904 953 horas trabalháveis, justificadas sobretudo por doença. Logo, a taxa de absentismo atingiu 10,3%, representando uma subida de 2,8 p.p. em relação a 2021, cujo valor ascendeu a 7,5%. Tal como fica comprovado na Figura 14, este é o valor mais alto dos últimos anos, o que advém, em grande medida, da elevada idade média dos colaboradores.

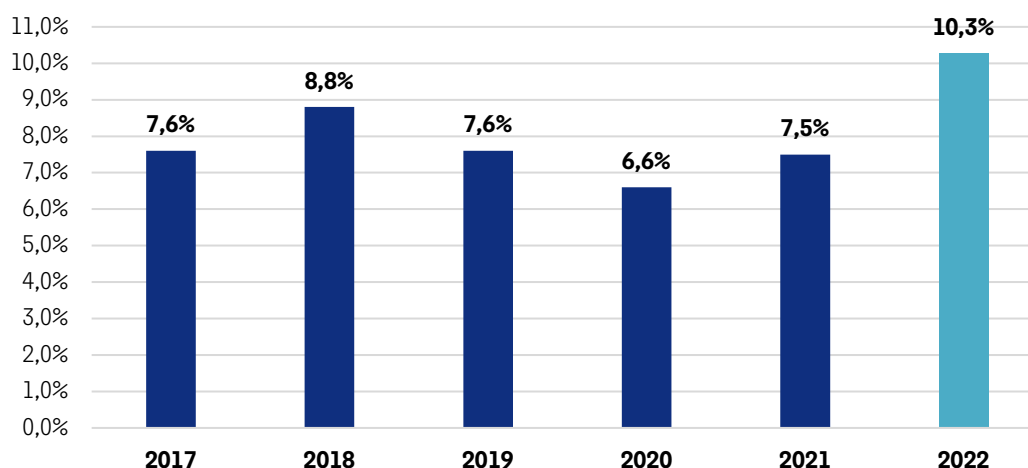


Figura 14 | Taxa de absentismo (2017-2022)

10.3. Saúde e Segurança no Trabalho

10.3.1. Acidentes de Trabalho

No presente exercício, o número total de acidentes de trabalho, em valor absoluto, cifrou-se em 48 em comparação com 35 em 2021, o que significa um acréscimo de 37,1%. Após dois anos com valores baixos devido ao plano de contingência de combate à Covid-19, o índice de frequência de acidentes de trabalho subiu de 40/1 000 000 horas trabalhadas em 2021 para 55,23/1 000 000 horas trabalhadas em 2022.

10.3.2. Medicina no Trabalho

A medicina no trabalho constitui uma área de intervenção prioritária na política de recursos humanos da **Águas e Energia do Porto, EM**, que valoriza o local de trabalho como espaço de eleição para a prevenção primária dos riscos profissionais, a proteção da saúde e o acesso aos serviços de saúde. No que respeita à vigilância da saúde dos colaboradores, foram realizadas 569 consultas e exames complementares (admissão, periódicos e ocasionais), dos quais 80% eram carácter obrigatório e 20% de carácter não obrigatório.

10.3.3. Medicina Curativa

A **Águas e Energia do Porto, EM**, disponibiliza, igualmente, serviços de medicina curativa e enfermagem aos trabalhadores, no âmbito da prestação de cuidados de saúde abrangentes e continuados com vista à manutenção das aptidões profissionais e do equilíbrio pessoal.

As consultas de clínica geral, realizadas no Gabinete Médico da sede da empresa, destinam-se a resolver problemas súbitos e a acompanhar situações de doença crónica já diagnosticadas, através da prescrição de terapêutica e de exames complementares de diagnóstico e de aconselhamento médico sobre práticas de saúde. Abrangem, também, o rastreio de doenças profissionais e o estabelecimento de medidas gerais de prevenção de doenças e lesões, em concertação com a medicina do trabalho.

Este tipo de consultas registou um aumento expressivo de 102,8% (460 em 2021 para 933 em 2022), atingindo o maior número de consultas dos últimos três anos.

10.3.4. Serviços de Psicologia

A empresa disponibiliza, ainda, consultas de psicologia aos seus colaboradores, com a finalidade de permitir o apoio socioprofissional que abrange informação e orientação sobre a melhor forma de utilização dos recursos existentes, o desenvolvimento de relações interpessoais e grupais, o apoio na construção de soluções para problemas de índole psicossocial e acompanhamento e a orientação na resolução de problemas. Além da resolução de problemas já existentes, este serviço visa atuar na prevenção de problemas psicossociais.

Nos últimos três anos, este acompanhamento revelou-se de especial importância na promoção de uma melhor saúde mental, tendo-se concretizado mais de 100 consultas de psicologia em cada ano.

10.3.5. Segurança nos Postos de Trabalho

No que diz respeito à gestão de riscos nos postos de trabalho, a **Águas e Energia do Porto, EM**, procedeu à atualização da avaliação de riscos das suas atividades, visando identificar medidas

que promovam a prevenção dos riscos profissionais, a prestação de informação e a formação aos trabalhadores, bem como a definição de um plano de ação com vista à adequação da organização e implementação das medidas necessárias. De forma complementar, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Realização de uma avaliação especializada dos parâmetros físicos (ruídos, vibrações, iluminação, conforto térmico e qualidade do ar interior) e ergonómicos;
- Realização de ações de sensibilização a um grupo de colaboradores com funções de carácter operacional e onde o risco no posto de trabalho é elevado;
- Identificação, avaliação técnica e instalação de sistemas de proteção complementares para o risco de queda em altura, para minimização do risco, nas ETAR.

Atendendo aos riscos específicos das ETAR, a empresa definiu as condições mínimas de proteção da segurança e da saúde dos trabalhadores suscetíveis de exposição a riscos derivados de atmosferas explosivas presentes nas instalações do Freixo e de Sobreiras. Assim, procedeu-se à elaboração e divulgação interna do “Manual de Atmosferas Explosivas” das ETAR.

10.4. Formação Profissional

Tendo em vista a aquisição e desenvolvimento de melhores níveis de motivação, competências funcionais e de liderança, a **Águas e Energia do Porto, EM**, implementou o Plano de Formação para 2022, em linha com as necessidades formativas efetivas dos colaboradores.

No ano em análise, o número de formandos (546) representou 99,8% do total de efetivos da empresa. Observou-se um índice de participação elevado (107,7%), 12,7 p.p. acima do valor registado em 2021 (95%). No total, foram ministradas 17 526 horas de formação, mais 4 678 do que em 2021, traduzindo-se num incremento de 36,4%.

Tabela 13 | Formação profissional (2021-2022)

	2022	2021	Δ%
Participantes em formação (n.º)	546	497	9,9
Horas de formação (n.º)	17 526	12 848	36,4
Taxa de participação em formação (%)	107,7	95	13,4
Média de horas de formação por colaborador	32,1	24	33,8

10.5. Recrutamento e Seleção

No ano de 2022, a **Águas e Energia do Porto, EM**, concluiu 59 processos de recrutamento e seleção. Com a ambição de promover a crescente realização de estágios como fonte privilegiada de recrutamento externo, foram celebrados protocolos com quatro estagiários em regime de estágio profissional e nove em regime de estágio curricular.

Em consequência destes processos, foram realizadas 72 ações de acolhimento e integração, nas quais se procurou transmitir aos novos colaboradores a cultura organizacional e os procedimentos e normas internas relevantes para o início da sua atividade profissional.

11 | Sistemas de Informação

11.1. Criação da Área de Transformação Digital

Em 2002, a **Águas e Energia do Porto, EM**, prosseguiu com a estratégia de utilização de tecnologia e de promoção da inovação para melhoria dos serviços prestados nos domínios da água e da energia no território do Porto, funcionando como um centro de inteligência e inovação para a cidade. Para o efeito, a aposta na investigação, desenvolvimento e inovação centrou-se na otimização dos processos e das operações, criando condições para sistemas inteligentes, no âmbito do conceito de *smart cities*, que se tornaram a base da competitividade urbana.

Numa vertente complementar, a empresa atuou para assegurar a operacionalidade e adequação dos equipamentos informáticos e de comunicação, de acordo com as necessidades das diversas áreas funcionais da empresa, bem como garante o cumprimento da legislação vigente em termos de licenciamento de *software*. Procurou, em simultâneo, promover a aplicação de mecanismos de segurança, confidencialidade e integridade da informação armazenada, processada e transportada nos sistemas de processamento e de redes de comunicação utilizadas.

Como corolário do trabalho desenvolvido, a **Águas e Energia do Porto, EM**, foi protagonista de um [documentário da emissora britânica BBC](#), centrado na Plataforma Tecnológica de Gestão Integrada do Ciclo Urbano da Água (H2Porto), vendo assim reconhecido o percurso que tem vindo a trilhar nos últimos anos no que concerne à concretização de projetos em tecnologias de informação e comunicação destinados a promover a melhoria processual e o incremento da eficiência da empresa.

No presente exercício, assinala-se a entrada da empresa numa nova fase do processo de transformação digital, que arrancou com uma fase de consolidação dos serviços já disponíveis, procurando mitigar os pontos de menor eficiência. A criação da Área de Transformação Digital pretende capacitar a Direção de Sistemas de Informação na evolução da atual estratégia assente em três eixos (cliente, eficiência e novos produtos), apoiando as Unidades de Informática e de Inovação no desenvolvimento dos projetos destinados a dotar as equipas operacionais e de gestão de ferramentas adequadas às adaptações de processos em curso.

O portefólio de projetos desenvolvidos no domínio dos sistemas de informação enquadra-se em oito programas, a saber:

- Unidade de Informática – Infrastructure, Software, Cybersecurity e Data & Analytics;
- Unidade de Inovação – Client Experience, Ecosystem, Automation e Intelligent Core.

11.2. Projetos Tecnológicos

Depois do período pandémico, marcado pela repentina adaptação a novas formas de trabalho, designadamente o teletrabalho, a **Águas e Energia do Porto, EM**, focou a sua atenção na consolidação do uso transversal da tecnologia em todas as áreas da empresa. O ano de 2022 trouxe a concretização de melhorias nas aplicações informáticas já existentes, bem como o aumento da utilização de RPA nas áreas de suporte.

Tal como já mencionado anteriormente, merece destaque a conclusão do projeto H2Optimal (pontos [12.2.1](#) e [12.4.1.14](#)), financiado por fundos comunitários, vocacionado para a implementação de medidas técnicas com o objetivo de minimizar os riscos de segurança dos

sistemas de informação, a par da capacitação da equipa interna na reposta a incidentes de cibersegurança.

Além do robustecimento de aplicações informáticas já em utilização, tais como o Sourcing (contratação pública) e o H2Prédios (base de dados das ligações prediais à rede pública de saneamento), de forma a alcançar uma maior eficiência e a responder às necessidades quotidianas das equipas, a **Águas e Energia do Porto, EM**, colocou em funcionamento novos **softwares**, com destaque para a nova solução de gestão de recursos humanos (4Sapiens). Esta ferramenta permitirá atingir três objetivos: (1) assegurar os níveis de serviço interno necessários para dar suporte à ação das lideranças; (2) garantir o tratamento de dados e a produção de relatórios de gestão com informação fidedigna; (3) responder às necessidades dos colaboradores da empresa.

Igualmente relevantes foram os progressos alcançados na recolha, análise e visualização de dados, a partir do PowerBI, criando as condições necessárias para o passo final de tomada de decisão. Verificou-se a automação de 41 indicadores de gestão, que integram dados de diferentes aplicações informáticas, assim como a disponibilização do relatório de execução orçamental para apoio à gestão.

Por último, e com vista a uma difusão mais eficiente da informação no seio da empresa, foi instalado um **videowall** na entrada do edifício sede, controlado por um **software** que permite o agendamento de conteúdos através de uma plataforma centralizada. Este equipamento possibilita, assim, uma comunicação mais apelativa, criativa e dinâmica com os colaboradores.

11.3. Soluções Inovadoras

No âmbito das soluções orientadas para o cliente e recorrendo à automação de comunicações, foi possível concretizar, neste exercício, não só o projeto “**TuPagas?**”, que automatiza o envio de mensagens com referências de pagamento para faturas cuja data-limite de pagamento foi ultrapassada (ponto [12.4.1.13](#)), mas também a iniciativa de emissão de alertas de fim de contrato de obra, com o envio de SMS e e-mails na proximidade do seu término, de modo que os clientes tomem as medidas necessárias à regularização da situação.

O Balcão Digital recebeu novos serviços – pedido de alteração de tarifa/isenção e pedido de devolução de crédito –, a revisão aos estados e **workflow** do pedido de novo contrato e, já no final do ano, a adequação à nova Medida Excecional de Regularização de Dívidas, a entrar em vigor em janeiro de 2023. Em conjunto com a aplicação móvel, foi também integrado o novo sistema de [senhas virtuais de atendimento](#), tornando possível aos clientes da empresa acompanhar os tempos de espera e solicitar a emissão de senha a partir das **interfaces** digitais disponíveis. Teve, ainda, início o projeto “**Conta Corrente Online**”, que possibilitará ao cliente consultar, em modo **self-service** e **online**, os detalhes relacionados com os pagamentos, planos de pagamentos e dívida em conta corrente ou execução fiscal.

De forma a garantir uma resposta célere ao cliente e diminuir a sobrecarga de tratamento manual dos pedidos de emissão de referência de pagamento de dívida em conta corrente (e respetiva cobrança após pagamento), a **Águas e Energia do Porto, EM**, adquiriu um **robot** de automação de processos (RPA) para proceder à emissão dessas referências de pagamento. No mesmo sentido, assistiu-se ao arranque de dois novos **robots**, nomeadamente na cobrança diária de documentos pagos no SEF (Sistema de Execuções Fiscais) e na movimentação de contadores de telemetria em UBS (sistema de faturação), a par da conclusão do estudo de reforço de concentradores de grande eficiência.

De notar a continuidade do projeto denominado “**Watter Fa bLa b**” que, desde 2020, conta com um parque de impressoras 3D que produz peças e acessórios, **on-demand**, para instalação imediata na rede de abastecimento de água, em alternativa aos canais tradicionais, que

demorariam meses na sua produção e fornecimento, com custos mais elevados. Estes acessórios são feitos em bioplástico, cuja matéria-prima é de origem vegetal, aprovada para o contacto com a água potável. Em 2022, as impressoras adstritas a este processo cresceram para cinco, que produziram um total de 2 277 peças novas, das quais 1 727 instaladas na infraestrutura de abastecimento de água. Foram modeladas 11 novas peças em 3D, entre as quais o espirógrafo da empresa, que acompanhou o cartão oferta de material escolar aos filhos dos colaboradores.

Com o alargamento das competências da **Águas e Energia do Porto, EM**, à área da energia, foi iniciado, neste exercício, o programa relativo à criação da Plataforma Operacional de Energia, tendo sido já concluídos os dois primeiros projetos: (1) Atividades Pendentes, com o desenvolvimento de um **dashboard** que agrega todas as atividades pendentes da Direção de Energia; e (2) Iluminação Pública, que compreende a gestão de todas as infraestruturas de iluminação pública da cidade do Porto.

12 | Investimentos

12.1. Execução do Plano de Investimentos

Tal como detalhado na Tabela 14, o investimento global da **Águas e Energia do Porto, EM**, em 2022 ascendeu a cerca de 14,6 milhões de euros, representando 79,7% do valor total orçamentado no Plano de Investimentos a executar no presente ano, de acordo com aquilo que se encontra previsto nos IGP 2022-2024.

Tabela 14 | Investimentos executados em 2022

Áreas de Atividade	Valor Orçamentado (€)	Valor Executado (€)	Peso (%)	Taxa de Execução (%)
Abastecimento de água	3 354 972,20	3 647 112,13	25,0	108,7
Drenagem e tratamento de águas residuais	7 066 777,04	3 736 624,12	25,6	52,9
Drenagem de águas pluviais	4 354 436,72	3 374 559,13	23,1	77,5
Edifícios e outras construções	1 475 029,99	1 694 504,26	11,6	114,9
Sistemas de informação	1 299 326,00	819 926,48	5,6	63,1
Outros investimentos	758 636,83	1 317 971,28	9,0	173,7
Total	18 309 178,77	14 590 697,40	100	79,7

Constata-se que a maior taxa de execução do Plano de Investimentos de 2022 diz respeito à rubrica “Outros investimentos” (173,7%), seguida pela rubrica “Edifícios e outras construções” (114,9%) e pelo setor do abastecimento de água (108,7%). A drenagem e tratamento de águas residuais foi onde o valor executado ficou mais aquém do orçamentado, verificando-se uma taxa de execução de apenas 52,9%.

Focando a análise no volume de investimento, verifica-se que a drenagem e tratamento de águas residuais (25,6%), com um montante de 3 736 624,12€, corresponde à maior fatia do investimento total executado. No segundo e terceiros lugares posicionam-se o abastecimento de água (25%) e a drenagem e tratamento de águas pluviais (23,1%), perfazendo valores totais de 3 647 112,13€ e 3 374 559,13€, respetivamente.

Mais distantes destes montantes, encontram-se as intervenções associadas à rubrica “Edifícios e outras construções” (11,6%), absorvendo 1 694 504,26€. A quinta posição é ocupada pela rubrica “Outros investimentos”, com um peso relativo de 9%. Por último, surgem os sistemas de informação (5,6%), que totalizam um investimento de 819 926,48€.

12.2. Projetos de Investimento com Financiamento Comunitário e Nacional

12.2.1. Candidaturas Aprovadas

No final do ano de 2022, a **Águas e Energia do Porto, EM**, contava com catorze candidaturas com financiamento externo aprovado, onze delas com fundos comunitários e três com fundos nacionais. A despesa elegível total inscrita nessas candidaturas perfaz um montante de 7,5 milhões de euros nessa data, sendo o valor da respetiva comparticipação aprovada da ordem dos 5,7 milhões de euros. Até ao momento, a comparticipação recebida pela empresa é de cerca de 4,6 milhões de euros, dos quais aproximadamente 367 mil euros foram arrecadados no

ano em análise. O objeto das operações que integram essas candidaturas é apresentado resumidamente nos pontos seguintes.

Construção do Intercetor do Rio Tinto – POSEUR-03-2012-FC-000041

Esta candidatura foi apresentada em agosto de 2015, em parceria com o Município de Gondomar, tendo o termo de aceitação sido assinado no dia 16 de janeiro de 2016. Prioritária para a qualidade ambiental da Área Metropolitana do Porto, a intervenção tinha como objetivo [despoluir o rio Tinto e dar uma nova vida às suas margens](#).

A obra iniciou-se no dia 11 maio de 2017, tendo o prazo de execução terminado em 31 agosto de 2019. Os lugares atravessados por este afluente do rio Douro foram reabilitados urbanisticamente, dando origem a uma nova área verde do centro de Gondomar até ao Freixo (Porto). Desta obra resultou a ligação entre o Parque Urbano de Rio Tinto, com 36 500 m², e o Parque Oriental da Cidade do Porto, que aumentou a sua área para o dobro (20 hectares).

A empreitada encontra-se concluída. Após a aprovação de uma reprogramação em 19 abril de 2021, relativa à atualização dos valores já aprovados para a construção da empreitada inicial e à inclusão de novas componentes executadas, o valor global deste investimento ascende a 9 922 091,07 €, sendo que a parte elegível da **Águas e Energia do Porto, EM**, corresponde a 3 700 758,49 €. A taxa de cofinanciamento aprovada pelo Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) é de 85%.

A Câmara Municipal de Gondomar tem ainda em curso algumas tramitações referentes a pedidos de pagamento junto do POSEUR, prevendo-se, a curto prazo, a preparação do relatório final desta candidatura, tendo em vista o seu encerramento e o recebimento do saldo final.

Fecho do sistema de ARD da Cidade do Porto – Freixo – POSEUR-03-2012-FC-000420

Fecho do sistema de ARD da Cidade do Porto – Sobreiras – POSEUR-03-2012-FC-000421

A rede de águas residuais domésticas da cidade do Porto divide-se em dois subsistemas: Oriental e Ocidental, onde pontificam as ETAR do Freixo e de Sobreiras, respetivamente. Estas Operações representam a conclusão da rede em baixa de ambos os subsistemas, o que permitirá que a acessibilidade física se aproxime dos 100%.

As candidaturas em questão são complementares e foram apresentadas em julho de 2016, tendo os respetivos termos de aceitação sido assinados no dia 28 de novembro do mesmo ano. Em ambas as situações foram aprovadas reprogramações pela Autoridade de Gestão para contemplar ajustes dos prazos de execução física e financeira decorrentes do desenvolvimento dos trabalhos previstos nas diversas empreitadas que as compõem.

As operações estão concluídas. Os relatórios finais já foram aprovados (19 de abril de 2021, do [Subsistema do Freixo](#), e 26 de outubro de 2022, do [Subsistema Sobreiras](#)) e libertados os correspondentes valores dos saldos finais.

Controlo e Redução de Perdas Reais na Rede de Abastecimento de Água do Município do Porto – POSEUR-03-2012-FC-001263

Esta [candidatura](#) foi aprovada em 31 de maio de 2019, no âmbito do POSEUR, com um prazo de execução previsto de dois anos. À data de 31/12/2022, o valor global do investimento elegível aprovado é de 1 851 961,55 €, fixando-se o valor cofinanciado pelo Fundo de Coesão em 1 003 999,88 €.

Esta operação está concluída e teve como objetivo, para o ano horizonte de 2022, o controlo e a redução em 8,16% das perdas reais relativamente ao valor registado em 2018. Consistiu na realização de um conjunto de ações, que podem ser configuradas em três áreas principais:

- Reforço da monitorização e controlo através da otimização da setorização, com a criação de novas ZMC, e da melhoria da gestão e controlo de pressões e caudais, com a instalação de VRP e **data loggers** em pontos estratégicos;
- Implementação de modelos preditivos, através do desenvolvimento de um **software** para previsão de fugas na rede de abastecimento de água;
- Remodelação de condutas com elevado número de roturas, através da substituição de 6,35 km de condutas distribuidoras.

Em 10/08/2022, foi submetido o relatório final desta candidatura, aguardando-se a sua aprovação e a consequente libertação do valor do saldo final.

Cibersegurança - H2Optimal - CEF-TC-2019-2

Em 2021, a **Águas e Energia do Porto, EM**, iniciou o projeto de cibersegurança denominado H2Optimal, que pressupõe a implementação de sistemas (**software**, **hardware** e soluções de gestão de informação) que possibilitem alcançar níveis de segurança tecnológica necessários para proteger todas as redes e infraestruturas, a fim de garantir a continuidade dos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.

Seguindo uma abordagem integrada e holística, o H2Optimal prevê a realização de um diagnóstico dos atuais níveis de maturidade da cibersegurança na empresa, visando também implementar matrizes de risco e definir planos de contingência. O projeto assegura também a formação adequada dos colaboradores, quer, de forma específica, para a equipa especializada ficar apta a responder internamente a ciberincidentes, quer, num âmbito mais alargado, para restantes colaboradores através de ações destinadas a transmitir as noções básicas de cibersegurança e os procedimentos adequados.

O investimento em cibersegurança decorre do facto de a **Águas e Energia do Porto, EM**, ter sido identificada, em meados de 2019, pelo Centro Nacional de Cibersegurança como um “Operador de Serviço Essencial” no que concerne ao fornecimento e distribuição de água potável, de acordo com o disposto na Lei n.º 46/2018, de 13 de agosto, que estabelece o regime jurídico da segurança do ciberespaço, transpondo a Diretiva SRI/NIS relativa à segurança das redes e dos sistemas de informação.

Com um orçamento de 292 000 €, este projeto foi aprovado pelo programa de financiamento comunitário CEF – Connecting Europe Facility – Telecom em 2020, com a atribuição de uma taxa de cofinanciamento de 75% das despesas elegíveis. A empresa recebeu um adiantamento de 60% em 2020. O projeto ficou concluído em 31/12/2022, encontrando-se em fase de preparação o último relatório de execução e o pedido de pagamento final.

AQUALITRANS-1-E - Sistema de Gestión y Control para la Mejora de la Eficiencia en la Depuración y la Calidad Ambiental de Águas a Nivel Transfronterizo - 0092 - POCTEP-0092

Esta candidatura foi apresentada no âmbito da primeira convocatória do Programa de Cooperação Transfronteiriça INTERREG V-A Espanha-Portugal (POCTEP) 2014-2021 e é composta por cinco beneficiários:

- Chefe de fila: Entidade Pública Empresarial Augas de Galicia;

- Parceiros:
 - o Instituto Enerxético de Galicia (INEGA);
 - o Fundación Instituto Tecnológico de Galicia (ITG);
 - o CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, E.M.;
 - o Instituto de Ciência e Inovação em Engenharia Mecânica e Engenharia Industrial (INEGI).

O acordo entre beneficiários foi assinado no dia 24 de maio de 2017, com base no cofinanciamento FEDER de 75% da despesa elegível aprovada, no valor total de 888 817,43 €. A despesa elegível aprovada à **Águas e Energia do Porto, EM**, fixou-se em 102 050€.

A empresa integrou esta parceria com o objetivo de reduzir os consumos de energia e as emissões de CO₂ associadas às ETAR através da utilização de fontes de energia renováveis e da adoção de medidas de eficiência energética. O desenvolvimento desta iniciativa permitiu obter um conjunto de resultados chave para a melhoria energética das ETAR e para o uso eficiente dos recursos utilizados no processo de tratamento de águas residuais.

O [projeto Aqualitrans](#) assentou na criação de um modelo energético eficiente e sustentável para as ETAR, contribuindo para alcançar os objetivos gerais de desenvolvimento sustentável e de proteção ambiental definidos na Estratégia Europeia 2020. Foi elaborado um estudo inicial sobre o consumo energético em diferentes estações de tratamento situadas na Galiza e no Norte de Portugal, culminando no desenvolvimento posterior de um projeto piloto nas ETAR selecionadas para implementação de medidas de otimização energética.

A operação encontra-se concluída, tendo já ocorrido a aprovação do relatório final de execução da candidatura, bem como o pagamento do valor total do financiamento aprovado.

AQUALITRANS-II_1_E - Sistema de Gestión y Control para la mejora de la eficiencia, flexibilidad de la demanda y autosuficiencia energética en EDAR

Esta candidatura foi apresentada no âmbito da 6.ª convocatória do POCTEP, especificamente aberta para a seleção de novas ações associadas a projetos aprovados no âmbito deste programa, como é o caso do AQUALITRANS-1, com o intuito de utilizar o orçamento remanescente da 1.ª convocatória para incrementar o impacto dos projetos.

A candidatura AQUALITRANS-II_1_E foi aprovada em 29/06/2022, com uma participação comunitária de 75%. O projeto tem um prazo de execução até 30/06/2023. O consórcio manteve-se, sendo que a liderança foi assumida, nesta candidatura, pela Fundación Instituto Tecnológico da Galicia. As despesas elegíveis aprovadas ascendem a 754 901,55 €, dos quais 143 394,18 € dizem respeito à **Águas e Energia do Porto, EM**.

O objetivo geral do projeto é a promoção de tecnologias inovadoras para melhorar a sustentabilidade e eficiência no setor do tratamento de águas residuais, alinhando-as com as necessidades que surgem com a transição energética, como a integração de energias renováveis para maior autossuficiência energética, maior flexibilidade da procura e participação ativa no mercado de energia elétrica.

Controlo de Cheias na Bacia da Asprela e Criação do Parque Verde Central da Asprela - FA - Aviso n.º 8732/2018

No contexto do Aviso n.º 8732/2018, de 27 de junho de 2018, do Fundo Ambiental, referente à “Adaptação às Alterações Climáticas – Recursos Hídricos”, foi aprovada a candidatura intitulada

“Controlo de Cheias na Bacia da Ribeira da Asprela e Criação do Parque Verde Central da Asprela”, tendo o contrato de financiamento sido assinado no dia 7 de setembro de 2018.

O projeto une o Município do Porto, através da **Águas e Energia do Porto, EM**, à Universidade do Porto, proprietária do terreno situado entre a UPTEC – Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto e a Faculdade de Desporto, e ao Instituto Politécnico do Porto. O valor total da adjudicação é de 1,6 milhões de euros, dos quais 519 245,73€ respeitam a esta empresa municipal. A repartição dos custos e apoios (cofinanciamento) acordada em contrato de constituição do consórcio entre as três partes é a seguinte: Universidade do Porto (41,05%), **Águas e Energia do Porto, EM** (31,59%), e Instituto Politécnico do Porto (27,36%).

O financiamento total concedido pelo Fundo Ambiental cifra-se em 1 000 000 €. No caso da empresa, a despesa elegível aprovada corresponde a 421 200 €, sendo o financiamento de 75% (315 900 €). A Operação está concluída física e financeiramente, encontrando-se também a candidatura encerrada. Em janeiro de 2022, foi transferida a última tranche do financiamento aprovado.

Plano de Valorização e Reabilitação das Linhas Água Porto – EEA Grants – SGS#456

O contrato de financiamento desta candidatura foi assinado entre a **Águas e Energia do Porto, EM**, promotora e líder do projeto, e a Secretaria Geral do Ambiente (SGA) no mês de fevereiro de 2021. Este contrato tem subjacente, para a sua concretização, um acordo de parceria assinado entre a empresa, o Município do Porto, a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e a Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

As atividades planeadas tiveram início no dia 1 março de 2021, encontrando-se a sua conclusão prevista para fevereiro de 2024. O financiamento total concedido cifra-se em 235 288,03 €. No caso da **Águas e Energia do Porto, EM**, a despesa elegível aprovada cifra-se em 186 756,18 €, sendo o apoio ao financiamento de 85%. Em conformidade com as obrigações contratuais, foram já apresentados cinco relatórios de progresso, em que são descritas as ações realizadas e os resultados alcançados, até 31 de outubro de 2022. Não se verificaram desvios significativos na execução física e financeira relativamente aos respetivos cronogramas aprovados.

Asprela + Sustentável – EEA Grants – Call#4

O contrato de financiamento desta candidatura foi assinado entre a Coopérnico – Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável, C.R.L. e a SGA no mês de maio de 2021. O projeto é liderado pela Coopérnico, contando com um total de 14 parceiros. As atividades previstas tiveram início no dia 1 junho de 2021 e vão desenvolver-se até final de 2023. A despesa elegível total cifra-se em 1 446 355,73 €. A despesa elegível aprovada para a **Águas e Energia do Porto, EM**, corresponde a 105 264,53 €.

A empresa tem a seu cargo as atividades referentes à concretização de dois objetivos: (1) realizar a monitorização e controlo do caudal e qualidade da água das ribeiras do Parque Central da Asprela; e (2) promover uma redução na utilização do plástico através da instalação de bebedouros.

Em conformidade com as orientações do líder do consórcio, foram já apresentados cinco relatórios de progresso, em que são descritas as ações realizadas e os resultados alcançados, até 30 de setembro de 2022. Devido aos atuais problemas relacionados com os procedimentos de aquisição e de entrega de materiais e equipamentos, não foi possível executar as tarefas previstas de acordo com os cronogramas aprovados. Estes desvios não comprometem, contudo, o cumprimento da data prevista para a conclusão do projeto.

Sinatra - Smart Industrial maiNtenance through AugmenTed ReAlity - COMPETE

Financiado pelo Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT) em Copromoção, no âmbito do COMPETE, o [projeto SINATRA](#) visa o desenvolvimento de uma solução de apoio a técnicos de manutenção industrial, através da exploração de ferramentas de realidade aumentada de utilização híbrida. Para tal, o projeto foi estruturado em dois grandes objetivos:

1. Desenvolvimento de uma solução de realidade aumentada híbrida, que tira partido dos óculos de realidade aumentada e do **smartphone/tablet** para informar e otimizar as tarefas de manutenção. Serão investigadas boas práticas e padrões de interação usáveis em realidade aumentada para o contexto da manutenção, de modo a agilizar o processo de adaptação à tecnologia.
2. Desenvolvimento de um conjunto de três módulos de visão computacional a integrar na aplicação móvel para facilitar o reconhecimento de equipamentos, permitir a leitura automática de manómetros digitais e analógicos e, por último, garantir que as imagens adquiridas para validar as evidências de campo tenham qualidade.

Esta solução será testada em diferentes ambientes de manutenção para a sua validação em ambiente relevante. Para assegurar a persecução dos objetivos foi delineado um plano de trabalhos constituído por sete atividades a desenvolver ao longo de 27 meses.

Os parceiros da **Águas e Energia do Porto, EM**, neste projeto são a Glarevision, SA (líder), a Associação Fraunhofer Portugal Research e a Plastaze – Plásticos de Azeméis, SA. Este consórcio reúne o conhecimento e as valências técnicas e científicas necessárias para o desenvolvimento de uma solução inovadora, robusta e versátil, capaz de agilizar e facilitar processos industriais de manutenção preventiva e corretiva. A despesa elegível total aprovada é de 1 286 732,25 €, dos quais 106 449,30 € respeitam à empresa.

O projeto iniciou-se, conforme previsto, em janeiro de 2021, mas algumas tarefas sofreram ligeiros atrasos devido às restrições decorrentes da pandemia de Covid-19, que impediram, na fase inicial, visitas presenciais aos locais dos casos de estudo. Assim, foi pedida uma prorrogação do prazo de execução, de 31/03/2023 para 30/06/2023, para testes e validação de soluções e para promoção e divulgação de resultados.

Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública - FA - Aviso n.º 11192/2021

No âmbito deste Aviso do Fundo Ambiental, a **Águas e Energia do Porto, EM**, teve aprovada, em 02/03/2022, uma candidatura, cujo contrato de financiamento a celebrar vai assegurar:

- Concessão de apoio para aquisição de um veículo elétrico, através do financiamento de 50% do valor da renda mensal, decorrente da celebração de contrato de locação operacional ou financeira, até um limite máximo de 250 € mensais e por um período de 48 meses, independentemente da duração do contrato de locação;
- Concessão de apoio à aquisição e instalação do posto de carregamento destinado primordialmente ao veículo elétrico adquirido, instalado em local determinado pelo beneficiário, em espaço privado de acesso privado e ligado à Rede Mobi.e., através do financiamento de 50% do valor de aquisição e instalação, até ao limite máximo de 2 000 €, no caso de postos de carregamento normais, e até ao limite de 4 000 €, no caso de postos de carregamento semirrápidos.

A assinatura do contrato terá lugar com a concretização da locação do veículo elétrico e apresentação de comprovativo do abate da viatura a ser substituída, que constituiu um dos pressupostos de aprovação da candidatura.

Virus4Health - FA

Em 11/05/2022, foi assinado um protocolo de colaboração técnica e financeira, que visou regular os termos e condições de natureza técnica e financeira entre o Fundo Ambiental e a **Águas e Energia do Porto, EM**, no apoio à execução do projeto para a implementação da Recomendação (UE) 2021/472 da Comissão, de 17 de março de 2021, para a vigilância do vírus SARS-CoV-2.

Pretende-se criar um sistema nacional de vigilância das águas residuais, orientado para a recolha de dados relativos ao SARS-CoV-2 e às suas variantes nas águas residuais na ETAR de Sobreiras e para a comunicação dos dados às autoridades nacionais de saúde e de ambiente. Engloba a colheita, recolha e refrigeração de amostras compostas de 24 horas dos afluentes à instalação, bem como o seu transporte para o laboratório de análises do Instituto Superior Técnico, com uma periodicidade de duas vezes por semana até ao final de 2022, para posterior monitorização das cargas virais e deteção das respetivas variantes.

Em 30/12/2022, o protocolo foi objeto de um aditamento para a prorrogação do prazo de entrega de amostras até final de abril de 2023, sem aumento do financiamento. O recebimento do valor aprovado (17 032 €) foi regularizado na íntegra em 13/12/2022, na sequência da aprovação do relatório de progresso, submetido em 30/09/2022.

ASCEND - Accelerate poSitive Clean ENergy Districts - Horizonte Europa

Com uma duração de 60 meses, a candidatura [ASCEND - Accelerate poSitive Clean ENergy Districts](#), apresentada no âmbito do Horizonte Europa, foi aprovada pela Comissão Europeia no dia 22/07/2022. Este projeto conta com 39 parceiros, sendo liderado por Lyon. Da cidade do Porto, estão presentes no consórcio, além da **Águas e Energia do Porto, EM**, a Agência de Energia do Porto, a Fundação de Serralves e a Porto Digital.

O ASCEND foi concebido com o objetivo de acelerar localidades de energia positiva (PED), contribuindo para a transição das cidades para a neutralidade climática e justiça social na Europa. Pretende-se tornar as cidades mais saudáveis, inclusivas e neutras em termos climáticos, assim como acelerar, dimensionar e implementar PED económicos.

Os resultados esperados do projeto são: a entrega de dois PED acessíveis e inclusivos em Lyon e Munique; a replicação do modelo implementado nas cidades multiplicadoras de Alba Iulia (Roménia), Budapeste (Hungria), Charleroi (Bélgica), Praga (República Tcheca), Porto (Portugal) e Estocolmo (Suécia); e, por último, o desenvolvimento de soluções integradas de **scale up** para um grande número de cidades e investidores europeus e a ampla disseminação dos resultados pela comunidade de **smart cities**.

A despesa total elegível aprovada ascende a 24 588 105 €, dos quais 81,34% serão comparticipados por fundos comunitários (19 999 500 €). O valor da despesa elegível aprovada para as ações da responsabilidade da empresa é de 90 468,75€, com uma taxa de cofinanciamento de 70%.

12.2.2. Execução Financeira das Candidaturas Aprovadas

Em termos de execução financeira, a tabela seguinte reproduz a comparticipação acumulada recebida pela **Águas e Energia do Porto, EM**, até 31 de dezembro de 2022, para cada uma das candidaturas com financiamento externo aprovado. Do mesmo modo, são apresentados os montantes transferidos para a empresa apenas durante o ano de 2022.

Tabela 15 | Execução financeira das candidaturas com financiamento externo (31/12/2022)

Designação da Operação	Despesa Elegível Aprovada (€)	Taxa de Cofinanciamento	Comparticipação (€)			Taxa de Execução
			Aprovada	Recebida até 31.12.2022	Recebida em 2022	
POSEUR-03-2012-FC-000041 – Construção do Intercetor do Rio Tinto	3 700 758,49	85,00%	3 145 644,67	2 741 190,44	0,00	87,14%
POSEUR-03-2012-FC-000420 – Fecho do sistema de ARD da cidade do Porto – Freixo	257 484,60	89,18%	229 622,01	229 622,01	11 481,10	100,00%
POSEUR-03-2012-FC-000421 – Fecho do sistema de ARD da cidade do Porto – Sobreiras	205 469,72	84,81%	174 264,49	174 649,26	0,00	100,22%
POSEUR-03-2012-FC-001263 – Controlo e Redução de Perdas Reais na Rede de Abastecimento de Água do Município do Porto	1 851 961,55	54,21%	1 003 999,88	950 000,00	36 432,13	94,62%
CEF – TC-2019-2 – Cybersecurity – H2Optimal	292 230,00	75,00%	219 173,00	131 504,00	0,00	60,00%
POCTEP – 0092_AQUALITRANS_1_E- Sistemas de Gestión y Control para la mejora de la eficiencia en la depuración y la calidad ambiental de águas a nivel transfronteiriço	102 050,00	75,00%	76 537,50	75 866,04	0,00	99,12%
POCTEP – AQUALITRANS_II_1_E- Sistema de Gestión y Control para la mejora de la eficiencia, flexibilidad de la demanda y autosuficiencia energética en EDAR	143 394,20	75,00%	107 545,65	0,00	0,00	0,00%
FA – Aviso n.º 8732/2018 – Controlo de Cheias na Bacia da Asprela e Criação do Parque Verde Central da Asprela	421 200,00	75,00%	315 900,00	315 900,00	286 981,69	100,00%
EEA Grants – SGS#456 – Plano de Valorização e Reabilitação das Linhas Água do Município do Porto	186 756,18	85,00%	158 742,75	6 831,98	0,00	4,30%
EEA Grants – Call#4 – Asprela + Sustentável	105 264,53	88,49%	93 152,58	1 666,73	1 666,73	1,79%
POCI-01-0247-FEDER-069974 – Sinatra – Smart Industrial maiNtenance through AugmenTed ReAlity	106 449,43	50,93%	54 212,64	6 694,73	6 694,73	12,35%
FA – Aviso n.º 11192/2021 – 3.ª Fase do Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública	24 000,00	50,00%	12 000,00€	0,00	0,00	0,00%
FA – Virus4Health	17 032,00	100,00%	17 032,00	17 032,00	17 032,00	100%
Horizonte Europa – ASCEND – Accelerate poSitive Clean ENergy Districts	90 468,75	70,00%	63 328,00	0,00	0,00	0,00%
Total	7 504 519,45		5 671 155,17	4 650 957,19	367 120,36	82,01%

Verifica-se que a taxa de execução financeira global atinge os 82,01%, com destaque para quatro candidaturas com taxa de execução de 100% (POSEUR-03-2012-FC-000420 – Fecho do sistema de ARD da cidade do Porto – Freixo, POSEUR-03-2012-FC-000421 – Fecho do sistema de ARD da cidade do Porto - Sobreiras, FA – Controlo de Cheias na Bacia da Asprela e Criação do Parque Verde Central da Asprela e FA – Virus4Health). Durante o ano de 2022, a **Águas e Energia do Porto, EM**, viu aprovadas quatro novas candidaturas:

1. POCTEP – AQUALITRANS II_1_E- Sistema de Gestión y Control para la mejora de la eficiencia, flexibilidad de la demanda y autosuficiencia energética en EDAR
2. Fundo Ambiental – Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública
3. Fundo Ambiental – Virus4Health
4. Horizonte Europa - Ascend- Accelerate poSitive Clean ENergy Districts

De salientar também a aprovação, no âmbito do Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação & Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE), de um crédito fiscal (dedução à coleta) no montante de 89 836,92 €, decorrente das atividades de Investigação & Desenvolvimento realizadas durante o ano de 2020, já recebido em 2022. Em 2022, foi submetida uma nova candidatura ao SIFIDE referente ao ano de 2021 em que o crédito fiscal solicitado cifra-se em 101 184,98€. Esta candidatura está em fase de análise pela Agência Nacional de Inovação (ANI).

12.3. Principais Obras

As empreitadas da **Águas e Energia do Porto, EM**, incidiram sobretudo na remodelação da rede de abastecimento de água e na ampliação e renovação da rede de drenagem de águas residuais, sendo complementadas por obras de reforço da rede de drenagem de águas pluviais e de renovação do edificado da empresa, encontrando-se identificadas no mapa seguinte.



Figura 15 | Empreitadas concluídas (cinzento), empreitadas em curso (verde) e empreitadas em concurso (roxo) em 2022

No presente exercício, destaca-se a conclusão de empreitadas de especial relevo como é o caso da Fase 2 do projeto “Setorização Mais”, a intervenção do Parque Central da Asprela e o arranque da reabilitação e requalificação de infraestruturas da Rua e Travessa da Areosa, bem como a empreitada de [requalificação da Rua da Levada e das Travessas da Levada e de S. Pedro – Azevedo de Campanhã – Fase 1](#).

A Tabela 16 resume as obras realizadas pela **Águas e Energia do Porto, EM**, durante o ano de 2022, nas três redes sob a sua gestão. No setor do abastecimento de água, foram substituídos 4,36 km de condutas, 183 ramais domiciliários e 34 hidrantes. No que toca à reabilitação da rede de drenagem de águas residuais, verificou-se a substituição de 2,9 km de coletores, 272 ramais e 34 CRL. Por sua vez, na área das águas pluviais foram renovados 3,14 km de coletores.

Tabela 16 | Obras de água, saneamento e águas pluviais executadas em 2022

	Ampliação	Substituição	Total
Abastecimento de Água			
Conduatas (km)	1,91	4,36	6,27
Ramais (un.)	452	183	635
Hidrantes (un.)	43	34	77
Saneamento de Águas Residuais			
Coletores (km)	0,23	2,90	3,13
Ramais (un.)	214	272	486
CRL (un.)	131	34	165
Drenagem de Águas Pluviais			
Coletores (km)	0,16	3,14	3,30
Ramais (un.)	274	2	276

12.3.1. Criação do Parque Central da Asprela

Para o desenvolvimento deste projeto foi constituída uma equipa multidisciplinar entre vários parceiros, nomeadamente a **Águas e Energia do Porto, EM**, a Câmara Municipal do Porto, a Universidade do Porto e o Instituto Politécnico do Porto, almejando a concretização de soluções inovadoras e sustentáveis num espaço verde de uso público de referência. Este desígnio visa enriquecer e dinamizar a área urbana em questão, especialmente ocupada por equipamentos de ensino e investigação, elevando a qualidade e a diversidade dos sistemas naturais na proximidade dos cidadãos, a vivência e a perceção do espaço exterior vivo, os níveis de saúde e bem-estar e a qualidade ambiental.

O Parque Central da Asprela contempla soluções inovadoras e sustentáveis de estabilização de margens com recurso a técnicas de bioengenharia em meio marcadamente urbano, tendo em vista a minimização e compensação de impactes em áreas de elevada densidade construtiva, muito vulneráveis relativamente a episódios de cheias e inundações, por via da valorização e funcionalidade dos sistemas naturais e da viabilidade da sua conectividade.

A empreitada foi consignada e iniciada em julho de 2020, tendo sido concluída e inaugurada em março de 2022. A comunidade académica, constituída por alunos, docentes, investigadores e outros colaboradores, será a principal beneficiária deste novo pulmão verde, abrangendo um total de 30 000 indivíduos. Acrescem os utentes do Centro Hospitalar de São João e do Instituto Português de Oncologia (IPO), os passageiros da Linha Amarela do Metro do Porto e a população residente na área envolvente.

Em termos práticos, o Parque Central da Asprela assume-se como fundamental para a valorização dos ecossistemas ribeirinhos, assim como para a mitigação de inundações, em alturas de maior precipitação, através de bacias de retenção, contribuindo, deste modo, para a proteção de pessoas e bens, num contexto de agravamento das alterações climáticas, mitigando impactos negativos nos gastos da empresa.

O ano de 2022 pautou-se pela conclusão deste importante processo, tendo ocorrido a receção provisória da empreitada a 20 de março de 2022, num investimento da **Águas e Energia do Porto, EM**, no valor de 751 417,61€.

12.3.2. Reabilitação e Requalificação de Infraestruturas da Rua e Travessa da Areosa

Esta empreitada resultou da necessidade de substituir as redes de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais, bem como da necessidade de melhoria da iluminação pública. Tratando-se de uma intervenção nas infraestruturas de larga escala, existiu

também uma requalificação do espaço público do local, proporcionando um melhor enquadramento na sua envolvente e um incremento da qualidade do meio urbano. A consignação da empreitada ocorreu no dia 5 de dezembro de 2022, tendo uma duração prevista de 730 dias, que resultará num investimento da **Águas e Energia do Porto, EM**, no valor de 2 052 735,17 €.

12.3.3. Requalificação da Rua da Levada e das Travessas da Levada e de S. Pedro - Azevedo de Campanhã - Fase 1

À semelhança da anterior, esta empreitada surge também pela necessidade de substituição das redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais domésticas e de melhoria da iluminação pública. O espaço público foi também requalificado e repensado para melhoria das exigências funcionais e de conforto.

Pela carência de uma rede eficiente de drenagem de águas pluviais, a intervenção ao nível desse sistema de drenagem implicou o estudo de uma solução de pavimentação eficiente e capaz de promover salubridade, que culminou na criação de um sistema de pavimento que assegura a recolha de águas pluviais.

A consignação da empreitada ocorreu também no dia 5 de dezembro de 2022, tendo uma duração prevista de 510 dias. Esta empreitada resultará num investimento da **Águas e Energia do Porto, EM**, no valor de 2 020 000,00 € e foi submetida a candidatura ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com um valor de comparticipação de 1 620 000,00 €.

12.3.4. Remodelação e Reabilitação de Infraestruturas na Rua Senhora do Porto e envolvente e na Galeria Técnica da Rua Elísio de Melo

Desencadeada pela necessidade de substituição das infraestruturas existentes devido ao elevado grau de vetustez, esta empreitada implica a reabilitação integral das infraestruturas de abastecimento de água e de drenagem da rede de águas residuais domésticas e pluviais, envolvendo um investimento de 1 967 611, 51 €. Teve início no segundo trimestre de 2020 e prevê-se a sua conclusão no primeiro trimestre de 2023.

12.3.5. Remodelação das Infraestruturas de Abastecimento de Água na Rua do Jornal de Notícias, entre a Rua da Vilarinha e a Rua de Martim Moniz

Esta obra visou não só a melhoria da eficiência da exploração da rede de abastecimento de água, mas também o aumento do nível de fiabilidade do serviço e da garantia de qualidade da água, associados a um maior controlo de perdas de água e consequente redução do índice de ANF. A intervenção decorreu na Rua do Jornal de Notícias, entre a Rua da Vilarinha e a Rua de Martim Moniz, e incluiu parte dos arruamentos da Rua Professor Melo Adrião e da Rua de Robert Auzelle. No primeiro trimestre de 2022, concluiu-se este processo, tendo ocorrido a receção provisória da empreitada no dia 4 de fevereiro 2022, com um investimento no valor de 288 534,37 €.

12.3.6. Remodelação da Rede de Abastecimento de Água na Rotunda do Freixo e na Rua do Freixo

O investimento em questão surge da necessidade de reabilitar uma conduta, em avançado estado de degradação e com um histórico de roturas de difícil reparação, existente na Rua do Freixo (a nascente da Rotunda do Freixo). Com o intuito de aumentar a fiabilidade e a consolidação do sistema de monitorização e controlo da rede de abastecimento de água da ZMC onde se insere, pretendeu-se também efetuar a substituição da sonda instalada na câmara

de manobras existente na Rotunda do Freixo, por um caudalímetro eletromagnético, permitindo, assim, o controlo e redução das perdas de água e da ANF.

A consignação da empreitada, no valor de 103 740,85 €, ocorreu no final do mês de agosto de 2022, tendo uma duração prevista de 60 dias. Contudo, por motivos que se prendem com a autorização do condicionamento de trânsito a aprovar pela Infraestruturas de Portugal, a obra foi suspensa, prevendo-se o seu reinício no primeiro trimestre de 2023.

12.3.7. Empreitadas do Programa Rua Direita - Acordo de Entidades Adjudicantes

O Município do Porto encetou um programa de requalificação de arruamentos secundários da cidade, que se encontra a ser desenvolvido pela empresa municipal GO Porto. A requalificação total destes arruamentos implica obrigatoriamente a execução de obras de reabilitação das infraestruturas hidráulicas existentes. As empreitadas que decorreram, durante o ano de 2022, foram as seguintes:

- Requalificação da Rua de Vila Nova (nascente) – concluída em 2022;
- Requalificação da Rua de Vila Nova (Poente) – concluída em 2022;
- Requalificação da Rua do Encontro – a concluir em 2023;
- Requalificação da Rua de Silva Porto – a concluir em 2023;
- Requalificação da Rua da Via-Sacra - a concluir em 2023;
- Requalificação da Rua da Arada – concluída 2022;
- Requalificação da Rua da Granja de Lordelo – concluída 2022;
- Requalificação da Rua do Mirante – a concluir em 2023;
- Requalificação da Rua do Monte da Luz – a concluir em 2023.

Estas intervenções representam um valor total de adjudicações da responsabilidade da **Águas e Energia do Porto, EM**, de 2 162 172,49 €, resultando numa faturação de 1 097 056,35 € no exercício em análise.

12.4. Projetos Estratégicos

12.4.1. Plano Diretor de Abastecimento de Água do Município do Porto

A **Águas e Energia do Porto, EM**, encontra-se atualmente a finalizar o seu novo Plano Diretor do Abastecimento de Água do Porto, um **rolling plan** não só para melhorar a eficiência do sistema, mas também para garantir a total capacidade de resposta do sistema para qualquer área da cidade do Porto, em qualquer momento ou situação de contexto interno e/ou externo, assegurando-se, para tal, a melhor localização e quantidade das reservas de água, integradas num anel de adução e distribuição capaz de, com redundâncias fiáveis e reais, fazer chegar a água a todos os clientes.

Muito interligado com o novo PSA, cuja revisão data do final do primeiro trimestre de 2021, este documento tático abrange o macrossistema do Porto, desde logo a adução da Águas do Douro e Paiva, SA, e os pontos de entrega, condutas adutoras, reservatórios e estações elevatórias da cidade, bem como as principais condutas distribuidoras. As preocupações primordiais que pautam a elaboração do Plano Diretor do Abastecimento de Água visam essencialmente, e para além da segurança contra incêndio na rede pública, a configuração das reservas de água municipais, os anéis de adução principais, as condutas distribuidoras principais, as estações

elevatórias, as possíveis novas zonas de crescimento urbano na cidade do Porto, a articulação íntima com o novo PDM.

A elaboração do Plano irá decorrer até ao final do primeiro semestre de 2023, com uma componente prática sempre presente, na medida em que o objetivo é a concretização no terreno, sempre que possível, das soluções de otimização apresentadas. No ano de 2022, foram já implementadas algumas medidas de otimização, nomeadamente o ajuste dos limites de ZMC e a criação de uma nova ZMC, bem como a realização de testes de pressão para a progressão da setorização do sistema. Foram, ainda, desenvolvidas duas ferramentas de análise e gestão da rede de abastecimento – “Repair Leaks ASAP” e “C IL Pressure” –, que melhoram a capacidade de decisão dos técnicos relativamente às necessidades de intervenção.

No primeiro trimestre de 2022, foi concluído o desenvolvimento da “C IL Pressure”, uma ferramenta digital que permite a otimização das pressões em cada cliente, através da estimativa, com elevado grau de precisão, das pressões de dia e de noite em cada local de consumo, tanto ao nível do terreno, como em cada andar de um mesmo prédio. Desta forma, passa a ser conhecida a pressão mínima e máxima da água em cada ponto da rede com disponibilização ao cliente e de que forma a mesma se encontra desfasada em relação ao nível de pressão ideal. Ao agregar a informação da sensorização da rede em termos de pressões, a partir de *data loggers*, esta ferramenta facilita a compreensão do sistema e consequente análise, bem como a sua otimização, ao permitir a simulação de condições atuais e futuras.

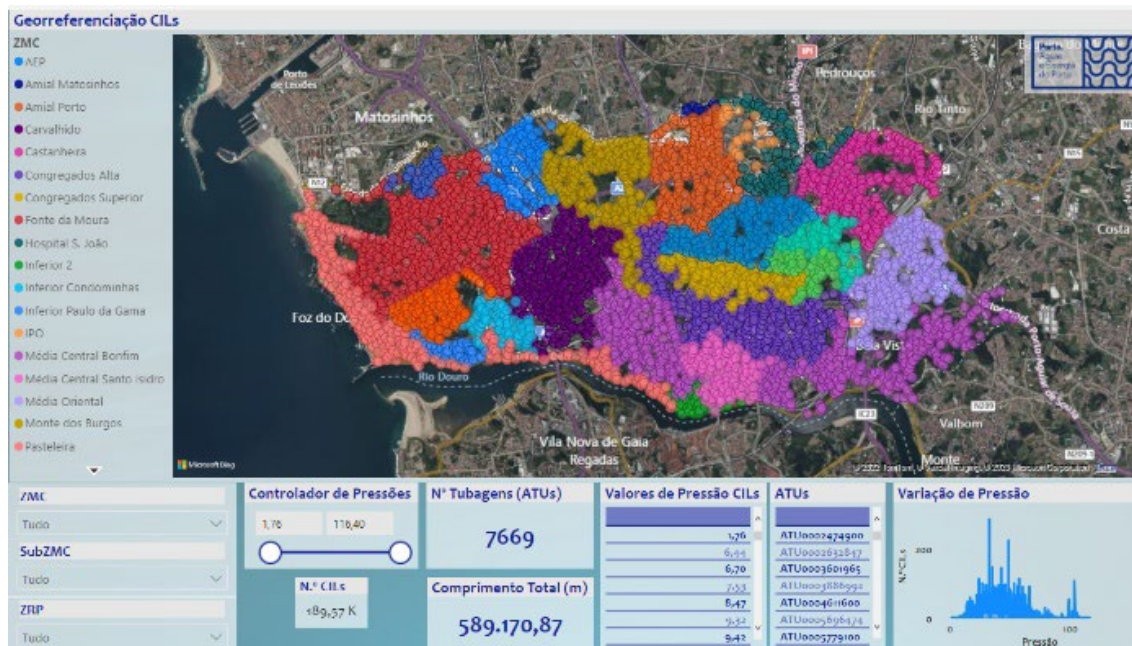


Figura 16 | Layout da ferramenta “C IL Pressure”

Por seu lado, a solução “Repair Leaks ASAP” ficou finalizada no início do segundo semestre de 2022 e resultou do desenvolvimento de um modelo muito detalhado do sistema de abastecimento de água, que permite identificar prioridades imediatas e urgentes de substituição de condutas, com base no cadastro digital da rede e no histórico de roturas e avarias em condutas. Esta ferramenta permite a eliminação dos “ninhos” de roturas na rede cujo impacto tende a ser significativo quer por perdas de água relevantes, quer pela diminuição da performance do sistema e consequente qualidade do serviço prestado ao cliente.

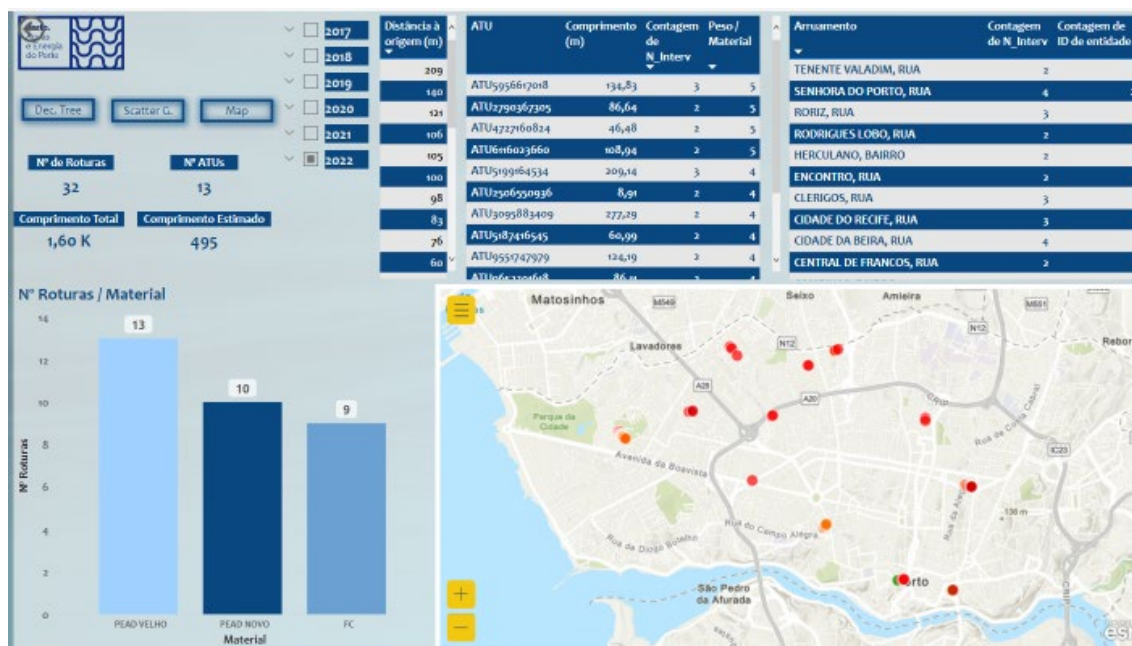


Figura 17 | Layout da ferramenta “Repair Leaks ASAP”

12.4.2. Plano de Segurança da Água do Município do Porto

Na perspetiva do reforço da segurança do SAA do Município do Porto através da melhoria da capacidade de resposta perante situações anómalas e da prevenção de ocorrências que possam colocar em causa a qualidade e a continuidade do serviço prestado diariamente aos clientes, a **Águas e Energia do Porto, EM**, aprovou em abril de 2021 a [revisão do PSA](#), seguindo as recomendações da OMS. Com o final do ano de 2022, teve lugar a primeira monitorização avançada prevista no Planeamento de Suporte do PSA, cujos principais indicadores se resumem de seguida.

			EXECUTADOS	
Urgente	Até 6 meses	33	30	91%
Alta	Até 2 anos	39	19	49%
Média	Até 5 anos	64	11	17%
Baixa	Após 5 anos	36	6	17%
TOTALS		174	66	38%

Figura 18 | Principais indicadores da monitorização básica do PSA em 2022

Em suma, dos 39 Planos e Ações de Melhoria previstos para execução em 2022 com prioridade alta, foram realizados e concluídos 19, o que corresponde a um índice de *performance* de 49%. Paralelamente, foi antecipada a execução de planos e ações futuros, designadamente de 6 dos 64 previstos até ao final de 2025 (índice de 17% - prioridade média) e 6 dos 36 previstos para execução após 2025 (índice de 17% - prioridade baixa). Desta forma, o índice de *performance*

global de execução dos Planos e Ações de Melhoria, no final de 2022, correspondeu a 38%, valor ligeiramente inferior à meta prevista de 41%.

12.4.3. Programa de Gestão e Redução da Água Não Faturada

Dado o seu carácter primordial, o Programa de Gestão e Redução da Água Não Faturada inclui um conjunto de estratégias transversais e complementares com metas anuais previstas até 2036. Em 2022, importa referir a concretização das seguintes ações constituintes do Programa:

- Continuidade do enfoque do CAP, através da gestão avançada da carga horária e semanal das três equipas especializadas, diariamente no terreno, pesquisando fugas e avarias nas infraestruturas;
- Manutenção de uma equipa exclusivamente dedicada à pesquisa de fugas e avarias com recurso a **loggers** acústicos diariamente colocados na rede, bem como uma equipa exclusivamente dedicada à deteção de fugas e avarias no SAA durante o período noturno através do recurso ao geofone;
- Reforço das equipas de reparação de avarias nos fins de semana e nos feriados, reduzindo o período de duração das reparações;
- Continuação da estratégia de colocação de telemetria nos contadores do parque, através das substituições e das novas instalações;
- Instalação de concentradores em pontos-chave para recolha e envio remoto dos dados recolhidos pelos contadores de telemetria;
- Reforço das equipas e das campanhas de substituição programada e criteriosa de contadores por motivos de controlo metrológico, reduzindo conseqüentemente a idade média e o erro médio global do parque;
- Instalação de três novos nichos com o intuito de acolher equipamentos de monitorização da pressão para um maior controlo nas ZMC existentes;
- Instalação de dez novos **data loggers** em contadores grandes consumidores;
- Continuidade do plano de controlo de consumos ilícitos;
- Continuação da execução das empreitadas integrantes do Plano de Remodelação da Rede de Abastecimento de Água, através da substituição das condutas identificadas como mais problemáticas e com materiais obsoletos.

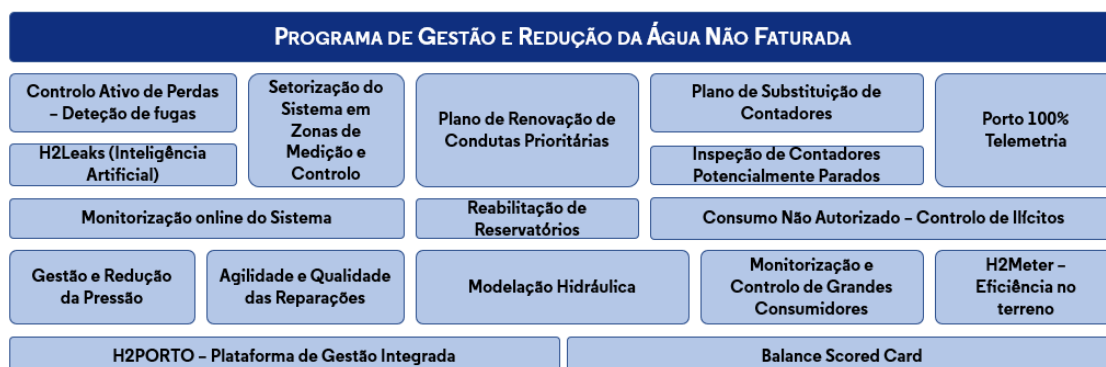


Figura 19 | Vertentes de atuação do Programa de Gestão e Redução da ANF

12.4.4. Projeto “Setorização Mais”

A **Águas e Energia do Porto, EM**, tem vindo a implementar, desde 2019, o projeto “Setorização Mais: Otimização do Modelo de Setorização da Rede de Abastecimento de Água”, integrado na estratégia de segmentação do sistema de abastecimento de água do Município do Porto. À data de arranque do projeto, o SAA do Porto possuía 47 ZMC, 22 das quais designadas como principais, associadas a pontos de entrega do sistema em alta e a reservatórios municipais, e as restantes 25 relativas a zonas interiores de menores dimensões.

Com o objetivo de reduzir as perdas de água e o índice de ANF, o projeto definiu, numa primeira fase, 40 novas ZMC e mais de 90 novos pontos de monitorização da pressão. Uma vez concluída a primeira fase (Fase 1), em 2021, com a construção de 31 novas câmaras de manobras e a implementação de 38 novas ZMC, em 2022, deu-se início à segunda fase do projeto.

A Fase 2 iniciou-se no final do primeiro semestre de 2022 e irá decorrer até ao final do primeiro semestre de 2024. Foram executadas duas câmaras de manobras para instalação de equipamentos de regulação e monitorização de caudal e pressão, implementada uma nova ZMC com VRP associada e realizados testes de pressão para validação das ZMC projetadas. Este último passo consiste na execução, no terreno, das linhas de fronteira das ZMC fisicamente definidas por válvulas de seccionamento criteriosamente fechadas.

Com a conclusão desta fase do projeto, estima-se um total de 23 ZMC e 87 sub-ZMC de menor dimensão. Nessa altura, far-se-á uma reavaliação do projeto em termos estratégicos, por forma a arrancar com a última etapa do mesmo (Fase 3).

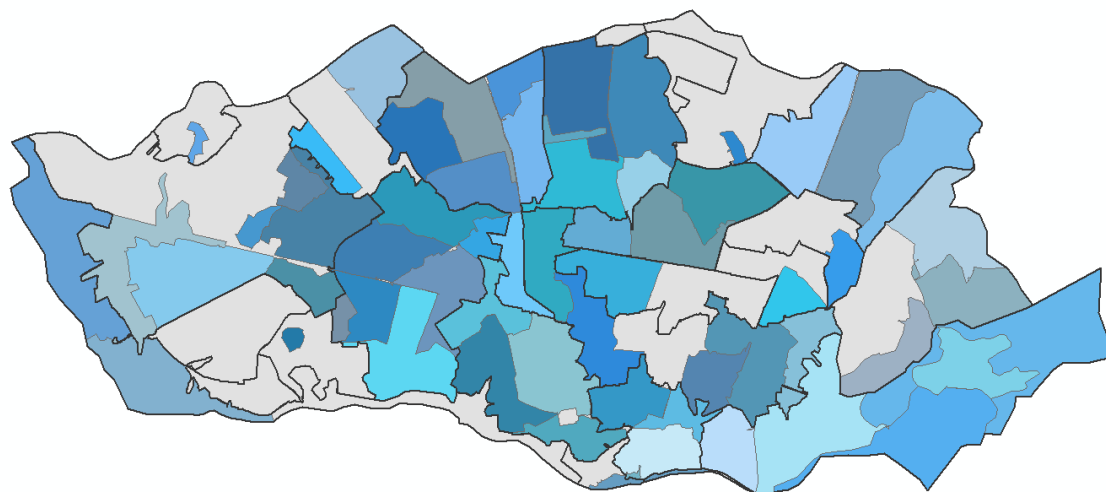


Figura 20 | Setorização do sistema de abastecimento de água no final de 2022

12.4.5. Plano de Gestão e Renovação de Contadores e de Reforço da Telemetria em Clientes

No âmbito do Plano de Gestão e Renovação de Contadores, e tendo por base os critérios de controlo metrológico, a **Águas e Energia do Porto, EM**, definiu campanhas específicas para a substituição anual massiva destes equipamentos, com o intuito de aumento a fiabilidade de medição. Desta forma, a evolução do erro de medição tem-se revelado muito positiva, tendo decrescido de 4,1% em outubro de 2017 para 4,0% em março de 2018, para 3,9% em outubro de 2018 e, na última análise realizada, para 3,4% em abril de 2020. A próxima avaliação técnica ao erro médio global do parque de contadores está prevista para o primeiro semestre de 2023, momento em que será analisado o alinhamento do Plano em vigor, fazendo-se os devidos ajustes e alinhando-se a estratégia.

Do mesmo modo, a idade média do parque de contadores tem evoluído muito favoravelmente como resultado das campanhas de substituição, tendo atingido 4 anos e 8 meses no final de 2022, o que reflete uma redução positiva e significativa de oito meses relativamente ao ano transato (5 anos e 4 meses). Paralelamente, o Plano inclui a análise de outras vertentes relacionadas com a qualidade de medição do parque de contadores, nomeadamente os equipamentos potencialmente parados e que poderão estar a incorrer em erros de medição e faturação, bem como no que diz respeito à análise dos calibres atuais e necessidade daí decorrente de ajuste aos consumos efetivos.

Outro dos pilares da estratégia traçada corresponde ao reforço da instalação de telemetria nos equipamentos de medição e faturação do sistema, que arrancou no primeiro semestre de 2019, assim como à cobertura total do Município do Porto com concentradores capazes de recolher os dados registados e emitidos pelos contadores dos clientes. No final de 2022, encontravam-se em funcionamento 102 597 contadores desta tipologia (59,1%), dos quais 99 844 em clientes com contratos ativos (61,3%).

12.4.6. Projeto de Melhoria da Gestão e Controlo dos Acessos aos Reservatórios

No âmbito do PSA, a **Águas e Energia do Porto, EM**, procedeu, em 2021, ao desenvolvimento e execução do Projeto de Melhoria da Gestão e Controlo dos Acessos aos Reservatórios enquanto principais pontos críticos do SAA. Deste modo, realizou-se um levantamento de todos os acessos exteriores e interiores a estes espaços, tendo sido estudada a melhor solução para permitir uma gestão eficiente no controlo de acessos, sem comprometer a sua operação e manutenção diária.

Nesse sentido, para além das ações já desenvolvidas em 2021, durante o ano de 2022 procedeu-se à instalação de câmaras CCTV nos 6 Reservatórios ativos e nos 2 desativados, de acordo com o layout das propriedades e à necessidade de cada uma das infraestruturas ao nível de controlo de acessos e da monitorização de equipamentos técnicos. Este sistema possibilita a visualização e monitorização em tempo real de todos os pontos críticos e de acesso destas infraestruturas, o que dissuade e minimiza as consequências da ocorrência de incidências de vandalismo, bem como a rápida reação a estas, caso aconteçam.

Paralelamente, permite a gravação temporária de imagem e a programação e emissão de alarmes consoante as imagens captadas que, de algum modo, possam traduzir uma anomalia nas instalações, o que se revela fulcral para a monitorização do bom estado das instalações e das massas de água potável, garantindo, desta forma, o cumprimento das medidas de segurança e resiliência do SAA previstas no PSA implementado.

12.4.7. Plano de Gestão Patrimonial de Infraestruturas

A **Águas e Energia do Porto, EM**, aposta no desenvolvimento de uma estratégia integrada de gestão de ativos enquanto uma das mais importantes medidas de controlo de custos e de aumento de eficiência, na medida em que incentiva um forte alinhamento estratégico da organização: entre as pessoas, os processos e a tecnologia, facilitando a captação de sinergias e uma maior produtividade empresarial.

As redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais e pluviais são ativos imprescindíveis para as atividades desenvolvidas pela empresa, sendo necessário preservá-las em bom estado de conservação e funcionamento, evitando o envelhecimento progressivo das infraestruturas, de modo a garantir a qualidade dos serviços prestados. Desta forma, concluiu-se, no 1º trimestre de 2022, a revisão do Plano de Gestão Patrimonial de Infraestruturas (PGI).

Este plano tem como principal objetivo a gestão racional das infraestruturas, numa relação de equilíbrio entre o desempenho, custo e risco, englobando diversas Táticas GPI fulcrais para o sucesso, nomeadamente:

- Aumento do grau de conhecimento infraestrutural e patrimonial, quer a nível de consolidação do cadastro, quer a nível de estado de conservação dos ativos e redes;
- Monitorização do desempenho dos ativos;
- Realização de análises multicritério para as redes de adução e distribuição de água e de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais;
- Definição de prioridades de intervenção nas redes.

Finalizada a revisão do Plano, iniciou-se ao longo de 2022 a fase de implementação do Plano que se prevê até 2025, momento em que está planeada a nova revisão do Plano.

12.4.8. Programa de Controlo de Afluências Indevidas e Infiltrações e de Melhoria da Qualidade das Massas de Água

As afluências indevidas em redes de drenagem de águas residuais do tipo separativo afetam a sustentabilidade ambiental, socioeconómica e estrutural de uma entidade gestora e do meio que a rodeia. Os caudais excedentários diminuem a eficiência e o desempenho dos sistemas de transporte e tratamento de águas residuais, acarretando um aumento dos custos de operação e manutenção, enquanto acelera o desgaste das infraestruturas, promovendo a ocorrência de inundações e a descarga de efluentes não tratados para os meios recetores.

Por isso, a **Águas e Energia do Porto, EM**, tem já implementado o Programa de Controlo de Afluências Indevidas e Infiltrações e de Melhoria da Qualidade das Massa de Água, sendo grande parte do investimento necessário destinado à reabilitação de coletores de águas residuais e pluviais, de acordo com a implementação do anteriormente referido Plano de GPI e do Plano Diretor de Drenagem Urbana. As equipas dedicadas a este programa desenvolvem diversas atividades, das quais se destacam as seguintes:

- Monitorização de caudais com vista à setorização de bacias de saneamento;
- Ensaios de fumo;
- Inspeção visual de infraestruturas;
- Avaliação cadastral;
- Visita às redes prediais;
- Inspeção vídeo aos coletores;
- Avaliação da condição infraestrutural;
- Identificação de anomalias do desempenho hidráulico, ambiental e operacional;
- Contributo para a definição de ações corretivas para a reabilitação/renovação das infraestruturas públicas e instalação de soluções de controlo.

No ano de 2022, a pesquisa ativa e estruturada de anomalias que originam afluências indevidas foi efetuada ao longo de 45,5 km de rede de coletores, na Bacia da Asprela e na Bacia de Aldoar, de acordo com a definição das bacias prioritárias de intervenção já realizada anteriormente.

Para além da melhoria significativa dos indicadores de eficiência das redes de drenagem urbana (águas residuais e pluviais) e do processo tratamento de águas residuais, o referido Programa terá um impacto assinalável na despoluição das linhas de água da cidade do Porto e na melhoria da qualidade das águas balneares.

12.4.9. Plano de Valorização e Reabilitação das Linhas de Água do Município do Porto

O mês de março de 2022 ficou marcado pela realização da sessão de [apresentação pública do Plano de Valorização e Reabilitação das Linhas de Água \(PVRLA\)](#), promovido pela **Águas e Energia do Porto, EM**, enquanto entidade responsável pela gestão dos rios e ribeiras urbanas que atravessam a cidade, em conjunto com o Município do Porto, a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e a Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

A elaboração deste plano reveste-se da maior relevância para a identificação e priorização de medidas e investimentos que minimizem a vulnerabilidade da cidade do Porto em relação às alterações climáticas, em particular no que respeita aos seus impactos nos recursos hídricos, encontrando-se devidamente alinhado com a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Município do Porto e outras estratégias à escala municipal, intermunicipal e nacional. O PVRLA terá, ainda, um papel fundamental na procura do equilíbrio entre as soluções azuis (ecossistemas fluviais), verdes (fornecidas pela natureza) e cinzentas (infraestruturas construídas), bem como no envolvimento da população na proteção e valorização dos recursos hídricos, em consonância com o paradigma das cidades esponja.

No decurso deste exercício, o PVRLA conheceu progressos significativos, com a conclusão da “Fase 1 – Enquadramento, Caracterização e Diagnóstico da Situação Atual” e da “Fase 2 – Definição de cenários climáticos, caracterização e diagnóstico” e o início da “Fase 3 – Programa de medidas e cronograma de execução”. Esta última etapa destacou-se pela inovação nos processos de envolvimento e auscultação de *stakeholders*, através da realização de um [bootcamp](#) dedicado à ideação e aceleração de soluções.

Durante três dias, 86 participantes, de 45 entidades diferentes, fizeram uma reflexão coletiva sobre o caminho a seguir para a proteção e valorização dos rios e ribeiras que atravessam a cidade do Porto, culminando na apresentação de várias propostas de valor. Este trabalho resultou da convergência de mais de 4000 post-its, espalhados por nove mapas de ideação, traduzidos em 983 ideias e, por fim, em 48 propostas de valor.

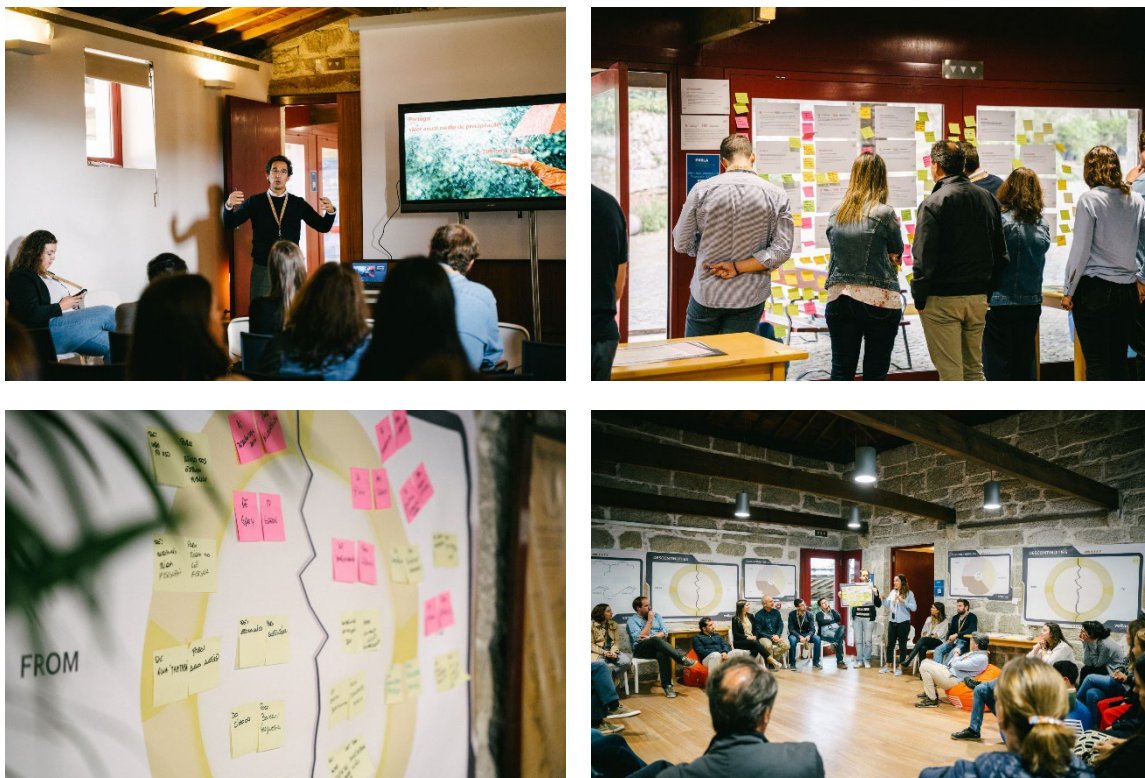


Figura 21 | Bootcamp do PVRLA

12.4.10. Estudo da Descarga da Ribeira da Riguinha para a Melhoria da Qualidade da Água das Praias de Matosinhos e Internacional

A **Águas e Energia do Porto, EM**, em conjunto com o Município do Porto, a Câmara Municipal de Matosinhos, a Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, SA (APDL) e a APA, estudou uma solução de prolongamento da descarga no mar dos caudais da ribeira da Riguinha e do coletor de águas pluviais da rua Brito Capelo, tendo em vista a melhoria da qualidade da água da praia Internacional (Porto) e de Matosinhos e assegurando igualmente um impacto reduzido na hidrodinâmica e morfodinâmica locais.

Para o efeito, foi elaborado o “Estudo da Descarga da Ribeira da Riguinha para a Melhoria da Qualidade da Água das Praias de Matosinhos e Internacional”, que incluiu a modelação hidrodinâmica da qualidade da água. O projeto de execução da solução foi analisado e enviado para os parceiros supracitados no primeiro semestre de 2021 para apreciação.

Ao longo do ano de 2022, foram desencadeadas novas diligências no sentido de formalizar um protocolo entre as várias entidades para a realização da obra.

12.4.11. Complexo de Valorização de Águas Residuais do Porto: Transformação das ETAR em Fábricas de Recursos

As ETAR do Freixo e de Sobreiras entraram em funcionamento em setembro de 2000 e fevereiro de 2003, respetivamente. Desde então, o tratamento de águas residuais tem evoluído significativamente através do desenvolvimento de novas tecnologias que permitem tornar esse processo mais eficaz e eficiente. Em paralelo, novos desafios como a eficiência energética, a reutilização de águas residuais tratadas, a recuperação de compostos em algumas das etapas do tratamento e a eliminação de micropoluentes (contaminantes emergentes) foram ganhando cada vez mais força, levando mesmo à publicação de nova legislação europeia e nacional.

Perante o exposto, a **Águas e Energia do Porto, EM**, considerou ser este o momento oportuno para repensar as suas estações de tratamento, de forma a adaptá-las às novas exigências que têm vindo a surgir, transformando-as em fábricas de recursos. Para tal, foi lançado um procedimento de contratação pública no final de 2019, que visava a elaboração de um estudo que permitisse tomar as necessárias decisões quanto às soluções a adotar em prol da melhoria das instalações existentes.

Este estudo foi concluído em 2020 e culminou na realização do anteprojecto para o novo Complexo de Valorização de Águas Residuais do Porto, com a principal alteração a residir na abordagem integrada às duas ETAR, que passam a ter uma gestão processual conjunta, sendo a sua interligação assegurada para o transporte de lamas como forma de contornar a dificuldade de expansão física da ETAR de Sobreiras (totalmente enterrada).

Considerando o elevado investimento envolvido, no final de 2022, foi concluído um parecer de viabilidade técnica ambiental e económica para as ETAR do Município do Porto, que visa a validação do anteprojecto existente. Os resultados deste parecer ajudarão à tomada de decisão quanto à melhor solução técnica a adotar.

O Governo aprovou em 2019 um conjunto de medidas, nomeadamente a obrigação de reutilização de 10% do efluente tratado até 2025 e 20% até 2030, para as entidades gestoras que detêm as 52 maiores ETAR do país. Essas medidas foram complementadas com a publicação de legislação que regula essa reutilização (D.L. 119/2019).

Perante estas exigências, a **Águas e Energia do Porto, EM**, iniciou esta adaptação das suas ETAR para conseguir atingir as metas expectáveis. Nesse sentido, instalou-se na ETAR do Freixo uma unidade modular piloto de membranas planas que permitirá validar a qualidade do efluente tratado para reutilização e retirar informação para os futuros investimentos de ampliação e, ainda,

produzir de imediato uma quantidade diária de água classe A a reutilizar para fins diversos. Esta unidade está em funcionamento desde

Com uma capacidade de produção e distribuição de 1 000 m³ de ApR por dia, esta unidade permitirá reduzir os consumos de água potável, promovendo o uso sustentável dos recursos hídricos. No curto e médio prazo, a **Águas e Energia do Porto, EM**, pretende construir duas linhas de adução desta nova origem de água, de forma articulada com potenciais pontos de consumo, nomeadamente para a rega de espaços verdes e para a limpeza urbana, num investimento que ascende a 2 037 160 €. Esta operação visa contribuir para a adaptação da cidade do Porto aos efeitos das alterações climáticas, estando alinhada com o Plano de Ação para a Economia Circular (Ação 6 – Regenerar recursos – água e nutrientes) e com o *Roadmap* para a Economia Circular do Porto.

12.4.12. Unidade de Produção para Autoconsumo (UPAC) Agra do Amial

Reconhecendo o potencial de colaboração e de benefício em projetos na área da sustentabilidade, na zona da Asprela, a Coopérnico – Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável, CRL promove o [projeto “Asprela + Sustentável”](#), juntamente com uma rede de parceiros nos quais se inclui a **Águas e Energia do Porto, EM**. Com o setor da energia como vetor central, o projeto desenvolve-se em torno da energia solar como fonte sustentável de energia, incentivando o consumo de energia limpa, a promoção da mobilidade elétrica sustentável e a possibilidade de armazenamento de parte da energia produzida.

Neste âmbito, surgiu a necessidade de se proceder à instalação de um conjunto de unidades fotovoltaicas nas coberturas dos vários edifícios do Bairro do Amial e da Escola Básica Agra do Amial, num total de 114 kWp. Para sua concretização, em janeiro de 2022, foram realizadas assembleias de condomínio do bairro, com vista ao esclarecimento e recolha das necessárias autorizações de utilização das coberturas. Devido às desfavoráveis condições de mercado que se fizeram sentir ao nível dos preços e dos prazos de aprovisionamento, o primeiro concurso para conceção e construção destas unidades fotovoltaicas não recolheu propostas elegíveis, o que fez com que apenas a 8 de julho tivesse sido assinado o contrato para essa conceção.

No final de 2022, a percentagem de concretização do projeto situava-se nos 82,6%, estando já a Escola Básica a produzir energia fotovoltaica, embora esta produção ainda se destine apenas para consumo próprio.



Figura 22 | Instalação de painéis fotovoltaicos em Agra do Amial

De assinalar, igualmente, a conclusão dos estudos de viabilidade necessários à instalação de unidades de produção para autoconsumo (UPAC) adicionais, em particular no Parque da Cidade (78 kWp), incluindo o Pavilhão da Água e o Edifício Administrativo, e na ETAR do Freixo (107 kWp). A preparação das peças procedimentais para as empreitadas de conceção, construção e manutenção dos respetivos locais está terminada, tendo os concursos sido abertos em janeiro de 2023.

12.4.13. IP Total LED

O projeto IP Total LED, dinamizado pelo Município do Porto, prevê a substituição de aproximadamente 26 mil luminárias por equipamentos de tecnologia LED, o que fará com que esta tecnologia represente mais de 90% do total da infraestrutura de iluminação pública da cidade. Espera-se que o projeto permita alcançar uma maior eficiência, com uma poupança anual de cerca de 1,1 milhões de euros e uma redução anual de 3 605 toneladas de CO₂ e de 10 015 MWh de energia final.

A **Águas e Energia do Porto, EM**, enquanto gestora de contrato, foi responsável pelo acompanhamento da sua execução, em todos os lotes, participando ativamente na definição do planeamento dos trabalhos, nomeadamente, na confirmação dos locais a intervir, definição de prazos de aprovisionamento das luminárias e coordenação de trabalhos com o concessionário E-Redes. A partir de 4 de novembro e até ao final do ano foram instaladas 787 novas luminárias

12.4.14. NORBI: Plataforma Agregadora de Comunicação do Cliente

Com o objetivo de gerir melhor o tratamento de pedidos de informação, pedidos de serviço, reclamações, sugestões e elogios de clientes, em estreita articulação com as restantes aplicações da empresa, nasceu a ideia de criação de uma plataforma agregadora de comunicação do cliente batizada como NORBI.

No primeiro trimestre de 2022, deu-se início ao projeto com a constituição de uma equipa multidisciplinar e com a realização de workshops semanais, apoiados por consultores do Instituto Kaizen. Nestes **workshops** foram identificadas as atividades e processos relacionados com a comunicação com o cliente, os requisitos e fluxos do processo e, por fim, foi definido um plano de ação de suporte ao desenvolvimento do projeto.

Nesta primeira fase, estão já a ser registadas todas as interações dos clientes com a **Águas e Energia do Porto, EM**. Desta forma, o processo em curso pressupõe a unificação dos múltiplos canais de comunicação com os clientes que persistem na atualidade, concentrando todas as interações na mesma **interface** e eliminando a entropia existente. Apesar da primeira etapa do projeto ter acontecido ainda em 2022, as restantes fases vão concretizar-se ao longo de 2023.

A melhoria dos níveis de serviço refletir-se-á em respostas mais ágeis e efetivas aos pedidos dos clientes, sendo obtida através da adequação dos meios de comunicação com os clientes, da criação de histórico de interações, da normalização das tipologias de interação e dos procedimentos de resposta, da monitorização e controlo dos processos, da disponibilização de *dashboards* de gestão, do reporte de indicadores fiáveis à ERSAR (entidade reguladora) e da agilização da comunicação interna.

12.4.15. TuPagas?

Ainda no âmbito das soluções orientadas para o cliente, em março foi concluído o projeto TuPagas? que automatiza o envio de mensagens com referências de pagamento para faturas por regularizar ainda em pré-contencioso, isto é, faturas cuja data limite de pagamento já se encontra

ultrapassada. O projeto nasce com o foco na maximização das possibilidades de cobrança em pré-contencioso a montante da instauração dos processos de execução fiscal (contencioso), o que implicou também a revisão da estratégia de cortes e de entrada em execução fiscal estabelecida até então.

Esta automatização permitiu recuperar, desde março, 2 624 281,24 € evidenciando o acréscimo da regularização da dívida antes da sua evolução para cobrança coerciva, o que gerou uma redução expressiva da instauração de processos de execução fiscal. Passou, ainda, a ser possível a monitorização da taxa de recuperação de créditos em pré-contencioso, sem considerar a recuperação através de planos de pagamento, que ascendeu a 65,7% face a uma taxa de 62,7% no ano anterior. A taxa de recuperação total em pré-contencioso evoluiu de 70,4% em 2021 para 73,9% em 2022.

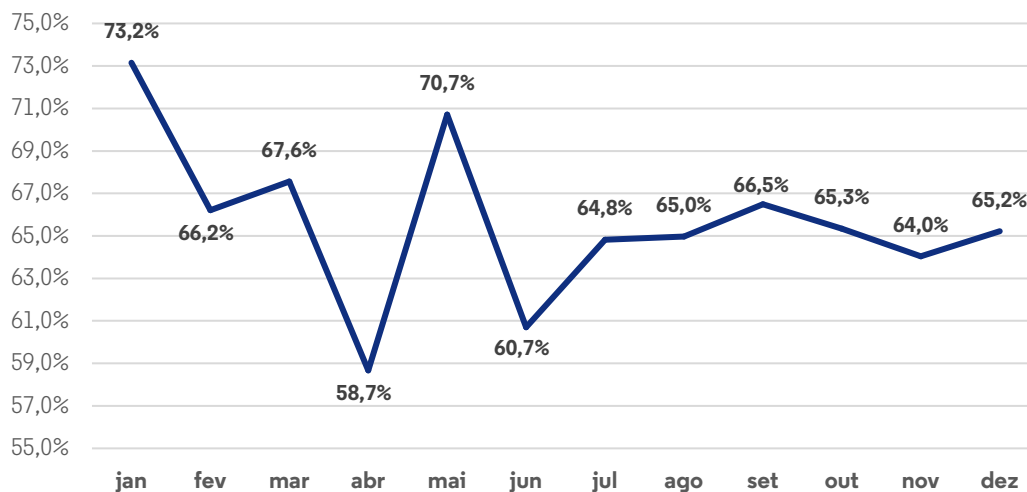


Figura 23 | Evolução da taxa de recuperação de créditos em pré-contencioso em 2022

12.4.16. H2Optimal: Cibersegurança ao Serviço da Água

Em meados de 2019, o Centro Nacional de Cibersegurança identificou a **Águas e Energia do Porto, EM**, como um “Operador de Serviço Essencial”, no que concerne ao fornecimento e distribuição de água potável, tornando-se obrigatório o cumprimento da Diretiva de Segurança de Redes e Informação (NIS). Com esta identificação, a cibersegurança passou a ocupar um lugar de destaque na lista de prioridades da empresa desde então.

Neste contexto a cibersegurança passou a ocupar um lugar de destaque na lista de prioridades da empresa, o que levou ao início do projeto denominado [H2Optimal](#), no primeiro trimestre de 2021. Este projeto pressupõe a implementação de sistemas (*software*, *hardware* e soluções de gestão de informação) que possibilitem alcançar níveis de segurança tecnológica necessários para proteger todas as redes e infraestruturas, a fim de garantir a continuidade dos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.

Com o intuito de capacitar internamente a equipa na resposta a incidentes de cibersegurança, foram desenvolvidas formações relacionadas com o tema à equipa de Sistemas e Redes e introduzido um conjunto de medidas técnicas para minimização dos riscos de segurança identificados no âmbito do projeto. Em alinhamento com as orientações e boas práticas do Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS) foram criados também documentos de trabalho e suporte, como relatório de atividades relativas à Segurança de Redes e Sistemas de Informação, política de utilização de e-mails profissionais, entre outros.

13 | Perspetivas Futuras

A formulação de perspetivas para 2023 afigura-se como desafiante, atendendo às pressões inflacionistas registadas na generalidade das economias e à consequente atuação das autoridades monetárias, com impactos nos demais agentes económicos. De um modo geral, esta conjuntura tem contribuído para um arrefecimento do crescimento real, evidenciado pela contração do Produto Interno Bruto de vários países que integram o G7 no último trimestre de 2022. Não obstante, a expectativa da Comissão Europeia é que Portugal registe, em 2023, um crescimento da riqueza nacional de cerca de 1% face a 2022, o que deverá ter uma repercussão favorável na atividade da **Águas e Energia do Porto, EM**, contribuindo para a recuperação, em curso, do desempenho económico-financeiro da empresa.

No início de 2022, os desenvolvimentos geopolíticos na Europa de Leste resultaram numa crise energética sem precedentes, na disrupção das cadeias de produção e de abastecimento, e na escalada de preços de matérias-primas. É expectável que esta conjuntura prevaleça em 2023, sendo que o aumento da tarifa da eletricidade trará importantes desafios para entidades gestoras intensivas no uso de energia, como é o caso da **Águas e Energia do Porto, EM**, nomeadamente no que respeita à operação do sistema em alta de saneamento.

Sem prejuízo deste contexto macroeconómico, a **Águas e Energia do Porto, EM**, encontra-se comprometida com a boa execução do seu investimento produtivo em 2023, tendo em vista assegurar a continuidade e qualidade do serviço público prestado, bem como promover a eficiência técnica, resiliência e sustentabilidade económica da empresa.

Os episódios de precipitação anormalmente intensa que se registaram no início de janeiro de 2023 voltaram a colocar em evidência as vulnerabilidades da cidade aos efeitos das alterações climáticas. Reconhecendo a premência de aumentar a resiliência do território municipal, nomeadamente dos seus sistemas azuis e cinzentos, a eventos climáticos extremos, a **Águas e Energia do Porto, EM**, dará início, em 2023, à conceção de um programa integrado para a drenagem urbana sustentável. Este funcionará não só como chapéu para as diferentes iniciativas, planeadas ou em curso, no âmbito da gestão dos sistemas de drenagem (naturais e artificiais), mas também para a implementação das melhores práticas de desenho urbano sensível à água, nomeadamente nas áreas mais críticas da cidade.

Na vertente da mitigação das mudanças climáticas, e tendo em vista a promoção de uma maior autossuficiência energética em equipamentos e infraestruturas municipais, a expectativa do Município e da Empresa é escalar o modelo de produção de energia a partir de unidades fotovoltaicas, implementado, numa primeira fase, no Bairro de Habitação Social e Escola Básica da Agra do Amial, e que dará origem, em 2023, à primeira Comunidade de Energia Renovável do Porto.

Neste âmbito, destaca-se a intenção de aceleração da execução de novas instalações fotovoltaicas em bairros de habitação social e outros equipamentos públicos geridos pelo Município. Também nas ETAR do Freixo e de Sobreiras será promovida a produção de eletricidade a partir de energias renováveis, quer pela instalação de painéis fotovoltaicos, quer pela concretização da primeira fase do sistema de produção de energia com origem no biogás produzido na ETAR do Freixo.

Do ponto de vista da estratégia da empresa, o ano de 2023 ficará, ainda, marcado pela preparação e entrada em vigor do primeiro Plano Estratégico da **Águas e Energia do Porto, EM**, que terá como horizonte temporal o ano de 2030. Enquanto principal referencial estratégico da empresa, a elaboração deste plano assentará numa abordagem participada, envolvendo

todos os seus **stakeholders**. Além disso, será objeto de uma comunicação inovadora e com impacto, para que se possa assumir como uma referência, nacional e internacional, nos setores da água e da energia.

Por outro lado, reconhecendo o caráter inovador da empresa, e, em particular, os desafios que se colocam a uma infraestrutural digital que se quer cada vez mais sofisticada, será desenvolvida, na senda do Plano Estratégico, uma Agenda para a Transformação Digital da **Águas e Energia do Porto, EM**. Esta agenda assentará em pilares como a ciber-resiliência e a capacitação, no sentido de promover a melhor adaptação da empresa a diferentes processos de mudança neste contexto cada vez mais disruptivo.

CAPÍTULO II

GOVERNO DA SOCIEDADE



01 | Constituição e Funcionamento

1.1. Objeto Social

A **Águas e Energia do Porto, EM**, é uma entidade empresarial local de âmbito municipal dotada de autonomia estatutária, administrativa e financeira, constituída, em outubro de 2006, nos termos da Lei n.º 58/98, de 18 de agosto, que aprovou a Lei das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais (entretanto revogada pela Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, e esta, subsequentemente, pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto). Rege-se, atualmente, pelos seus [Estatutos](#), pelas deliberações dos órgãos que a integram ou dos que sobre ela exercem poderes e pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e, no que nesta não for especialmente regulado, pela lei comercial e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do Estado.

O seu objeto social é, em regime de gestão delegada, a gestão integrada e sustentável de todo o ciclo urbano da água no Município do Porto, o que engloba as seguintes áreas de atividades: distribuição de água (sistema em baixa), drenagem e tratamento de águas residuais (sistemas em baixa e em alta), drenagem de águas pluviais, gestão das linhas de água (rios e ribeiras urbanas) e gestão da frente marítima.

A esta área de negócio juntou-se a gestão da energia no universo municipal, após a alteração dos Estatutos da empresa em novembro de 2020. Transversal a ambos os setores é a atividade de promoção da educação ambiental e da sustentabilidade (Figura 24).

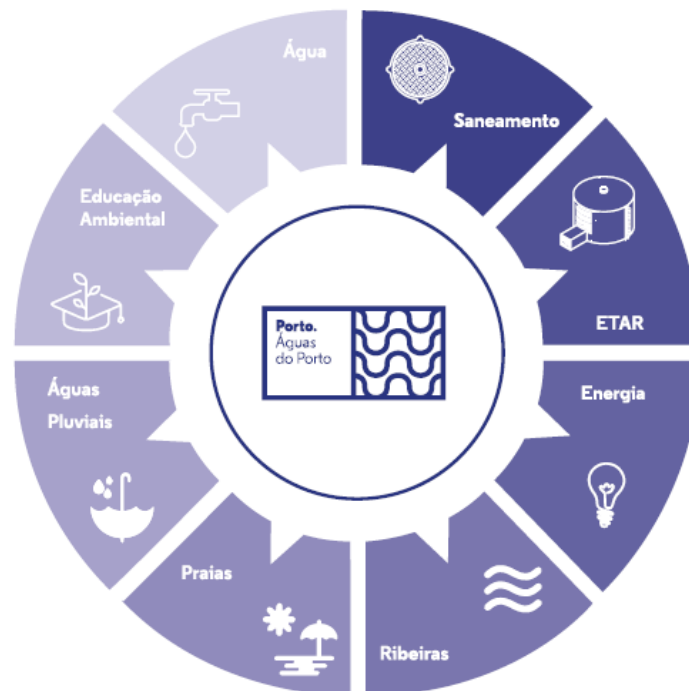


Figura 24 | Áreas de atividade da empresa

Na sequência da alteração estatutária e do alargamento do objeto social, foi formalizado, em 22 de março de 2021, o [Contrato-Programa](#) entre o Município do Porto e a **Águas e Energia do Porto, EM**, à qual foram atribuídas as competências no setor da energia, nomeadamente:

- Atividades de promoção do desenvolvimento local e regional, tais como a produção de energia elétrica com base em fonte renovável, o fomento de medidas de eficiência energética e a gestão da rede de iluminação pública e da rede camarária de postos de carregamento de veículos elétricos, enquanto formas de promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e de gestão urbana;
- Atividades de gestão de serviços de interesse geral, em particular a gestão e apoio à gestão do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão.

A primeira incumbência da empresa consiste na concretização e monitorização da estratégia energética municipal integrada, que incide em sete áreas de atividade, tendo em vista a obtenção de ganhos de eficiência operacional, a disponibilização de uma oferta integrada de serviços, o combate à pobreza energética e a redução das emissões de gases com efeito de estufa (Figura 25).

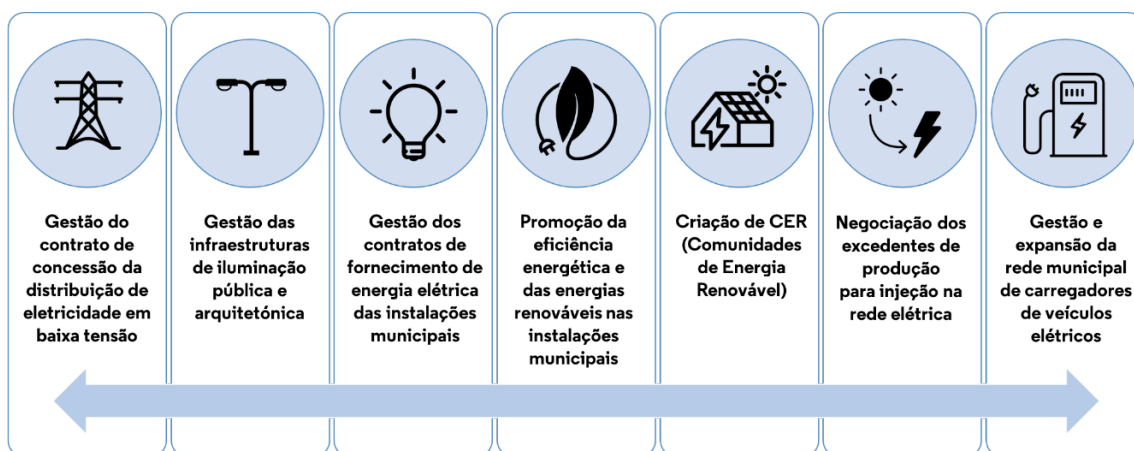


Figura 25 | Principais atividades no domínio da energia

Em abril de 2022, ocorreu a celebração do [Contrato-Programa](#) entre o Município do Porto e a **Águas e Energia do Porto, EM**, para a delegação de competências na gestão das praias. A experiência acumulada na gestão da frente marítima, bem como a forte presença nesta zona durante a época balnear, devido à implementação do Programa Bandeira Azul, confirmaram que a empresa dispõe de uma posição estratégica para assumir a agregação da gestão das praias e das áreas adjacentes (à cota baixa).

1.2. Orientações Estratégicas

1.2.1. Missão, Visão e Valores

A gestão estratégica da **Águas e Energia do Porto, EM**, está alicerçada num conjunto de princípios orientadores que se traduzem na sua missão, visão e valores, representando as aspirações e diretrizes seguidas pela empresa (Figura 26).

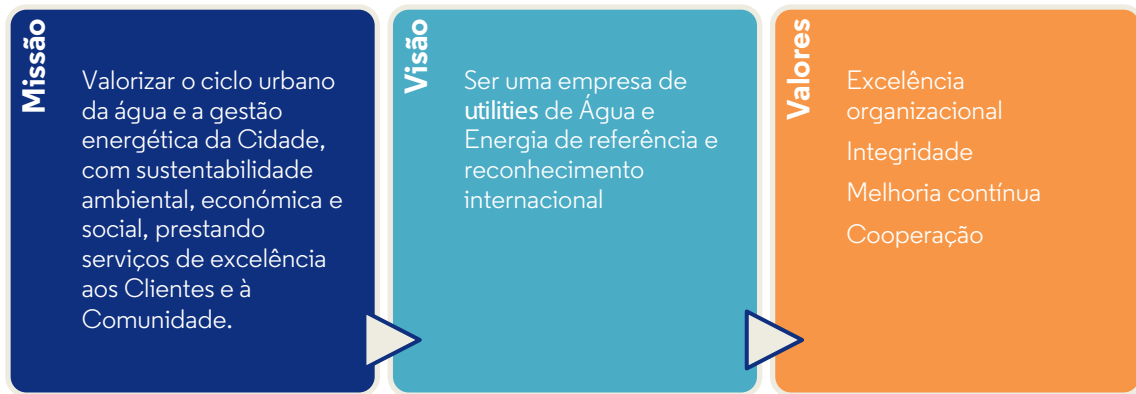


Figura 26 | Missão, visão e valores

A missão da **Águas e Energia do Porto, EM**, traduz-se em diferentes contribuições para os principais grupos de *stakeholders* que constam na tabela seguinte.

Tabela 17 | Contribuições para os principais grupos de *stakeholders*

Acionista	Orientar a operação à sustentabilidade ambiental e económico-financeira
	Assegurar a gestão eficiente dos ativos que o acionista coloca sob gestão da empresa
	Promover a satisfação dos demais <i>stakeholders</i>
	Fazer da água e energia fatores de afirmação da cidade
Clientes	Garantir a qualidade, acessibilidade e transparência dos produtos e serviços que os clientes adquirem à empresa
	Prestar um serviço de excelência
Colaboradores	Promover o desenvolvimento dos colaboradores, aproveitando o seu potencial e talento
	Reconhecer o mérito e o desempenho diferenciado
	Contribuir para a realização pessoal dos colaboradores pelas oportunidades de realizarem um trabalho com significado
Comunidade	Gerar confiança e segurança através das melhores práticas ambientais na gestão da água e energia
	Valorizar a estrutura hídrica da cidade, através da gestão integrada do ciclo urbano da água
	Incentivar e disseminar o conhecimento sobre a água e energia
Entidades da cidade e do ambiente	Cooperar com entidades municipais, nacionais e internacionais, em matéria de sustentabilidade hídrica e energética
	Cumprir normas e atingir metas nacionais e internacionais, através da implementação de boas práticas

1.2.2. Objetivos Estratégicos

Com base na metodologia do **Balanced Scorecard**, e tendo como desiderato o alinhamento das ações operacionais com o planeamento estratégico, a atividade da **Águas e Energia do Porto, EM**, assenta no Mapa Estratégico enquanto ferramenta que facilita a visualização da estratégia da empresa e explicita a os seus mecanismos de boa gestão. De acordo com a Figura 27, o Mapa Estratégico em vigor encontra-se estruturado quatro orientações estratégicas e em dez objetivos estratégicos, sendo estes últimos enquadrados em quatro perspetivas.

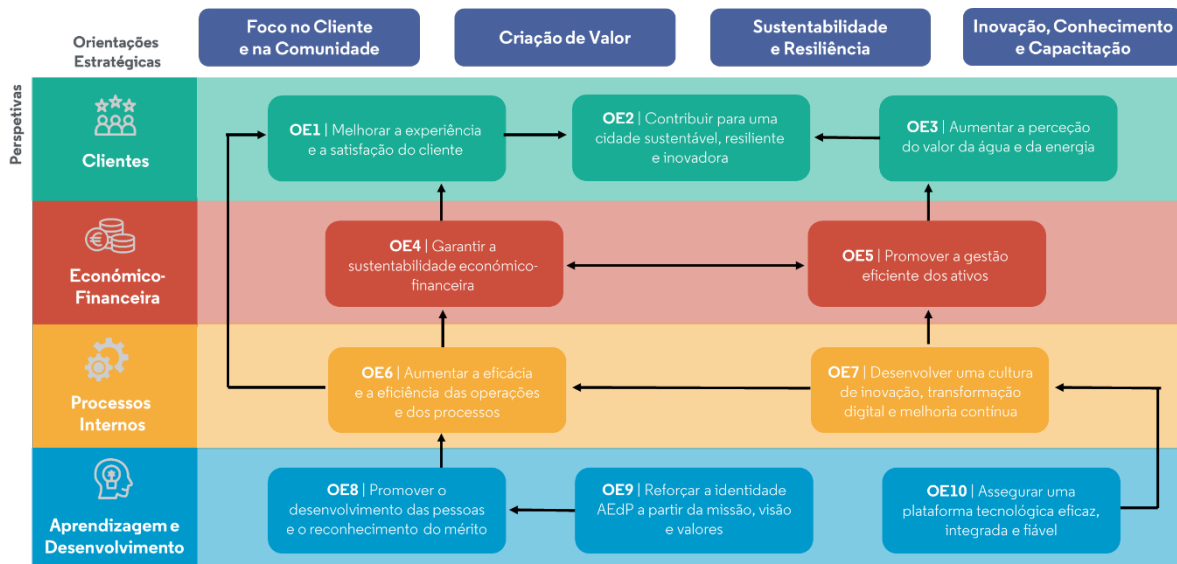


Figura 27 | Mapa Estratégico

Como o abastecimento de água, o saneamento de águas residuais e a drenagem de águas pluviais são serviços públicos essenciais, a **Águas e Energia do Porto, EM**, coloca o seu foco no cliente com o intuito de atingir a excelência na satisfação das suas necessidades e na antecipação das suas expectativas. Neste sentido, o Mapa Estratégico da empresa é encimado pela Perspetiva Clientes, sendo as outras três perspetivas interpretadas como suas potenciadoras.

De realçar que o conceito “cliente” não se cinge aos clientes com contrato ativo, encerrando, em si mesmo, a comunidade como um todo (população residente, população flutuante e turistas), designadamente quando se coloca em perspetiva a gestão das linhas de água e da frente marítima, assim como a promoção da educação ambiental, em especial no que respeita aos recursos hídricos, e da participação pública.

1.2.3. Monitorização e Execução da Estratégia

O Scorecards da **Águas e Energia do Porto, EM**, corresponde ao mapeamento dos principais indicadores de gestão e das suas metas, permitindo a análise mensal do seu nível de cumprimento e a apresentação de ações para corrigir os eventuais desvios. Em 2022, foram monitorizados 64 indicadores estratégicos, com diferentes periodicidades (mensal, trimestral e semestral), aos quais se juntaram 162 indicadores operacionais, perfazendo 226 métricas. Em simultâneo, a monitorização da execução da estratégia desdobra-se também num conjunto de projetos estruturantes, sendo a sua execução física e financeira analisada trimestralmente de acordo com as boas práticas de gestão de projetos implementadas na empresa.

1.3. Estrutura de Capital

O capital social ascende a 80 000 000 € e é detido, na sua totalidade, pelo Município do Porto. Através do contrato de sociedade, vertido nos Estatutos, o Município do Porto delegou na **Águas e Energia do Porto, EM**, todos os poderes necessários para o cumprimento do seu objeto social, aprova anualmente as tarifas e tem conhecimento dos documentos de prestação de contas, como é o caso do Relatório e Contas, e dos Instrumentos de Gestão Previsional, os quais definem os vetores estratégicos do negócio a curto e médio prazo.

1.4. Órgãos Sociais

Os órgãos sociais da **Águas e Energia do Porto, EM**, de acordo com o artigo 5.º dos seus Estatutos, são compostos pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pelo Fiscal Único. O Município do Porto assegura a supremacia do interesse público mediante o exercício de poderes de tutela estabelecidos na legislação aplicável. O mandato dos titulares dos órgãos estatutários é coincidente com o mandato dos órgãos autárquicos. Os órgãos sociais da empresa, eleitos para o mandato 2021-2025, são os que constam das tabelas seguintes.

1.4.1. Assembleia Geral

A Assembleia Geral é composta por todos os acionistas com direito de voto e reúne no prazo estabelecido no n.º 2 do artigo 10.º dos Estatutos da empresa. A Assembleia Geral reúne, ainda, a título extraordinário, sempre que tal for requerido pelo Conselho de Administração, pelo Fiscal Único ou por 20% do capital social.

Tendo em conta o estipulado no n.º 1 do artigo 10.º dos Estatutos da Empresa, a mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente e por dois secretários, eleitos em Assembleia Geral, de entre os acionistas ou não, pelo período de mandato dos demais órgãos sociais, podendo ser reeleitos uma ou mais vezes.

A Assembleia Geral é também responsável pela aprovação das orientações estratégicas, dos objetivos e dos indicadores de gestão para os mandatos, respeitantes aos contratos de gestão previstos no artigo 18.º do Estatuto do Gestor Público. Cabe-lhe a apreciação e votação dos documentos de prestação anual de contas e dos Instrumentos de Gestão Previsional, bem como a deliberação sobre a proposta de aplicação de resultados. Nas suas competências incluem-se, ainda, apreciação da gestão e fiscalização da sociedade e a deliberação sobre a emissão de obrigações e sobre o aumento de capital.

Tabela 18 | Composição da Mesa da Assembleia Geral

Órgão	Mandato (início - fim)	Cargo	Nome	Designação	
				Forma	Data
Assembleia Geral	2021- 2025	Presidente da Mesa	Ana Filomena Alves Leal Leite da Silva	DUE	22/11/2021
	2021- 2025	Primeiro Secretário	António Pedro Pinto de Sousa Teixeira	DUE	22/11/2021
	2021- 2025	Segundo Secretário	Cláudia Cristina Pimenta Carneiro	DUE	22/11/2021

DUE – Deliberação Unânime por Escrito

A Câmara Municipal do Porto nomeou, ao abrigo do prescrito no artigo 26.ª n.º 2 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, por intermédio de deliberação de 30 de maio de 2022, a sua representante (Dra. Carlota Vilaça Bastos Silva Fonseca).

1.4.2. Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão de gestão da **Águas e Energia do Porto, EM**, formado por três elementos, um dos quais o seu presidente, que são nomeados pela Câmara Municipal do Porto, tal como determinado no n.º 1 do artigo 13.º dos Estatutos. É da sua esfera de competências definir as orientações estratégicas e elaborar os planos plurianuais e anuais de atividade e de investimento, assim como apresentar os orçamentos anuais de investimento, de exploração e de tesouraria e o balanço previsional, procedendo, periodicamente, à sua revisão

e controlo. No decurso do exercício em análise, o Conselho de Administração da empresa, que reúne com uma periodicidade semanal, realizou 48 reuniões, tendo aprovado um total de 645 deliberações, 21 informações e 468 despachos.

Tabela 19 | Composição do Conselho de Administração

Órgão	Mandato (início - fim)	Cargo	Nome	Designação	
				Forma	Data
Conselho de Administração	2021-2025	Presidente	Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo	DUE	22/11/2021
	2021-2025	Administradora Executiva	Ana de Campos Cabral de Noronha Meneses	DUE	22/11/2021
	2021-2025	Administrador Executivo	Ruben Gabriel Teixeira Fernandes	DUE	01/12/2021

DUE – Deliberação Unânime por Escrito

Nos termos do disposto nos artigos 44.º e 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, conjugado com os artigos 21.º e 25.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e os artigos 15.º e 16.º dos Estatutos, o Conselho de Administração deliberou delegar, com a possibilidade de subdelegação, no Presidente do Conselho de Administração um conjunto de competências para a prática de atos em áreas que concretizam a gestão corrente da empresa, permanecendo no órgão colegial o acervo de poderes insuscetíveis de serem delegados, nos termos do disposto no artigo 406.º do Código das Sociedades Comerciais.

Os membros que integram o Conselho de Administração depositaram na Procuradoria-Geral da República, a declaração de inexistência de incompatibilidades ou impedimentos, nos termos e em conformidade com o disposto no n.º 8, do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua última redação, e do n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 64/93, de 26 de agosto, também na sua última redação. Ao Tribunal Constitucional indicaram, por escrito, a declaração dos seus rendimentos, bem como do seu património e cargos sociais, nos termos do Regime Jurídico de Controlo Público de Riqueza dos Titulares de Cargos Políticos, conforme imposto pelo artigo 1.º da Lei n.º 4/83, de 2 de abril, na sua última redação, através da Declaração de Rendimentos, Património e Cargos Sociais.

1.4.3. Fiscal Único

Aplicando o artigo 19.º dos Estatutos, a fiscalização das atividades desenvolvidas pela empresa, nomeadamente o controlo da legalidade, a regularidade e a boa gestão financeira e patrimonial, compete ao Fiscal Único. A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas RSM & Associados – SROC, Lda. foi designada, em 6 de dezembro de 2021, pela Assembleia Municipal do Porto, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 26.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, conjugado com o disposto no n.º 3 do artigo 413.º do Código das Sociedades Comerciais.

Tabela 20 | Composição do Órgão de Fiscalização

Órgão	Mandato (início - fim)	Cargo	Titular	Designação	
				Forma (1)	Data
Fiscal Único	2021 - 2025	Fiscal Único	RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA Representada por João Luís Almeida Mendes de Araújo	AM	12/09/2022

AM – Assembleia Municipal

1.5. Remunerações e Outros Encargos

Com efeitos a 1 de abril de 2012, as remunerações dos gestores públicos foram fixadas nos termos disposto no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, e do consagrado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março.

Os valores das remunerações auferidas e dos benefícios e demais regalias concedidas pela empresa aos membros dos órgãos sociais constam do Anexo às Demonstrações Financeiras – Nota 20.

1.6. Estrutura Organizacional

A macroestrutura vigente na **Águas e Energia do Porto, EM**, com base em quatro níveis organizacionais, é a que se apresenta no organograma da Figura 28, dividindo-se em oito direções, 22 unidades e sete áreas.

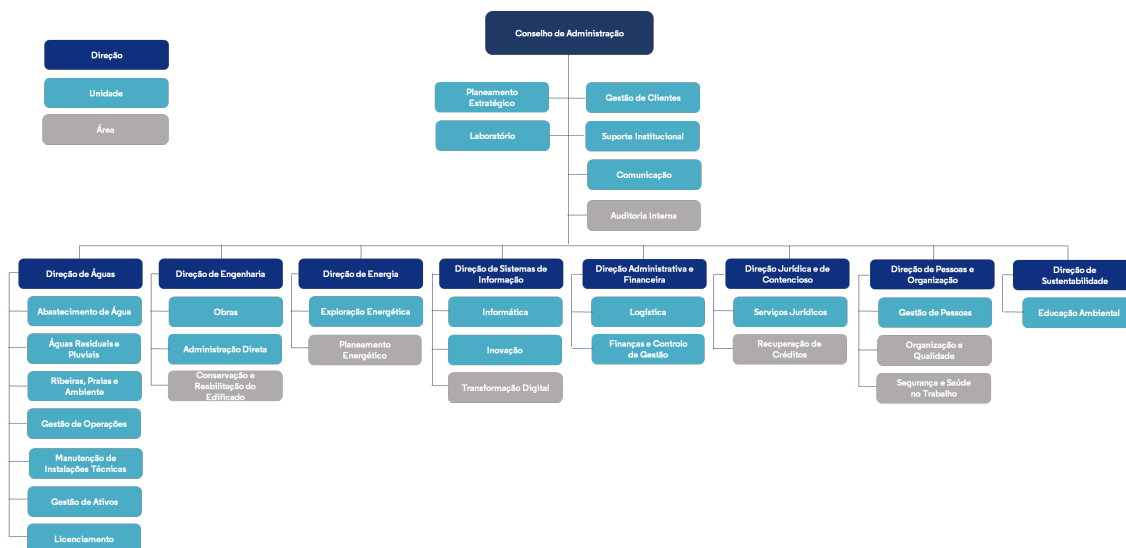


Figura 28 | Organograma

Constituem-se áreas de negócio a Direção de Águas, a Direção de Energia, a Direção de Sustentabilidade e a Unidade de Gestão de Clientes. Nas áreas de suporte, com reporte direto ao Conselho de Administração, incluem-se a Direção de Engenharia, a Direção de Sistemas de Informação, a Direção Administrativa e Financeira, a Direção Jurídica e de Contencioso, a Direção de Pessoas e Organização, a Unidade de Planeamento Estratégico, a Unidade de

Laboratório, a Unidade de Suporte Institucional, a Unidade de Comunicação e a Área de Auditoria Interna.

1.7. Instrumentos de Gestão

A gestão da **Águas e Energia do Porto, EM**, desenvolve-se de acordo com o enquadramento legislativo e normativo aplicável à sua atividade, encontrando-se suportada, entre outros, pelos seguintes documentos:

- Estatutos;
- Código de Conduta;
- Instrumentos de Gestão Previsional (Plano de Atividades e Orçamento Anual e Plurianual);
- Relatório e Contas;
- Contrato-Programa e Contrato de Mandato da Energia;
- Contrato-Programa das Praias;
- Balanço Social;
- Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;
- Plano de Igualdade de Género;
- Ordens de serviço;
- Regulamentos, procedimentos e normas internas.

Tendo em conta a sua área de atividade, a **Águas e Energia do Porto, EM**, aplica os preceitos do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos. Este diploma visa assegurar uma correta proteção e informação do utilizador destes serviços, evitando possíveis abusos decorrentes dos direitos de exclusivo, por um lado, no que se refere à garantia e ao controlo da qualidade dos serviços públicos prestados e, por outro, no que respeita à supervisão e controlo dos preços praticados, que se revela essencial por se estar perante situações de monopólio.

A **Águas e Energia do Porto, EM**, cumpre, igualmente, os regulamentos com eficácia externa elaborados e aprovados pela entidade reguladora, no âmbito das suas atribuições nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que respeita à aplicação de tarifários, qualidade de serviço, procedimentos regulatórios e relações comerciais, em particular:

- Regulamento dos Procedimentos Regulatórios: Regulamento n.º 446/2018, publicado no Diário da República, na 2.ª série, em 23 de julho de 2018

Este regulamento tem por objeto os procedimentos aplicáveis nas relações entre a ERSAR e as entidades sujeitas à sua regulação, definindo regras relativas aos procedimentos no âmbito da regulação comportamental referentes à monitorização legal e contratual, regulação económica, regulação da qualidade de serviço prestado pelas entidades gestoras, regulação da qualidade da água para consumo humano e análise de reclamações de utilizadores.

- Regulamento das Relações Comerciais dos Serviços de Águas e Resíduos: Regulamento n.º 594/2018, publicado no Diário da República, na 2.ª série, em 4 de setembro de 2018

Define as regras de relacionamento entre as entidades gestoras em alta e em baixa e entre estas últimas e os respetivos utilizadores, nomeadamente no que respeita às

condições de acesso e contratação do serviço, medição, faturação, pagamento e cobrança, mas também sobre prestação de informação e resolução de litígios, regulamentando os respetivos regimes jurídicos e proteção dos utilizadores de serviços públicos essenciais.

Na vertente operacional, importa salientar a aplicação do Decreto Regulamentar n.º 23/95 de 23 de agosto, que aprova o Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais, de modo a assegurar o seu bom funcionamento global, preservando-se a segurança, a saúde pública e o conforto dos utilizadores.

02 | Transparência Organizacional

2.1. Informação sobre Transações Relevantes

No decurso de 2022, a **Águas e Energia do Porto, EM**, enquanto entidade adjudicante, lançou um total de 258 procedimentos de contratação pública, mais 50,9% do que no ano anterior, tal como evidenciado na tabela seguinte. O ajuste direto foi o procedimento mais utilizado, com um peso relativo de 42,6%, o que representa um crescimento significativo em relação a 2021 (64,2%). Logo a seguir, posiciona-se a consulta prévia (30,6%), seguida de perto pelo concurso público (26,4%), nas suas três tipologias.

Tabela 21 | N.º de procedimentos de contratação pública (2021-2022)

Tipo de procedimento	2022		2021		Δ%
	N.º	Peso (%)	N.º	Peso (%)	
Acordo Quadro	1	0,0	0	0,0	-
Ajustes Diretos	110	42,6	67	39,2	64,2
Concurso Público	59	22,9	32	18,7	84,4
Concurso Público Internacional	7	2,7	7	4,1	0
Concurso Público Urgente	2	0,8	3	1,8	-33,3
Consulta Prévia	79	30,6	58	33,9	36,2
Sistema de Qualificação	0	0,0	4	2,3	-100
Total	258	100	171	100	50,9

No período em análise, de acordo com a Tabela 22, os procedimentos de contratação pública totalizaram 31 056 815,61 €, representando uma expansão de 117,7% relativamente ao período homólogo de 2021. Para este resultado contribuíram principalmente os aumentos superiores a 100% nas verbas afetas aos concursos públicos internacionais e aos ajustes diretos (780,3% e 153,0%, respetivamente). Em sentido oposto, os montantes das adjudicações por sistema de qualificação e por concurso público urgente diminuíram em 64,0% e 24,4%, respetivamente.

Tabela 22 | Valor dos procedimentos de contratação pública (2021-2022)

Tipo de procedimento	2022		2021		Δ%
	Valor (€)	Peso (%)	Valor (€)	Peso (%)	
Acordo Quadro	595 000,00	1,9	-	-	-
Ajustes Diretos	4 495 465,99	14,5	1 776 717,75	12,5	153,0
Concurso Público	10 765 552,21	34,7	8 790 446,03	61,6	22,5
Concurso Público Internacional	12 365 519,55	39,8	1 404 683,43	9,8	780,3
Concurso Público Urgente	206 481,92	0,7	272 957,24	1,9	-24,4
Consulta Prévia	2 525 055,09	8,1	1 730 335,37	12,1	45,9
Sistema de Qualificação	103 740,85	0,3	288 534,37	2,0	-64,0
Total	31 056 815,61	100	14 263 674,19	100	117,7

Em termos de peso relativo, o destaque vai para os concursos públicos, que, no conjunto das três categorias, representaram 75,2% em 2022 no que respeita às verbas envolvidas em comparação com 73,4% em 2021. Os ajustes diretos ocuparam o segundo lugar, com uma subida ténue do seu peso (14,5% em 2022 face a 12,5% em 2021). Já as consultas prévias viram o seu peso cair entre os dois anos em análise (8,1% em 2022 contra 12,1% em 2021).

2.2. Conduta e Prevenção da Corrupção

Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 dezembro, referente ao Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC) e na Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, que estabelece o Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações (RGPDI), a **Águas e Energia do Porto, EM**, tem vindo a reformular a estrutura de meios que permitam cumprir as obrigações decorrentes destes diplomas.

O RGPC é aplicável às pessoas coletivas com sede em Portugal que empreguem 50 ou mais trabalhadores e aos serviços e às pessoas coletivas do setor público empresarial que empreguem 50 ou mais trabalhadores. Estas entidades devem adotar e implementar um programa de cumprimento normativo, bem como nomear um responsável pelo seu cumprimento, que inclua, pelo menos, um plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, um código de conduta, um programa de formação interno e um canal de denúncias, a fim de prevenir, detetarem e sancionarem atos de corrupção e infrações conexas, levados a cabo contra ou através das entidades.

Por sua vez, o RGPDI traz como principal novidade a obrigatoriedade de adoção de canais para comunicação de irregularidades para entidades do setor público e privado, sendo de destacar a obrigatoriedade de procedimentos e canais de denúncia para entidades com 50 ou mais trabalhadores, incluindo o Estado e as demais pessoas coletivas de direito público, e as sucursais de pessoas coletivas com sede no estrangeiro.

2.2.1. Programa de Cumprimento Normativo

Atenta às prioridades definidas na Estratégia Nacional Anticorrupção 2020-2024, bem como ao RGPC, a **Águas e Energia do Porto, EM**, encontra-se na fase de transição para uma segunda geração de plano de prevenção de riscos de gestão, nomeadamente no cumprimento das obrigações consagradas nos regimes já referidos. A implementação de um programa de cumprimento normativo, a par da nomeação de um responsável pelo seu cumprimento, pressupõe os seguintes requisitos:

1. Um [Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas \(PPR\)](#), abrangendo a totalidade da organização e da atividade da empresa, cujo propósito é o de identificar, analisar e classificar riscos e situações que possam expor a entidade a atos de corrupção e infrações conexas, assim como de conter as medidas preventivas e corretivas que permitam reduzir a probabilidade de ocorrência e o impacto dos riscos e situações identificados;
2. A criação de um Sistema de Avaliação, abrangendo mecanismos de controlo interno e de monitorização da execução do PPR, visando avaliar a sua eficácia e garantir a sua melhoria;
3. Um Código de Conduta, aplicável a todos os dirigentes e trabalhadores e dado a conhecer aos mesmos, que deve estabelecer os princípios, os valores e as regras da empresa em matéria de ética profissional e, ao mesmo tempo, identificar as sanções disciplinares aplicáveis em caso de incumprimento;

4. Um Canal de Denúncias, que permita dar seguimento a denúncias de atos de corrupção e infrações conexas, em cumprimento do disposto no RGPD;
5. Um Programa de Formação interno, que instrua dirigentes e trabalhadores sobre as políticas e procedimentos de prevenção da corrupção e infrações conexas implementadas pela empresa.

A **Águas e Energia do Porto, EM**, tem vindo a executar um conjunto de medidas para dar cumprimento às obrigações legais decorrentes do RGPD e RGPC, que incluem nomeadamente:

- A disponibilização de um canal digital de denúncias interno, bem como de um canal aberto com entrada via **website** da empresa;
- A constituição de uma estrutura de **compliance**, com as seguintes principais funções:
 - Revisão e atualização do Código de Conduta Empresarial;
 - Identificação de entidades e programas de formação especializada em **compliance**, canais de denúncia, prevenção da corrupção, tal como os grupos de destinatários;
 - Acompanhamento e atualização do PRR e elaboração dos respetivos relatórios de execução;
 - Implementação do sistema de avaliação, abrangendo mecanismos de controlo interno e de monitorização da execução do PRR;
 - Receção, análise e proposta de atuação no que respeita a denúncias recebidas no canal de denúncias;
 - Adaptação necessária às disposições aplicáveis no RGPC a entidades públicas (conflitos de interesses, transparência administrativa, acumulação de funções e promoção da concorrência na contratação pública);
 - Consolidação do sistema de controlo interno proporcional à natureza, dimensão e complexidade das atividades;
 - Nomeação do responsável pelo cumprimento normativo.

2.2.2. Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

Considera-se que o PPR é encarado como uma ferramenta de apoio à gestão, sendo suscetível de permanente adaptação às realidades com que a empresa se venha a deparar nestas matérias, possibilitando facilmente a integração de novas áreas de atividade, novos objetivos e ações que se mostrem necessárias monitorizar.

O PPR identifica os riscos críticos de gestão, incluindo as principais áreas que potencialmente poderão ser sujeitas a atos de corrupção, bem como os respetivos controlos, tendo em vista, sempre, a sua prevenção. Aplica-se a todos os colaboradores que, independentemente do vínculo contratual, integram o quadro de pessoal, a prestadores de serviços e, ainda, a todas as entidades públicas ou privadas e outros interessados que, direta ou indiretamente, se relacionam com a empresa.

Este plano, para além de se adaptar a todas as áreas de intervenção e competência da **Águas e Energia do Porto, EM**, segue os seguintes princípios de orientação:

- Promover os princípios de carácter ético e deontológico;
- Adotar práticas que promovam a simplificação e a partilha de procedimentos;

- Otimizar os procedimentos de controlo interno, minimizando a ocorrência de erros e não conformidades, com aposta clara na proatividade e prevenção;
- Fortalecer os mecanismos facilitadores de comunicação que assegurem os esclarecimentos a eventuais dúvidas de conduta e de participação de atos de corrupção ou infrações conexas.

Embora as principais áreas de risco e as respetivas medidas preventivas e corretivas já se encontrem plasmadas no PPR em vigor, este é um instrumento dinâmico, monitorizado, ao longo do ano, pela Área de Auditoria Interna, através de uma abordagem que promove o princípio fundamental de que os meios da empresa devem prevenir, evitar e impedir, as situações de trabalho que possam gerar oportunidades de risco de fraude para os colaboradores.

2.3. Política de Recursos Humanos e Promoção da Igualdade

A valorização sustentada do capital humano está presente em todas as práticas de gestão de recursos humanos da **Águas e Energia do Porto, EM**, obedecendo ao estatuído no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que se refere ao regime jurídico do sector público empresarial, incluindo o setor empresarial local. A empresa implementa políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional.

De acordo com o n.º 2 do artigo 50.º do referido diploma, é também necessário adotar planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional. Neste sentido, no dia 1 de agosto de 2017, esta determinação ganhou uma legislação própria, com a aprovação da Lei n.º 62/2017, que corresponde ao regime da representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades do setor público empresarial e das empresas cotadas em bolsa.

No seu artigo 7.º, o articulado jurídico estabelece que as entidades do setor público empresarial devem, anualmente, elaborar planos para a igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre mulheres e homens, promovendo a eliminação da discriminação em função do sexo e fomentando a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.

De forma a cumprir esta exigência, a **Águas e Energia do Porto, EM**, pretende, através do [Plano de Igualdade de Género](#), demonstrar o seu posicionamento atual em relação a esta matéria, assim como enunciar as suas políticas e práticas. O documento contém um conjunto de 20 medidas distribuídas por oito dimensões, a saber:

1. Recrutamento e seleção (cinco medidas);
2. Formação e aprendizagem ao longo da vida (duas medidas);
3. Proteção da maternidade e paternidade e assistência à família (quatro medidas);
4. Diálogo social e participação dos trabalhadores (quatro medidas);
5. Respeito pela dignidade de mulheres e homens (uma medida);
6. Remuneração e gestão de carreiras (uma medida);
7. Conciliação com a vida familiar e benefícios diretos a colaboradores e seus familiares (duas medidas);
8. Informação, comunicação e imagem (uma medida).

2.4. Cumprimento dos Princípios de Bom Governo

No quadro legislativo e regulamentar em vigor sobre o setor empresarial do Estado, e tal como mencionado anteriormente, assume particular relevância o Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que define os Princípios de Bom Governo dirigidos ao Estado (enquanto acionista e stakeholder) e às empresas por ele detidas.

Na prática, a legislação vigente estabelece os princípios e regras aplicáveis ao setor público empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas. Neste domínio, é atribuído um especial enfoque ao princípio da transparência, ao controlo de risco e à prevenção de conflitos de interesse, incentivando a excelência do governo societário.

De acordo com o artigo 43.º deste diploma, a **Águas e Energia do Porto, EM**, cumpre integralmente os Princípios de Bom Governo das empresas do setor empresarial do Estado, tendo em atenção que procede à divulgação dos seguintes elementos:

- a) Composição da sua estrutura acionista;
- b) Identificação das participações sociais que detém;
- c) Aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional;
- d) Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades, mesmo nos casos em que assumam a organização de grupo;
- e) Grau de execução dos objetivos fixados, a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar;
- f) Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento;
- g) Orçamento anual e plurianual;
- h) Documentos anuais de prestação de contas;
- i) Relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização;
- j) Identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais, designadamente do órgão de administração, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios.

Assim, a empresa cumpre a missão e os objetivos estratégicos que lhe estão atribuídos e elabora os planos de atividades e orçamento adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade e com respeito pelos princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e de serviço público.

A **Águas e Energia do Porto, EM**, trata com respeito, igualdade e integridade os seus colaboradores, contribuindo ativamente para a sua valorização profissional. Trata, igualmente, com equidade todos os seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, dispondo dos procedimentos legais em matéria de aquisição de bens e serviços.



CAPÍTULO III

Enquadramento da Atividade



01 | Enquadramento Macroeconómico

1.1. Economia Mundial

Depois da vigorosa recuperação económica observada em 2021, que sucedeu a dois anos fortemente afetados pela pandemia de Covid-19, a invasão da Ucrânia pela Rússia, iniciada a 24 de fevereiro, foi o principal fator geopolítico a condicionar a evolução da economia e do comércio mundiais em 2022. O conflito aumentou globalmente a incerteza e provocou uma escalada dos preços de energia, o que gerou um mercado energético internacional muito instável, ao mesmo tempo que se assistiu à escassez e aumento dos preços dos produtos alimentares e das matérias-primas essenciais para a indústria.

A guerra na Europa de Leste veio trazer a maior mudança de panorama na economia global nas últimas décadas, com alterações profundas nas relações comerciais entre dois blocos de países, nomeadamente entre os países ocidentais e a Rússia, com a consequente reorganização das cadeias de produção e abastecimento, que se tornaram mais próximas dos locais de consumo.

No relatório trimestral World Economic Outlook, apresentado em janeiro de 2022, o Fundo Monetário Internacional (FMI) refere que o PIB mundial subiu 3,4%, o que reflete, efetivamente, a desaceleração do crescimento económico, que tinha sido de 5,9% no ano anterior, tal como apresentado na figura seguinte.

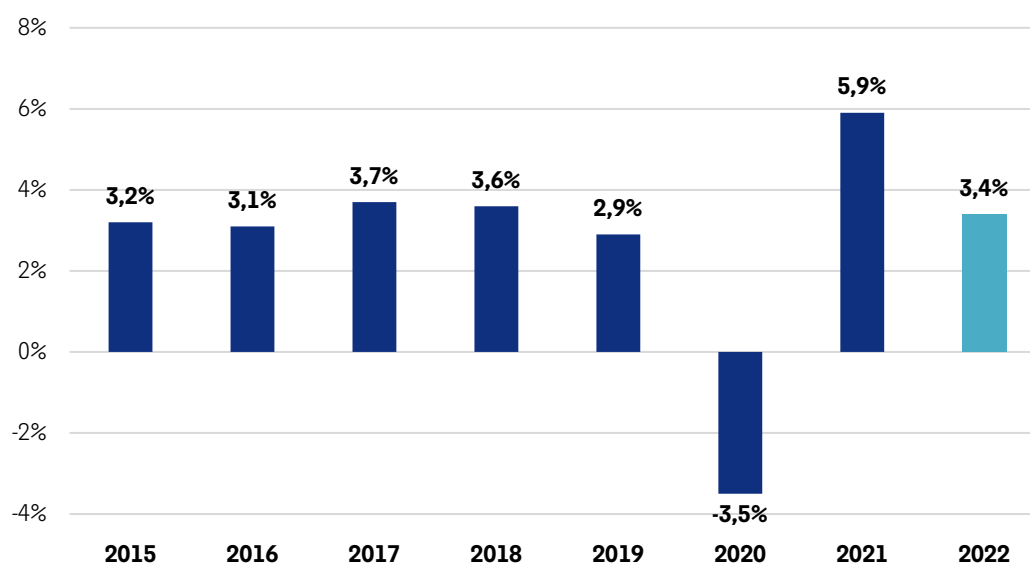


Figura 29 | Evolução do PIB mundial entre 2015 e 2022

(Fonte: FMI)

O mundo registou em 2022 a mais elevada taxa de inflação dos últimos 20 anos, com uma subida média de 8,8%. Segundo o FMI, o pico da inflação nominal foi atingido no terceiro trimestre deste ano, embora ainda continue alta e acima dos níveis pré-pandémicos. Desta forma, com vista a controlar as pressões inflacionistas, os bancos centrais restringiram as políticas monetárias e aumentaram as taxas de juro a uma velocidade superior ao esperado, especialmente nos Estados Unidos e na Zona Euro, tendo sinalizado que estas permanecerão elevadas.

Nas economias avançadas, as estimativas do FMI apontam para um crescimento de 2,7% neste exercício, com destaque para o Reino Unido em que é estimado um incremento de 4,1%, o que, apesar de refletir uma desaceleração em relação à tendência de 2021 (5,7%), continua a ser um resultado acima do que vinha a ser verificado antes da pandemia de Covid-19, fazendo de 2022 o segundo ano com a expansão mais expressiva das últimas duas décadas. Ao contrário do observado em 2021, com uma retoma mais lenta por parte da Zona Euro, em contraponto com os Estados Unidos, o cenário inverteu-se em 2022, com o PIB dos países da moeda única a aumentar 3,5%, o que contrasta com uma variação de 2% do PIB norte-americano.

Do lado dos mercados emergentes e em desenvolvimento, a expansão da economia situa-se em 3,9% em 2022, o que representa uma redução de 2,8 p.p. relativamente ao crescimento do ano anterior (6,7%). A Rússia destaca-se pela contração de 2,2% no seu PIB, uma diminuição de 6,9 p.p. face à variação que havia sentido em 2021. Esta evolução reflete o impacto dos sucessivos pacotes de sanções adotados ao longo do ano, que têm tido sucesso no seu objetivo de enfraquecer a capacidade russa para financiar a guerra na Ucrânia. Tanto o Banco Mundial como o FMI referem que o comércio de bens e serviços da Rússia caiu significativamente, com projeções de -9,10% e -3,04%, respetivamente, para a evolução das exportações.

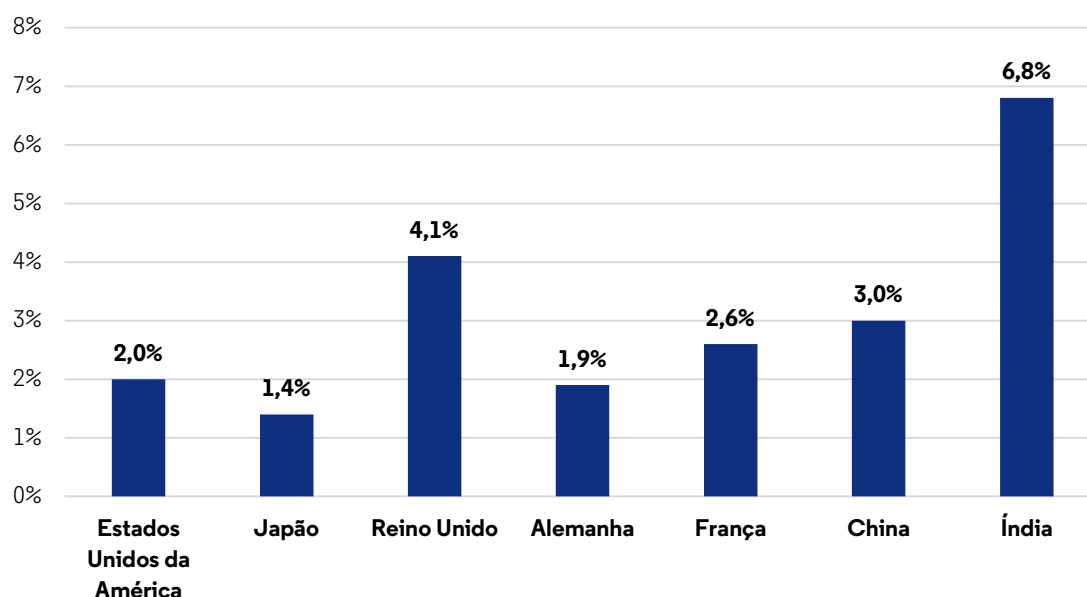


Figura 30 | Evolução do PIB das sete maiores economias mundiais em 2022

(Fonte: FMI)

1.2. Economia Europeia

O crescimento da economia da Zona Euro abrandou, em 2022, para os 3,5%, um p.p. abaixo da União Europeia (UE), segundo dados do Eurostat. Em 2021, o PIB dos países da moeda única tinha crescido 5,3% e o da UE 5,4%.

No que respeita ao quarto trimestre de 2022, o serviço estatístico europeu estima um abrandamento no crescimento homólogo do PIB para os 1,9% na Zona Euro e os 1,8% no conjunto dos 27 Estados-Membros, após ter avançado 2,3% e 2,5%, respetivamente, no trimestre anterior. Na variação em cadeia, a criação de riqueza nos países que utilizam o Euro aumentou 0,1% e manteve-se estável na UE, valores que se comparam com uma subida de 0,3% em ambas as zonas entre julho e setembro de 2022.

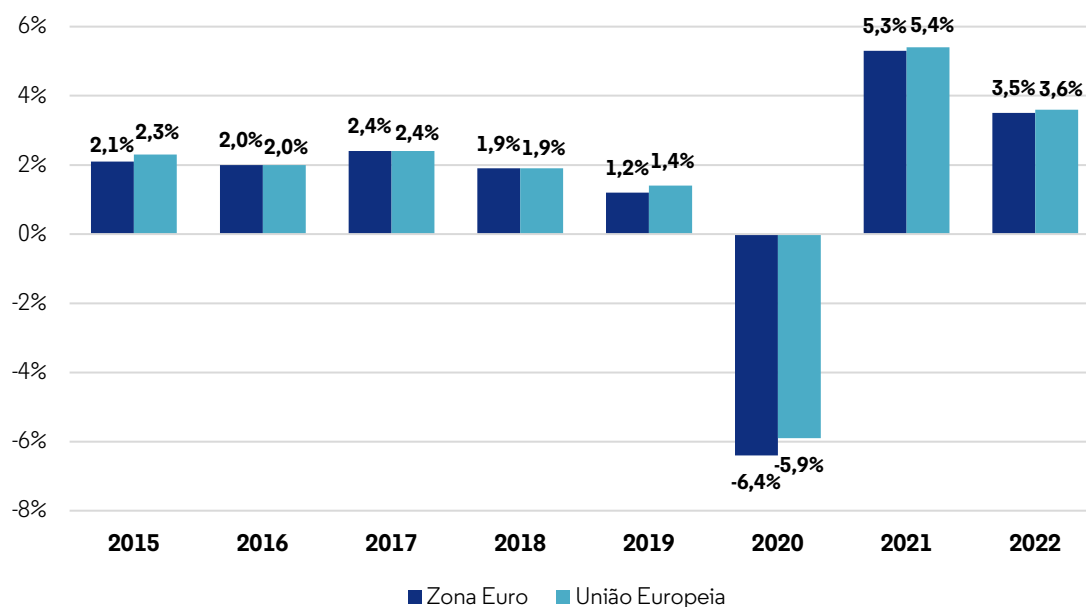


Figura 31 | Evolução do PIB da Zona Euro e da UE entre 2015 e 2022

(Fonte: Eurostat)

Em 2022, as exportações de bens da Zona Euro para o resto do mundo aumentaram para 2 877,8 mil milhões de euros (mais 18% face a 2021) e as importações subiram para 3 192,5 mil milhões de euros (mais 37,5%). Como resultado, estes países registaram um défice de 314,7 mil milhões de euros no comércio com o resto do mundo, o que traduz uma forte diminuição da balança comercial em comparação com o ano transato, quando as exportações superaram as importações em 116,4 mil milhões de euros.

Já na UE, as exportações para o resto do mundo cresceram para 2 572 mil milhões de euros (mais 17,9% face a 2021) e as importações subiram para 3 003,2 mil milhões de euros (um aumento de 41,3%). Como tal, o espaço comunitário registou um défice de 431,2 mil milhões de euros, o que compara com um excedente de 55,1 mil milhões de euros em 2021. Dos 27 países da UE, apenas seis tiveram um excedente comercial, sendo a Irlanda aquele em que este excedente foi maior e a França aquele que alcançou o maior défice, segundo os dados divulgados pelo Eurostat.

Como consequência das sanções impostas à Rússia, as suas relações com a UE registaram fortes quebras, desde fevereiro de 2022, tanto no que diz respeito às importações como nas exportações. Assim, a quota russa nas importações do bloco comunitário recuou de 9,5%, em fevereiro para 4,3% em dezembro. Da mesma forma, as exportações da UE para a Rússia caíram de 4% para 2%, nesse período. Esta nova dinâmica fez-se sentir essencialmente na aquisição de carvão russo, que representava 45% do total adquirido em 2021, peso que passou para apenas 22%, em 2022.

1.3. Economia Portuguesa

No conjunto do ano de 2022, a economia portuguesa registou um crescimento de 6,7%, o mais elevado desde 1987, de acordo com o INE. Este valor fixou-se 1,2 p.p. acima do crescimento já registado em 2021 (5,5%), que se seguiu à diminuição histórica de 8,3% em 2020, devido aos efeitos adversos da pandemia na atividade económica. Em termos nominais, o PIB atingiu cerca de 239 mil milhões de euros. A evolução do PIB nacional nos últimos sete anos encontra-se patente na figura seguinte.

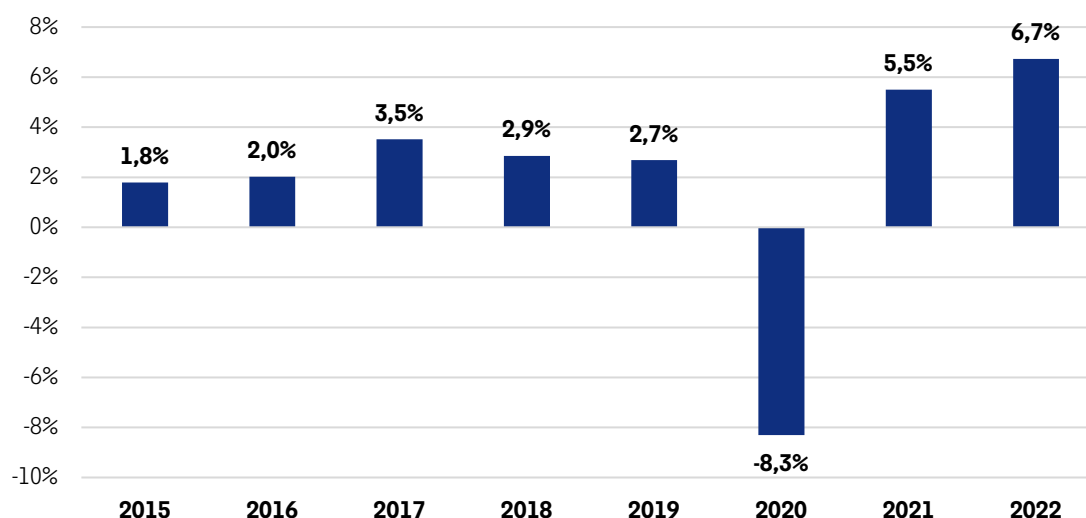


Figura 32 | Evolução do PIB em Portugal entre 2015 e 2022

(Fonte: INE)

A procura interna voltou a apresentar um contributo positivo expressivo (4,7 p.p.) para a variação do PIB, confirmando-se a recuperação do consumo privado, cujo incremento foi de 5,7% em termos reais. O investimento teve uma significativa desaceleração de 10,1% em 2021 para 2,7% em 2022, bem como o consumo público, que passou de um crescimento de 4,6% em 2021 para 2,4% em 2022. Em termos nominais, o consumo público registou um crescimento de 7,3% (6,1% em 2021).

O contributo da procura externa líquida atingiu um valor positivo (2,1 p.p.) pela primeira vez nos últimos cinco anos, tendo-se observado uma desaceleração das importações de bens e serviços (de 13,2% em 2021 para 11% em 2022) e uma aceleração significativa das exportações de 13,4% para 16,7% em 2022. As exportações de bens em volume aumentaram 8,7% em 2022 (11,2% em 2021), enquanto as exportações de serviços registaram uma aceleração significativa, com uma taxa de variação de 37,7% (19,6% em 2021). No caso dos serviços, aquele resultado radica, em parte, no aumento expressivo da componente do turismo (variação de 80,9%), refletindo a forte recuperação deste setor após a forte contração de 2020. As importações de bens dilataram 9,8% (12,9% em 2021) e as de serviços cresceram 17,2% (15,1% em 2021).

A taxa de inflação média anual em Portugal fixou-se em 7,8% em 2022 em comparação com 1,3% em 2021, o valor mais elevado desde 1992, confirmam os dados publicados pelo INE. A variação do indicador de inflação subjacente, que exclui produtos alimentares não transformados e energéticos, foi de 5,6% em 2022 (0,8% em 2021).

O aumento da taxa de variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) entre 2021 e 2022 foi influenciado pelo comportamento da inflação subjacente referido, bem como pela aceleração dos preços dos produtos alimentares não transformados e dos produtos energéticos, que registaram variações médias anuais de, respetivamente, 12,2% e 23,7% (0,6% e 7,3% em 2021). Houve um crescimento médio anual mais elevado dos preços dos bens que os dos serviços. Com efeito, em 2022, os preços dos bens aumentaram 10,2% (1,7% em 2021), enquanto a taxa de variação média dos preços dos serviços foi de 4,3% (0,6% no ano anterior).

Em 2022, a população empregada aumentou 1,96% em relação ao ano anterior e atingiu o máximo histórico de 4 908,7 mil pessoas. Já a população desempregada, estimada em 313,9 mil pessoas, deu continuidade à tendência de diminuição já verificada, observando-se uma variação de -7,35% face a 2021. A taxa de desemprego foi de 6% e a taxa de subutilização do trabalho alcançou um mínimo histórico de 11,4%, tendo ambas diminuído em comparação com o ano

precedente. A taxa de desemprego de jovens (16-24 anos) situou-se em 19,9%, 3,5 p.p. abaixo do valor registado no período homólogo.

Por último, e em termos de dados macroeconómicos, importa referir que a dívida pública portuguesa, na ótica de Maastricht, totalizava 272,6 mil milhões de euros, mais 3,3 mil milhões do que no final de 2021. Esta subida resultou das emissões líquidas positivas de certificados de aforro (7,2 mil milhões de euros), de obrigações e bilhetes do Tesouro (mil milhões de euros) e de outros depósitos junto do Tesouro (0,6 mil milhões de euros).

02 | Enquadramento do Setor da Água

2.1. Orientações Estratégicas a Nível Mundial

A água recurso é fundamental para o desenvolvimento socioeconómico, para a produção de energia e alimentos, para a construção de ecossistemas saudáveis e para a sobrevivência da espécie humana. No entanto, segundo a ONU, três em cada dez pessoas não têm acesso a água potável, mais de 2 mil milhões vivem em países com um elevado nível de stress hídrico e 4 mil milhões passam por uma grave escassez durante, pelo menos, um mês do ano. Quase metade das pessoas que bebem água de fontes desprotegidas vivem na África Subsariana, sendo que seis em cada dez pessoas não têm acesso a serviços de saneamento com segurança.

Um dos marcos mais importantes foi o reconhecimento, em julho de 2010, pela Assembleia Geral da ONU, do direito humano à água e ao saneamento. Todos os seres humanos devem ter acesso a água suficiente para uso pessoal e doméstico (50 a 100 litros/pessoa/dia), de forma económica (os custos da água não devem exceder 3% do rendimento familiar) e acessível (a fonte de água deve estar perto de casa e o tempo de recolha não deve exceder os 30 minutos). A água não pode ser vista isoladamente do saneamento, na medida em que ambos são vitais para reduzir a carga global de doenças e melhorar a saúde, a educação e a produtividade económica das populações.

Deste modo, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 (ODS 6) é claro: alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e justos para todos, melhorar a qualidade da água e reduzir para metade a proporção de águas residuais não tratadas, diminuindo substancialmente o número de pessoas afetadas pela escassez de água e pelas doenças relacionadas. As metas abrangem todos os aspetos dos sistemas de água e de saneamento, projetando-se que a sua conquista contribua para o progresso em todos os outros ODS, principalmente na esfera da saúde, educação, economia e ambiente. De facto, a relação entre a falta de acesso a água e saneamento, as metas de desenvolvimento e as soluções para a escassez são eficazes em termos de custos. Vários estudos internacionais mostram que cada dólar investido em saneamento tem um retorno médio de nove dólares.

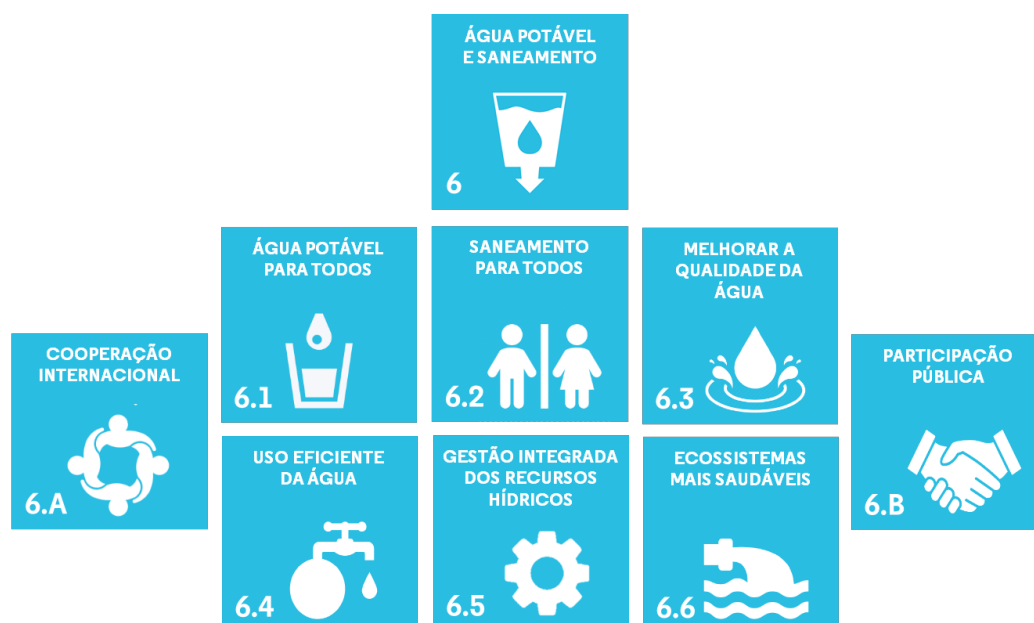


Figura 33 | Metas fixadas pela ONU para o ODS 6

O uso da água tem vindo a aumentar em todo o mundo cerca de 1% por ano desde a década de 1980 e a tendência manter-se-á. Prevê-se que a procura global venha a subir 20 a 30% até 2050 e, caso a degradação do ambiente e as pressões insustentáveis sobre os recursos hídricos globais continuem, nessa data, 45% do PIB global e 40% da produção mundial de cereais estarão em risco. Esta situação é impulsionada por uma combinação do crescimento populacional, do desenvolvimento socioeconómico e da evolução dos padrões de consumo. Por isso, num cenário de agravamento das alterações climáticas, a escassez de água irá acentuar-se nas próximas décadas, atingindo 5 mil milhões de pessoas em 2050.

Contudo, um conjunto de desafios à escala global tornam a insegurança hídrica numa das maiores ameaças ao progresso económico, ao combate à pobreza e ao desenvolvimento sustentável, designadamente as lacunas no acesso à água e saneamento, a rápida urbanização e o crescimento populacional, assim como a crescente poluição, os impactos das alterações climáticas e os padrões de crescimento que tornam o consumo de água cada vez mais intensivo.

Para atenuar os impactos dos vetores anteriormente referidos, é necessário melhorar a gestão dos recursos, facilitar o acesso universal à água e saneamento e otimizar o uso dos recursos hídricos na agricultura. Urge, por isso, aumentar a resiliência através de sistemas que possam resistir melhor aos eventos climáticos extremos e, ao mesmo tempo, abordar a fragilidade existente em países com maior escassez de água.

2.2. Orientações Estratégicas a Nível Europeu

Os recursos de água doce da Europa estão sujeitos a uma pressão cada vez maior e as zonas costeiras e os mares sofreram alterações significativas provocadas por séculos de atividade humana. Essa realidade originou alterações ambientais nos ecossistemas costeiros e marinhos, como a poluição da água e a eutrofização (ou enriquecimento de nutrientes), a perda de biodiversidade, a deterioração da paisagem e a erosão costeira.

A proteção da água e dos recursos marinhos e a garantia da sua qualidade ecológica fazem parte dos pilares da política ambiental da UE. Tanto a Diretiva Quadro da Água (DQA), aprovada em 2000, como a Diretiva-Quadro da Estratégia Marinha, adotada em 2008, constituem o enquadramento para a gestão do conjunto dos ecossistemas aquáticos no espaço comunitário. Estabelecem como objetivo alcançar um bom estado ambiental dos recursos de água doce e marinhos, através de uma abordagem holística, baseada nos ecossistemas.

No âmbito da DQA, os Estados-Membros da UE lançaram 160 planos de gestão das bacias hidrográficas para o período 2009-2015, que visavam proteger e melhorar o ambiente aquático. O segundo conjunto de planos de gestão dessas bacias, abrangendo o período 2016-2021, foi finalizado em 2016/2017. Para além da DQA e dos planos referidos, existem quatro diretivas relativas à água que visam garantir o bom estado dos recursos hídricos da Europa: diretiva relativa ao tratamento de águas residuais urbanas (91/271/CEE); diretiva referente à gestão da qualidade das águas balneares (2006/7/CEE); Diretiva Nitratos (91/676/CEE); e diretiva relativa à qualidade da água destinada ao consumo humano (98/83/CEE).

No entanto, a avaliação de 2019 concluiu que a aplicação da legislação relativa às águas doces continua a ser insuficiente, devido a fatores como a falta de investimento, a inclusão limitada dos objetivos de proteção das águas doces noutros domínios de intervenção, a lentidão na aplicação das medidas e a necessidade de combater melhor a poluição química. A ação prioritária será, por conseguinte, assegurar uma aplicação mais rigorosa. Como tal, o Pacto Ecológico Europeu, através do seu quarto pilar, estabeleceu a ambição de alcançar o objetivo de poluição zero no ar, na água e no solo até 2050.

2.3. Orientações Estratégicas a Nível Nacional

Os serviços de água, reconhecidos como serviços públicos essenciais pela legislação nacional, designadamente pela Lei dos Serviços Públicos Essenciais (Lei n.º 23/96, de 26 de julho), contribuem significativamente para o desenvolvimento económico e social do País, tanto pela capacidade de gerar atividade económica e de criar emprego e riqueza, como pela crescente melhoria que têm conferido às condições de vida da população, gerando externalidades positivas de natureza económica, social e ambiental noutros setores de atividade.

O Plano Nacional da Água define a estratégia nacional para a gestão integrada da água. Estabelece as grandes opções da política nacional da água e os princípios e as regras de orientação dessa política, a aplicar pelos planos de gestão de regiões hidrográficas e por outros instrumentos de planeamento das águas. A segunda versão do documento foi aprovada pelo Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro, nos termos do n.º 4 do artigo 28.º da Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2008, de 29 de dezembro, e assenta numa lógica de proteção dos recursos hídricos e de sustentabilidade do desenvolvimento socioeconómico nacional.

Assim, a gestão das águas deverá prosseguir três objetivos fundamentais: a proteção e a requalificação do estado dos ecossistemas aquáticos e dos ecossistemas terrestres, bem como das zonas húmidas que deles dependem, no que respeita às suas necessidades de água; a promoção do uso sustentável, equilibrado e equitativo de água de boa qualidade, com a afetação aos vários tipos de usos, tendo em conta o seu valor económico, baseada numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis; e o aumento da resiliência relativamente aos efeitos das inundações e das secas e de outros fenómenos meteorológicos extremos decorrentes das alterações climáticas.

Apesar de se ter verificado uma evolução notável dos serviços de águas em Portugal nos últimos 25 anos, foram também identificados alguns desafios que não foram ainda ultrapassados, nomeadamente ao nível da estruturação das entidades gestoras responsáveis pela prestação dos serviços e da garantia da sua sustentabilidade a longo prazo, e que se têm traduzido num acentuar de assimetrias entre entidades cada vez mais modernizadas e sustentáveis e outras com um desempenho menos satisfatório. Acrescem, ainda, os desafios emergentes das alterações climáticas, a escassez hídrica, a degradação das massas de água, o maior risco de ocorrência de inundações, a necessidade de controlo dos poluentes emergentes e a necessidade de maior circularidade e valorização ambiental e territorial dos serviços.

Nesse contexto, e dando continuidade aos ciclos estratégicos anteriores, o Governo decidiu elaborar um novo plano estratégico para o setor para a próxima década, designado por Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030), e enquadrado nos grandes desígnios internacionais anteriormente referidos. A visão para 2030 passa por atingir serviços de águas de excelência, para todos e com contas certas. Pretendem-se serviços que assegurem à sociedade portuguesa eficácia, eficiência e sustentabilidade, e que criem valor ambiental, territorial, económico e societal, no quadro do desenvolvimento sustentável e de uma crescente circularidade da economia e destes serviços. Como tal, os quatro objetivos globais deste plano são os seguintes:

- Objetivo A: Eficácia dos Serviços – Acessibilidade física; continuidade e fiabilidade; qualidade das águas distribuídas e rejeitadas; segurança, resiliência e ação climática; e equidade e acessibilidade económica;
- Objetivo B – Eficiência dos Serviços – Governo e estruturação do setor; organização, modernização e digitalização das entidades gestoras; gestão e alocação eficiente de recursos financeiros; eficiência hídrica; e eficiência energética e descarbonização;
- Objetivo C – Sustentabilidade dos Serviços – Sustentabilidade económica e financeira; sustentabilidade infraestrutural; utilização e recuperação de recursos; capital humano; e gestão de informação, conhecimento e inovação;

- Objetivo D – Valorização dos Serviços – Valorização empresarial e económica nos mercados interno e externo; circularidade e valorização ambiental e territorial; valorização societal; transparência, responsabilização e ética; e contribuição para o desenvolvimento sustentável.

Esses objetivos globais desdobram-se em 20 objetivos específicos, sendo estes distribuídos por três níveis de importância relativa: os de Prioridade 1, de urgência máxima face à sua elevada criticidade e ao seu desempenho ainda insatisfatório; os de Prioridade 2, que, apesar do seu já elevado desempenho atual, têm de manter a atenção do setor em termos de sustentabilidade futura; e os de Prioridade 3, que apesar de aparentemente serem menos relevantes, não podem desmerecer a atenção do setor.

Tabela 23 | Objetivos específicos do PENSAARP 2030 por nível de prioridade

Objetivos extremamente importantes (elevada criticidade, desempenho insatisfatório)	
1.	C1: Sustentabilidade económica e financeira
2.	B1: Governo e estruturação do setor (sustentabilidade estrutural do setor)
3.	C2: Sustentabilidade infraestrutural
4.	B4: Eficiência hídrica
5.	B3: Gestão e alocação de recursos financeiros
6.	A4: Segurança, resiliência e ação climática
7.	C4: Capital humano
8.	B2: Organização, modernização e digitalização
Objetivos muito importantes (elevada criticidade, desempenho aceitável)	
9.	A1: Acessibilidade física (centrado nas águas residuais)
10.	A2: Continuidade e fiabilidade
11.	A3: Qualidade das águas distribuídas e rejeitadas (centrado nas águas rejeitadas)
12.	A5: Equidade e acessibilidade económica
13.	B5: Eficiência energética e descarbonização
14.	C5: Gestão de informação, conhecimento e inovação
Objetivos importantes (menor criticidade, desempenho insatisfatório)	
15.	C3: Utilização e recuperação de recursos
16.	D1: Valorização empresarial e económica
17.	D2: Circularidade e valorização ambiental e territorial
18.	D3: Transparência, responsabilização e ética
19.	D4: Valorização societal
20.	D5: Contribuição para o desenvolvimento sustentável

Tendo presentes estes objetivos, foram definidas 70 medidas que visam reforçar e consolidar o setor, nomeadamente a adoção de incentivos à melhoria do desempenho económico e financeiro das entidades gestoras, como a atualização da regulamentação tarifária, ao reforço do compromisso dos órgãos políticos, das entidades gestoras de titularidade municipal e do regulador, à melhoria da gestão patrimonial das infraestruturas, à redução de perdas de água nos sistemas e de afluências indevidas, assim como o reforço da fiscalização de licenciamento das captações de água e das rejeições das águas residuais.

As necessidades totais de investimento, a preços correntes, para a próxima década devem variar entre cerca de 3 500 e 6 600 milhões de euros (cenário central ou moderado, 5 500 milhões de euros), consoante a ambição a alcançar e a capacidade de realização do setor, sendo a parcela de reabilitação das infraestruturas a mais relevante (representando 40 a 58 % do investimento total).

03 | Enquadramento do Setor da Energia

3.1. Orientações Estratégicas a Nível Mundial

Tal como acontece com a água, a falta de acesso a energia segura e confiável é ainda um problema. Segundo a ONU, há 789 milhões de pessoas que vivem sem acesso a eletricidade, o que representa 10% da população mundial – ou seja, mais do que toda a população da Europa, e uma vez e meia a da UE. É neste cenário que fica mais evidente a importância do alcance do ODS 7 das Nações Unidas, que tem como meta assegurar energia segura, sustentável e a preços acessíveis para todos, até 2030. Compromisso político, planeamento energético, financiamento e incentivos fiscais adequados são as principais forças dinamizadoras do progresso internacional e cooperação nesse sentido.

ODS 7 – Energias Renováveis e Acessíveis

Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos

- Até 2030, assegurar o acesso universal, de confiança, moderno e a preços acessíveis aos serviços de energia;
- Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global;
- Até 2030, duplicar a taxa global de melhoria da eficiência energética;
- Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso à investigação e às tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestruturas de energia e em tecnologias de energia limpa;
- Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com os seus respetivos programas de apoio.

No entanto, a menos que os esforços sejam intensificados, o mundo não conseguirá garantir o acesso universal à energia. Cerca de 660 milhões de pessoas não terão acesso à eletricidade em 2030, a maioria delas na África Subsaariana, vivendo em ambientes frágeis e afetados por conflitos. Esta é a principal conclusão do relatório “Tracking SDG 7: The Energy Progress Report (2021)”, divulgado pela Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês), Agência Internacional de Energia Renovável (IRENA, na sigla em inglês), Departamento de Assuntos Económicos e Sociais da ONU, Banco Mundial e Organização Mundial da Saúde (OMS).

Porém, este não é o único problema na prossecução do ODS 7. Há cerca de 2,8 mil milhões de pessoas com dificuldades energéticas na cozinha e na alimentação, principalmente em áreas muito rurais de países menos desenvolvidos, segundo um relatório da IEA. Significa isto que há centenas de milhões de pessoas que, apesar de possuírem acesso a eletricidade, não detêm os recursos ou equipamentos necessários para a usar além da iluminação.

3.2. Orientações Estratégicas a Nível Europeu

Os desafios que a UE enfrenta no domínio da energia incluem assuntos como o aumento da dependência das importações, a diversificação limitada, os preços elevados e voláteis da energia, a procura energética crescente a nível global, os riscos em matéria de segurança que afetam os países produtores e de trânsito, as ameaças cada vez maiores resultantes das alterações climáticas, a descarbonização, o progresso lento em matéria de eficiência energética, os desafios colocados pelo aumento da quota-parte de energias renováveis, bem como a necessidade de uma maior transparência, integração e interligação nos mercados energéticos.

No centro da política energética da UE está uma série de medidas, cujo objetivo é alcançar um mercado integrado, a segurança do aprovisionamento e um sector sustentável, sendo de destacar as seguintes:

- Diversificar as fontes de energia da Europa, garantindo a segurança energética através da solidariedade e da cooperação entre os países da UE;
- Garantir o funcionamento de um mercado interno da energia plenamente integrado, que permita o livre fluxo de energia na UE através de infraestruturas adequadas e sem obstáculos técnicos ou regulamentares;
- Melhorar a eficiência energética e reduzir a dependência das importações de energia, reduzir as emissões e impulsionar o emprego e o crescimento;
- Descarbonizar a economia e evoluir para uma economia de baixas emissões de carbono, em conformidade com o Acordo de Paris;
- Promover a investigação no domínio das tecnologias energéticas limpas e hipocarbónicas e dar prioridade à investigação e inovação para impulsionar a transição energética.

Para cumprir esses objetivos, a Comissão Europeia tem vindo a adotar um conjunto abrangente de legislação sobre o desenho e funcionamento dos mercados de energia europeus. Neste contexto, em 2019, foi aprovado um conjunto de pacotes legislativos estratégicos, dos quais se destacam o Pacote Energia Clima 2030, o Pacote Mobilidade Limpa e o Pacote Energia Limpa para todos os Europeus.

Mais recentemente, na esteira do Pacto Ecológico Europeu, foram assumidos compromissos mais ambiciosos no combate às alterações climáticas, compatibilizando a descarbonização da economia com a preservação da competitividade, a criação de emprego e uma sociedade equilibrada e equitativa. Em 2020, os Estados-Membros concordaram em reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) em, pelo menos, 55% até 2030. O objetivo final é alcançar a neutralidade carbónica até 2050. Este vasto pacote consiste numa revisão de todos os atos da UE em vigor em matéria de clima e energia, nomeadamente a Diretiva Energias Renováveis, a Diretiva Eficiência Energética e a Diretiva Tributação da Energia.

3.3. Orientações Estratégicas a Nível Nacional

Em Portugal está em vigor o Quadro Estratégico para a Política Climática, que inclui os principais instrumentos de política nacional nas vertentes de mitigação e adaptação às alterações climáticas para o horizonte 2030, designadamente o Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC 2020-2030) e a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAA 2020). Atingir a neutralidade carbónica até 2050 é o principal desígnio do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), enquanto contributo para as metas globais e europeias assumidas na execução do Acordo de Paris.

Cumprir este objetivo exige uma redução das emissões de GEE superior a 85%, em relação às emissões de 2005, e uma capacidade de sequestro de carbono de 13 milhões de toneladas. É

nesta década que deverá ser realizado o maior esforço de redução das emissões poluentes, o que implica a assunção de metas ambiciosas de descarbonização, de incorporação de energias renováveis e de eficiência energética. Por isso, em articulação com os objetivos do RNC 2050, foi desenvolvido o Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030 (PNEC 2030), que constitui o principal instrumento de política energética e climática nacional para a presente década. O PNEC veio reforçar a importância do cumprimento das metas nacionais para o ano 2030:

- a) Reduzir entre 45% e 55% as emissões de GEE, por referência às emissões registadas no ano de 2005;
- b) Incorporar 47% de energia de fontes renováveis no consumo final bruto de energia;
- c) Reduzir 35% do consumo de energia primária com vista a uma melhor eficiência energética;
- d) Atingir 15% interligações de eletricidade.

De sublinhar, igualmente, a importância do cumprimento das seguintes metas setoriais de redução de emissões de GEE, por referência às emissões registadas em 2005: (i) 70% no setor dos serviços; (ii) 35% no setor residencial; (iii) 40% no setor dos transportes; (iv) 11% no setor da agricultura; e (v) 30% no setor dos resíduos e águas residuais.

A meta definida para a incorporação das energias renováveis no consumo final bruto de energia deverá ser alcançada através de um sistema energético mais eficiente, aproveitando o potencial endógeno e contribuindo, ao mesmo tempo, para a diversificação das fontes de energia. Neste sentido, o PNEC 2030 destaca a relevância do aproveitamento dos gases de origem renovável nos vários setores da economia, utilizando as atuais infraestruturas de receção, armazenamento, transporte e distribuição de gás natural.



CAPÍTULO IV

DESEMPENHO ECONÓMICO- FINANCEIRO



01 | Análise Económica e Financeira

A análise económica e financeira apresentada neste capítulo procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial alcançada pela **Águas e Energia do Porto, EM**, no ano de 2022, devendo ser lida em conjugação com as Demonstrações Financeiras do período e as respetivas notas anexas. Todos os valores estão expressos em Euros.

1.1. Resultado Líquido

O resultado líquido de 2022 ascendeu a 6,6 milhões de euros, registando um aumento de aproximadamente 3 milhões de euros relativamente ao resultado verificado em 2021.

Unidade: €	2022	2021	Δ % 2021/2022
Rendimentos totais	54 812 386,97	48 413 369,28	13,2
Gastos totais (*)	48 235 295,40	44 828 908,50	7,6
Resultado líquido	6 577 091,57	3 584 460,78	83,5

(*) Inclui imposto sobre o rendimento do período

1.2. Rendimentos Totais

Neste período, os rendimentos totais ascenderam a 54,8 milhões de euros, o que corresponde a um acréscimo de cerca de 6,4 milhões de euros face a 2021.

Unidade: €	2022	2021	Δ % 2021/2022
Volume de negócios	48 484 581,63	42 079 587,12	15,2
Subsídios à exploração	1 430 815,52	890 625,28	60,7
Trabalhos para a própria entidade	112 131,57	267 903,35	-58,1
Reversões de imparidades	29 823,30	31 848,21	-6,4
Reversões de provisões	402 013,18	191 544,21	109,9
Outros rendimentos	4 153 686,71	4 843 677,80	-14,2
Juros e rendimentos similares	199 335,06	108 183,31	84,3
Rendimentos totais	54 812 386,97	48 413 369,28	13,2

1.2.1. Volume de negócios

A **Águas e Energia do Porto, EM**, viu o seu volume de negócios crescer de 42,1 milhões de euros para 48,5 milhões de euros (+ 15,2% face a 2021).

Unidade: €	2022	2021	Δ % 2021/2022
Vendas de mercadorias (água)	21 948 668,24	18 810 911,03	16,7
Prestações de serviços e outras vendas	26 535 913,39	23 268 676,09	14,0
Volume de negócios	48 484 581,63	42 079 587,12	15,2

1.3. Gastos Totais

Os gastos totais da empresa ascenderam a 48,2 milhões de euros no período em análise.

Unidade: €	2022	2021	Δ % 2021/2022
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	11 075 793,44	9 853 455,57	12,4
Fornecimentos e serviços externos	9 888 007,73	9 127 722,16	8,3
Gastos com o pessoal	14 098 563,31	13 318 500,41	5,9
Imparidades de inventários	0,00	0,00	-
Imparidades de dívidas a receber	315 770,21	1 158 485,87	-72,7
Imparidade de ativos fixos tangíveis	1 024 380,32	1 700 000,00	-39,7
Provisões	3 637,28	154 638,95	-97,6
Outros gastos	688 060,56	461 693,22	49,0
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	9 492 980,11	8 840 742,02	7,4
Juros e gastos similares suportados	21 588,15	1 826,70	-
Imposto sobre o rendimento do período	1 626 514,29	211 843,60	667,8
Gastos totais	48 235 295,40	44 828 908,50	7,6
% do volume de negócios	99,49%	106,53%	

As rubricas mais significativas respeitam a gastos com o pessoal, custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos e Gastos / reversões de depreciação e de amortização, que, globalmente, representaram cerca de 92,4% do total de gastos da empresa em 2022.

1.1.1. Fornecimentos e Serviços Externos

Unidade: €	2022	2021	Δ % 2021/2022
Subcontratos	2 465 225,95	1 961 766,10	25,7
Energia	710 508,82	1 557 739,42	-54,4
Trabalhos especializados	3 784 318,37	2 905 796,49	30,2
Comunicação	714 483,85	712 569,75	0,3
Encargos de cobrança	389 724,81	352 624,04	10,5
Rendas e alugueres	504 401,31	482 589,14	4,5
Conservação e reparação	355 845,12	287 571,39	23,7
Honorários	24 587,00	28 895,00	-14,9
Seguros	223 786,74	220 516,63	1,5
Publicidade	68 547,45	112 775,22	-39,2
Vigilância e segurança	242 307,45	198 471,46	22,1
Outros fornecimentos e serviços	404 270,86	306 407,52	31,9
Total	9 888 007,73	9 127 722,16	8,3

1.4. Margem Operacional

No exercício de 2022, o EBITDA da **Águas e Energia do Porto, EM**, situou-se nos 18,5 milhões euros.

Unidade: €	2022	2021	Δ % 2021/2022
EBITDA	18 527 014,38	14 213 836,81	30,3
EBIT	8 025 858,95	3 689 947,77	117,5
Volume de negócios	48 484 581,63	42 079 587,12	15,2
Margem EBITDA ⁽¹⁾	38,2%	33,8%	13,1
Margem EBIT ⁽²⁾	16,6%	8,8%	88,8

⁽¹⁾ Margem EBITDA = EBITDA / Volume de negócios

⁽²⁾ Margem EBIT = EBIT / Volume de negócios

1.5. Situação Patrimonial e Financeira

No final de 2022, o ativo da **Águas e Energia do Porto, EM**, atingiu o montante de 194,7 milhões de euros e o capital próprio e o passivo ascendiam a 148,9 e 45,8 milhões de euros, respetivamente.

Unidade: €	2022	2021	Δ % 2021/2022
Ativo não corrente	168 665 167,44	164 416 270,40	2,6
Ativo corrente	26 038 164,68	20 341 418,70	28,0
Total do ativo	194 703 332,12	184 757 689,10	5,4
Capital próprio	148 894 773,33	143 444 975,65	3,8
Passivo não corrente	10 936 756,84	12 129 677,74	-9,8
Passivo corrente	34 871 801,95	29 183 035,71	19,5
Total do passivo	45 808 558,79	41 312 713,45	10,9
Total do capital próprio e do passivo	194 703 332,12	184 757 689,10	5,4

Tal como sucedeu em anos anteriores, a empresa fechou o ano de 2022 com uma sólida situação financeira caracterizada por uma autonomia financeira de 76,5%.

Indicadores	2022	2021	Δ % 2021/2022
Indicadores de eficiência			
Gastos operacionais / EBITDA	2,51	3,14	-19,9%
Gastos com o pessoal / EBITDA	0,76	0,94	-18,8%
Indicadores de comportabilidade de investimento			
Autonomia financeira ⁽¹⁾	76,5%	77,6%	-1,5%
Rácio de solvabilidade ⁽²⁾	3,25	3,47	-6,4%
Liquidez geral ⁽³⁾	0,97	0,93	4,5%
Prazos médios			
Prazo médio de pagamento	69	62	11,8%
Prazo médio de recebimento	26	27	-3,6%
Indicadores de rentabilidade e crescimento			
Margem EBITDA	38,2%	33,8%	13,1%
Margem EBIT	16,6%	8,8%	88,8%
Indicadores de remuneração do capital investido			
Resultado líquido / Capital subscrito	0,082	0,045	83,5%

⁽¹⁾ Autonomia financeira = Capital próprio / Ativo total líquido

⁽²⁾ Rácio de solvabilidade = Capital próprio / Passivo total

⁽³⁾ Liquidez geral = (Ativo corrente - Diferimentos a ativo) / (Passivo corrente - Diferimentos passivo)

1.6. Cash Flow

Unidade: €	2022	2021	Δ % 2021/2022
Fluxos de caixa operacionais	17 067 962,71	10 403 593,63	64,4
Fluxos de caixa de investimento	-11 189 883,42	-12 841 898,71	-12,9
Fluxos de caixa de financiamento	-329 871,65	2 998 173,30	-111,0
Varição de caixa e seus equivalentes	5 548 207,64	559 868,22	897,7
Caixa e seus equivalentes no início do período	4 415 185,71	3 855 317,49	14,5
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9 963 393,35	4 415 185,71	125,7

02 | Viabilidade Económica e Financeira

O presente capítulo pretende dar cumprimento ao dever de prestação de informação relativamente à viabilidade e racionalidade económica e equilíbrio financeiro da **Águas e Energia do Porto, EM**, de acordo com o estipulado na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e revoga as Leis n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, e n.º 55/2011, de 15 de novembro.

Nos termos do n.º 7.º do artigo 32.º deste diploma legal, o desempenho das empresas locais deve ser objeto de avaliação anual dos órgãos sociais, incluindo a elaboração de um relatório com a análise comparativa das projeções decorrentes dos estudos técnicos e de viabilidade económica e financeira que sustentaram a constituição das empresas e da atual situação económica e financeira. Esta informação tem de ser obrigatoriamente comunicada à Inspeção Geral de Finanças.

No caso da **Águas e Energia do Porto, EM**, o objetivo principal deste relatório prende-se com a necessidade de comprovar perante as autoridades competentes que a empresa não se enquadra nas disposições do artigo 62.º que estabelece os critérios económicos e financeiros que conduzem à dissolução das empresas locais.

O atual regime jurídico da atividade empresarial local determina a extinção de empresas locais, no prazo de seis meses, sempre que se verifique uma das seguintes situações:

- a) As vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios;
- b) Quando se verifique que, nos últimos três anos, o peso contributivo dos subsídios à exploração atribuídos pela entidade pública participante é superior a 50% das suas receitas;
- c) Quando se verifique que, nos últimos três anos, o valor do resultado operacional subtraído ao mesmo o valor correspondente às amortizações e às depreciações é negativo;
- d) Quando se verifique que, nos últimos três anos, o resultado líquido é negativo.

Em 2022, a **Águas e Energia do Porto, EM**, operou segundo um modelo organizativo e económico-financeiro que resultou dos estudos de viabilidade económica e financeira que fundamentaram a sua constituição, em outubro de 2006, ainda, portanto, ao abrigo da, entretanto revogada, Lei n.º 58/98, de 18 de agosto.

O modelo de negócio previsto naquele estudo assenta na gestão e exploração dos sistemas públicos de distribuição de água e de recolha, drenagem e tratamento de águas residuais.

Em março de 2007, procedeu-se à alteração dos Estatutos da empresa tendo o seu âmbito de atuação sido alargado nos seguintes termos: “a gestão e exploração dos sistemas públicos de águas pluviais e respetivas ampliações em arruamentos existentes; a realização de trabalhos de limpeza e desobstrução de linhas de água, rios e ribeiras urbanas, bem como a sua reabilitação e renaturalização; a realização de trabalhos necessários à melhoria das áreas e águas balneares”.

Assegurou-se, por esta via, a gestão integrada de todo o ciclo urbano da água no Município do Porto, englobando as seguintes atividades:

- Distribuição de água;
- Recolha, drenagem e tratamento de águas residuais;
- Drenagem de águas pluviais;
- Gestão de linhas de água;
- Gestão da frente marítima;
- Promoção da educação ambiental e da participação pública.

Na reunião de 14 de setembro de 2020 da Assembleia Municipal, foi aprovada nova alteração aos Estatutos da empresa, tendo os mesmos passado a integrar as atividades relacionadas com a área da energia, passando a empresa a denominar-se **CMPEAE – Empresa de Águas e Energia do Município do Porto, EM**.

Perante a especificidade do modelo de negócio atualmente desenvolvido, não é tecnicamente possível fazer uma análise comparativa entre o desempenho de 2022 e a efetiva situação económica e financeira e as projeções decorrentes dos estudos de viabilidade económico-financeira que presidiram à sua constituição.

No entanto, o desempenho económico-financeiro de 2022 da empresa, resumido nos quadros seguintes, permite concluir que a **Águas e Energia do Porto, EM** conseguiu assegurar de forma equilibrada a execução das projeções económico-financeiras constantes dos seus Instrumentos de Gestão Previsional (IGP 2022-2024).

Relativamente à efetiva situação económica e financeira da empresa, apresenta-se, seguidamente, um mapa com os principais agregados económico-financeiros para o período 2023-2025, conforme os IGP 2023-2025 devidamente aprovados pelo Conselho de Administração e Assembleia-Geral da **Águas e Energia do Porto, EM**, e os valores efetivos registados a 31 de dezembro de 2022.

Agregados Económico-Financeiros	2022	2023	2024	2025
Resultados				
Resultado operacional	8 025 859	2 538 966	3 120 295	3 045 728
Resultado antes de imposto	8 203 606	2 654 708	3 180 378	2 942 094
Resultado líquido do exercício	6 577 092	1 991 794	2 383 418	2 205 897
Rendimentos e Ganhos				
Venda de mercadorias e prestações de serviços	48 484 582	51 083 255	53 760 423	55 355 613
Gastos e Perdas				
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	11 075 793	11 141 908	11 368 514	11 513 979
Fornecimentos e serviços externos	9 888 008	16 534 348	17 054 782	16 780 340
Gastos com o pessoal	14 098 563	16 150 071	16 494 515	17 073 794
Gastos de depreciação e amortização	9 492 980	9 460 401	10 231 020	10 921 332
Balanço				
Total do ativo	194 703 332	195 341 547	203 437 743	212 113 903
Total do passivo	45 808 559	42 626 314	48 310 675	54 773 678
Total do capital próprio	148 894 773	152 715 233	155 127 068	157 340 225
Fluxos de Tesouraria				
Operacionais	17 105 575	9 616 049	14 197 736	12 363 791
Investimento	-11 189 883	-16 056 150	-18 583 498	-18 306 041
Financiamento	-329 872	-604 276	4 301 692	6 084 374
Indicadores				
Liquidez geral (AC-DFA) / (PC-DFP) x 100	96,8%	83,3%	73,6%	73,7%
Autonomia financeira	76,5%	78,2%	76,3%	74,2%

Artigo 62º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto

- a) Nos últimos três anos, as vendas e prestações de serviços cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios:

Anos	Vendas e prestação de serviços	Gastos totais incorridos	% Vendas e prestação de serviços nos gastos totais incorridos
2020	41 381 689	42 416 304	97,6%
2021	42 079 587	44 617 065	94,3%
2022	48 484 582	46 608 781	104,0%
Não cumpre o critério de dissolução			

b) Nos últimos três anos, o peso contributivo do subsídio é inferior a 50% das receitas:

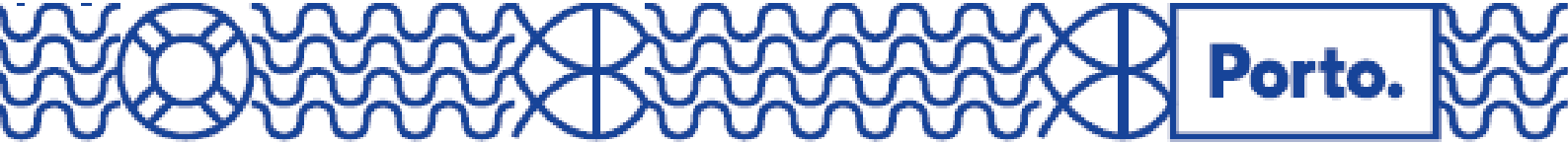
Anos	Vendas, serviços prestados, subsídios à exploração e outros rendimentos	Subsídios	% do Subsídio na totalidade da prestação de serviços e outros rendimentos
2020	45 094 807	0	0,0%
2021	47 813 890	890 625	1,9%
2022	54 069 084	1 430 816	2,6%
Não cumpre o critério de dissolução			

c) Nos últimos três anos, o EBITDA é positivo:

Anos	Resultado Operacional	Depreciações e Amortizações	EBITDA
2020	2 827 561	7 794 648	10 669 444
2021	3 689 948	8 840 742	14 213 837
2022	8 025 859	9 492 980	18 527 014
Não cumpre o critério de dissolução			

d) Nos últimos três anos, o resultado líquido é positivo:

Anos	Resultados Líquidos
2020	2 756 491
2021	3 584 461
2022	6 577 092
Não cumpre o critério de dissolução	



CAPÍTULO V

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS



01 | Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração da **Águas e Energia do Porto, EM**, propõe, nos termos do n.º 5 do artigo 66.º e do n.º 1 do artigo 295.º, do Código das Sociedades Comerciais, assim como do artigo 26.º dos Estatutos da empresa, que o resultado líquido do exercício de 2022, cujo montante ascende a 6 577 091,57 € tenha a seguinte aplicação:

- a) Reserva Legal (10%): 657 709,16 €;
- b) Resultados Transitados: 5 919 382,41 €.

O Conselho de Administração

(Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo, Presidente)

(Ana de Campos Cabral de Noronha Meneses, Administradora Executiva)

(Ruben Gabriel Teixeira Fernandes, Administrador Executivo)

CAPÍTULO VI

DEMONSTRAÇÕES

FINANCEIRAS



01 | Demonstrações Financeiras

Quadro A - Balanço

Rubricas	Notas	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	9	167 293 136,82	163 320 367,06
Ativos intangíveis	8	602 318,68	544 515,76
Outros investimentos financeiros		111 796,97	86 827,99
Ativos por impostos diferidos	17.2	657 914,97	464 559,59
		168 665 167,44	164 416 270,40
Ativo corrente			
Inventários	12	357 139,50	261 416,12
Clientes	11.1;19.1	3 458 015,49	3 079 793,27
Estado e outros entes públicos	17;19.3	973 859,90	110 859,90
Outros créditos a receber	19.4	11 044 032,70	12 150 320,11
Diferimentos	22.2.1	241 723,74	323 843,59
Caixa e depósitos bancários	5	9 963 393,35	4 415 185,71
		26 038 164,68	20 341 418,70
Total do ativo		194 703 332,12	184 757 689,10
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	7; 19.5	80 000 000,00	80 000 000,00
Reservas legais	Quadro C; 19.5	5 181 457,29	4 823 011,21
Resultados transitados	Quadro C; 19.5	36 429 982,61	33 203 967,91
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	Quadro C; 15	20 706 241,86	21 833 535,75
		142 317 681,76	139 860 514,87
Resultado líquido do período	Quadro B	6 577 091,57	3 584 460,78
Total do capital próprio		148 894 773,33	143 444 975,65
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	14.1	2 254 432,55	2 981 185,62
Financiamentos obtidos		2 722 222,21	2 861 111,11
Outras dívidas a pagar – Imposto relacionado com subsídios	15.2; 17.2	5 960 102,08	6 287 381,01
		10 936 756,84	12 129 677,74
Passivo corrente			
Fornecedores	19.2	3 979 412,64	3 200 412,81
Estado e outros entes públicos	17; 19.3	1 187 629,25	398 211,36
Financiamentos obtidos		139 236,27	138 888,89
Outras dívidas a pagar	19.4	21 329 607,57	17 858 166,67
Diferimentos	22.2.2	8 235 916,22	7 587 355,98
		34 871 801,95	29 183 035,71
Total do passivo		45 808 558,79	41 312 713,45
Total do capital próprio e do passivo		194 703 332,12	184 757 689,10

As notas a nexas fazem parte integrante deste balanço.

A Contabilista Certificada

O Conselho de Administração

Quadro B - Demonstração dos Resultados por Naturezas

Rendimentos e Gastos	Notas	2022	2021
Vendas e serviços prestados	13.1	48 484 581,63	42 079 587,12
Subsídios à exploração	13.4	1 430 815,52	890 625,28
Trabalhos para a própria entidade		112 131,57	267 903,35
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	-11 075 793,44	-9 853 455,57
Fornecimentos e serviços externos	22.3.1	-9 888 007,73	-9 127 722,16
Gastos com o pessoal	20	-14 098 563,31	-13 318 500,41
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	11.2	2 495,44	4 511,30
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11.1	-304 647,35	-1 148 001,94
Provisões (aumentos/ reduções)	14.1	398 375,90	36 905,26
Outros rendimentos	13.2	4 153 686,71	4 843 677,80
Outros gastos	22.3.2	-688 060,56	-461 693,22
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		18 527 014,38	14 213 836,81
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	8,9	-9 492 980,11	-8 840 742,02
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	9	-1 008 175,32	1 683 147,02
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		8 025 858,95	3 689 947,77
Juros e rendimentos similares obtidos	13.3	199 335,06	108 183,31
Juros e gastos similares suportados		-21 588,15	-1 826,70
Resultado antes de impostos		8 203 605,86	3 796 304,38
Imposto sobre o rendimento do período	17	-1 626 514,29	-211 843,60
Resultado líquido do período		6 577 091,57	3 584 460,78
Resultado por ação (resultado líquido/capital subscrito)		0,082	0,045

As notas a nexas fazem parte integrante desta demonstração.

A Contabilista Certificada

O Conselho de Administração

Quadro C - Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Descrição	Capital subscrito	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
Posição em 1 de janeiro de 2021	80 000 000,00	4 547 362,11	30 723 126,02	22 504 144,89	2 756 490,99	140 531 124,01
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Subsídios para investimento				690 961,60		690 961,60
Reconhecimento no período				-1 462 976,89		-1 462 976,89
Ajustamentos por impostos diferidos						0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio - imposto relacionado com subsídios e outras				101 406,15		101 406,15
Outras alterações reconhecidas no capital próprio - Aplicação do resultado	0,00	275 649,10	2 480 841,89		-2 756 490,99	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					3 584 460,78	3 584 460,78
RESULTADO INTEGRAL					3 584 460,78	3 584 460,78
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Distribuições						0,00
Entradas para coberturas de perdas						0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim de 31 de dezembro de 2021	80 000 000,00	4 823 011,21	33 203 967,91	21 833 535,75	3 584 460,78	143 444 975,65

Descrição	Capital subscrito	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
Posição em 1 de janeiro de 2022	80 000 000,00	4 823 011,21	33 203 967,91	21 833 535,75	3 584 460,78	143 444 975,65
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Subsídios para investimento				0,00		0,00
Reconhecimento no período				-1 454 572,82		-1 454 572,82
Ajustamentos por impostos diferidos						0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio - imposto relacionado com subsídios e outras				327 278,93		327 278,93
Outras alterações reconhecidas no capital próprio - Aplicação do resultado	0,00	358 446,08	3 226 014,70		-3 584 460,78	0,00
	0,00	358 446,08	3 226 014,70	-1 127 293,89	-3 584 460,78	-1 127 293,89
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					6 577 091,57	6 577 091,57
RESULTADO INTEGRAL					6 577 091,57	6 577 091,57
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Subscrições de prémios de emissão						0,00
Distribuições						0,00
Entradas para coberturas de perdas						0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim de 31 de dezembro de 2022	80 000 000,00	5 181 457,29	35 429 982,61	20 706 241,86	6 577 091,57	148 894 773,33

As notas a nexa s fazem parte integrante desta demonstração.

A Contabilista Certificada

O Conselho de Administração

Quadro D - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Rubricas	Notas	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		53 393 380,48	46 179 503,08
Pagamentos a fornecedores	19.3	-23 486 924,42	-25 088 116,48
Pagamentos ao pessoal (inclui encargos)		-13 801 156,27	-13 104 383,21
Caixa gerada pelas operações		16 105 299,79	7 987 003,39
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-1 050 246,99	894 115,65
Outros recebimentos/pagamentos		2 012 909,91	1 522 474,59
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		17 067 962,71	10 403 593,63
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-11 348 537,73	-13 516 364,98
Ativos intangíveis		-181 394,73	-374 945,24
Investimentos financeiros		-27 071,32	-26 047,74
Outros ativos			0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	594 900,00
Subsídios ao investimento		367 120,36	480 465,50
Juros e rendimentos similares		0,00	93,75
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-11 189 883,42	-12 841 898,71
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	10 736 409,11
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-138 888,90	-7 736 409,11
Juros e gastos similares		-21 588,15	-1 826,70
Distribuição de resultados ao pessoal		-169 394,60	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-329 871,65	2 998 173,30
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		5 548 207,64	559 868,22
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	4 415 185,71	3 855 317,49
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	9 963 393,35	4 415 185,71

As notas a anexas fazem parte integrante desta demonstração.

A Contabilista Certificada

O Conselho de Administração

Anexo

1. Identificação da Entidade

Designação da Entidade: CMPEAE – Empresa de Águas e Energia do Município do Porto, EM

Sede: Rua Barão de Nova Sintra, 285, Porto

Objeto social: Gestão e exploração dos sistemas públicos de distribuição de água e de drenagem e tratamento de águas residuais; Gestão e exploração do sistema público de águas pluviais e respetivas ampliações em arruamentos existentes; realização de trabalhos de limpeza e desobstrução de linhas de água, rios e ribeiras urbanas, bem como a sua reabilitação e renaturalização; realização de trabalhos necessários à melhoria das áreas e águas balneares; definição da estratégia energética municipal integrada, tendo em vista a obtenção de eficiências operacionais, a disponibilização de uma oferta integrada, o combate à pobreza energética e a redução das emissões de gases com efeitos de estufa, e respetiva monitorização; a gestão dos contratos de fornecimento de energia elétrica dos consumos próprios e públicos do Município do Porto, monitorização e gestão da utilização energética nas instalações municipais e nas infraestruturas de iluminação pública e arquitetónica; gestão e apoio à gestão do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, em que é concedente o Município do Porto; a implementação de projetos de eficiência energética em instalações municipais; a gestão e desenvolvimento da rede de carregadores para veículos elétricos; a construção, operação e manutenção de instalações de produção de energia renovável na esfera das instalações municipais, tendentes à promoção do autoconsumo; o desenvolvimento de Comunidades Energéticas Renováveis no âmbito geográfico do Município do Porto; a atuação como operador de mercado, transacionando a energia excedente do autoconsumo, incluindo a compra e a venda a grosso e a retalho de eletricidade, desde que devidamente licenciado para o efeito, nos termos da lei geral; acessoriamente, a empresa poderá exercer outras atividades relacionadas com o seu objeto social.

Designação da empresa-mãe: Câmara Municipal do Porto.

Sede da empresa-mãe: Paços de Concelho, na Praça General Humberto Delgado, Porto.

A **Águas e Energia do Porto**, EM foi constituída em 24 de outubro de 2006, tendo adotado a forma de empresa pública, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 1.º da Lei n.º 58/98, de 18 de agosto, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, embora sujeita à superintendência da Câmara Municipal do Porto.

Na sequência de alterações ulteriores, o âmbito de atuação da empresa foi, a partir de 30 de março de 2007, alargado nos seguintes termos: “a gestão e exploração dos sistemas públicos de águas pluviais e respetivas ampliações em arruamentos existentes; a realização de trabalhos de limpeza e desobstrução de linhas de água, rios e ribeiras urbanas, bem como a sua reabilitação e renaturalização; a realização de trabalhos necessários à melhoria das áreas e águas balneares”.

Em 30 de março de 2009, procedeu-se a uma nova alteração estatutária, tendo sido delegados na empresa os poderes de cobrança coerciva, através do processo de execução fiscal, das dívidas referentes a fornecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais, domésticas e industriais, recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos e outros serviços que se integrem no objeto social da empresa e que possam ser cobrados através daquele processo, assim como se procedeu à alteração da sigla de “EM” para “EEM”, em cumprimento da Lei n.º 53 F/2006, de 29 de dezembro.

Cumprindo o disposto no n.º 1 do artigo 70º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, os estatutos foram novamente alterados, tendo sido aprovados na reunião de Câmara de 29 de janeiro de

2013 e na Assembleia Municipal de 18 de fevereiro de 2013. Assim, a empresa passou a denominar-se CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, EM.

Na reunião de 14 de setembro de 2020 da Assembleia Municipal, foi aprovada nova alteração aos estatutos, tendo os mesmos passado a integrar as atividades relacionadas com a área da energia, passando a empresa a denominar-se **CMPEAE – Empresa de Águas e Energia do Município do Porto, EM.**

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em harmonia com o referencial contabilístico nacional, constituído pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), publicado no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, integrando as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), as Normas Interpretativas, os Avisos e as Portarias, com as alterações introduzidas através do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 02 de junho.

Na preparação das demonstrações financeiras foram respeitados os diversos princípios contabilísticos, definidos na estrutura conceptual do SNC, dos quais se destacam: a continuidade das operações da empresa, o regime de acréscimo (periodização económica), a compreensibilidade, a relevância, a materialidade, a fiabilidade e representação fidedigna, a substância sobre a forma, a neutralidade, a prudência, a plenitude e a comparabilidade.

4. Principais Políticas Contabilísticas

4.1. Base de Mensuração Utilizadas na Preparação das Demonstrações Financeiras

A preparação e apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF implicam que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos com implicações nas políticas contabilísticas da empresa, os quais têm por base a experiência histórica e as circunstâncias subjacentes às operações objeto de relevação contabilística.

Adicionalmente, os ativos realizáveis e os passivos exigíveis superiores a um ano da data das demonstrações financeiras, são classificados como ativos e passivos não correntes, respetivamente.

O Euro (€) é a moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras.

4.2. Outras Políticas Contabilísticas Relevantes

a) Ativos Intangíveis e Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos intangíveis e os ativos fixos tangíveis estão mensurados segundo o modelo de custo deduzido das amortizações e depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

De acordo com a NCRF 7, foi efetuada a desagregação das ETAR do Freixo e Sobreiras por componentes, por se tratar de ativos fixos compostos, cujos componentes depreciáveis têm diferentes vidas úteis. Aquando da transição para o SNC, as depreciações foram ajustadas de acordo com as vidas úteis remanescentes de cada componente, assim como foi ajustado o reconhecimento dos subsídios obtidos respetivos.

Todas as aquisições e beneficiações de montante significativo são reconhecidas como ativos fixos tangíveis. As despesas habituais com reparação e manutenção dos ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

As amortizações e depreciações do ano foram calculadas em duodécimos, segundo o método das quotas constantes, às taxas abaixo indicadas, as quais correspondem às taxas máximas legais, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 25/2009, de 14 de setembro, dado que a vida útil estimada dos ativos detidos não difere significativamente da vida útil implícita nas taxas do diploma:

Ativos intangíveis

Programas de computadores – 16,67% - 33,33%

Ativos fixos tangíveis

Edifícios e outras construções – 2,00% - 12,50%

Equipamento básico – 2,29% - 33,00%

Equipamento de transporte – 10,00% - 25,00%

Ferramentas e utensílios – 10,00% - 25,00%

Equipamento administrativo – 10% - 33,33%

Outros ativos fixos tangíveis – 33,33%

Bens de valor reduzido – 100,00%

A vida útil das redes de água e saneamento está em consonância com o estudo dos ativos da empresa, levado a cabo pela SIGHT - Consultores de Gestão, SA, em 07 de dezembro de 2005, e que serviram de base à valorização de ativos entregues pelo Município do Porto, aquando da constituição da **Águas e Energia do Porto, EM**.

b) Inventários

Os inventários são valorizados ao custo de aquisição, em conformidade com a NCRF 18, adotando-se o custo médio ponderado como método de custeio das saídas. Adicionalmente, são registados os ajustamentos que se afigurarem necessários para garantir que o custo é inferior ao valor líquido de realização.

c) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros não têm implícitos juros e são registados pelo seu valor nominal que corresponde ao seu justo valor.

Adicionalmente, as contas a receber encontram-se deduzidas de eventuais perdas por imparidade, para que as mesmas reflitam o valor realizável líquido.

d) Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de Caixa e Depósitos Bancários inclui ativos de elevada liquidez, com maturidades até seis meses, mobilizáveis a todo o tempo.

e) Imparidades de Dívidas a Receber

As imparidades de dívidas a receber foram calculadas através do critério definido no n.º 1 e n.º 2 do artigo 28.º-B do CIRC (Código sobre o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas), tendo-se considerado que o conceito de reclamação judicial que integra a norma fiscal é compatível com o conceito de execução fiscal nos termos do Código do Procedimento e Processo Tributário.

f) Locações

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as respetivas responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. Deste modo, o custo dos ativos é registado nos ativos fixos tangíveis e a correspondente responsabilidade no passivo.

Os juros incluídos nas rendas e a depreciação do ativo são registados como gastos nas demonstrações dos resultados do exercício a que respeitam.

Relativamente às locações operacionais, os encargos são registados como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que correspondem, em conformidade com o disposto na NCRF 9.

g) Impostos Correntes, Diferidos e Implícitos nos Subsídios ao Investimento

A empresa encontra-se sujeita ao pagamento do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%. Ao valor da coleta do IRC apurado, acresce a derrama sobre o lucro tributável cuja taxa ascende a 1,5%, a derrama estadual de acordo com o artigo 87.º - A do CIRC, e a tributação autónoma aplicável.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). Assim, as declarações fiscais da empresa dos anos de 2019 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A empresa procede ao registo dos impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico das rubricas das demonstrações financeiras e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos sobre o rendimento.

Os impostos implícitos nos subsídios ao investimento obtidos, têm por base os subsídios ao investimento obtidos e são reconhecidos no passivo aquando da relevação contabilística dos subsídios no capital próprio. Periodicamente são revertidos para a rubrica correspondente no capital próprio, de acordo com o ritmo de reconhecimento dos subsídios na demonstração dos resultados. (Ver a linha I).

h) Provisões

A **Águas e Energia do Porto, EM**, analisa periodicamente a responsabilidade por eventuais obrigações que resultam de eventos passados, mas de montante ou ocorrência incerta. Os critérios de reconhecimento ou de divulgação seguem a NCRF 21.

Relativamente a responsabilidades para com ex-trabalhadores conforme referido na Nota 14.1., o resultado da avaliação actuarial é refletido em gastos ou em reversões do período, na rubrica de Provisões. Os valores pagos, conforme indicado pela CGA e pela Unidade de Gestão de Pessoas da empresa, são debitados na conta de Provisões no Passivo.

i) Regime do Acréscimo

Na especialização do período, os réditos e os gastos são reconhecidos quando obtidos e/ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento.

Os réditos foram contabilizados de acordo com os critérios de reconhecimento definidos na NCRF 20.

j) Benefícios de Empregados

Os benefícios dos empregados incluem apenas benefícios de curto prazo, sendo o valor mais relevante os vencimentos.

A legislação portuguesa sobre o trabalho define que as férias relativas a qualquer ano de serviço sejam gozadas pelo trabalhador no ano seguinte. Por tal facto procedeu-se ao cálculo dos gastos daí decorrentes inerentes ao ano de 2022.

Os gastos relevados nas demonstrações financeiras incluem os gastos referentes a funcionários em regime de cedência de interesse público, que sujeita o trabalhador às ordens e instruções do órgão ou serviço ou da entidade onde presta funções, sendo remunerado por estes com respeito pelas disposições normativas aplicáveis ao exercício daquelas funções, de acordo com a Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2009.

k) Eventos Subsequentes

Os eventos subsequentes, após a data das demonstrações financeiras que dão informação adicional sobre condições que existam nessa data, são refletidos nestas. Caso existam eventos materialmente relevantes após aquela data, que não sejam úteis para aferir das condições que existiam em 31 de dezembro de 2022, são os mesmos objeto de divulgação no anexo.

l) Subsídios

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são contabilizados no capital próprio, após consideração dos impostos implícitos.

Periodicamente, os subsídios cujos ativos são depreciáveis, são reconhecidos na demonstração dos resultados em função da vida útil do ativo subjacente, conforme NCRF 22.

Os subsídios à exploração são relevados na rubrica de resultados de acordo com o princípio de especialização do exercício.

m) Ramais de Água, Saneamento e Águas Pluviais

Os rendimentos obtidos relativos a ramais de água, saneamento e águas pluviais são reconhecidos na rubrica de diferimentos do passivo e são reconhecidos periodicamente na demonstração dos resultados em função da vida útil do ativo subjacente.

n) Ativos e Passivos Contingentes

Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos.

1.3. Principais Pressupostos, Julgamentos e Estimativas

Os principais pressupostos, julgamentos e estimativas utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos e das NCRF foram os seguintes:

- Vida útil subjacente às amortizações e depreciações de ativos não correntes;
- Imparidades relativas a inventários, clientes e ativos fixos tangíveis;
- Provisões para processos judiciais em curso, cujo julgamento foi conjugado pela informação prestada pelo departamento jurídico interno e por consultoria jurídica externa;
- Provisões para responsabilidades atuariais, não relacionadas com benefícios de empregados de médio e longo prazo, cujo julgamento foi conjugado por estudo atuarial efetuado por entidade externa especializada.

1.4. Principais Pressupostos Relativos ao Futuro

Não foram identificados pelo Conselho de Administração quaisquer situações que possam colocar em causa a continuidade das operações da empresa.

1.5. Principais Fontes de Incerteza das Estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se descritas no Ponto 4.3.

5. Fluxos de Caixa

Os saldos de caixa e depósitos bancários, reconciliando os montantes evidenciados na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) com as rubricas do Balanço, correspondem a disponibilidades imediatamente mobilizáveis, conforme a seguir se apresenta:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	5 217,08	2 311,25
Depósitos Bancários Imediatamente Mobilizáveis	9 708 176,27	4 162 874,46
Outras Disponibilidades – Depósitos a Curto Prazo	250 000,00	250 000,00
	9 963 393,35	4 415 185,71

Conforme Nota 19.4, parte das garantias dadas pelos fornecedores respeita a reforços da garantia inicial, efetuados mediante retenção no momento do pagamento. No exercício em análise, o total acumulado de retenções de garantias e depósitos de caução líquidos de restituições ascende a 2 964 176,76€. Este montante não está relevado nas disponibilidades por não se tratar de um depósito bancário disponível para a empresa.

6. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas e Erros

Nada de relevante a assinalar.

7. Partes Relacionadas

7.1. Empresa Mãe e Entidades Relacionadas

O capital social ascende a 80 000 000 €, detido a 100% e totalmente realizado em espécie pela Câmara Municipal do Porto, com o NIF 501306099 através da entrega à **Águas e Energia do Porto, EM**, do património líquido dos ex-SMAS do Porto, reportado a 30 de junho de 2006, e de um conjunto de bens imóveis essenciais à atividade da empresa.

7.2. Remunerações do Pessoal Chave da Gestão

As remunerações do pessoal chave da gestão (Conselho de Administração) estão apresentadas na Nota 20. Não existem benefícios pós-emprego e/ou de médio e longo prazo.

7.3. Saldos entre Partes Relacionadas

Os saldos e transações registados no período com o Grupo Câmara Municipal do Porto (Grupo CMP) são os seguintes:

Saldos		
	Saldo Devedor	Saldo Credor
CMP	435 254,19	48 346,74
Domus Social	99,22	0,00
Ágora	629,24	0,00
GO Porto	3 454,35	25 974,86
EMAP	4 996,62	2 080 187,00
Porto Vivo	0,00	1 546,28

Transações			
	Ativos	Gastos	Rendimentos
CMP	150 427,14	33 978,60	2 446 820,91
Domus Social	0,00	0,00	30 070,05
Ágora	0,00	0,00	83 374,08
GO Porto	165 585,81	0,00	22 979,98
EMAP	0,00	53 306,72	432 350,26
Porto Vivo	0,00	0,00	1 613,12

8. Ativos Intangíveis

Conforme explicitado na Nota 4.2 alínea a), os ativos intangíveis são mensurados na data do seu reconhecimento pelo modelo do custo, que se resume essencialmente ao preço de compra. Não foi feita qualquer revalorização subsequente destes ativos.

Ativo Não Corrente

Rubrica	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências	Abates	Saldo Final
Ativos Intangíveis					
Programas de computadores	1 673 880,37	142 160,16	158 082,02	0,00	1 974 122,55
Propriedade industrial	2 982,20	0,00		0,00	2 982,20
Direito de superfície	39 309,97	0,00	0,00	0,00	39 309,97
Investimentos em curso	89 952,75	162 673,37	-158 082,02	0,00	94 544,10
	1 806 125,29	304 833,53	0,00	0,00	2 110 958,82

Amortizações e Depreciações

Rubrica	Saldo Inicial	Reforço	Anulação/ Reversão	Transferências	Saldo Final
Ativos Intangíveis					
Programas de computadores	1 253 876,11	245 159,97	0,00	0,00	1 499 036,08
Propriedade industrial	919,69	298,24	0,00	0,00	1 217,93
Direito de superfície	6 813,73	1 572,40	0,00	0,00	8 386,13
	1 261 609,53	247 030,61	0,00	0,00	1 508 640,14
Valor líquido	544 515,76				602 318,68

9. Ativos Fixos Tangíveis

Conforme explicitado na Nota 4.2 alínea a) os ativos fixos tangíveis são mensurados na data do seu reconhecimento inicial de acordo com o modelo do custo. Não foi feita qualquer revalorização subsequente destes ativos.

Todas as aquisições e beneficiações de montante significativo que reúnam os pressupostos de capitalização, são reconhecidas como ativos. As despesas normais com a reparação e manutenção são consideradas como gasto no período em que ocorre.

O valor transferido de ativos em curso para as outras contas de ativos fixos tangíveis refere-se às obras cuja produção de benefícios económicos estáveis ocorreu durante o exercício em análise. Inclui, entre outros, obras na rede de abastecimento de água no valor de aproximadamente 8,6 milhões de euros, na rede de águas residuais no valor de aproximadamente 6,9 milhões de euros e na rede de águas pluviais no valor de aproximadamente 3,6 milhões de euros. Inclui ainda as empreitadas terminadas de edifícios e outras construções no montante de cerca de 2,6 milhões de euros, destacando-se o edifício do laboratório de análises e a ampliação do edifício comercial.

O saldo das rubricas “Terrenos e recursos naturais”, “Edifícios e outras construções” e “Equipamento básico” inclui € 4 724 284 relativos ao IMT liquidado pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) na sequência de um processo de fiscalização referente à entrega de imóveis para realização do capital em espécie, aquando da sua constituição em 24 de outubro de 2006, o qual é depreciado de acordo com as taxas dos ativos respetivos.

Em 2013, ao abrigo do regime excecional previsto no Decreto-Lei n.º 151-A/2013, de 31 de outubro, a empresa procedeu ao pagamento do referido imposto, mantendo a impugnação judicial.

Atualmente, a **Águas e Energia do Porto, EM**, mantém um diferendo com a AT uma vez que, na sequência da referida ação inspetiva, a empresa interpôs uma ação administrativa especial com vista a apreciar judicialmente a legitimidade da AT, em desconsiderar a isenção concedida à operação pelos órgãos autárquicos competentes, bem como a interposição de impugnações judiciais às liquidações recebidas. Caso a decisão final seja favorável à **Águas e Energia do**

Porto, EM, a devolução do valor pago será acrescida de juros mediante o desreconhecimento deste ativo e respetivas depreciações acumuladas, registadas até 2013.

Ativo Não Corrente

Rubrica	Saldo Inicial	Aumentos	Regularizações	Transferências	Abates	Saldo Final
Ativos Fixos Tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	23 122 441,90	0,00	0,00	0,00	0,00	23 122 441,90
Edifícios e outras construções	12 546 090,46	15 937,57	0,00	342 207,10	0,00	12 904 235,13
Equipamento básico	225 114 306,00	2 915 794,93	0,00	6 601 257,37	-891 195,98	233 740 162,32
Equipamento de transporte	1 840 530,44	650 670,00	0,00	0,00	0,00	2 491 200,44
Equipamento administrativo	3 163 788,23	577 188,45	0,00	-0,04	-20 355,33	3 720 621,31
Outros ativos fixos tangíveis	4 695 262,25	1 286 886,99	0,00	9 454,34	0,00	5 991 603,58
Investimentos em curso	9 945 879,05	8 839 385,93	-34 900,00	-6 952 918,77		11 797 446,21
	280 428 298,33	14 285 863,87	-34 900,00	0,00	-911 551,31	293 767 710,89

Depreciações

Rubrica	Saldo Inicial	Reforço	Anulação / Reversão	Transferências	Saldo Final
Ativos Fixos Tangíveis					
Edifícios e outras construções	1 841 375,90	373 528,46		0,00	2 214 904,36
Equipamento básico	106 838 147,36	8 112 150,84	-867 029,19	0,00	114 083 269,01
Equipamento de transporte	1 467 003,99	129 529,96	0,00	0,00	1 596 533,95
Equipamento administrativo	2 477 781,98	330 266,04	-20 452,83	0,00	2 787 595,19
Outros ativos fixos tangíveis	2 685 043,12	300 474,20	0,00	0,00	2 985 517,32
	115 309 352,35	9 245 949,50	-887 482,02	0,00	123 667 819,83
Imparidade Ativos Fixos Tangíveis	1 798 578,92	1 024 380,32	-16 205,00		2 806 754,24
Valor líquido	163 320 367,06				167 293 136,82

No exercício em análise, foram efetuados testes de imparidade aos ativos não correntes, tendo sido detetadas imparidades no montante de aproximadamente 1 000 000 € sem consideração do efeito do imposto (ver nota 17.2).

10. Locações

10.1. Locações Operacionais

Na rubrica de “Rendas e Alugueres” estão incluídos os custos com os contratos de locação operacional, como a seguir se apresenta:

Viatura	Data início contrato	Data fim contrato	Aluguer € (sem IVA)	Viatura	Data início contrato	Data fim contrato	Aluguer € (sem IVA)
00-UR-27	04/06/2018	03/07/2023	441,69 €	40-UM-58	30/08/2018	29/07/2023	312,18 €
03-UX-01	22/02/2019	21/07/2023	337,89 €	40-UM-75	30/08/2018	29/07/2023	313,64 €
03-UX-24	09/10/2018	08/07/2023	255,78 €	41-UM-34	30/08/2018	29/07/2023	314,06 €
03-UX-51	22/02/2019	21/07/2023	337,89 €	41-UM-80	30/08/2018	29/07/2023	306,05 €
03-UX-59	18/01/2019	17/07/2023	308,15 €	42-UM-35	30/08/2018	29/07/2023	314,40 €
03-UX-76	11/02/2019	10/07/2023	308,95 €	42-UM-48	30/08/2018	29/07/2023	312,12 €
03-UX-80	11/02/2019	10/07/2023	309,23 €	44-VG-60	11/02/2019	10/07/2023	311,95 €
03-UX-98	10/10/2018	09/07/2023	408,91 €	44-VG-70	22/02/2019	21/07/2023	311,16 €
04-UX-06	11/02/2019	10/07/2023	309,23 €	44-VG-79	14/11/2018	13/07/2023	311,10 €
04-UX-09	11/02/2019	10/07/2023	309,23 €	44-VG-83	11/02/2019	10/07/2023	309,39 €
04-UX-36	11/02/2019	10/07/2023	308,95 €	45-VG-00	22/02/2019	21/07/2023	309,94 €
04-UX-58	22/03/2019	21/07/2023	331,21 €	45-VG-26	02/11/2018	01/07/2023	290,66 €
04-UX-91	10/10/2018	09/07/2023	407,31 €	45-VG-46	11/02/2019	10/07/2023	309,39 €
04-ZG-43	04/10/2019	02/07/2023	561,88 €	45-VG-54	22/02/2019	21/07/2023	310,31 €
08-ZP-52	23/12/2019	22/07/2023	549,13 €	45-VG-65	02/11/2018	01/07/2023	290,66 €
09-ZP-69	23/12/2019	22/07/2023	549,13 €	45-VG-75	11/02/2019	10/07/2023	309,71 €
10-UA-84	21/06/2018	20/07/2023	426,03 €	45-VG-82	22/02/2019	21/07/2023	309,95 €
10-UA-89	27/07/2018	26/07/2023	425,64 €	46-VG-20	22/01/2019	21/07/2023	339,22 €
10-VL-86	01/10/2018	31/07/2023	446,35 €	46-VG-41	22/01/2019	21/07/2023	339,22 €
11-VC-83	18/01/2019	17/07/2023	311,73 €	46-VG-45	14/11/2018	13/07/2023	311,10 €
23-UU-57	04/06/2018	03/07/2023	435,65 €	71-SZ-80	04/06/2018	18/07/2023	454,01 €
23-UU-58	04/06/2018	03/07/2023	437,15 €	77-ZF-83	07/10/2019	06/07/2023	468,80 €
23-UU-77	04/06/2018	03/07/2023	435,31 €	78-UO-94	19/07/2018	18/07/2023	398,17 €
24-UL-05	18/07/2018	17/07/2023	253,84 €	79-UO-45	19/07/2018	18/07/2023	398,56 €
24-UL-12	19/07/2018	18/07/2023	289,22 €	79-UO-51	19/07/2018	18/07/2023	398,96 €
24-UL-39	19/07/2018	18/07/2023	256,96 €	79-UO-72	19/07/2018	18/07/2023	396,22 €
24-UL-42	18/07/2018	17/07/2023	296,66 €	84-UP-53	10/05/2018	09/07/2023	614,04 €
24-UL-48	18/07/2018	17/07/2023	255,82 €	87-VX-79	18/01/2019	17/07/2023	259,30 €
24-UL-66	19/07/2018	18/07/2023	254,18 €	87-VX-94	18/01/2019	17/07/2023	259,99 €
28-VB-40	07/12/2018	06/07/2023	280,25 €	90-ZN-67	07/10/2019	26/07/2023	578,70 €
29-VB-32	07/12/2018	06/07/2023	265,83 €	92-UA-95	10/05/2018	09/07/2023	546,89 €
29-VB-72	07/12/2018	06/07/2023	266,49 €	93-UA-13	10/05/2018	09/07/2023	544,05 €
30-VB-17	10/12/2018	09/07/2023	266,71 €	93-UA-14	10/05/2018	09/07/2023	526,29 €
30-VB-20	10/12/2018	09/07/2023	266,71 €	93-UA-15	10/05/2018	09/07/2023	544,83 €
31-VB-13	07/12/2018	06/07/2023	270,13 €	93-UA-72	21/06/2018	20/07/2023	426,76 €
31-VB-38	10/12/2018	09/07/2023	266,71 €	94-UA-42	21/06/2018	20/07/2023	426,76 €
31-VB-39	07/12/2018	06/07/2023	266,49 €	94-UA-43	21/06/2018	20/07/2023	426,03 €
31-VB-55	10/12/2018	09/07/2023	266,71 €	94-UA-44	21/06/2018	20/07/2023	426,03 €
35-UN-73	07/05/2018	06/07/2023	211,45 €	97-UH-10	27/04/2018	26/07/2023	389,57 €
36-VE-63	07/12/2018	06/07/2023	266,90 €	97-UH-77	27/04/2018	26/07/2023	392,65 €
36-VE-84	07/12/2018	06/07/2023	266,90 €	98-UH-09	15/06/2018	14/07/2023	454,44 €
37-VE-46	07/12/2018	06/07/2023	266,90 €	99-UQ-45	04/06/2018	03/07/2023	437,15 €
37-VE-63	07/12/2018	06/07/2023	266,90 €	99-VB-52	11/02/2019	10/07/2023	309,22 €
39-UM-79	30/08/2018	29/07/2023	320,56 €	22-VT-06	30/05/2019	n.a.	390,00 €
40-UM-55	30/08/2018	29/07/2023	312,94 €	11-VC-00	18/01/2019	17/07/2023	310,04 €

11. Imparidade de Ativos

11.1. Em Dívidas a Receber

Ajustamentos

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo Final
Dívidas de Terceiros:					
Clientes de cobrança duvidosa	14 757 065,93	315 770,21	-11 122,86	-4 845 626,15	10 216 087,13
	14 757 065,93	315 770,21	-11 122,86	-4 845 626,15	10 216 087,13

11.2. Em Inventários

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo Final
Existências:					
Mercadorias	67 271,37	0,00	-2 495,44	0,00	64 775,93
	67 271,37	0,00	-2 495,44	0,00	64 775,93

12. Inventários

A política contabilística relativa a inventários está apresentada na Nota 4.2 alínea b). O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas do período foi determinado tal como a seguir se apresenta.

As existências finais de mercadorias incluem o valor respeitante às garrafas adquiridas pela empresa no âmbito do programa de alteração comportamental de incentivo ao consumo de água da torneira divulgado na campanha “Beba Água do Porto”, e que se encontram à venda em diversos locais da cidade.

	2022		2021	
	Mercadorias	Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo	Mercadorias	Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo
Existências iniciais	90 243,86	238 443,63	96 176,81	206 272,14
Compras	9 022 077,74	2 204 257,84	8 336 780,59	1 523 216,91
Regularização existências – débito	0,00	0,00	0,00	23 882,06
Regularização existências – crédito	1 808,86	55 505,34	4 185,45	0,00
Existências finais	88 537,65	333 377,78	90 243,86	238 443,63
C.M.V.M.C.	9 021 975,09	2 053 818,35	8 338 528,09	1 514 927,48
	11 075 793,44		9 853 455,57	

13. Rédito

Os réditos foram contabilizados de acordo com os critérios de reconhecimento definidos na NCRF 20.

13.1. Vendas e Serviços Prestados

A desagregação das vendas e serviços prestados referentes aos anos de 2022 e de 2021 encontram-se apresentados na tabela seguinte.

	2022	2021
Tarifa de disponibilidade de água	7 331 685,92	7 102 198,69
Tarifa de consumo de água	21 948 668,24	18 810 911,03
Tarifa de disponibilidade de saneamento	2 911 941,08	2 806 694,36
Tarifa de saneamento	13 149 654,74	10 507 503,25
Outras vendas	785,26	349,50
Outras prestações de serviços	3 141 846,39	2 851 930,29
Total	48 484 581,63	42 079 587,12

Durante o ano 2022, assistiu-se à recuperação dos níveis de atividade da empresa do período pré pandemia, tendo-se registado um aumento no consumo de água de cerca de 9%.

Cumpra ainda referir que na rubrica “Outras prestações de serviços”, está incluído o montante de 320 712,46 €, correspondente à execução do Contrato de Mandato para a área da energia, foi assinado com a Câmara Municipal do Porto em 19/08/2021.

13.2. Outros Rendimentos

	2022	2021
Rendimentos suplementares	597 331,94	460 265,77
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	120 934,93	524 754,40
Imputação de subsídios ao investimento	1 454 572,82	1 462 976,89
Reconhecimento de ramais e bocas de incêndio	533 788,55	506 810,70
Taxas de justiça e encargos de penhoras	707 669,01	723 331,04
Descontos p.p. obtidos	3,56	1 745,32
Outros	739 385,90	1 163 793,68
Total	4 153 686,71	4 843 677,80

A rubrica “Rendimentos Suplementares” reflete essencialmente a comissão obtida pela empresa com a faturação e cobrança da tarifa de resíduos sólidos urbanos em nome e por conta da EMAP – Empresa Municipal de Ambiente do Porto, EM, SA, no valor de 425 764,22 €, o rédito do Pavilhão da Água, no montante de 111 223,41 €, e o rédito proveniente de multas e contraordenações, no valor de 59 077,62 €.

O valor registado na rubrica “Imputação de subsídios ao investimento” respeita ao reconhecimento dos rendimentos de subsídios para investimento, calculado com base na taxa de depreciação dos bens subjacentes.

Na rubrica “Reconhecimento de ramais e bocas de incêndio” está contabilizado o reconhecimento do valor imputável ao período de acordo com a taxa de depreciação dos ativos respetivos, cujo valor bruto foi registado inicialmente na rubrica “Rendimentos a reconhecer” (Nota 22.2.2).

A rubrica “Taxas de justiça e encargos de penhoras” reflete o montante recebido em sede de execução fiscal, tendo esta competência sido transferida da Câmara Municipal do Porto para a empresa em abril de 2009.

A rubrica “Outros” incluía em 2021, um crédito fiscal (SIFIDE) no montante de 672 565,31 € referente aos montantes recebidos pela substituição das Declarações de Rendimentos (Modelo 2) de 2018 e 2019.

13.3. Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos

Nesta rubrica foram reconhecidos os juros obtidos nas contas de depósitos bancários, assim como os juros de mora decorrentes de atrasos nos recebimentos de clientes.

	2022	2021
Juros obtidos:		
De depósitos bancários	0,00	3,47
Juros de mora em tribunal	178 248,16	83 293,68
Juros de recebimentos em prestações	5 240,13	5 660,37
Outros juros	15 846,77	19 225,79
	199 335,06	108 183,31

13.4. Subsídios à Exploração

	2022	2021
Contrato-Programa Energia	741 462,10	699 642,35
Contrato-Programa Praias	590 686,38	0,00
Outros	98 667,04	190 982,93
Total	1 430 815,52	890 625,28

A **Águas e Energia do Porto, EM**, iniciou, em maio de 2021, a execução do Contrato-Programa da Energia, assinado com o Município do Porto em 22/03/2021. O valor do contrato para o ano 2022 ascende a 1 135 487 €, tendo sido executado, durante este exercício, o montante de 741 462,10 €.

Adicionalmente, em 27/04/2022, a **Águas e Energia do Porto, EM**, assinou com o Município do Porto o Contrato-Programa das Praias, para o período de 2022 a 2024, no montante global de 1 857 953,00 €, sendo que dos 618 493,00 € correspondentes ano 2022, foram executados 590 686,38 €.

14. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

14.1. Provisões

Provisões	Situação Inicial	Reversão	Reforço	Utilização	Transferências	Saldo Final
Processos judiciais em curso	341 686,62	-58 319,35	3 637,28	0,00	0,00	287 004,55
Outras provisões	250 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250 000,00
Responsabilidades atuariais – Acidentes de trabalho e doenças	482 656,00	-83 114,58	0,00	-19 486,42	0,00	380 055,00
Responsabilidades atuariais	1 906 843,00	-260 579,25	0,00	-308 890,75	0,00	1 337 373,00
Total	2 981 185,62	-402 013,18	3 637,28	-328 377,17	0,00	2 254 432,55

O saldo da rubrica “Processos judiciais em curso” integra a estimativa realizada para fazer face às responsabilidades que poderão advir dos processos judiciais em curso, cujo risco foi estimado pela Unidade de Serviços Jurídicos.

A rubrica “Outras provisões” refere-se à estimativa de eventuais responsabilidades a suportar para regularização de processos de expropriação relativos às condutas de captação e distribuição de água em alta ao Grande Porto, já transferidas para a Águas do Douro e Paiva, SA, em 1997 (Nota 19.4).

Os saldos das rubricas “Acidentes de trabalho e doenças profissionais” e “Responsabilidades atuariais” correspondem ao resultado da avaliação atuarial com base nos pressupostos seguintes:

Pressupostos Atuariais e Financeiros

Data de Referência	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de desconto	3,48%	0,88%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	

Grupo Populacional	31/12/2022	31/12/2021	Δ %
Responsabilidades por não entrega de descontos no período de 1973-1988	899 616,00	1 314 722,00	-32%
Responsabilidades por acidente/doença profissional (*)	380 055,00	482 656,00	-21%
Responsabilidades decorrentes da extinção da Caixa de Reformas	80 176,00	90 605,00	-12%
Responsabilidades por falecimentos ao serviço (*)	357 581,00	501 516,00	-29%
Total	1 717 428,00	2 389 499,00	-28%

(*) Inexistência de seguros no mercado à data da ocorrência dos eventos

Estas obrigações decorrem de situações diferenciadas estruturadas em cada grupo populacional estudado:

- **Responsabilidade por não entrega de descontos no período de 1973 e 1988**

Decorrente desta decisão, a **Águas e Energia do Porto, EM**, tem presentemente de suportar as reformas que a Caixa Geral de Aposentações paga aos ex-trabalhadores da empresa reformados e cujos descontos não foram entregues naquele período.

- **Responsabilidade por acidentes/doença profissional e por falecimento ao serviço**

Constituem obrigações que a empresa tem, principalmente com ex-trabalhadores, cujo evento que originou a responsabilidade não era segurável na medida em que o mercado não oferecia tais coberturas aos ex-SMAS. Desde 2010 que a empresa dispõe de seguros adequados a estes riscos.

- **Responsabilidades decorrentes da extinção da Caixa de Reformas**

Em junho de 2014 foi extinta a Caixa de Reformas por acordo celebrado entre a **Águas e Energia do Porto, EM**, e a Direção da Caixa de Reformas, no qual a empresa assumiu a obrigação de pagar a 4 viúvas de ex-trabalhadores.

14.2. Passivos Contingentes Conhecidos à Data do Balanço

Conforme referido na Nota 19.3, existe um diferendo com a Administração Tributária em sede de IVA, sendo entendimento desta a não dedutibilidade do imposto suportado nas operações relacionadas com trabalhos realizados em ribeiras. A **Águas e Energia do Porto, EM**, discorda desse entendimento, tendo recorrido dessa decisão e apresentado a respetiva impugnação judicial.

Em 31 de dezembro de 2022 existem três ações judiciais em curso relacionadas com a extinção da Caixa de Reformas e três relacionadas com direito laboral, cujo desfecho é atualmente imprevisível.

Em consequência do fim do contrato de prestação de serviços de operação e manutenção das ETAR do Freixo e de Sobreiras, decorreram, até ao ano de 2021, vários processos judiciais de natureza cautelar, que se encontram findos.

De salientar que, no âmbito de um dos processos judiciais de natureza cautelar, findo em 2021, se acordou a suspensão da eficácia do ato administrativo, mediante a prorrogação das garantias prestadas à **Águas e Energia do Porto, EM**, até decisão do Tribunal Arbitral.

Decorre ainda um processo arbitral, iniciado em 2019, no âmbito do qual a AMBIPORTO 2 – TRATAMENTO DE EFLUENTES, ACE demandou a **Águas e Energia do Porto, EM**, tendo impugnado a decisão de aplicação de penalidades e requerido uma indemnização no valor de aproximadamente 4 200 000 €. Em face desta circunstância, a empresa contestou e requereu, em sede de reconvenção, uma indemnização no valor de aproximadamente 5 500 000 € (valor a que acresce o que se venha a apurar em sede de execução arbitral), sendo o seu desfecho imprevisível.

Assim, a ação arbitral em curso aguarda posteriores desenvolvimentos, em concreto, aguarda-se a elaboração e o envio do relatório pericial por parte dos peritos e, posteriormente, o agendamento de data para audiência de julgamento sendo, no entanto, firme convicção do Conselho de Administração da **Águas e Energia do Porto, EM**, que o processo em causa terá um desfecho favorável às pretensões da empresa.

15. Subsídios

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são contabilizados no capital próprio, após consideração dos impostos implícitos. Periodicamente, os subsídios cujos

ativos são depreciáveis, são reconhecidos na demonstração dos resultados em função da vida útil do ativo subjacente, conforme NCRF 22.

15.1. Contratos de Financiamento em Curso

Estes contratos estão apresentados na Tabela 15 do ponto 12.2.2. do Relatório de Gestão.

15.2. Subsídios Reconhecidos no Período e a Reconhecer em Períodos Subsequentes

2022 Rubrica	Valor do Subsídio	Reconhecimento Anos Anteriores	Reconhecimento Ano	Saldo Rubrica
Fundo de Coesão	9 984 354,65	8 233 198,46	246 349,26	1 504 806,93
ETAR do Freixo	17 191 723,93	8 457 157,37	292 015,72	8 442 550,84
ETAR de Sobreiras	7 040 606,42	3 420 320,49	127 499,36	3 492 786,57
Outros subsídios do Governo	506 039,05	506 039,05	0,00	0,00
IFDR - Reconhecimento	19 146 901,16	5 366 361,40	788 708,48	12 991 831,27
Contratos ainda não sujeitos a reconhecimento	57 368,33	0,00	0,00	57 368,33
	53 926 993,54	25 983 076,77	1 454 572,82	26 489 343,94
Impostos relacionados com subsídios (Nota 16.2)				-5 960 102,08
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio (Quadro C)				20 529 241,86

	31/12/2021	Aumento	Reconhecimento	31/12/2022
Impostos relacionados com subsídios	6 287 381,01	0,00	327 278,93	5 960 102,08

2021 Rubrica	Valor do Subsídio	Reconhecimento Anos Anteriores	Reconhecimento Ano	Saldo Rubrica
Fundo de Coesão	9 984 354,65	7 985 074,13	248 124,33	1 751 156,19
ETAR do Freixo	17 191 723,93	8 134 975,85	322 181,52	8 734 566,56
ETAR de Sobreiras	7 040 606,42	3 292 821,10	127 499,36	3 620 285,96
Outros subsídios do Governo	506 039,05	506 039,05	0,00	0,00
IFDR - Reconhecimento	18 827 955,01	4 601 189,69	765 171,68	13 461 593,64
Contratos ainda não sujeitos a reconhecimento	376 314,41	0,00	0,00	376 314,41
	53 926 993,47	24 520 099,82	1 462 976,89	27 943 916,76
Impostos relacionados com subsídios (Nota 16.2)				-6 287 381,01
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio (Quadro C)				21 656 535,75

	31/12/2020	Aumento	Reconhecimento	31/12/2021
Impostos relacionados com subsídios	6 482 074,04	155 466,36	350 159,39	6 287 381,01

16. Acontecimentos Após a Data do Balanço

16.1. Autorização para Emissão

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão na presente data pelo Conselho de Administração, embora sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral.

16.2. Eventos Subsequentes

Não ocorreram acontecimentos relevantes que impliquem ajustamentos, e, ou, divulgações adicionais às contas.

17. Impostos sobre o Rendimento

17.1. Impostos Correntes

- A empresa encontra-se sujeita ao pagamento do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%. Ao valor da coleta do IRC apurado acresce a derrama municipal sobre o lucro tributável cuja taxa ascende a 1,5%, a derrama estadual de acordo com o artigo 87.º-A do CIRCO, assim como a tributação autónoma aplicável.
- De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2019 a 2022 poderão ainda ser sujeitas a revisão, sendo que o Conselho de Administração tem a firme convicção que, em resultado das inspeções, não existirão efeitos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

17.2. Resumo dos Impostos Correntes e Diferidos do Período

	2022	2021
Imposto estimado para o período	1 819 869,67	615 717,40
Imposto diferido	-193 355,38	-403 873,80
Imposto sobre o rendimento do período	1 626 514,29	211 843,60

No cálculo do imposto estimado para o período, foi considerado o montante de 500 000,00€, correspondente ao benefício relativo ao Incentivo Fiscal à Recuperação (IFR).

Os ativos por impostos diferidos apresentados no Balanço têm a seguinte composição:

Rubrica	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo Final
Clientes	44 743,26	0,00	-32 922,59	11 820,67
Inventários	15 136,06	0,00	-561,48	14 574,58
Ativos fixos tangíveis	404 680,27	230 485,57	-3 646,12	631 519,72
	464 559,59	230 485,57	-37 130,19	657 914,97

17.3. Reconciliação Entre a Taxa Nominal e a Taxa Efetiva de Imposto

Descrição	2022	2021
Resultado antes de imposto	8 203 605,86	3 796 304,38
Taxa nominal de imposto	22,50%	22,50%
Imposto esperado	1 845 811,32	854 168,49
Benefícios fiscais	-500 000,00	-580 081,62
Tributações autônomas	33 292,42	33 292,42
Derrama estadual	229 303,21	96 190,77
Diferenças temporárias	230 485,57	408 680,76
Diferenças permanentes	-19 022,85	-196 533,42
Imposto estimado para o período	1 819 869,66	615 717,40
Taxa efetiva de imposto	22,18%	16,22%

17.4. Informações Exigidas por Diplomas Legais

Em 31 de dezembro de 2022, a **Águas e Energia do Porto, EM**, não tinha qualquer dívida em mora para com o Estado e outros entes públicos.

18. Matérias Ambientais

A empresa tem obrigações ambientais decorrentes do negócio conforme descrito no Relatório de Gestão.

19. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros não têm implícitos juros e são registrados pelo seu valor nominal, que corresponde ao seu justo valor. Adicionalmente, as contas a receber encontram-se deduzidas de eventuais perdas por imparidade, para que as mesmas reflitam o valor realizável líquido.

19.1. Clientes - Conta Corrente

A composição do saldo a 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021 era a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Clientes conta corrente	3 458 015,49	3 079 793,27
Clientes de cobrança duvidosa	10 216 087,13	14 757 065,93
Imparidades acumuladas	-10 216 087,13	-14 757 065,93
	3 458 015,49	3 079 793,27

19.2. Fornecedores – Conta Corrente

A composição do saldo a 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021 é demonstrada na tabela seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores conta corrente	3 960 742,77	3 180 701,43
Fornecedores em reclamação/contencioso	8 493,48	8 493,48
Fornecedores com receção e conferência	10 176,39	11 217,90
	3 979 412,64	3 200 412,81

19.3. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2022, a composição dos saldos desta conta era a seguinte:

	Saldo Devedor	Saldo Credor
Imposto sobre o rendimento	0,00	797 720,30
Retenção na fonte	0,00	107 597,47
Imposto sobre o Valor Acrescentado	973 859,90	0,00
Restantes impostos	0,00	1 579,82
Contribuições para a Segurança Social	0,00	139 460,33
Caixa Geral de Aposentações	0,00	129 264,69
ADSE	0,00	12 006,64
	973 859,90	1 187 629,25

O saldo devedor da rubrica “Imposto sobre o Valor Acrescentado” inclui a verba de 71 631 € que resulta de uma ação inspetiva por parte da Autoridade Tributária, a qual entendeu pela não dedutibilidade de IVA nas operações relacionadas com trabalhos realizados em ribeiras. A **Águas e Energia do Porto, EM**, discorda desse entendimento, tendo recorrido dessa decisão e apresentado a respetiva impugnação judicial.

19.4. Outras Contas a Receber e a Pagar

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a composição dos saldos desta conta era a seguinte:

Outros Créditos a Receber e Outras Dívidas a Pagar	31/12/2022	31/12/2021
Outros créditos a receber:		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Juros a receber	0,00	0,00
Comissão de resíduos sólidos	110 201,75	104 643,64
Especialização da faturação	2 333 673,64	2 178 215,58
Tratamento de efluentes	100 313,35	76 097,25
Outros acréscimos de rendimentos	10 940,14	5 987,76
Outros devedores		
Clientes de resíduos	3 773 980,94	4 970 442,01
Águas do Douro e Paiva	293 578,44	293 578,44
Depósitos de cauções e garantias	2 964 176,76	2 950 819,48
Subsídios do Governo	877 308,17	1 216 706,91
T.R.H.	398 663,27	328 953,21
Outros	181 196,24	24 875,83
	11 044 032,70	12 150 320,11
Outras dívidas a pagar:		
Fornecedores de investimentos	7 683 663,37	3 041 100,75
Credores por acréscimos de gastos		
Previsão para gastos com férias, subsídio de férias e respetivos encargos	1 986 402,28	1 663 831,28
Previsão quotas CGA	80 895,90	80 895,90
Especialização compra água	804 543,17	763 410,27
Especialização subcontratos	115 677,53	152 913,69
Especialização gastos com saúde	202 966,59	197 967,63
Especialização IMI	0,00	80 326,16
Outros acréscimos de gastos	369 597,24	791 860,52
Outros credores		
Sindicatos	1 006,19	1 062,37
Credores por depósitos de garantia	3 152 585,56	3 133 833,50
Clientes de resíduos	3 773 980,94	4 970 442,01
Cobrança de resíduos sólidos CMP	5 553,97	12 059,18
Cobrança de resíduos sólidos EMAP	2 080 187,00	2 033 097,94
Clientes UBS com créditos	904 127,37	825 652,85
Acordo Caixa de Reformas	36 456,13	36 456,13
Outros	131 964,33	73 256,49
	21 329 607,57	17 858 166,67

Outros Créditos a Receber:

Na rubrica “Devedores por acréscimos de rendimentos” está registada, entre outras, a especialização das vendas e prestações de serviços, bem como a comissão derivada da faturação dos resíduos sólidos à EMAP.

A conta “Clientes de resíduos” integra os resíduos sólidos faturados e não cobrados, tendo como contrapartida uma conta com a mesma designação na rubrica “Outras dívidas a pagar”.

A conta “Águas do Douro e Paiva” refere-se ao montante retido do preço da venda da captação e distribuição em alta até regularização dos processos de expropriação (Nota 14.1).

Adicionalmente, a rubrica “Outros devedores” inclui o montante depositado de verbas respeitantes a cauções prestadas por terceiros ao abrigo de concursos públicos e outros. Estes valores serão restituídos de acordo com o preceituado na lei em vigor, não estando por tal motivo classificados como disponibilidades.

Na rubrica “Subsídios públicos” está inscrito o valor contratualizado e ainda não recebido a título de contratos de subsídios ao investimento não reembolsáveis.

Outras Dívidas a Pagar:

A rubrica “C redores por a créscimos de gastos” integra a especialização dos gastos do exercício incorridos em 2022, cujo movimento financeiro ocorrerá em períodos futuros, nomeadamente gastos com pessoal relativos a férias, subsídio de férias, férias não gozadas e subsídio de Natal, compra de água, serviços de eletricidade, telecomunicações, honorários e outros.

A rubrica “C redores por depósitos de garantia” reporta-se a garantias prestadas por terceiros, por responsabilidades inerentes às empreitadas em curso, quer por depósitos diretamente efetuados pelos fornecedores, e ainda por retenções efetuadas aquando dos pagamentos. Esta rubrica está desagregada da seguinte forma:

- Credores por depósito de garantia de água (não domésticos) – 308 760 €;
- Credores por depósito de garantia de execução de obras – 1 549 497 €;
- Credores por depósito de garantia de saneamento – 1 250 654 €;
- Credores por depósito de garantia de contratos de fornecimentos – 39 605 €;
- Outros – 4 070 €.

A rubrica “C obraça de resíduos sólidos” respeita à cobrança realizada pela empresa e ainda não entregue em 31 de dezembro de 2022.

O saldo registado na rubrica “Acordo Caixa de Reformas” corresponde ao valor em dívida a nove pensionistas e um ativo, que, até à presente data, não manifestaram a sua vontade, no âmbito do Regulamento de Extinção e Liquidação da Caixa de Reformas aprovado por deliberação do Executivo Municipal, de 03.06.2014, e da Assembleia Municipal, de 16.06.2014.

19.5. Capital Próprio

O capital social ascende a 80 000 000 € realizado integralmente em espécie pela Câmara Municipal do Porto. Adicionalmente, conforme deliberação da Assembleia-Geral realizada no dia 27 de abril de 2022, procedeu-se, no período, à aplicação do resultado líquido de 2021.

Relativamente à rubrica “Ajustamentos/Outras variações no capital próprio”, procedeu-se à relevação contabilística de novos contratos de subsídios ao investimento, assim como ao reconhecimento dos rendimentos imputáveis ao ano de 2022 e à reversão do imposto implícito respetivo (Nota 15).

20. Benefícios dos Empregados

Os encargos referentes ao pessoal registados em 2022 e em 2021 estão repartidos da seguinte forma:

	2022	2021
Remunerações dos órgãos sociais	106 957,69	105 540,02
Remunerações do pessoal	10 726 313,72	9 982 851,21
Pensões de reforma e a aguardar aposentação	17 279,07	17 643,18
Encargos sobre remunerações	2 398 644,51	2 250 898,12
Despesas de saúde	346 455,66	353 707,02
Outros custos com o pessoal	502 912,66	607 860,86
	14 098 563,31	13 318 500,41

Na rubrica “Remunerações do pessoal” encontram-se registados os vencimentos dos trabalhadores em acordo de cedência de interesse público, dos colaboradores do quadro e do pessoal em qualquer outra situação, bem como os encargos com o trabalho extraordinário, o subsídio de alimentação, o trabalho em regime de turnos, o abono para falhas, outros suplementos e ajudas de custo.

A rubrica “Encargos sobre remunerações” agrega quer as contribuições para a CGA relativas às remunerações do pessoal em acordo de cedência de interesse público, quer as contribuições para a Segurança Social dos restantes colaboradores da empresa.

21. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais

A **Águas e Energia do Porto, EM**, não tinha qualquer dívida em mora para com o Estado e outros entes públicos, em 31.12.2022.

22. Outras Informações

22.1. Proposta de aplicação dos resultados

A proposta de aplicação do resultado líquido do exercício de 2022 encontra-se apresentada no Capítulo V deste relatório.

22.2. Diferimentos

22.2.1. Ativo

Os saldos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 têm a seguinte posição:

Diferimentos	2022	2021
Gastos a Reconhecer		
Fornecimentos e Serviços Eternos	184 905,21	285 454,36
Gastos c/ Pessoal	24 893,11	14 664,33
Outros Gastos e Perdas	3 957,81	0,00
Outros	27 967,61	23 724,90
	241 723,74	323 843,59

22.2.2. Passivo

Os saldos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 têm a seguinte posição:

Diferimentos	2022	2021
Rendimentos a Reconhecer		
Ramais e outros executados	7 474 603,53	6 855 830,57
Ramais não executados	17 896,03	17 896,03
Rendas de imóveis	4 185,71	6 247,97
Contrato-Programa Energia	394 024,90	333 888,65
Contrato-Programa Praias	27 806,62	0,00
Outros rendimentos a reconhecer	317 399,43	373 492,76
	8 235 916,22	7 587 355,98

A rubrica “Ramais e outros executados” corresponde aos valores pagos pelos clientes relativos a ramais de água, saneamento e águas pluviais executados pela empresa, cujo reconhecimento é efetuado de acordo com a taxa de depreciação do ativo subjacente (Nota 4.2 alínea a) e m)).

Rubrica	2022			Saldo Rubrica
	Valor Bruto	Reconhecimento Anos Anteriores	Reconhecimento no Ano	
Ramais de água	6 673 575,00	3 951 115,43	202 691,20	2 519 768,37
Ramais de saneamento	6 896 693,28	3 642 278,65	242 582,02	3 011 832,61
Outros	2 661 893,36	630 375,48	88 515,33	1 943 002,55
	16 232 161,64	8 223 769,56	533 788,55	7 474 603,53

Rubrica	2021			Saldo Rubrica
	Valor Bruto	Reconhecimento Anos Anteriores	Reconhecimento no Ano	
Ramais de água	6 388 533,19	3 747 099,69	204 015,76	2 437 417,74
Ramais de saneamento	6 556 430,71	3 406 329,58	235 949,13	2 914 152,00
Outros	2 134 636,25	563 529,61	66 845,81	1 504 260,83
	15 079 600,15	7 716 958,88	506 810,70	6 855 830,57

22.3. Gastos

22.3.1. Fornecimentos e Serviços Externos

Os fornecimentos e serviços externos suportados em 2022 e em 2021 foram os seguintes:

Fornecimentos e Serviços Externos	2022	2021
Subcontratos	2 465 225,95	1 961 766,10
Trabalhos especializados	3 784 318,37	2 905 796,49
Encargos de cobrança	389 724,81	352 624,04
Publicidade	68 547,45	112 775,22
Vigilância e segurança	242 307,45	198 471,46
Honorários	24 587,00	28 895,00
Conservação e reparação	355 845,12	287 571,39
Materiais	53 515,01	34 469,54
Eletricidade	710 508,82	1 557 739,42
Combustíveis e outros fluídos	150 624,56	121 241,39
Deslocações e estadas	55 635,33	14 306,58
Transportes de pessoal	6 750,00	7 560,00
Rendas e alugueres	504 401,31	482 589,14
Comunicação	714 483,85	712 569,75
Seguros	223 786,74	220 516,63
Contencioso e notariado	1 341,50	684,00
Limpeza, higiene e conforto	117 226,82	83 998,24
Outros fornecimentos e serviços externos	19 177,64	44 147,77
Total	9 888 007,73	9 127 722,16

A rubrica “Subcontratos” integra o contrato de recolha e transporte de lamas, bem como os gastos relativos à manutenção do sistema informático de faturação e cobrança em regime de **outsourcing** e os gastos associados à impressão e envelopagem das faturas enviadas aos clientes.

A rubrica “Trabalhos especializados” integra os gastos relacionados com prestações de serviços de assessoria técnica e outras, nomeadamente, as relacionadas com o sistema UBS. Inclui também o montante de 14 160 €, correspondente à remuneração do Revisor Oficial de Contas, pelos serviços de revisão legal de contas.

A rubrica “Encargos de cobrança” abrange os gastos relativos aos recebimentos de clientes em entidades externas (CTT, SIBS, entre outros).

A rubrica “Vigilância e segurança” engloba os gastos associados ao respetivo contrato de prestação de serviços.

A rubrica “Conservação e reparação” inclui os montantes despendidos na reparação de automóveis e de equipamentos, bem como nos contratos de manutenção dos equipamentos.

A rubrica “Rendas e alugueres” corresponde essencialmente ao valor suportado com o aluguer de máquinas e de equipamentos, bem como ao aluguer de viaturas em regime de locação operacional.

Os gastos da rubrica “Comunicação” incluem todo o volume de correio necessário para prestar informação aos clientes da empresa, as comunicações da rede fixa, e as comunicações da rede móvel.

22.3.2. Outros Gastos e Perdas

	2022	2021
Impostos	42 783,65	78 482,67
Abate de ativos fixos tangíveis	24 166,79	233 237,56
Correções relativas a períodos anteriores	4 455,27	8 036,79
Donativos	4 229,06	13 877,68
Quotizações	20 215,60	16 899,94
Outros	592 092,31	111 158,58
Total	688 060,56	461 693,22

A rubrica “Impostos” engloba, entre outros, o IUC, as Taxas de Justiça e a Taxa de Controlo de Qualidade da Água.

A rubrica “Abate de ativos fixos tangíveis” regista os abates normais de rede, em resultado da sua substituição. Face ao dispêndio que comportaria a retirada da rede substituída, esta fica incorporada no subsolo.

22.4. Compromissos Financeiros e Outras Contingências Não Incluídas no Balanço

O Banco Santander Totta prestou à ARH do Norte, em nome da **Águas e Energia do Porto, EM**, duas garantias bancárias no montante de 50 000 € cada, para garantir o pagamento imediato de quaisquer importâncias devidas por eventuais danos causados por erros ou omissões de projeto relativamente à drenagem e tratamento de efluentes ou pelo incumprimento das disposições legais e regulamentos aplicáveis, no que concerne às ETAR do Freixo e de Sobreiras.

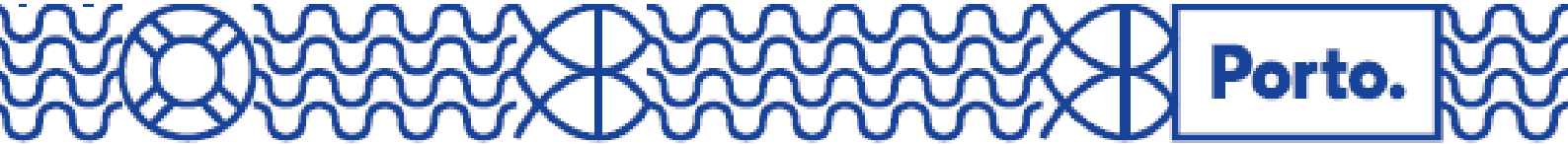
23. Financiamentos Obtidos

	31.12.2022		
	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimo bancário	139 236,27	2 722 222,21	2 861 458,48

Em 19.02.2021 foi celebrado com a Caixa Central – Caixa Central de Crédito Central Mútuo, C.R.L. e com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Área Metropolitana do Porto, C.R.L., um financiamento bancário, num total de 12,5 milhões de euros, cujo **plafond** é mobilizável ao longo de 2021 e 2023, o qual apresentará um período de carência de 1 ano e será amortizado num prazo total de 10 anos (incluindo o ano de carência considerado). A taxa de juro considerada contempla uma componente variável (Euribor a 6 meses) e um **spread** de 0,69%.

Foi utilizado em dezembro de 2021 o montante total de 3 000 000,00 €, com amortizações de capital a iniciar em agosto de 2022.

O financiamento acima identificado visa assegurar a execução do Plano de Investimentos previsto para o período entre 2021 e 2023.



CAPÍTULO VII

EXECUÇÃO DOS

INSTRUMENTOS DE GESTÃO

PREVISIONAL



Execução Orçamental

1. Estrutura de Gastos

Composição dos Gastos	Valor Orçamentado para 2022	Valor Executado	Período Homólogo	Desvio Orçado	Taxa de Execução (%)
CMVMC					
Mercadorias	8 653 816,00	9 021 975,09	8 338 528,09	-368 159,09	104,25
Matérias	1 609 716,00	2 053 818,35	1 514 927,48	-444 102,35	127,59
				0,00	
Fornecimento e serviços externos	14 423 261,00	9 888 007,73	9 127 722,16	4 535 253,27	68,56
				0,00	
Gastos com pessoal				0,00	
Remunerações	10 757 857,00	10 833 271,41	10 088 391,23	-75 414,41	100,70
Encargos sociais	3 334 401,00	3 265 291,90	3 230 109,18	69 109,10	97,93
				0,00	
Perdas por imparidade:				0,00	
Em dívidas a receber	938 331,00	315 770,21	1 158 485,87	622 560,79	33,65
Em inventários	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em ativos fixos tangíveis	0,00	1 024 380,32	1 700 000,00	-1 024 380,32	
Gastos de depreciação e de amortização	9 424 122,00	9 492 980,11	8 840 742,02	-68 858,11	100,73
				0,00	
Provisões	5 261,00	3 637,28	154 638,95	1 623,72	69,14
Outros gastos e perdas				0,00	
Impostos	62 044,00	42 783,65	78 482,67	19 260,35	68,96
Outros	398 213,00	645 276,91	383 210,55	-247 063,91	162,04
Gastos e perdas de financiamento	87 476,00	21 588,15	1 826,70	65 887,85	24,68
Total	49 694 498,00	46 608 781,11	44 617 064,90	3 085 716,89	93,79

Fornecimentos e Serviços Externos	Valor Orçamentado para 2022	Valor Executado	Período Homólogo	Desvio Orçado	Taxa de Execução (%)
Subcontratos	3 934 111,00	2 465 225,95	1 961 766,10	1 468 885,05	62,66
Energia	1 843 443,00	710 508,82	1 557 739,42	1 132 934,18	38,54
Trabalhos especializados	4 248 962,00	3 784 318,37	2 905 796,49	464 643,63	89,06
Comunicação	845 851,00	714 483,85	712 569,75	131 367,15	84,47
Encargos de cobrança	420 753,00	389 724,81	352 624,04	31 028,19	92,63
Rendas e alugueres	963 275,00	504 401,31	482 589,14	458 873,69	52,36
Conservação e reparação	923 080,00	355 845,12	287 571,39	567 234,88	38,55
Honorários	24 032,00	24 587,00	28 895,00	-555,00	102,31
Seguros	259 016,00	223 786,74	220 516,63	35 229,26	86,40
Publicidade	160 633,00	68 547,45	112 775,22	92 085,55	42,67
Vigilância e segurança	204 580,00	242 307,45	198 471,46	-37 727,45	118,44
Outros fornecimentos e serviços	595 525,00	404 270,86	306 407,52	191 254,14	67,88
Total	14 423 261,00	9 888 007,73	9 127 722,16	4 535 253,27	68,56

Gastos com o Pessoal	Valor Orçamentado para 2022	Valor Executado	Período Homólogo	Desvio Orçado	Taxa de Execução (%)
Remunerações do pessoal	10 757 857,00	10 833 271,41	10 088 391,23	-75 414,41	100,70
Pensões de reforma e a aguardar aposentação	1 400,00	17 279,07	17 643,18	-15 879,07	1234,22
Encargos sobre remunerações	2 406 310,00	2 398 644,51	2 250 898,12	7 665,49	99,68
Despesas de saúde	310 608,00	346 455,66	353 707,02	-35 847,66	111,54
Outros custos com o pessoal	616 083,00	502 912,66	607 860,86	113 170,34	81,63
Total	14 092 258,00	14 098 563,31	13 318 500,41	-6 305,31	100,04

2. Estrutura de Proveitos

Composição das Vendas e das Prestações de Serviços	Valor Orçamentado para 2022	Valor Executado	Período Homólogo	Desvio Orçado	Taxa de Execução (%)
Tarifa de disponibilidade de água	7 247 344,00	7 331 685,92	7 102 198,69	-84 341,92	101,16
Tarifa de consumo de água	19 141 768,00	21 948 668,24	18 810 911,03	-2 806 900,24	114,66
Tarifa de saneamento	11 186 171,00	13 149 654,74	10 507 503,25	-1 963 483,74	117,55
Tarifa de disponibilidade de saneamento	2 875 970,00	2 911 941,08	2 806 694,36	-35 971,08	101,25
Outras vendas e prestações de serviço	4 799 432,00	3 142 631,65	2 852 279,79	1 656 800,35	65,48
Total	45 250 685,00	48 484 581,63	42 079 587,12	-3 233 896,63	107,15

Composição dos Restantes Rendimentos	Valor Orçamentado para 2022	Valor Executado	Período Homólogo	Desvio Orçado	Taxa de Execução (%)
Trabalhos para a própria empresa	330 241,00	112 131,57	267 903,35	218 109,43	33,95
Subsídios à exploração	1 753 980,00	1 430 815,52	890 625,28	323 164,48	81,58
Reversões de depreciações e amortizações	0,00			0,00	
Reversões de perdas por imparidade				0,00	
Em dívidas a receber	0,00	11 122,86	10 483,93	-11 122,86	
Em inventários	0,00	2 495,44	4 511,30	-2 495,44	
Em ativos fixos tangíveis	0,00	16 205,00	16 852,98	-16 205,00	
Reversões de provisões	0,00	402 013,18	191 544,21	-402 013,18	
Outros rendimentos e ganhos				0,00	
Rendimentos suplementares	308 608,00	597 331,94	460 265,77	-288 723,94	193,56
Rendimentos ganhos investimentos não financeiros	0,00	120 934,93	524 754,40	-120 934,93	
Outros	3 977 201,00	3 435 419,84	3 858 657,63	541 781,16	86,38
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	89 472,00	199 335,06	108 183,31	-109 863,06	222,79
Total	6 459 502,00	6 327 805,34	6 333 782,16	131 696,66	97,96

Porto, 24 de março de 2023

A Contabilista Certificada

(Sílvia Barata Silva)

O Conselho de Administração

(Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo)

(Ana de Campos Cabral de Noronha Meneses)

(Ruben Gabriel Teixeira Fernandes)

CAPÍTULO VIII

RELATÓRIO E PARECER DO

FISCAL ÚNICO &

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS

CONTAS





RSM & Associados – Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)
T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt
Rua da Saudade, 132 3º 4150 682 Porto
T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **CMPEAE – Empresa de Águas e Energia do Município do Porto, EM.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 194.703.332,12 euros e um total de capital próprio de 148.894.773,33 euros, incluindo um resultado líquido de 6.577.091,57 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **CMPEAE – Empresa de Águas e Energia do Município do Porto, EM.**, em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

O levantamento cadastral e referencial no SIG – Sistema de identificação geográfica, dos principais ativos fixos tangíveis subjacentes ao negócio da Entidade está substancialmente concluído, com exceção dos ramais de água e saneamento e dos contadores, dada a dificuldade de referenciação técnica atual, no valor líquido de aproximadamente 11.350.000 e 4.000.000 euros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2022, e da rede de águas pluviais entregue pelo Município do Porto em 2011, a qual aguarda a conclusão do levantamento cadastral, e cujo valor líquido contabilístico ascende a aproximadamente 4.904.000 euros naquela mesma data.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING

RSM & Associados – Sroc, Lda é uma firma independente, membro da RSM International. RSM International é a denominação de uma rede internacional de entidades jurídicas independentes que prestam serviços profissionais de contabilidade e consultadoria. RSM International não corresponde, em qualquer jurisdição, a uma entidade legalmente reconhecida.

Inscrição na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 21

NIP 501 612 181 Capital Social 144.000€

Inscrição na lista de Auditores da CMVM sob o n.º 20161380

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo Interno identificada durante a auditoria.


A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da Informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 25.º, n.º 6, al. j) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 24 de março de 2023

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'João Almeida Mendes de Araújo', is written over a horizontal line.

RSM & ASSOCIADOS - SROU, LDA

Representada por João Luís Almeida Mendes de Araújo (ROC n.º 933)
registado na CMVM com o n.º 20160550

RSM & Associados – Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)
T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt
Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto
T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt
www.rsmpt.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

No exercício das competências que nos são cometidas pelo artigo 25º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, acompanhamos a atividade da **CMPEAF – Empresa de Águas e Energia do Município do Porto, EM.** (a Entidade), durante o exercício de dois mil e vinte e dois, tendo procedido às verificações que tivemos por necessárias e obtido da Administração e dos serviços todos os esclarecimentos solicitados.

Não obtivemos o Contrato de Gestão Delegada para o período de 2022, por forma a dar cumprimento ao disposto nos artigos 17.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto. Não obstante, através do Contrato de Sociedade, a Câmara Municipal do Porto delegou na Entidade todos os poderes necessários ao cumprimento do objeto social, aprova anualmente os tarifários e tem conhecimento anualmente dos Instrumentos de Gestão Previsional, os quais definem os vetores estratégicos do negócio.

Apreciamos o relatório de gestão, as contas do exercício, com os quais concordamos e emitimos a correspondente certificação legal das contas, que inclui uma reserva, que aqui se dá por reproduzida.

Nos termos do n.º 2 do artigo 54.º, em conjugação com o artigo 67.º, ambos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, damos nota que foi cumprida, pela Entidade, a exigência estabelecida no n.º 1 desse mesmo artigo em relação ao relatório de boas práticas de governo societário.

Tudo considerado, somos de parecer que a Assembleia Geral:

- Aprove o relatório de gestão e as contas do exercício de 2022, apresentados pela Administração;
- Aprove a proposta de aplicação de resultados, contida no relatório de gestão, apresentada pela Administração;
- Proceda à apreciação geral da gestão e fiscalização da sociedade e dela tire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Porto, 24 de março de 2023



RSM & ASSOCIADOS – SROC, LDA

Representada por João Luís Almeida Mendes de Araújo (ROC n.º 933)
registado na CMVM com o n.º 20160550

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING